

# **TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS: DIMENSÕES DE VALOR E DE SENTIDO**

LILIANA MARGARIDA MENDES DE JESUS

Tese de Doutoramento em Gerontologia e Geriatria

Porto, 2017

LILIANA MARGARIDA MENDES DE JESUS

## **TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS: DIMENSÕES DE VALOR E DE SENTIDO**

Tese de Candidatura ao grau de Doutor em Gerontologia e Geriatria Especialidade em: Gerontologia; Programa Doutoral da Universidade do Porto (Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar) e da Universidade de Aveiro.

Orientadora – Professora Doutora Alexandra Cristina Ramos da Silva Lopes Gunes

Categoria – Professora Auxiliar

Afiliação – Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Co-orientadora – Maria Constança Leite de Freitas Paul Reis Torgal

Categoria – Professora Catedrática

Afiliação – Departamento de Ciências do Comportamento, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto

## DEDICATÓRIA

*A todas as famílias, em especial à minha.*

## AGRADECIMENTOS

A elaboração desta tese de doutoramento constituiu um desafio enorme na minha vida, que não consigo transcrever para o papel, nem traduzir em palavras, apenas o sinto!

Alguém escreveu que *“o valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”*. Desta forma, em primeiro lugar, tenho de apresentar o meu reconhecido agradecimento à Professora Doutora Alexandra Lopes, na qualidade de orientadora desta tese. Agradeço-lhe, o incentivo, os conselhos, as críticas, o rigor, a generosidade, a permanente disponibilidade, os ensinamentos científicos, técnicos e metodológicos que foram imprescindíveis no desenvolvimento desta investigação. Agradeço, ainda, a sua confiança no meu trabalho, bem como todo o carinho e a amizade demonstradas.

Agradeço também à Professora Doutora Constança Paúl, co-orientadora desta tese pelo seu acompanhamento, cordialidade e estímulo ao processo de investigação.

Uma palavra para os colegas que iniciaram este caminho comigo e com os quais partilhei bons momentos. Sílvia, Sara, Deisa, Augusta, Carla, Bruno, Manuel, Joana, Magda, Olga, Patrícia, Susete e Leonor *“cada um que passa em nossa vida, passa sozinho, mas não vai só nem nos deixa sós. Leva um pouco de nós mesmos, deixa um pouco de si mesmo”*, obrigado pela partilha de experiências.

Como disse Antoine de Saint-Exupéry no livro *O Príncipezinho* *“o essencial é invisível aos olhos. Só se vê bem com o coração”*, um agradecimento muito especial, àqueles que me acompanham *“de corpo, alma e coração”* nesta jornada da vida e que estão sempre meu lado: Manuel, Margarida e Rui obrigado por amarem tudo o que temos e tornarem tudo tão simples. Pai, mãe e D.Rosalina não teria sido possível sem vocês!

Finalmente, o meu reconhecimento a todas as outras pessoas, que de alguma forma, directa ou indirectamente, tornaram possível a concretização desta investigação e cujo nome não está explícito.

Parece que conseguimos chegar ao fim...

...bem hajam a todos!

## RESUMO

A presente investigação procurou analisar o contributo da geração mais velha no domínio da solidariedade intergeracional, tomando como contexto o quadro das dinâmicas familiares. Para tal, tem como foco de atenção duas dimensões das transferências intergeracionais: a dimensão material e a normativa. A dimensão material relacionada, sobretudo, com as formas de materialização e os seus protagonistas, e a dimensão normativa, mais elencada nos traços gerais dos diferentes modelos normativos no campo das solidariedades familiares, nas expectativas e preferências de natureza individual, numa perspectiva transnacional.

Em termos metodológicos, o presente estudo baseou-se essencialmente na análise de dados secundários, num registo extensivo, provenientes de quatro fontes principais: do *Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe*, (2010), do *Flash Eurobarometer 247: Family Life and the Needs of an Ageing Population* (2008), do Eurobarómetro 74.1 (Outono, 2010) e do *European Social Survey*, edição 4, (2008). A análise dos dados privilegiou uma abordagem descritiva, utilizando também uma análise multivariada para conseguir uma síntese significativa e abrangente.

Os resultados evidenciaram que os indivíduos com 55 ou mais anos representam um papel capital nas transferências informais para os seus descendentes. Identificaram-se quatro perfis dinamizadores das transferências intergeracionais entre pais mais velhos e filhos adultos, designadamente: 1) Avós cuidadoras: mulheres, mais jovens, vivem em conjugalidade, com bom estado de saúde e rendimentos médios e elevados; 2) Pais mais velhos co-residentes com os filhos adultos: mais novos, viúvos, com baixos rendimentos e baixo nível de escolaridade; 3) Filhos adultos co-residentes com os pais mais velhos: menos escolarizados, a viver fora da conjugalidade e inactivos no mercado de trabalho; 4) Pais mais velhos doadores de géneros financeiros: os mais escolarizados e com níveis de rendimento elevados. Mais, concluiu-se que as transferências intergeracionais não só respondem a necessidades, materializando o aparato institucional do familismo e a pulsão normativa para as solidariedade familiares, mas também representam uma intencionalidade de tipo racional económica que procura maximizar as oportunidades de sucesso dos membros da família. No plano normativo, o que se continua a destacar, em Portugal, é uma aproximação entre a orientação pró-estatização e a orientação familista na forma de expressão de expectativas sobre transferências intergeracionais, comparativamente a outros países europeus com sistemas de protecção social muito mais sólidos. Por último, os modelos explicativos realizados permitiram identificar um

conjunto de variáveis com forte significância no âmbito da concretização das transferências intergeracionais.

**Palavras-chave:** Envelhecimento Demográfico; Políticas Sociais; Transferências Intergeracionais; Família

## ABSTRACT

The present research analyze the contribution of the older generation in the field of intergenerational solidarity, taking as context the framework of family dynamics. For such, the focus of attention is two dimensions of intergenerational transfers: the material and the normative dimension. The material dimension mainly related to the forms of materialization and their protagonists, and the normative dimension, in a transnational perspective, more emphasized in the general features of the different normative models in the field of family solidarities, in the expectations and preferences of an individual nature.

Methodologically, the present study was essentially based on the analysis of secondary data, in an extensive register, from four main sources: Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe, (2010), Flash Eurobarometer 247: Family Life and The Needs of an Ageing Population (2008), Eurobarometer 74.1 (Autumn, 2010) and the European Social Survey, 4<sup>th</sup> edition, (2008). The analysis of the data privileged a descriptive approach, also using a multivariate analysis to achieve a significant and wide-ranging synthesis.

The results showed that individuals aged 55 or over play a key role in informal transfers to their descendants. We identified four profiles of intergenerational transfers between older parents and adult children, namely: 1) Grandparents caregivers: they are women, younger older women, live in conjugality, with good health and average and high income; 2) Older parents co-resident with adult children: younger older man, widowed, low-income and low-schooling; 3) Adult children co-resident with older parents: less educated, living out of conjugality and inactive in the labor market; 4) Elder parents donors of financial genres: the most schooled and with high income levels. Furthermore, it was concluded that intergenerational transfers not only respond to needs, materializing the institutional apparatus of familism and the normative drive for family solidarity, but also represent an economic rational intentionality that seeks to maximize the opportunities of success from family members. On the normative level, what still stands out in Portugal is an approximation between the Pro-State orientation and the familistic orientation in the form of expression of expectations about intergenerational transfers, compared to other European countries with much stronger social protection systems. Finally, the explanatory models made possible to identify a set of variables with strong significance within the framework of the intergenerational transfers.

**Keywords:** Demographic Aging; Social Politics; Intergenerational Transfers; Family

## ÍNDICE

DEDICATÓRIA .....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO.....	IV
ABSTRACT .....	VI
ÍNDICE .....	VII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XII
ÍNDICE DE QUADROS.....	XVI
ÍNDICE DE TABELAS .....	XVII
LISTA DE SIGLAS.....	XXII

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
-------------------------	----------

### **PARTE I - REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEPTUAL**

<b>CAPÍTULO 1. TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS: DESAFIOS SOCIAIS E QUESTÕES TEÓRICAS .....</b>	<b>7</b>
--	----------

1. A EMERGÊNCIA DA DISCUSSÃO POLÍTICA E ACADÊMICA SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS .....	7
--	---

1.1. Os modelos de Estado-Providência e o lugar das transferências intergeracionais.....	8
--	---

1.2. A crise do Estado-Providência e o regresso das solidariedades intergeracionais.....	16
--	----

2. ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO E SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL: VELHAS HISTÓRIAS, NOVOS DESAFIOS.....	22
--	----

2.1. A família e as trocas intergeracionais como prática ancestral.....	22
---	----

2.2. As mudanças na família na sequência da modernização das sociedades.....	32
--	----

2.3. O regresso das trocas intergeracionais e dos seus protagonistas: os papéis sociais das pessoas mais velhas nas dinâmicas familiares de troca.....	36
--	----

3. TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS: CLARIFICAÇÕES CONCEPTUAIS .....	41
---	----

3.1. Transferências de tempo.....	43
-----------------------------------	----

3.2. Transferências financeiras.....	44
--------------------------------------	----

3.3. Co-residência .....	45
--------------------------	----

3.4. Interação entre tempo, dinheiro e co-residência .....	48
--	----



**CAPÍTULO 2. MATERIALIZAÇÕES E MOTIVAÇÕES PARA AS TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS: DELINEANDO UM MODELO DE EXPLICAÇÃO PARA A ACÇÃO .....49**

1. MODELOS TEÓRICOS NA EXPLICAÇÃO PARA A ACÇÃO: ENTRE O INDIVÍDUO E AS ESTRUTURAS.....	49
1.1. Racionalismo económico e determinismo individual .....	49
1.2. Determinantes estruturais, institucionais e culturais .....	50
1.2.1. <i>As condições acima da família e o impacto no padrão das transferências intergeracionais</i> .....	52
1.2.2. <i>Os perfis individuais dos filhos adultos e dos pais mais velhos e a materialização das transferências intergeracionais</i> .....	59
1.3. Institucionalismo sociológico ou as determinantes normativas.....	70
1.4. Abordagens multidimensionais às transferências intergeracionais.....	75

**PARTE II – REFERENCIAL METODOLÓGICO**

**CAPÍTULO 3. ROTEIRO TEÓRICO E METODOLÓGICO NO DELINEAR DE UM PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO.....82**

1. QUESTÕES DE PESQUISA E HIPÓTESES TEÓRICAS ENQUADRADORAS.....	82
2. ANÁLISE SECUNDÁRIA DE DADOS E INVESTIGAÇÃO NO DOMÍNIO DA GERONTOLOGIA: DESAFIOS, POTENCIALIDADES E A EXPLICAÇÃO NAS REGULARIDADES .....	86
3. ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DE DADOS E MODELO ANALÍTICO .....	90
3.1. Survey on Health, Ageing and Retirement in Europe - SHARE .....	90
3.2. European Social Survey – ESS .....	99
3.3. Eurobarómetro - EB.....	105

**PARTE III - ESTUDO EMPIRICO**

**CAPÍTULO 4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....116**

1. TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS: MATERIALIZAÇÕES E OS SEUS PROTAGONISTAS.....	116
1.1. Caracterização da amostra portuguesa com 55 ou mais anos.....	117
1.2. Tipos e volumes de transferências.....	122

1.2.1. <i>O valor dos nossos pais e avós... um tesouro escondido...uma pérola do passado... um refúgio no futuro.....</i>	123
1.3. <i>Actores envolvidos e direcionalidade nas transferências.....</i>	131
1.3.1. <i>Avós, mães duas vezes...uma tradição de velhos costumes... um descostume moderno.....</i>	131
1.3.2. <i>Pré-reforma e Reforma, uma oportunidade e um desafio para retomar velhos costumes: cuidar de crianças e apoio aos filhos .....</i>	141
1.3.3. <i>Quem casa quer casa e depois o retorno dos pais.....</i>	147
1.3.4. <i>O sentido da vida a dois na velhice e as angústias da viuvez.....</i>	158
1.3.5. <i>Saúde dos mais velhos, uma manta de muitos retalhos .....</i>	161
1.3.6. <i>O papel determinante da escolaridade e do nível socioeconómico dos pais na construção da trajectória de vida dos seus filhos.....</i>	165
1.4. <i>Entre a resposta às necessidades e a protecção de um investimento: a mobilização das transferências intergeracionais como recurso e como capital .....</i>	175
2. TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS: ENTRE EXPECTATIVAS E IMPERATIVOS PARA A ACÇÃO.....	176
2.1. <i>Caracterização das Amostras Nacionais .....</i>	177
2.2. <i>Uma análise comparativa aos sistemas de valores europeus no domínio das solidariedades familiares: um olhar sobre as expectativas e preferências .....</i>	180
2.2.1. <i>Em formato “zip”.... entre a satisfação com a vida e a insatisfação social.....</i>	180
2.2.2. <i>A responsabilidade do Estado versus o indivíduo na prestação de Bem-Estar Social: o estigma da pró-estatização do Bem-Estar Social e a “quimera” das expectativas e preferências sociais .....</i>	196
2.2.3. <i>Nível de vida dos pensionistas/reformados e a apreciação da qualidade e acessibilidade de alguns serviços públicos e sociais: a crença do embelezamento e o “atelier” de assimetrias .....</i>	216
2.2.4. <i>Entre as obrigações familiares e o desencanto da vida profissional .....</i>	224
2.2.5. <i>Lugar da mulher no mercado de trabalho... uma batalha por enquanto perdida.....</i>	237

## PARTE IV – CONCLUSÃO

<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>253</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>259</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>283</b>
Anexo I – Questionário SHARE, <i>WAVE 4</i> .....	284
Anexo II – Questionário ESS4 .....	285
Anexo III – Questionário Flash Eurobarometer 247, ZA4883 (Family life and the needs of an ageing population).....	286
Anexo IV – Questionário Eurobarometer 74.1, ZA5237 (Poverty and Social Exclusion, Mobile Phone Use, Economic Crisis, and International Trade).....	287
Anexo V - Registos do Total de Casamentos - 1960 a 2010.....	288
Anexo VI – Idade Média ao Primeiro Casamento entre 1960 e 2014, Portugal.....	289
Anexo VII - Famílias Clássicas Unipessoais Segundo os Censos: total e com 65 e mais anos .....	290
Anexo VIII - Taxa de Fecundidade Geral de 1961 a 2014, em Portugal.....	291
Anexo IX- População Residente na Europa: Grupo Etário 65+ .....	292
Anexo X - Número de Resposta Social Creche em Portugal Continental 2000 a 2014 .....	293
Anexo XI - Número da Capacidade da Resposta Social Creche em Portugal Continental 2000 a 2014.....	294
Anexo XII - Estabelecimentos que Ministram a Educação Pré-escolar, por Natureza do Estabelecimento, em Portugal (2000/01 a 2012/13) .....	295
Anexo XIII- Crianças Inscritas no Pré- escolar, por Natureza do Estabelecimento, no Continente (2000/01 a 2012/13) .....	296
Anexo XIV - Taxa de Desemprego em Portugal de 1983 a 2014 .....	297
Anexo XV- Despesas de Consumo Final no Total do Rendimento Disponível das Famílias de 1995 a 2012: Total.....	298
Anexo XVI - Rendimento Médio Disponível das Famílias de 1995 a 2013 em Euros .....	299
Anexo XVII- População Residente com 65 e Mais Anos de Idade por Sexo, Grupo Etário, Tipo de Cuidados Pessoais e Grau de Dificuldade .....	300
Anexo XVIII - População Residente com 65 e Mais Anos de Idade que referiu pelo menos uma Dificuldade nos Cuidados Pessoais.....	301
Anexo XIX – Evolução das Despesas de Consumo Final das Famílias Total e por Tipo de Bens e Serviços de 1995 a 2012 em milhões de euros.....	302

Anexo XX - Divisão das Tarefas Domésticas pelos Agregados Domésticos .....	303
Anexo XXI - Duração Média Diária dos Cuidados Prestados às Crianças e a Adultas/os da Família .....	304
Anexo XXII - Indivíduos dos 15 aos 64 anos por Prestação de Cuidados a Crianças com menos de 15 anos ou a Pessoas Dependentes com 15 e mais anos.....	305
Anexo XXIII - Idade Média Estimada de Jovens que Abandonam a Casa dos Pais, UE, 27 países .....	306
Anexo XXIV - Idade Média Estimada de Jovens que Abandonam a Casa dos Pais, em Portugal .....	307
Anexo XXV- Percentagem de jovens que vivem com seus pais por sexo e idade em Portugal .....	308
Anexo XXVI - Alunos Matriculados no Ensino Superior de 1978 a 2015.....	309
Anexo XXVII - Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem de 1985 a 2013.....	310
Anexo XXVIII- População Empregada entre 1974 e 2014, Portugal .....	311
Anexo XXIX – Taxa de desemprego entre 1983 e 2013, Portugal .....	312
Anexo XXX – Idade média ao primeiro casamento, por sexo entre 1960 e 2014 Portugal .....	313
Anexo XXXI – Agregados domésticos privados monoparentais entre 1992 e 2014, Portugal .....	314
Anexo XXXVI – Esperança de vida à nascença entre 1970 e 2013, Portugal .....	315
Anexo XXXVII – Esperança de vida à nascença em 2013, UE .....	316
Anexo XXXVIII – Esperança de vida à nascença por sexo, projecção mundial, 2020 – 2025 .....	317
Anexo XXXIX – População feminina empregada a tempo completo e parcial na Europa, 2015 .....	318

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Evolução da População Empregada de Mulheres em Itália, Espanha, Portugal e Grécia de 1986 a 2015. ....	14
<b>Figura 2.</b> Portugal <i>versus</i> Espanha, Itália e Grécia: semelhanças e diferenças.....	15
<b>Figura 3.</b> Evolução dos Indicadores de Envelhecimento em Portugal 1961 a 2014.....	34
<b>Figura 4.</b> Factores que afectam o padrão das transferências intergeracionais nos diferentes países .....	51
<b>Figura 5.</b> Modelo de explicação da dinâmica das transferências intergeracionais .....	80
<b>Figura 6.</b> Desenho geral do estudo de investigação.....	114
<b>Figura 7.</b> % de satisfação da amostra relativamente à satisfação com a vida familiar, aos serviços públicos de apoio às crianças e cuidadores de idosos dependentes .....	181
<b>Figura 8.</b> % de inquiridos que declaram estar satisfeitos com a vida familiar .....	182
<b>Figura 9.</b> % de inquiridos que declaram estar insatisfeitos com os serviços públicos de apoio às crianças.....	184
<b>Figura 10.</b> % de inquiridos que declaram estar insatisfeitos com os serviços públicos de apoio a cuidadores de idosos dependentes .....	184
<b>Figura 11.</b> Satisfação com os serviços de apoio público às crianças na Europa e Portugal segundo o género dos inquiridos .....	190
<b>Figura 12.</b> Satisfação com os serviços de apoio público a cuidadores de idosos dependentes na Europa e Portugal segundo o género dos inquiridos .....	191
<b>Figura 13.</b> Satisfação com os serviços de apoio público às crianças segundo a idade dos inquiridos .....	192
<b>Figura 14.</b> Satisfação com os serviços de apoio público a cuidadores de idosos dependentes segundo a idade dos inquiridos .....	192
<b>Figura 15.</b> Satisfação com os serviços de apoio público às crianças segundo a situação financeira familiar dos inquiridos .....	193

<b>Figura 16.</b> Satisfação com os serviços de apoio público a cuidadores de idosos dependentes segundo a situação financeira familiar dos inquiridos .....	194
<b>Figura 17.</b> Satisfação com os serviços de apoio público às crianças em Portugal segundo o número e idade dos filhos dos inquiridos .....	194
<b>Figura 18.</b> Satisfação com os serviços de apoio público a cuidadores de idosos dependentes segundo a residência dos inquiridos.....	195
<b>Figura 19.</b> Satisfação com os serviços de apoio público a cuidadores de idosos dependentes segundo a estatuto socioprofissional dos inquiridos .....	196
<b>Figura 20.</b> Percepção geral acerca das Responsabilidades do Estado na Europa .....	197
<b>Figura 21.</b> Valor médio das Responsabilidades do Estado segundo país, numa escala de 0 (sem responsabilidade do Estado) a 10 (inteira responsabilidade do Estado).....	198
<b>Figura 22.</b> Responsabilidade do Estado de Bem-Estar na prestação de Bem- Estar Social .....	200
<b>Figura 23.</b> Síntese das preferências em relação aos cuidados a idosos dependentes ..	202
<b>Figura 24.</b> % de inquiridos que declaram como melhor forma de cuidar dos filhos a <i>"creche pública ou privada / centros de dia (apoio aos tempos livres) / jardim de infância"</i> .....	209
<b>Figura 25.</b> % de inquiridos que declaram como melhor forma de cuidar dos filhos <i>"a mãe toma conta dos filhos"</i> .....	210
<b>Figura 26.</b> % de inquiridos que declaram como melhor forma de cuidar dos <i>filhos "os avós ou familiares"</i> .....	210
<b>Figura 27.</b> Síntese das preferências em relação aos cuidados a crianças em idade pré-escolar (3 a 5 anos) .....	212
<b>Figura 28.</b> Síntese das preferências em relação aos cuidados a crianças em idade infantil (0 a 3 anos) .....	212
<b>Figura 29.</b> Valor médio do nível de vida dos pensionistas e reformados e a prestação de serviços de cuidados infantis a preços acessíveis para os pais trabalhadores segundo o país, numa escala de 0 (muitíssimo mau) a 10 (muitíssimo bom) .....	218

<b>Figura 30.</b> Valor médio Qualidade dos Serviços Sociais segundo o País, numa escala de 1 (muito boa) a 4 (muito má).....	220
<b>Figura 31.</b> Valor médio da Acessibilidade dos Serviços Sociais segundo o País, numa escala de 1 (muito acessível) a 5 (gratuito).....	220
<b>Figura 32.</b> Apreciação da qualidade de alguns serviços públicos nos cuidados a longo prazo .....	222
<b>Figura 33.</b> Apreciação da acessibilidade aos serviços sociais de alguns serviços públicos nos cuidados a longo prazo .....	222
<b>Figura 34.</b> Apreciação da qualidade de alguns serviços públicos no cuidado de crianças .....	223
<b>Figura 35.</b> Apreciação da acessibilidade aos serviços sociais de alguns serviços públicos no cuidado de crianças .....	223
<b>Figura 36.</b> Valor médio dos impactos dos serviços e apoios sociais segundo o país, de um mínimo (concordância completa) a um máximo (discordância total) .....	225
<b>Figura 37.</b> % de inquiridos que declaram como dificuldade mais relevante " <i>os custos elevados da habitação</i> ".....	227
<b>Figura 38.</b> % de inquiridos que declaram como dificuldade mais relevante " <i>o custo elevado de criar filhos</i> ".....	227
<b>Figura 39.</b> % de inquiridos que declaram como dificuldade mais relevante " <i>O nível de apoio financeiro estatal para as famílias</i> ".....	228
<b>Figura 40.</b> Facilidade/dificuldade na conciliação da vida familiar com a vida profissional .....	229
<b>Figura 41.</b> % de inquiridos que declaram sentir dificuldades na conciliação da vida familiar com a vida profissional .....	230
<b>Figura 42.</b> Dificuldade na conciliação da vida familiar com a vida profissional na Europa e Portugal segundo o género dos inquiridos .....	234
<b>Figura 43.</b> Dificuldade na conciliação da vida familiar com a vida profissional segundo a situação financeira familiar dos inquiridos.....	235

<b>Figura 44.</b> Dificuldade na conciliação da vida familiar com a vida profissional segundo o número e idade dos filhos dos inquiridos .....	236
<b>Figura 45.</b> Tendências gerais sobre a orientação do papel social da Mulher e do Homem na Europa .....	238
<b>Figura 46.</b> Tendências Europeias sobre a Orientação do Papel Social da Mulher segundo o País: <i>“Obrigação da mulher reduzir o trabalho remunerado pelo bem da família”</i> .....	240
<b>Figura 47.</b> Tendências Europeias sobre a Orientação do Papel Social do Homem segundo o País: <i>“Prioridade dos homens sobre as mulheres quando os empregos são poucos”</i> .....	241



## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Síntese dos módulos do questionário SHARE, <i>Wave 4</i> .....	92
<b>Quadro 2.</b> Quadro de síntese de operacionalização das variáveis analisadas no módulo DN no SHARE, <i>Wave 4</i> .....	93
<b>Quadro 3.</b> Quadro de síntese de operacionalização das variáveis analisadas no módulo CH no SHARE, <i>Wave 4</i> .....	94
<b>Quadro 4.</b> Quadro de síntese de operacionalização das variáveis analisadas no módulo PH, EP e HH no SHARE, <i>Wave 4</i> .....	96
<b>Quadro 5.</b> Quadro de síntese de operacionalização das variáveis analisadas no módulo SP no SHARE, <i>Wave 4</i> .....	97
<b>Quadro 6.</b> Quadro de síntese de operacionalização das variáveis analisadas no módulo FT no SHARE, <i>Wave 4</i> .....	98
<b>Quadro 7.</b> Síntese dos módulos do questionário.....	100
<b>Quadro 8.</b> Quadro de síntese de operacionalização das variável relativa às Atitudes perante o Estado-Providência, funcionamento dos serviços e apoios sociais em Portugal no ESS4 .....	101
<b>Quadro 9.</b> Quadro de síntese de operacionalização da variável relativa ao perfil sociodemográfico no ESS4.....	102
<b>Quadro 10.</b> Quadro de síntese de operacionalização das variáveis analisadas no Flash Eurobarómetro 247 .....	108
<b>Quadro 11.</b> Quadro de síntese de operacionalização das variáveis analisadas no Eurobarómetro 74.1 .....	111

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Caracterização sociodemográfica da amostra .....	118
<b>Tabela 2.</b> Composição dos agregados familiares da amostra.....	120
<b>Tabela 3.</b> Condições de vida da amostra.....	120
<b>Tabela 4.</b> Distribuição do rendimento mensal da amostra por intervalos .....	121
<b>Tabela 5.</b> Envolvimento dos avós na prestação de cuidados a netos .....	123
<b>Tabela 6.</b> Intensidade dos cuidados prestados aos netos pelos avós.....	123
<b>Tabela 7.</b> Ajuda regular nos cuidados pessoais envolvendo os indivíduos com 55 ou mais anos nas duas direcções (dar e receber) às pessoas do agregado familiar .....	127
<b>Tabela 8.</b> Transferências financeiras envolvendo os indivíduos com 55 ou mais anos nas duas direcções (dar e receber) e no valor mínimo de 250 euros.....	128
<b>Tabela 9.</b> Receptores das transferências financeiras dos indivíduos com 55 ou mais anos no valor mínimo de 250 euros.....	129
<b>Tabela 10.</b> Incidência de co-residência dos indivíduos com 55 ou mais anos com os 3 primeiros filhos.....	130
<b>Tabela 11.</b> O género dos avós prestadores de cuidados aos netos (% em coluna) .....	133
<b>Tabela 12.</b> O género dos indivíduos co-residentes e dos residentes em proximidade dos filhos (% em coluna) .....	135
<b>Tabela 13.</b> O género dos actores envolvidos nas transferências financeiras (dar e receber) nos indivíduos com 55 ou mais anos (% em coluna) .....	137
<b>Tabela 14.</b> Modelo para as determinantes estruturais da probabilidade de envolvimento em transferências intergeracionais materializadas na prestação de cuidados aos netos .....	139
<b>Tabela 15.</b> Envolvimento e intensidade no cuidado aos netos segundo a idade dos avós (% em linha) .....	142

<b>Tabela 16.</b> Envolvimento e intensidade no cuidado aos netos segundo a situação no mercado de trabalho dos avós (% em linha) .....	143
<b>Tabela 17.</b> A idade dos filhos progenitores dos netos de quem se cuida (% em coluna) .....	143
<b>Tabela 18.</b> A situação no mercado de trabalho dos progenitores dos netos de quem se cuida (% em coluna) .....	144
<b>Tabela 19.</b> A escolaridade dos progenitores dos netos de quem se cuida (% em linha)	144
<b>Tabela 20.</b> A idade dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna) .....	145
<b>Tabela 21.</b> A situação no trabalho dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna) .....	145
<b>Tabela 22.</b> A idade dos filhos dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna) .....	146
<b>Tabela 23.</b> A idade dos filhos em co-residência e proximidade residencial dos indivíduos com 55 ou mais anos (% em coluna) .....	147
<b>Tabela 24.</b> A escolaridade dos filhos em co-residência e proximidade residencial dos indivíduos com 55 ou mais anos (% em coluna) .....	149
<b>Tabela 25.</b> A situação no mercado de trabalho dos filhos em co-residência e proximidade residencial dos indivíduos com 55 ou mais anos (% em coluna).....	150
<b>Tabela 26.</b> A idade dos indivíduos mais velhos em co-residência e proximidade residencial com os filhos (% em coluna) .....	151
<b>Tabela 27.</b> A situação no mercado de trabalho dos indivíduos mais velhos em co-residência e proximidade residencial com os filhos (% em coluna) .....	152
<b>Tabela 28.</b> Co-residência e proximidade residencial dos avós que cuidam de netos (% em coluna).....	154
<b>Tabela 29.</b> Modelo para as determinantes estruturais da probabilidade de co-residência com os filhos entre os indivíduos com 55 ou mais anos.....	155

<b>Tabela 30.</b> Modelo para as determinantes estruturais da probabilidade de co-residência com os filhos entre os indivíduos com 55 ou mais anos.....	157
<b>Tabela 31.</b> Estado civil dos avós envolvidos no cuidado aos netos (% em coluna) .....	158
<b>Tabela 32.</b> Estado civil dos indivíduos em co-residência e proximidade residencial com os filhos (% em coluna) .....	160
<b>Tabela 33.</b> Estado civil dos indivíduos que se envolvem em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna) .....	160
<b>Tabela 34.</b> O estado de saúde dos indivíduos envolvidos no cuidado aos netos (% em coluna).....	162
<b>Tabela 35.</b> A percepção subjectiva do estado de saúde dos avós que se envolvem no cuidado aos netos (% em coluna).....	162
<b>Tabela 36.</b> A percepção subjectiva do estado de saúde dos avós em co-residência e proximidade residencial com os filhos (% em coluna).....	163
<b>Tabela 37.</b> Estado de saúde dos indivíduos em co-residência e proximidade residencial com os filhos (% em coluna) .....	164
<b>Tabela 38.</b> Estado de saúde dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna) .....	164
<b>Tabela 39.</b> A escolaridade dos avós envolvidos no cuidado aos netos (% em coluna) ..	167
<b>Tabela 40.</b> O rendimento mensal dos avós envolvidos no cuidado aos netos (% em coluna).....	168
<b>Tabela 41.</b> Risco de pobreza dos indivíduos envolvidos no cuidado aos netos (% em coluna).....	168
<b>Tabela 42.</b> Escolaridade dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna) .....	169
<b>Tabela 43.</b> Rendimento mensal e risco de pobreza dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna) .....	169

<b>Tabela 44.</b> Escolaridade dos filhos dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna) .....	170
<b>Tabela 45.</b> Situação no mercado de trabalho dos filhos dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna) .....	170
<b>Tabela 46.</b> Modelo das determinantes estruturais da probabilidade de ocorrer transferência financeira em que os indivíduos com 55 ou mais anos são os dadores....	171
<b>Tabela 47.</b> Escolaridade dos indivíduos em co-residência e proximidade residencial dos filhos (% em coluna) .....	173
<b>Tabela 48.</b> Rendimento mensal dos Indivíduos em co-residência e proximidade residencial dos filhos (% em coluna).....	174
<b>Tabela 49.</b> Risco de pobreza dos indivíduos em co-residência e proximidade residencial com os filhos (% em coluna) .....	174
<b>Tabela 50.</b> Distribuição das amostras nacionais por País.....	177
<b>Tabela 51.</b> Caracterização sociodemográfica das amostras nacionais segundo o Sexo	178
<b>Tabela 52.</b> Caracterização sociodemográfica das amostras nacionais segundo a Idade .....	179
<b>Tabela 53.</b> Modelo de regressão logística binária para estimar a probabilidade de um indivíduo declarar estar satisfeito com os serviços de apoio formal públicos a crianças	186
<b>Tabela 54.</b> Modelo de regressão logística binária para estimar a probabilidade de um indivíduo declarar estar satisfeito com os serviços de apoio a cuidadores de idosos dependentes.....	188
<b>Tabela 55.</b> Modelos de regressão logística binária para estimar a probabilidade de diferentes tipos de orientação normativa em relação ao cuidado a idosos (expresso enquanto arranjo preferencial para prestar cuidados aos próprios pais) .....	204
<b>Tabela 56.</b> Opinião acerca da melhor forma de organizar a forma de cuidar de crianças em idade pré-escolar .....	208
<b>Tabela 57.</b> Modelo de regressão logística binária para estimar a probabilidade de um indivíduo declarar ser expectável os avós cuidarem de crianças em idade pré-escolar.	214

<b>Tabela 58.</b> Tendência Europeia geral do nível de vida dos pensionistas e reformados e a prestação de serviços de cuidados infantis a preços acessíveis para os pais trabalhadores, numa escala de 0 (muitíssimo mau) a 10 (muitíssimo bom) .....	217
<b>Tabela 59.</b> Percepção geral dos efeitos dos serviços e apoios sociais em diferentes áreas da vida na Europa.....	224
<b>Tabela 60.</b> Dificuldades diárias mais relevantes na vida familiar da amostra.....	226
<b>Tabela 61.</b> Modelo de regressão logística binária para estimar a probabilidade de um indivíduo declarar dificuldade na conciliação da vida familiar com a vida profissional....	232
<b>Tabela 62.</b> Orientação para o Papel Social da Mulher e do Homem na Europa e Portugal segundo o género dos inquiridos .....	243
<b>Tabela 63.</b> Orientação para o Papel Social da Mulher e do Homem na Europa e Portugal segundo a idade dos inquiridos .....	244
<b>Tabela 64.</b> Orientação para o Papel Social da Mulher e do Homem na Europa e Portugal segundo a escolaridade dos inquiridos .....	245
<b>Tabela 65.</b> Orientação para o Papel Social da Mulher e do Homem na Europa e Portugal segundo o rendimento dos inquiridos .....	246
<b>Tabela 66.</b> Orientação para o Papel Social da Mulher e do Homem na Europa e Portugal segundo a situação de ter crianças a viver em casa .....	248
<b>Tabela 67.</b> Orientação para o Papel Social da Mulher e do Homem na Europa e Portugal segundo a situação de nunca ter tido filhos a viver no agregado familiar .....	248
<b>Tabela 68.</b> Modelo de regressão logística binária para estimar a probabilidade de genderização do cuidado na família.....	250
<b>Tabela 69.</b> Modelo de regressão logística binária para estimar a probabilidade de genderização da participação no mercado de trabalho .....	251

## LISTA DE SIGLAS

AVD - Actividades de vida diárias  
CAPI - Entrevista Pessoal Assistida por Computador  
DEAS - German Ageing Survey  
EB - Eurobarómetro  
ECHP- European Community Household Panel  
ELSA - English Longitudinal Study of Ageing  
ESS - European Social Survey  
GGG - Gender and Generation Survey  
HRS - Health and Retirement Survey  
IFLS - Indonesia Family Life Survey  
LOGG - Norwegian Life-course, Generations and Gender Study  
MEA - Munich Center for the Economics of Aging  
NKPS - Netherlands Kinship Panel Study  
NSFH - National Survey of Family and Households  
OASIS - Old Age and Autonomy: The Role of Service Systems and Inter-generational Family Solidarity  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
SHARE - Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe  
UE – União Europeia  
VIH - Vírus da Imunodeficiência Humana  
WEBCATI - Entrevistas através de telefone assistidas por computador online

## INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um dos fenómenos demográficos mais preocupantes nas sociedades modernas e amplamente debatido na agenda nacional e internacional. Trata-se de um fenómeno universal, típico de diversas regiões do mundo, sendo que as projecções estimam, em 2050, um efectivo total de cerca de 2000 milhões de pessoas com mais de 60 anos, representando mais de 20% da população mundial (Ferreira & Monteiro, 2008).

A Europa, e Portugal em particular, vivenciam uma rápida transição demográfica, caracterizada essencialmente por um aumento progressivo e acentuado da população idosa. A nível nacional, os Censos 2011, mostram que a estrutura etária da população destacou os desequilíbrios já demonstrados na década anterior, diminuindo a base da pirâmide e alargando-se o cimo, agravando-se assim o fosso entre jovens e idosos: menos jovens e mais pessoas idosas (INE, 2012).

Trata-se de uma tendência austera, com fortes implicações estruturantes a vários níveis, despoletando necessidades muito específicas e que representa para a sociedade, em geral, importantes desafios e oportunidades. Se a nível económico e político se colocam questões problemáticas como a sustentabilidade do sistema de segurança social e de saúde (contrato geracional), o crescimento económico, o mercado de trabalho, a produtividade e competitividade das empresas, a nível social e familiar colocam-se as questões relacionadas com os cuidados de idosos dependentes (formal e informal), com a solidariedade intergeracional e com a própria reintegração dos mais velhos na sociedade. São também as necessidades desta sociedade envelhecida que incitam novas oportunidades e fazem surgir novas formas de criação de valor, contrastando com alguma hostilidade em relação às pessoas mais velhas que por vezes se faz sentir.

Estas tendências demográficas da última década foram também acompanhadas por mudanças na vida familiar (Wall, Aboim, Leitão & Marinho, 2012). Actualmente as famílias portuguesas são mais pequenas, existe menor frequência de co-residência do casal com outros familiares, mais indivíduos a viver sozinhos e uma multiplicidade acentuada de configurações familiares, seja relativamente à conjugalidade ou à parentalidade (Marinho & Atalaia, 2013). Além disso, deparamo-nos nas famílias com o entrecruzamento entre três ou mais gerações vivas (bisavós, avós, pais, filhos e netos), ou seja, o número de gerações em vida aumenta e o número de elementos da família diminui (Hagestad & Herlofson, 2007), o que faz com que os mais velhos desempenhem durante mais tempo papéis intergeracionais (Harper, 2006).



Por outro lado, a grave crise económica surgida em 2008 e as políticas de austeridade subsequentes emanadas pelo Estado tiveram efeitos sociais e económicos importantes na sociedade, nas famílias e nos indivíduos, principalmente nos mais vulneráveis e num país como o nosso onde o Estado-Providência sempre foi tido como frágil e insuficiente. O Estado-Providência português tem sido apresentado como “*quase-Estado-Providência*” (Santos & Ferreira, 2002). Apesar do Estado se assumir como principal criador de Bem-Estar, no nosso país tem coexistido com outros garantes de providência social que contribuem para diluir as suas falhas, compensando-as (ainda que de forma indirecta), reduzindo os riscos e as necessidades através da provisão de Bem-Estar: a Sociedade-Providência (Nunes, 1995; Santos, 1992, 1995; Santos & Ferreira, 2002).

Por definição, as transferências intergeracionais são trocas de recursos entre pessoas de diferentes gerações, geralmente parentes, sem pagamento explícito (Lee, 2013; Mason, Lee, Tung, Lai, & Miller, 2008). Estas transferências podem ser públicas ou privadas atravessando o mercado, o Estado ou a família (Albuquerque, 2011a). As transferências privadas geralmente acontecem ao longo das linhagens familiares directas, tendo pouca expressividade as transferências para parentes na linha colateral (Kholi & Künemund, 2003).

As transferências intergeracionais são de grande dimensão e a sua influência é particularmente importante na desigualdade e no crescimento entre gerações (Mason et al., 2008), repercutindo-se não só na economia familiar, mas também na vida quotidiana e trajectória social (Vasconcelos, 2002).

O padrão das transferências intergeracionais varia em função do regime de Estado-Providência vigente nos diferentes países Europeus. Esta variabilidade reflecte os padrões de comportamento, as políticas sociais tradicionais, as normas familiares e os contextos culturais nestes países, mas também em função das necessidades que surgem ao longo do ciclo vital e dos recursos disponíveis.

A literatura dedicada à solidariedade entre gerações, entre pais mais velhos e filhos adultos, subdividiu-a em seis dimensões capazes de explicar as relações familiares intergeracionais, as quais podem interagir entre si precipitando ou minimizando o efeito de uma ou outra, designadamente a solidariedade: estrutural, associativa, funcional, emocional ou afectiva, consensual e normativa (Bengtson, 2001; Bengtson & Roberts, 1991; Silverstein & Bengtson, 1997). Contudo, a dimensão funcional foi a escolhida para a presente investigação, na medida em privilegia o sistema de ajuda e trocas de recursos entre gerações e permite objectivar os volumes, direcções e protagonistas de um cuidado, realizado por parte das pessoas mais velhas nas famílias, muitas vezes

invisível, com valor, mas “sem preço” associado. Consequentemente, o nosso foco de atenção incide sobre o conteúdo das seguintes transferências: i) financeiras, que se referem à passagem de rendimento ou riqueza para pessoas de outras gerações, inclui heranças ou legados e as transferências inter-vivos enquanto os pais estão vivos; ii) de tempo, que abrange a ajuda (e.g. actividades domésticas, transporte, compras ou actividades de natureza administrativa), o cuidado (actividades de cuidados pessoais como e.g. ajudar a vestir, a lavar, a dar de comer) e o apoio sócio emocional; iii) de espaço, que se refere à co-residência de diferentes gerações para além da idade em que é comum criar uma família nuclear própria (Attias-Donfut, Ogg, & Wolff, 2005; Wolff & Attias-Donfut, 2007).

A verdade é que a literatura, na sua maioria europeia, é profícua ao referir que as pessoas mais velhas possuem um campo de potencialidades enormes e desenvolvem actualmente um importantíssimo papel de apoio às suas famílias, sendo em muitos casos determinantes na ajuda que dão aos seus filhos adultos e netos (Albertini & Kohli, 2012; Attias-Donfut, Ogg, & Wolff, 2005; O'Dwyer, Buckley, Feist, & Parker, 2012; Scodellaro, Khlat & Jusot, 2012; Wolff & Attias-Donfut, 2007).

Se tivermos, ainda, em linha de conta o clima de crise económica, financeira e social que a Europa e o mundo têm atravessado nos últimos anos, com o consequente recuo do Estado-Providência, as trocas intergeracionais assumem-se efectivamente como uma prática central e de suprema importância na provisão de Bem-Estar na modernidade, com um protagonista que muitos diriam improvável: as pessoas mais velhas. Assim, e no seguimento do descrito anteriormente, justifica-se desenvolver um estudo que permita descortinar esta dinâmica na realidade portuguesa, não só pela sua actualidade, mas também pela sua dimensão ou volume e os seus efeitos ou impacto sobre as políticas sociais, a sociedade e a família.

O presente estudo afasta-se da concepção das pessoas mais velhas enquanto consumidoras de recursos familiares e coloca ênfase na sua figura enquanto recurso na esfera familiar, particularmente para as gerações mais novas, realçando a robustez da solidariedade intergeracional.

O objectivo geral da investigação estrutura-se segundo duas linhas principais, nomeadamente:

- Descrever os perfis, as dinâmicas e os significados das transferências intergeracionais privadas entre as pessoas mais velhas e os seus descendentes no contexto português. São focos de atenção a dimensão, o valor e o impacto na vida familiar para aqueles que estão envolvidos neste processo;

- Explorar os sistemas de valores europeus no domínio das solidariedades familiares, em particular as expectativas e preferências dos cidadãos europeus.

Mais especificamente pretende-se:

- Caracterizar as transferências intergeracionais dadas e recebidas, em horas (tempo), co-residência (espaço) e valor monetário (dinheiro);
- Caracterizar os intervenientes das transferências intergeracionais;
- Identificar a direcção do fluxo das transferências intergeracionais;
- Analisar a relação entre algumas variáveis sociodemográficas dos intervenientes e os três tipos de transferências;
- Explorar as mudanças em determinadas variáveis resposta, relacionadas com as várias formas de transferências intergeracionais, em função das variáveis sociodemográficas e do contexto político, institucional e cultural do país.

Para melhor compreensão e organização da presente investigação estruturou-se a sua redacção em quatro partes distintas, ainda que complementares, que sumariamente se apresentam.

No que respeita à primeira parte, relativa ao referencial teórico conceptual, efectuamos uma análise teórica e conceptual, com revisão da literatura relevante no âmbito da problemática em estudo, de modo a fornecer ao leitor um conjunto de informações que possibilitem obter um entendimento comum sobre o objecto de investigação. Inicialmente, no primeiro capítulo, procura-se discutir as grandes questões teóricas e desafios sociais no âmbito das transferências intergeracionais, nomeadamente os diferentes modelos de Estado de Bem-Estar, realçando as particularidades que caracterizam o caso português e o quadro de crise do Estado-Providência onde sobressai a centralidade das solidariedades intergeracionais. Prossegue-se a discussão abordando a problemática do envelhecimento demográfico neste enquadramento, nomeadamente a história da família e as reconfigurações familiares a nível estrutural e dinâmico na contemporaneidade, bem como o papel social das pessoas mais velhas nas dinâmicas familiares de troca. Este capítulo termina com as definições conceptuais que balizam as transferências intergeracionais (tempo, dinheiro e espaço).

O segundo capítulo incide nas materializações e motivações para as transferências intergeracionais onde se apresentam os vários modelos teóricos explicativos da acção, designadamente o racionalismo económico e o determinismo individual, as determinantes estruturais e institucionais e o institucionalismo sociológico.

Posteriormente elabora-se uma abordagem multidimensional às transferências intergeracionais fazendo uma análise às motivações materiais em confronto com as motivações culturais/normativas.

A segunda parte, relativa ao referencial metodológico, inclui a informação sobre o desenho da investigação. Ao longo desta parte apresenta-se a estratégia metodológica adoptada, dando a conhecer, nomeadamente as potencialidades e limites associados a essa opção, bem como o modelo analítico, as questões e hipóteses da pesquisa. São ainda explicados todos os procedimentos relativos à concretização do trabalho empírico, fontes de dados, descrição dos instrumentos e técnicas utilizadas na recolha de informação, assim como o método de tratamento de dados.

A terceira parte, centrada no estudo empírico, é totalmente dedicada à apresentação, análise e discussão dos principais resultados. O primeiro capítulo foca as transferências intergeracionais na sua materialização e os seus protagonistas e, o segundo faz uma análise comparativa aos sistemas de valores europeus no domínio das solidariedades familiares traçando um quadro geral sobre as expectativas e preferências.

Na quarta e última parte, as conclusões, validam-se as deduções lógicas firmadas nos resultados obtidos e destacam-se os resultados mais significativos, seguindo-se uma reflexão sobre as implicações para a gerontologia e para as políticas sociais.



## **CAPÍTULO 1. TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS: DESAFIOS SOCIAIS E QUESTÕES TEÓRICAS**

Ao longo da história as relações intergeracionais têm representado uma forma importante de apoio para os vários membros da família. O fenómeno do envelhecimento populacional e as mudanças na família, bem como o cenário da forte crise económica e de contracção das políticas sociais na última década tem evidenciado a importância das relações intergeracionais na família, criando-se um espaço interessante de discussão sociopolítica e económica sobre as mesmas. Várias áreas científicas, e a gerontologia em particular, têm desenvolvido um trabalho considerável na exploração e desconstrução do papel das pessoas mais velhas neste âmbito.

Ao longo desta secção procura-se localizar a literatura existente acerca do conceito central desta investigação, as transferências intergeracionais. Neste sentido, inicialmente é realizada uma breve reflexão acerca das particularidades do desenvolvimento do Estado-Providência português e do papel ancestral da Sociedade-Providência na resposta às necessidades mais prementes dos indivíduos e das suas famílias. Prossegue-se a discussão abordando a problemática do envelhecimento demográfico neste enquadramento, nomeadamente a história da família e as reconfigurações familiares a nível estrutural e dinâmico na contemporaneidade, bem como o papel social das pessoas mais velhas nas dinâmicas familiares de troca. Este capítulo termina com as definições conceptuais que balizam as transferências intergeracionais (tempo, dinheiro e espaço).

### **1. A EMERGÊNCIA DA DISCUSSÃO POLÍTICA E ACADÉMICA SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS**

Neste primeiro ponto procura-se reconstruir a história do conceito das transferências intergeracionais a partir da própria história do Estado-Providência e, a forma como as solidariedades formais, institucionalizadas nos diferentes modelos de Estado-Providência, assentaram em pressupostos distintos sobre o lugar das transferências intergeracionais. Posteriormente reúne-se um conjunto de argumentos que demonstram como as solidariedades intergeracionais constituem uma prática moderna de provisão de Bem-Estar em reacção à crise do Estado-Providência.

### 1.1. Os modelos de Estado-Providência e o lugar das transferências intergeracionais

No contexto internacional, Portugal inicia o processo de desenvolvimento da intervenção do Estado no domínio económico e social após a Segunda Grande Guerra Mundial. Este processo é essencialmente marcado pela criação de sistemas de segurança social e a institucionalização a nível europeu do designado *Welfare State*, Estado Social, Estado de Bem-Estar ou Estado-Providência.

Surge tardiamente face aos seus congéneres europeus, quando pela Europa países como Alemanha, França e Reino Unido há muito se preocupavam com as questões de protecção social, e numa época marcada pela grande escassez de serviços públicos básicos, pelo desemprego e pela pobreza das classes sociais mais desfavorecidas. Segundo Boaventura Santos (1987) surge de um compromisso (pacto económico e social) entre o Estado, o Capital e o Trabalho, em que os capitalistas abdicam a parte da sua autonomia e dos seus lucros e os trabalhadores a parte das suas exigências socioeconómicas. Esta renúncia partilhada passa a ser gerida pelo Estado, que transforma o excedente libertado, ou seja, os recursos financeiros que lhe provêm da tributação privada e das receitas salariais em capital social.

O Estado-Providência define-se como configuração política complexa, característica das sociedades capitalistas e fundamentada em quatro dimensões estruturantes: i) convenção entre capital e trabalho sob a protecção do Estado; ii) relação permanente entre acumulação e legitimação; iii) alto nível de consumos sociais e em investimentos; e iv) o princípio que os direitos sociais são direitos dos indivíduos (Santos, 1987, 1992). Apoiado em fundamentos de regulação social, económica e política da sociedade, o seu principal objectivo é a promoção do Bem-Estar e a protecção social da população (Caeiro, 2011; Mozzicafreddo, 1992, 1994).

No desenvolvimento do Estado-Providência português José Pereirinha e Daniel Carolo (2006, 2009) identificam três períodos. O primeiro período ficou marcado pela instituição e consolidação da previdência social em 1935, baseada numa protecção social securista (seguros sociais obrigatórios) e pelas sucessivas reformas e ajustamentos durante do período do Estado-Novo. Esta ideologia predominou até aos anos sessenta, sendo apoiada num quadro corporativista de inspiração *bismarkiana*, de garantia de direitos sociais associados ao mercado de trabalho, em que situações de risco social como a substituição de rendimento em caso de velhice, invalidez e sobrevivência estavam cobertos numa lógica de seguro social e de solidariedade profissional.

A realçar neste período e no âmbito das políticas de apoio à família, a criação do abono de família em 1942, domínio onde Portugal se tornou um dos países pioneiros na criação de uma prestação social familiar. No contexto internacional, esta figura do “abono de família” implementada pelo Estado Português é considerada inovadora, na medida em que estava apenas a funcionar em países com sistemas de protecção social mais desenvolvidos, o que colidia com o carácter básico e com as graves deficiências ao nível da cobertura material e pessoal do sistema de previdência vigente nesta época no nosso país. Além disso, assume-se com natureza e orientação diferenciada comparativamente à existente noutros países europeus que adoptaram medidas semelhantes, uma vez que nasce como um complemento ao salário no quadro da doutrina corporativa da remuneração familiar. Ou seja, visa compensar, em termos de salário familiar, as insuficiências de rendimento oriundo do salário do trabalhador pago pela entidade patronal, contrariamente ao seu carácter de prestação social praticado noutros países (Pereirinha, Arcanjo & Carolo, 2009). Este elemento poderá ser considerado, até certa medida, como uma expressão do carácter estruturante das transferências intrafamiliares na produção de Bem-Estar e na assunção do papel do Estado como subsidiário dessa unidade fundamental, em Portugal.

Neste período, e contrariamente ao resto da Europa, as políticas sociais em Portugal não se pautavam por princípios igualitários e democráticos, assentavam sim no importante papel da família, na supletividade do Estado, na responsabilidade individual pela adesão aos planos de protecção, na inexistência de comparticipação e na forte presença fiscalizadora do Estado (Pereirinha & Carolo, 2006, 2009).

O segundo período do desenvolvimento do Estado-Providência apontado por estes autores sucedeu à Revolução de 25 de Abril de 1974, onde o regime democrático veio consolidar os direitos de cidadania, consagrando direitos civis, políticos e ampliando os direitos sociais. Seguindo uma lógica *beveridgeana*, notaram-se mudanças significativas na sociedade portuguesa com implementação de medidas de natureza universal com o objectivo de minorar as desigualdades e a pobreza nomeadamente, medidas de protecção no regime contributivo e não contributivo (pensões sociais), à velhice e invalidez, protecção da maternidade e primeira infância, a criação do Sistema Nacional de Saúde e novos planos do abono de família. A par com o investimento nestas novas políticas de protecção social que em muito vieram beneficiar os cidadãos, também há a notar um forte impacto sobre a despesa pública, aumentando-a (ibidem).

De assinalar que neste mesmo período e depois de uma época de forte crescimento e prosperidade económica desde do Pós II Guerra Mundial, que Ferrera (2008) designa por “Trinta Gloriosos” (*Trente Glorieuses*), começa a sentir-se pela



Europa o início da crise dos diversos modelos de Estado-Providência do Pós-Guerra e ao desenvolvimento de diversas estratégias para responder a este cenário nas principais economias mundiais (Mendes, 1995). Um pouco por toda a Europa, e também nos países que haviam sido mais marcados pela desfamiliarização da produção de Bem-Estar Social, assistia-se a um regresso paulatino da solidariedade familiar ao discurso político e ao argumentário das políticas sociais e do papel do Estado.

O terceiro período coincide com a integração de Portugal à UE, iniciada em Janeiro de 1986, caracterizada pela europeização das políticas sociais e consequentemente por transformação do contexto, conteúdo e das orientações políticas agora convergentes com a Europa. Para Ferrera (2008) um dos fundamentos para crise do Estado-Providência residiu precisamente nas tensões externas decorrentes da globalização e da integração europeia, para além das alterações internas nas economias domésticas e nas estruturas sociais. Com esta integração foram sendo introduzidas novas restrições e limitações (fundadas numa lógica de disciplina económica, fiscal e monetária) para os governos nacionais criarem, gerirem e financiarem os seus sistemas de protecção social.

De acordo com Miriam Halpern Pereira (1999) Portugal transitou ao longo da sua história pelos três regimes de Bem-Estar identificados por Esping-Andersen (1990):

- I) O Estado-Providência Liberal ou Anglo-saxónico, característico de países como Estados Unidos da América, a Austrália e o Canadá, que prevaleceu até aos anos 20 e onde o mercado é o elemento chave. O Estado incentiva a participação das pessoas no mercado laboral e garante apenas o mínimo de protecção social. Vigoram planos de Bem-Estar Social parcos, onde a universalidade é limitada, sendo os destinatários da assistência estatal os mais pobres e com baixos rendimentos (e.g. a classe trabalhadora ou dependentes do Estado). Existe um dualismo no sistema de estratificação social, caracterizado por uma manifesta distinção entre os que recebem protecção do Estado e aqueles indivíduos que conseguem pagar planos privados de Bem-Estar;
- II) O Estado-Providência Conservador/Corporativista ou Continental, próprio de países como a Alemanha, a Áustria, a França e a Itália, vigente dos anos 30-40 até 1974. Este regime é caracterizado por um forte corporativismo e está sob uma grande influência da Igreja, muito comprometida com os valores da família tradicional. Este modelo integra o princípio da subsidiariedade, em que o Estado não trata da mesma forma todos os indivíduos ou grupos, mas em função da sua classe social, cabendo-lhe uma actividade interventiva de excepção. A família patriarcal constitui o núcleo de provisão de Bem-Estar Social para os que não

estão a laborar. Os benefícios destinados à família instigam a maternidade, não promovendo o desenvolvimento de creches/infantários ou outros serviços públicos idênticos de apoio à família que se encontram subdesenvolvidos. Tal como o regime anterior, o sistema de estratificação social é dualista, baseado nas diferenças do *status*. O Estado detém baixo impacto na redistribuição e os planos de protecção social apoiam-se fundamentalmente em transferências monetárias;

III) O Estado-Providência Social-Democrático ou Escandinavo/Nórdico, particular de países como a Suécia, a Noruega e a Dinamarca a que Portugal se tentou aproximar após a revolução de 1974. Neste regime o Estado assume um papel fundamental no provimento de Bem-Estar Social, adoptando responsabilidades sociais pesadas. O princípio do universalismo dos direitos sociais é alargado à classe média, procurando a igualdade dos cidadãos e reduzindo a dependência individual face ao mercado e à família. Procura-se assegurar o direito ao trabalho, com o objectivo de maximizar os rendimentos, de minorar os problemas sociais e assim, possibilitar financeiramente serviços de qualidade que possam ser partilhados por todos. Prevalece a noção “All benefit; all are dependent; and all will presumably feel obliged to pay” (Esping-Andersen, 1990, p.28).

Enquanto modelo de Estado-Providência, Portugal tem sido ora esquecido, ora classificado como membro de um quarto regime: nos países do Sul da Europa, na categoria dos países familialistas “*familialistic*” onde a provisão de Bem-Estar Social é suportada essencialmente pela família e onde as mulheres são provedoras de cuidados por excelência (Andreotti et al. 2001; Arcanjo, 2006; Bonoli, 1997; Ferrera, 1996; Silva, 2002; Trifiletti, 1999). Algumas das principais características deste modelo resumem-se a:

I) Um sistema de protecção social dualista, onde coexiste uma posição de protecção magnânima para alguns indivíduos (funcionários públicos e trabalhadores das grandes indústrias) e outros usufruindo de protecção modesta ou com privação total (trabalhadores precários, autónomos e empregados de pequenas empresas);

II) Um Sistema Nacional de Saúde alicerçado nos sistemas *beveridgeanos*, norteados pela universalidade, pelos direitos de cidadania e inspirado no modelo britânico;

III) Tradição de um sistema *bismarkiano* de protecção social, com uma baixa intervenção do Estado na provisão de Bem-Estar;

IV) Presença do “particularismo institucional” sob duas perspectivas, por um lado, o reforço do clientelismo político por meio de pensões de invalidez ou de reforma antecipada e subsídios de doença e, por outro, através da fuga fiscal e do trabalho informal, algumas vezes consentidos pelo Estado;

V) Distribuição desequilibrada da protecção, caracterizado por uma elevada protecção aos idosos e um fraco desenvolvimento dos serviços de apoio às famílias e habitação (Ferrera, 1996; Silva 2002).

Numa análise em profundidade sob os três diferentes domínios de regulamentação destes países: Estado, mercado e família, Andreotti et al. (2001) e Silva (2002) concluem que o Estado tem sido central, mas fraco; a família forte, mas secundária; e o mercado de trabalho tem protegido essencialmente os homens. A isto tem acrescido a elevada fragmentação geográfica e socioeconómica (Andreotti et al., 2001).

A fragilidade do Estado é visível sobretudo através dos baixos níveis de provisão estatal em Bem-Estar Social em termos de benefícios e serviços. Porém, o Estado cumpre um papel central na regulação da maior parte dos sectores de vida social. Nesta conjuntura, as carências de provisão estatal são equilibradas pelas fortes redes tradicionais de solidariedade firmadas em relações de parentesco, da comunidade e pelo terceiro sector (Andreotti et al., 2001; Ferreira, 2013).

Nestes países, com tradição de elevada participação no sector agrícola, o mercado é caracterizado por uma segmentação do mercado de trabalho, altas taxas de desemprego feminino e juvenil, baixas taxas de emprego feminino (situação que não se verifica na realidade portuguesa) e protecção dos trabalhadores do sexo masculino em detrimento do sexo oposto (apesar de se notar uma tendência no sentido de suplantar esta situação) (Andreotti et al., 2001; Karamessini, 2008).

A essência familiar constitui uma das principais características que descrevem o regime da Europa do Sul e o distingue do resto da Europa. Globalmente o sistema familiar destes países assenta em famílias nucleares (apesar de mais gerações, menores no número de membros), com forte nível de solidariedade familiar e comunitária, e uma divisão inflexível do trabalho no agregado familiar baseado no género (os homens trabalham fora e mulheres no seio familiar, cuidando das crianças, pessoas idosas e casa). Resulta desta realidade uma participação diminuta e precária no mercado de trabalho por parte das mulheres e alterações demográficas na estrutura da própria família (baixas taxas de natalidade, co-residência prolongada de jovens adultos com os seus

país e menor incidência de formas de instabilidade familiar) (Andreotti et al. 2001; Silva, 2002).

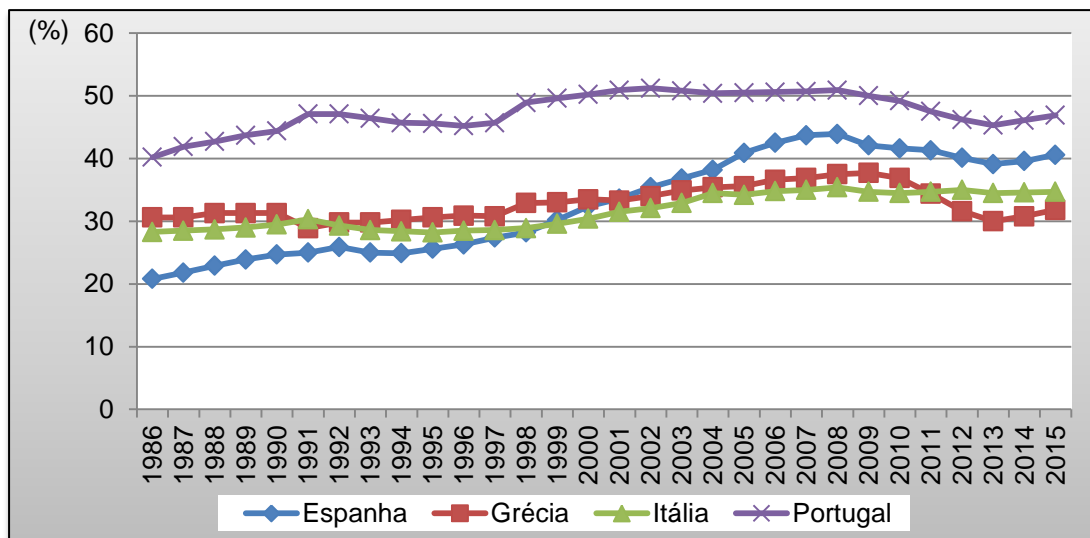
A importância da família e do cuidar informal desenvolvido especificamente por mulheres tem sido matéria de ampla discussão nas pesquisas sobre o Estado de Bem-Estar Social na literatura sobretudo na de inspiração feminista (Daly & Lewis, 2000; Lewis 1992, 1997, 2002; Trifiletti, 1999).

Neste âmbito, as noções feministas têm destacado o papel central da família enquanto provedora de Bem-Estar nos diferentes regimes, assim como as funções desempenhadas por homens e mulheres no seio da mesma. A questão das diferenças de género enfatiza o trabalho doméstico e os cuidados aos dependentes (idosos e crianças) desempenhados pelas mulheres, não remunerado e apoiado nas relações sociais de casamento e parentesco em contraposição com o trabalho remunerado dos homens, traduzindo-se em resultados distintos das políticas sociais para homens e mulheres (Daly & Lewis, 2000; Lewis 1992, 1997, 2002; Portugal, 2008; Trifiletti, 1999).

Uma das fortes características portuguesas diferenciadoras dos seus parceiros do Sul Europeu é a elevada participação das mulheres no mercado de trabalho, marcada pela fragilidade mas com raízes históricas que a tornam estrutural. A mulher portuguesa vive uma realidade muito particular, resultado da entrada forte e precoce das mulheres no mercado de trabalho, reportadas à década de 60 e 70 quando os homens embarcaram rumo à guerra colonial ou emigraram e as mulheres ficaram pressionadas economicamente e com oportunidade de entrar no mercado de trabalho, sobretudo no sector da indústria (Portugal, 2008; Tavora, 2012a; Tavora, 2012b). Os dados mais recentes do Eurostat vêm confirmar desde há vários anos as mais altas taxas de participação feminina no mercado de trabalho em Portugal, comparativamente a Itália, Espanha e Grécia (Figura 1).

Isabel Tavora faz uma análise detalhada e comparativa a este nível, verificando que estes resultados existem alinhados com elevados níveis de familismo, notados sobretudo na organização dos cuidados e na perseverança de valores tradicionais de género (Tavora, 2012a; Tavora, 2012b). Continua-se a comprometer o acesso aos benefícios sociais, à igualdade de direitos e a acessibilidade ao trabalho num contexto que permita a harmonização entre os encargos familiares e laborais (Portugal, 2008; Tavora, 2012a; Tavora, 2012b). O mercado de trabalho a Sul da Europa persiste em favorecer os chefes de família masculinos no emprego permanente face às mulheres, jovens e outros trabalhadores vulneráveis.

**Figura 1.** Evolução da População Empregada de Mulheres em Itália, Espanha, Portugal e Grécia de 1986 a 2015.



Fonte de Dados: Eurostat | Institutos Nacionais de Estatística - Inquérito ao Emprego, disponível em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

Ainda assim, em comparação com os outros três países, em Portugal as diferenças de género são menos significativas em termos de emprego, desemprego, rendimento e poder socioeconómico (Tavora, 2012a; Tavora, 2012b) (Figura 2).

Ainda a este respeito e numa análise acerca das atitudes face à vida familiar na Europa, Sofia Aboim sublinha a importância de não se assumir divisões simplistas entre regimes do Sul, Norte, Centro ou Leste. Se sobre determinados valores Portugal está mais perto dos países escandinavos, e.g. o trabalho das mulheres, a aceitação do divórcio e a multiplicidade de estruturas familiares, noutras aproxima-se da visão tradicionalista da família dos países do Sul ou do Leste da Europa e.g. as mulheres como mães, a importância do respeito pelos pais e os valores a transmitir aos filhos (Aboim, 2013).

**Figura 2.** Portugal versus Espanha, Itália e Grécia: semelhanças e diferenças

	<b>Semelhanças</b>	<b>Diferenças</b>
<b>Antecedentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Industrialização tardia.</li> <li>▪ Ditadura de direita.</li> <li>▪ Forte papel da igreja.</li> <li>▪ Os valores tradicionais de género e família.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O emprego feminino aumentou mais cedo em Portugal associado ao período de emigração e de guerras coloniais 1960-1974.</li> <li>▪ Indústrias de fabricação especializada dominadas pelo sexo feminino.</li> </ul>
<b>Estrutura de emprego</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Forte segmentação do mercado de trabalho.</li> <li>▪ Altos níveis de emprego por conta própria.</li> <li>▪ Altos níveis de trabalho temporário.</li> <li>▪ Os baixos níveis de trabalho a tempo parcial.</li> <li>▪ Forte protecção dos trabalhadores permanentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Níveis mais elevados de emprego feminino.</li> <li>▪ Baixa segmentação do mercado de trabalho baseada no género.</li> <li>▪ Mulheres portuguesas beneficiaram da legislação de protecção do emprego, devido à sua integração no mercado de trabalho mais cedo.</li> <li>▪ Maior participação das mulheres na produção, mas maior diferença salarial neste sector.</li> </ul>
<b>Protecção social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sistema de Bem-Estar fragmentado.</li> <li>▪ Assistência social subdesenvolvida.</li> <li>▪ Sem abono de família universal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Disparidades de género mais baixas em benefícios ligados a registos de trabalho (e.g. subsídio de desemprego).</li> <li>▪ Apenas Portugal implementou um programa de rendimento mínimo nacional.</li> <li>▪ Prestações familiares tornaram-se mais generosas para as famílias de baixa renda, as famílias monoparentais e as mulheres grávidas.</li> </ul>
<b>Sistema de cuidados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tradicionalmente baixa provisão pública de cuidados.</li> <li>▪ Prestação de cuidados a idosos continua a ser inadequada.</li> <li>▪ Crescimento recente notável na assistência à infância.</li> <li>▪ Altos níveis de cuidados informais.</li> <li>▪ Licença de maternidade semelhante.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Portugal oferece a maior cobertura dos serviços em tempo integral (a preços acessíveis).</li> <li>▪ O modelo migrante na família para cuidados a idosos não é dominante em Portugal, onde um modelo mais híbrido prevalece.</li> <li>▪ Novo quadro licença em Portugal destinado a promover a igualdade de género no mercado de trabalho e na família, incentivando a participação dos pais nos cuidados.</li> </ul>
<b>Igualdade de género e família</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Altos níveis de ajuda intergeracional e solidariedade familiar.</li> <li>▪ Divisão doméstica tradicional de trabalho e de atitudes género.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Embora o modelo masculino de ganha-pão no casal prevaleça em Espanha, Itália e Grécia, a família dual-ganha-pão é a norma em Portugal.</li> <li>▪ Portugal apresenta o melhor no Índice de Igualdade de Género da UE.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Tavora, I. (2012a). The southern European social model: Familialism and the high rates of female employment in Portugal. *Journal of European Social Policy*, 22 (1), 63-76. doi: 10.1177/0958928711425269

## 1.2. A crise do Estado-Providência e o regresso das solidariedades intergeracionais

Em virtude de todos os condicionalismos históricos, os modelos de desenvolvimento económico e político, bem como da especificidade do surgimento do Estado-Providência português a sua implementação tem sido considerada como mal sucedida, sendo apelidada de tardia, débil e dualista (Rodrigues, 2000). O Estado-Providência português revelou-se sem capacidade interventiva nas várias áreas sociais de apoio à família, à comunidade e incapaz de responder institucionalmente às contrariedades sociais mais prementes para além de fomentar a protecção dos grupos de trabalho restritos, os indivíduos mais bem pagos, com emprego estável, desamparando os outros grupos populacionais. Os mecanismos estatais de resposta aos problemas sociais foram sendo implementados de forma descontínua, segmentada e sectorial (ibidem). O seu desenvolvimento foi assente num processo de implementação de políticas sociais, de instrumentos de regulação do domínio económico e de políticas de concertação social para responder aos apelos imediatos dos cidadãos, baseadas na centralidade do papel do Estado, cada vez mais presente (Mozzicafreddo, 1992), o que tornou Portugal dos mais atrasados da Europa nesta matéria.

O Estado-Providência português tem sido apresentado como um “*semi-lumpen-Estado-Providência*” (Santos, 1992) ou ainda como “*quase-Estado-Providência*” (Santos & Ferreira, 2001). Apesar do Estado se assumir como principal criador de Bem-Estar, no nosso país tem coexistido com outros garantes de providência social que contribuem para diluir as suas falhas, compensando-as (ainda que de forma indirecta), reduzindo os riscos e as necessidades através da provisão de Bem-Estar: a Sociedade-Providência (Nunes, 1995; Santos, 1992, 1995; Santos & Ferreira, 2001).

Boaventura Sousa Santos falava nos anos 90 sobre um Estado-Providência frágil numa Sociedade-Providência forte (Santos, 1992). Por esta altura, o conceito de Sociedade-Providência muito arraigado no contexto rural, pré-moderno, condenado por alguns à extinção devido aos fenómenos da urbanização, da modernização e ao desenvolvimento da regulação pelo mercado e pelo Estado, ganha novo alento, passando a ser encarado como um fenómeno pós-moderno capaz de colmatar as dificuldades da solidariedade social provenientes de um Estado-Providência em crise (Nunes, 1995).

Por definição a Sociedade-Providência é entendida como o conjunto de relações e práticas sociais informais, desenvolvidas entre parentes e vizinhos, que garantem uma parcela de Bem-Estar e protecção social aos cidadãos, através de trocas de bens e

serviços numa lógica não comercializável (Santos,1992, 1995). Trata-se de relações de comunidade, de entreatajuda e de interconhecimento que são representativas sobretudo para aqueles indivíduos, famílias e grupos sociais que são atingidos pela ausência ou menor protecção do Estado (Santos,1992).

Os princípios orientadores da Sociedade-Providência são três: i) a solidariedade concreta, que se expressa no auxílio nas tarefas domésticas, cuidar dos filhos/netos, emprestar dinheiro, fornecer refeições; ii) a reciprocidade, enquanto processo de ajuda em que as trocas são equipolentes; e iii) o investimento emocional, presente nas trocas que compreendem atitudes emocionais positivas e um ambiente de compreensão, amabilidade, empatia e apoio (Santos,1995).

Estas redes de solidariedade podem envolver ligações complexas e são díspares em função do contexto ambiental (rural *versus* urbano), do grau de formalização, durabilidade, extensão e solidez (Santos,1992; Silva, 2002). Além disso, estão muito relacionadas ao ónus da pequena agricultura familiar e aos atributos sociais e culturais dos grupos sociais que conservam vínculos muito típicos dos meios rurais e pequenos meios urbanos (Nunes, 1995).

Numa discussão sobre o papel das redes sociais na produção de Bem-Estar, especificamente, no acesso aos cuidados de saúde Silvia Portugal descreve a morfologia destas redes e de que forma se articulam com as outras formas de produção de Bem-Estar. Conclui que a morfologia das redes e o tipo de laços ativados (os mais fortes ou mais fracos) vão depender da situação em causa e do tipo de resposta que ela carece, para além de existir uma centralidade das redes no acesso aos recursos (Portugal, 2005).

Nunes (1995) indica que podemos encontrar redes de solidariedade homogêneas e coesas ou heterogêneas. As primeiras, fechadas ao exterior e à renovação nas práticas ou comportamentos, onde não há lugar à divergência de opiniões ou conflitos, controladoras dos seus membros obtêm uma rápida mobilização de recursos, apoio emocional e disponibilidade para qualquer tipo de acontecimentos stressantes. As segundas, mais fragmentadas, oferecem maior flexibilidade e multiplicidade de recursos, permitindo aos seus membros obterem diferentes tipos de apoio.

As dinâmicas englobadas na Sociedade-Providência são diversas. Boaventura Sousa Santos aponta dois exemplos na área da saúde: as visitas voluntárias e informais aos familiares e vizinhos internados nas instituições hospitalares, que previnem o isolamento social das pessoas doentes; e a medicina tradicional/popular que acaba por produzir uma forma particular de saúde (Santos,1992). Estas atividades entrecruzam-se com outras, todas com um papel activo não só na dimensão do Bem-Estar Social, mas também na esfera económica, política e religiosa, contribuindo para complementar os



salários e satisfazer necessidades familiares, tais como a guarda de crianças, o cuidado às pessoas idosas doentes e com limitações funcionais, à pessoa com deficiência e sem emprego (Piselli, 1995).

Apesar das suas virtualidades, a literatura acerca da Sociedade-Providência chama atenção para algumas limitações que também podem ser consideradas áreas de risco da solidariedade informal na provisão de Bem-Estar (Nunes, 1995; Santos, 1992). Boaventura Sousa Santos aponta cinco limitações inerentes à Sociedade-Providência: i) o tipo de serviços/cuidados fornecidos; ii) não primazia do princípio da igualdade, da cidadania e dos direitos sociais; iii) criação evidente de dependências e formas de controlo sociais; e iv) a inflexibilidade espacial e a sobrecarga sobre o papel da mulher no contexto familiar (Santos, 1992).

No mesmo sentido, João Arriscado Nunes ao abordar os problemas ligados às virtualidades e limites da Sociedade-Providência portuguesa identifica e debate em profundidade alguns desses dilemas. Desde logo, a impossibilidade de uma substituição inequívoca do papel do Estado-Providência, dado que dá respostas a necessidades e dificuldades desiguais. Por outro lado, a pressão que mina a Sociedade-Providência dividindo-se entre uma capacidade humanizadora e libertadora e uma produção de desigualdades e exclusões (Nunes, 1995).

Este dualismo assenta na forma como estas redes se constroem e desenvolvem. Geralmente obedecem a uma hierarquia determinada com base em algumas características sociodemográficas dos envolvidos (e.g. sexo, idade, relação de parentesco, profissão, geração e grau de inclusão na rede) o que origina redes estereotipadas (e.g. pessoas em situação de pobreza, delinquentes, emigrantes e idosos). Por outro lado, têm um carácter dinâmico, ou seja, a sua composição modifica-se, não havendo um *status* estável no seio da rede, as relações são construídas num determinado tempo e espaço em função dos contextos e a sua preservação pressupõe trabalho (e.g. através de diálogos, visitas, empréstimos financeiros, ajuda em géneros ou trabalho e festas de família) que vai determinar a pertença ou a exclusão da rede (ibidem).

Luísa Pimentel e Cristina Albuquerque (2010) ao analisarem a prestação de cuidados a pessoas idosas apresentam dois tipos de limites das redes de apoio:

- I) A montante - limites que se impõem na construção das redes tais como: a alteração dos papéis assumidos pelas mulheres nas sociedades contemporâneas; a introdução dos familiares adultos no mercado de trabalho; a mobilidade geográfica; a valorização da privacidade e da intimidade dos atuais núcleos familiares; os constrangimentos materiais; os conflitos familiares ou

desprendimento afectivo; a falta de competências para cuidar; os constrangimentos do processo negocial subjacente à constituição das redes de apoio; e a carência de apoios formais.

II) A jusante - limites decorrentes da prossecução dos cuidados nomeadamente a nível: pessoal, profissional, financeiro e relacional.

O cenário intensificado de crise do Estado-Providência como o que vivemos desde há vários anos tem promovido a discussão acerca da importância destas redes de apoio informal enquanto forma de provisão de Bem-Estar. Tendo por base todos os aspectos aqui apontados podemos depreender que a realidade do Estado-Providência português se tem circunscrito em larga medida à articulação entre o Estado-Providência e Sociedade-Providência, numa lógica de complementaridade e de não substituição ou alternativa. Trata-se de universos de sentido e princípios de actuação de natureza diferente. Por um lado, temos as solidariedades formais asseguradas pelo Estado e entidades públicas, fundadas em princípios de equidade e anonimidade. Por outro, as solidariedades informais, desenvolvidas em contextos de proximidade, assentes em princípios de reciprocidade, dádiva e investimento emocional (Albuquerque, 2014).

O papel das dinâmicas das redes e relações informais sejam de cariz familiar, de parentesco, de amizade, de vizinhança ou de grupos sociais (instituições ligadas à Igreja e ao associativismo local) tem compensado um Estado incapaz em vários domínios das políticas sociais. Esta produção de Bem-Estar no seio de redes de relações sociais, sobretudo pelas famílias, que continuam ao longo dos tempos a estabelecer relações recíprocas de troca de bens e serviços, constituem o garante do acesso a recursos imprescindíveis na vida quotidiana como a habitação, o trabalho, a saúde e os cuidados aos dependentes (idosos ou crianças). Porém, esta transferência de responsabilidades do Estado-Providência para a esfera do apoio informal resulta na sobrecarga das famílias com um forte impacto na autonomia dos mais jovens e na dependência das pessoas idosas e mais desfavorecidas.

Sobre esta forma de articulação existente entre as duas formas de solidariedade intergeracional, a solidariedade pública, formal ou “contrato geracional” e a solidariedade privada ou informal, duas correntes têm sido discutidas na literatura: o “*crowding in*” e o “*crowding out*”.

O “*crowding in*” está associado à noção do aumento das transferências intergeracionais privadas, resultante da existência de provisão de Bem-Estar para as famílias produzido pelo Estado. Ou seja, a intervenção pública reforça e encoraja as transferências intergeracionais no seio familiar numa lógica de partilha dos cuidados.

Contrariamente, o efeito “*crowding out*” resulta numa diminuição ou restrição das transferências privadas provocada por essa intervenção pública, isto é, quando o Estado-Providência fornece apoio social às famílias a solidariedade familiar entra em declínio procurando-se as alternativas de apoio fora do seio familiar (Albuquerque, 2011; Brandt, 2013; Brandt, Haberkern & Szydlík, 2009; Igel, Brandt, Haberkern & Szydlík, 2009; Kohli, 1999).

Uma outra corrente descrita na literatura é a “*especialização*”, onde o apoio intergeracional informal e a provisão pública de Bem-Estar desenvolvem e assumem competências distintas que acabam por se complementar. Ou seja, existe uma partilha de tarefas onde a família se focaliza sobretudo no apoio emocional aos seus familiares e os serviços públicos no apoio instrumental à família (Brandt, 2013; Brandt et al., 2009; Igel et al., 2009).

No caso dos cuidados aos netos e.g., nota-se na Europa uma complementaridade entre família e Estado de Bem-estar, um efeito “*crowd in*” quando existe maior disponibilização de serviços de acolhimento a crianças os avós envolvem-se com mais frequência nestes cuidados, mas “*crowd out*” quanto à intensidade desse tempo de transferência (menos intensos) (Igel & Szydlík, 2011).

No âmbito das teorias do “*crowding out*” e do “*crowding in*” são interessantes os resultados acerca do papel do apoio financeiro informal existente entre estudantes universitários de Portugal e Suécia, países com diferentes sistemas de Estado Providência (Dellgran, Espvall, das Dores Guerreiro & Mauritti, 2012).

Globalmente, os resultados revelam que os estudantes suecos receberam significativamente mais apoio financeiro de pessoas da sua rede social, tanto em termos de empréstimos como em doações em comparação com os estudantes portugueses. Já os estudantes portugueses recebem mais apoio financeiro indirecto, inscrito principalmente num padrão de suporte às suas condições de vida. Duas conclusões importantes emergem deste estudo: Estado-Providência generosos, como a Suécia, não parecem minorar as transferências de apoio financeiro intergeracional de pais para filhos adultos, o sentido de solidariedade e as obrigações filiais dentro da família o que se coaduna com a hipótese de *crowding-in*; em Portugal onde o Estado-Providência é mais fraco, os estudantes portugueses, presumivelmente, obtêm mais apoio material (e.g. habitação e alimentação), devido ao facto de mais frequentemente viverem com os pais. A expansão do Estado-Providência não pode, por si só, levar à diminuição ou a níveis de apoio financeiro mais baixos, mas também transformá-los em outros tipos de suporte (ibidem).

Os resultados do *Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe* (SHARE) primeira vaga (2004-2005) sobre algumas dimensões da solidariedade intergeracional na Europa, entre adultos com 50 ou mais anos e os seus filhos adultos, encontram-se evidências sobre o “*crowding-in*” relativamente à ajuda aos mais velhos (Fokkema, Bekke & Dykstra, 2008; Szydlik, 2012).

Um Estado Social forte não conduz forçosamente a relações intergeracionais mais frágeis. O comportamento de ajuda em tempo para os pais é marcante a Norte da Europa, onde o Estado de Bem-Estar é forte e com uma larga percentagem de serviços formais disponíveis (Szydlik, 2012). Os pais mais velhos que receberam ajuda formal eram quase duas vezes mais propensos a receber ajuda em tempo dos seus filhos, ou seja, parece existir um encorajamento da ajuda à família através da disponibilização de serviços de cuidados formais (Fokkema et al., 2008).

Estas discussões teóricas até agora concretizadas têm motivado diversas investigações das mais variadas áreas a nível nacional e internacional e levam-nos a uma reflexão sobre a importância e o interesse na agenda académica, social, económica e política das questões relacionadas com as solidariedades intergeracionais informais. Não obstante das virtualidades e riscos que lhe são inerentes, é por demais evidente a sua actualidade, pertinência e o seu impacto na vida das pessoas e da sociedade em geral. Importa delinear o lugar das solidariedades intergeracionais informais, não só para perceber como se desenvolvem, quais os intervenientes e as suas características individuais, mas também entender qual a sua influência e impacto em termos de políticas de apoio social às famílias, e nas próprias estruturas familiares.

Portugal surge em muitos sentidos como um *outlier* no tabuleiro dos Estados Providência Europeus, muito em virtude das características singulares do desenvolvimento histórico do seu sistema de provisão de Bem-estar Social. Num país como o nosso, onde estão a descoberto áreas importantes do Bem-estar Social, o lugar das transferências intergeracionais evidencia-se principalmente no papel central da família, quer no acolhimento de crianças e nos cuidados a idosos, quer no apoio ao emprego feminino. Esse será o foco desta tese.

## 2. ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO E SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL: VELHAS HISTÓRIAS, NOVOS DESAFIOS

O envelhecimento populacional é um dos fenómenos demográficos mais preocupantes nas sociedades modernas e amplamente debatido na agenda nacional e internacional. Trata-se de um fenómeno universal, típico de diversas regiões do mundo, da Europa, e de Portugal em particular. Trata-se de uma tendência severa, com implicações estruturantes a vários níveis, com necessidades muito específicas e que representa para a sociedade em geral, importantes desafios e oportunidades. Acresce ainda as transformações estruturais nas famílias europeias nas últimas décadas, que representam implicações sérias nas dinâmicas familiares.

Ao longo desta secção procura-se fazer a ligação das questões das transferências intergeracionais à problemática do envelhecimento demográfico e às mudanças estruturais na família. O centro de atenção irá ser um protagonista especial: a pessoa idosa. Para tal, inicialmente recupera-se de forma abreviada a história da família e progride-se fazendo o enquadramento das transferências intergeracionais enquanto elemento central na dinâmica das famílias nas práticas modernas.

### **2.1. A família e as trocas intergeracionais como prática ancestral**

A família é uma das instituições mais antigas na história da humanidade. Torna-se difícil traçar uma linha única de evolução da família nas sociedades, na medida em que a noção de família tem sido objecto de profundas alterações ao longo dos tempos, que só podem ser percebidas considerando o contexto histórico, social, cultural e económico da época. Certo é, que não existem duas famílias iguais, cada uma é única e portanto, incomparável a qualquer outra, e qualquer indivíduo ao longo do seu ciclo vital está obrigatoriamente ligado a uma ou mais famílias.

O conceito de família é um fenómeno indubitavelmente histórico, que atravessou períodos de profundas mudanças políticas, económicas e sociais e, como tal, só pode ser compreendido na actualidade se tivermos em consideração as suas origens e o seu desenvolvimento ao nível das relações e transformações no mundo Ocidental.

Historicamente, e como argumenta Maria Engrácia Leandro “ a família, sendo uma instituição ancestral, universal, de formação multivariada e culturalmente determinada, tem sabido resistir e adaptar-se a todas as transformações e mutações familiares e sociais, tendo ela própria participado, enquanto «sujeito-actor», nessa mesma dinâmica social ao longo dos tempos” (Leandro, 2006, p.52).

O termo «*família*» deriva do latim “*famulus*” e foi criado na Roma Antiga para designar o conjunto de escravos, servidores e toda a «*domus*» (casa), ou seja, todos os indivíduos que habitavam debaixo do mesmo tecto e bens patrimoniais referentes a essa casa sob uma hierarquia constituída por dois pólos: de um lado o senhor e, de outro a mulher, filhos e servidores, residindo sob a sua dominação (ibidem).

Até 1860 não se podia falar em história da família, dominava a forma patriarcal da família pintada dos Cinco Livros de Moisés como a mais antiga e identificada com a família burguesa actual (nas quais às mulheres eram reservados papéis subalterno, na família e na sociedade), de modo que parecia que a família nunca tinha sentido nenhuma evolução através da história (Engels, 2009).

O estudo da história da família remonta a 1861 e é marcado pela publicação em alemão do livro “*Direito Materno*” de Johann Jakob Bachofen resultante da compilação pessoal de vários trechos da literatura clássica antiga. Bachofen através do desenvolvimento de concepções religiosas e introdução de novas divindades representativas dessas concepções (literatura clássica grega) procura desenvolver uma teoria da evolução da família desde os tempos da promiscuidade sexual até à monogamia e à efectividade do direito paternal, embora envolta em algum misticismo. Bachofen postulava que os homens primitivamente viveram em total promiscuidade sexual, onde o homem mantinha relação com diversas mulheres e a mulher com diversos homens, sem com isso quebrar a moral estabelecida (designado por *heterismo*), consequentemente a possibilidade de estabelecer a paternidade era insegura e a filiação só podia ser contada pela linha materna, isto é, de mãe para mãe, o que permitia que as mulheres como mães e únicos progenitores conhecidos da jovem geração usufruíssem de elevado grau de apreço e respeito (designado por *ginecocracia*) (ibidem).

Uma obra fundamental nesta área foi desenvolvida por Lewis Henry Morgan “*Sistema de Consanguinidade e Afinidade da Família Humana*” (1871) e a “*A Sociedade Antiga*” (1877) que permitiram traçar uma ordem precisa na pré-história da humanidade em três épocas principais: estado selvagem, barbárie e civilização, paralela ao desenvolvimento dos modelos familiares (família consanguínea, a família punaluaana, família sindiásmica e a família monogâmica). Este autor introduziu o carácter dinâmico ao conceito de família na medida em que defendeu a passagem de um nível inferior para um nível superior à medida que a sociedade evolui de uma posição mais baixa para outra mais elevada (ibidem).

Este esquema evolucionário da família de Morgan foi adoptado por Friedrich Engels no livro “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*” (1884, 1891)

onde analisa especificamente a família monogâmica e a sua relação com a propriedade privada (Dias, 2009).

Na História Social e segundo Michael Anderson na sua obra "*Elementos para a história da família ocidental: 1500-1914*" a história da família pode ser feita através de três abordagens diferentes: a demográfica, a dos sentimentos e a da economia doméstica, que compõem um quadro geral das características do regime familiar no Ocidente, entre o séc. XVI e XX (op. Cit. em Dias, 2009).

A notoriedade da abordagem demográfica, desenvolvida por demógrafos franceses e ingleses, cuja maior referência é o "*Cambridge Group for the History of Population*", decorre do incremento da aplicação de métodos e as técnicas da demografia ao estudo das estruturas familiares e consequente produção de resultados importantes para um novo conhecimento da história da família.

A contribuição da Demografia Histórica para o estudo da população e da família no passado estava relacionada com os registos religiosos e civis nas paróquias e que serviam para fazer reconstituições familiares e identificar a história biológica de famílias individuais. Neste campo destacam-se os trabalhos acerca da composição da unidade doméstica de Frédéric Le Play, pioneiro do método monográfico, que descreveu três tipos de família:

- Família patriarcal: caracterizada por uma propriedade familiar colectiva, onde o grupo familiar incluía pelo menos todos os homens descendentes do patriarca;
- Família troncal, ou *famille souche*: característica das sociedades camponesas europeias, caracterizada pela propriedade individual, onde era designado um herdeiro de toda a herança paterna, apenas um dos filhos casados ficava a co-residir e a continuar as tradições familiares, habitualmente, o mais velho varão;
- Família instável: característica das sociedades urbanas e industriais, que ao contrário dos dois tipos anteriores, havia igualdade dos direitos dos filhos à herança dos pais, sendo os filhos abandonados a partir do momento que se tornam independentes, ficando a família reduzida ao casal progenitor terminando com a morte dos mesmos (Durães, 2000; Leandro 2001).

Em finais dos anos sessenta, Peter Laslett, com base em estudos realizados em Inglaterra, veio contrapor esta composição familiar mostrando que a família troncal nunca havia sido uma característica importante das sociedades da Europa Ocidental, concluindo que um tipo de família nuclear (instável) teria sido a formação mais persistente no sistema familiar ocidental (Durães, 2000).

Uma nova proposta tipológica dos arranjos domésticos de Laslett estabelece cinco principais categorias de agregados domésticos: I) de pessoas sós; II) de várias pessoas sem estrutura conjugal; III) de famílias simples (casais sem filhos, casais com filhos, pessoas a viver com filhos); IV) de famílias simples alargadas (famílias simples a viver com outras pessoas); e V) de famílias múltiplas (duas ou mais famílias simples a viver no mesmo alojamento) (Aboim, 2003).

Não obstante, do papel significativo no desenvolvimento da história da família e na génese de conhecimento sobre ela entre os séculos XVI e XIX, a abordagem demográfica encerrava várias limitações, resultantes da natureza e qualidade das fontes, o que lhe causou dificuldades de interpretação e comparação dos dados (Anderson, 1984 citado por Dias, 2009).

Philippe Ariès e Eduard Shorter foram percursores da abordagem dos sentimentos e recusaram-se a aceitar que as mudanças profundas nas estruturas familiares do Ocidente nos últimos séculos pudessem ser determinadas a partir de um amontoado de dados demográficos. Para Ariès, mais que a estrutura física da família, o que constitui a sua essência são as suas complexas relações afectivas (a evolução das ideias, valores e emoções presentes no interior da vida familiar). Na sua obra *“A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime”* escreve acerca da descoberta do sentimento da infância. A família começa a reorganizar-se em função dos filhos e das estratégias educativas que os preparem para a vida e como instituição assume funções morais e educativas e deixa de ser apenas uma forma de transmissão da vida, de bens e de nome (Leandro, 2006).

Uma das principais conclusões desta abordagem é de que, na história da família no Ocidente, até grande parte do século XIX, o casamento era visto como um contrato de função e sentido económico, que, entretanto, devido a uma maior individualidade e privacidade dos casais, relacionadas por sua vez com a crescimento industrial e urbano, progrediu para um casamento apoiado numa relação amorosa mais forte entre os cônjuges e entre estes e os filhos. A principal crítica a esta abordagem prende-se com a valorização excessiva dos agentes de ordem cultural, a pouca robustez das provas usadas, assim como a pouca valorização do impacto das mudanças da economia na alteração de atitudes e condutas familiares (Anderson, 1984 citado por Dias, 2009).

Os percursores da abordagem da economia doméstica procuraram reconstituir a história da família a partir da actividade económica dos seus membros. Para estes investigadores existe uma ligação significativa entre a continuidade e coesão familiar (laços conjugais, paternidade, parentesco) e as normas de organização e controlo da economia doméstica, particularmente quanto à divisão do trabalho e transmissão do legado familiar. O alcance demasiado limitado dos estudos, muito particularizados sobre



a economia doméstica de pequenas comunidades, acaba por comprometer esta corrente quando confrontada com dados quantitativos mais amplos, relativos a experiências e procedimentos sociais mais amplos (ibidem).

Na segunda metade do século XX e durante os anos cinquenta predominava uma forma estável de família nuclear conjugal, muito ligada às orientações religiosas e sociais, com tarefas devidamente hierarquizadas atribuídas a cada um dos cônjuges, a mãe preocupada com a educação dos filhos, os cuidados aos enfermos e a vida doméstica, sob a autoridade do pai “chefe de família” e responsável pelo trabalho remunerado. As gerações expressavam formas de solidariedade mais ou menos intensas entre elas (Leandro, 2006).

De assinalar o contributo da literatura norte – americana, em particular daquele que foi o pioneiro da sociologia da família americana: Ernst Burgess, defensor da transformação da família “instituição” em família “companheirismo”. Ou seja, passava-se de um modelo familiar “instituição”, onde grupo se subjugava a normas vindas do exterior e os interesses familiares se sobrepunham aos individuais, para um modelo “companheirista” onde a finalidade da união é exactamente a realização pessoal do casal através da conjugalidade e dos filhos. A grande limitação desta concepção residiu na omissão da função económica na família moderna (Dias, 2009). Temos também nesta época os trabalhos desenvolvidos numa perspectiva estruturo-funcionalista por Bales e Parsons (1956, 1968), que caracteriza um novo tipo de família conjugal, pertencente ao tradicional, especializada em duas funções primordiais: a socialização das crianças e estabilização da personalidade do adulto. Associa ainda a estas funções, a teoria da diferenciação dos papéis sexuais: ao homem cabe o papel instrumental e à mulher o papel expressivo. Esta perspectiva foi rejeitada rapidamente, não só pela desigualdade entre homens e mulheres, como pela influência negativa na socialização das crianças e jovens (Dias, 2009; Leandro 2001).

Os anos 70 constituíram um marco paradigmático, com fortes mudanças na família, muito por conta das mudanças políticas, económicas, sociais e culturais. A origem do processo de formação da família moderna e conseqüente declínio da família tradicional decorre da introdução de valores relacionados com a autonomia doméstica, a disciplina, a privacidade e a afecto inspirados pela nova cultura resultante da filosofia das Luzes e das modernas formas de organização económica através da industrialização (Leandro, 2006).

Sobressaem as teorias feministas que afastam a mulher do estigma da mulher-natureza, alienada às suas funções biológicas e a um destino próprio, e se coaduna a uma percepção de mulher-indivíduo. Neste âmbito, são de destacar os trabalhos

realizados por Andrée Michel que consegue desconstruir a noção de que a realização pessoal e a satisfação das mulheres advêm naturalmente dos cuidados prestados gratuitamente aos filhos, maridos e restantes familiares (Torres, 2010). Estruturalmente, as famílias Ocidentais foram progressivamente assumindo uma geometria variável e instável, que produziu efeitos fracturantes na vida familiar com lugar a um crescente individualização das relações e comportamentos familiares que Portugal também seguiu (Leandro, 2006).

Foi o princípio de uma agitação social generalizada no sentido da paridade entre os géneros, que é tão actual hoje, como era na altura.

Nos anos 80 e 90 destacam-se os trabalhos de Singly (1993, 2000) e de Kaufmann (1993) que se centraram na análise da família conjugal e nas consequências do individualismo na vida comum (Dias, 2009).

Para terminar este preâmbulo histórico é de mencionar Anália Torres (2006) quando utiliza a obra de Elisabeth Beck-Gernsheim “*Reinventando a família. À procura de novos estilos de vida*”, para abordar as principais transformações na família nos últimos anos do século XX segundo a teoria da individualização. Subescreve uma perspectiva optimista desta autora “O que se segue depois da família? Muito simplesmente a família! Apenas diferente, mais e melhor: a família negociada, a família alternativa, família múltipla, novos arranjos depois do divórcio, recasamento, novo divórcio, novas combinações dos teus, meus ou nossos filhos, das nossas famílias passadas e presentes” (Beck- Gernsheim, 2002, p.8, citado por Torres, 2010).

Deste longo percurso, resultaram uma série de modelos teóricos acerca da organização e funcionamento da família que nos permitem analisar e perceber as características fundamentais da dinâmica familiar.

Em termos estruturais, a família nuclear tradicional é constituída por aquilo que Madalena Alarcão designa de “unidades sistémico-relacionais”, ou seja, quatro subsistemas: o individual, conjugal, paternal e fraternal, aos quais são atribuídas determinadas funções e limites de actuação (Alarcão, 2002).

De um modo geral, a família encerra duas grandes funções que se vão transfigurando à medida que a sociedade se transforma: i) interna, relativa à protecção psicossocial dos seus membros; e ii) externa, relacionada à acomodação e à transmissão da cultura (Minuchin, 1982, citado por Vicente & Sousa, 2010).

As famílias evoluem e transformam-se circunscrevendo o ciclo de vida familiar. Esse ciclo, alinhado à família tradicional nuclear divide-se em cinco etapas distintas: i) formação do casal; ii) família com filhos pequenos; iii) família com filhos na escola; iv) família com filhos adolescentes e a v) família com filhos adultos (Alarcão, 2002; Relvas,

1996). O conhecimento acerca do que se passa em termos de desenvolvimento da família em cada uma destas fases permite a compreensão das características, potencialidades e mudanças que ocorrem, assim como das suas formas de interacção. É sobre a última etapa do ciclo vital que incide a nossa análise.

A fase da família com filhos adultos, marcada pela maioridade dos filhos é decerto a etapa mais longa do ciclo de vida familiar para aqueles que assumem o papel de progenitores. Trata-se de um período de grande agitação familiar, caracterizado por várias situações de saídas/entradas no sistema familiar e de alterações relacionais marcantes (Alarcão, 2002). Este período convulsivo pode envolver múltiplas conjecturas, *e.g.* a saída de casa dos filhos, a entrada da geração dos pais (avós) ou até mesmo o retorno a casa dos filhos que já tinham saído, trazendo consigo em determinados situações os seus filhos (netos), devido a eventos da vida como o divórcio, desemprego ou outros. É também durante esta fase que os elementos do casal envelhecem e se aproximam da entrada na reforma.

A missão desta geração adulta (também designada por geração sanduíche) é complexa e repartida em três principais vertentes:

- I) Saída dos filhos de casa, fomentando a sua autonomia e individualidade, o que pode ser na conjectura actual algo mais demorado devido ao alargamento dos estudos, às dificuldades na entrada no mercado de trabalho ou no acesso a habitação própria;
- II) Reorganização do casal, pode ser o momento e a oportunidade para esta diáde se reencontrar e reinvestir na sua relação, procurando novas formas de complementaridade e intimidade conjugal;
- III) Aprender a lidar com o seu próprio processo de envelhecimento e dos seus pais (Alarcão, 2002; Relvas 1996).

Geralmente os elementos desta geração prestam apoio bidireccional, quer aos ascendentes (pais idosos), quer aos descendentes (filhos), em função das suas necessidades diárias e/ou do surgimento de situações de emergência ou crise, assim como da importância da relação (Fingerman et al., 2010; Hagestad & Herlofson, 2007).

A aprendizagem sobre o envelhecimento constitui um dos desafios mais importantes a este nível. Neste processo três eixos merecem atenção na dinâmica familiar: o tempo, a dependência-autonomia e o poder (Alarcão, 2002). Neste sentido, a pessoa idosa carece de aprender a gerir o seu tempo, a criar os seus objectivos de modo a não gerar situações de tensão com geração adulta, pois enquanto o tempo escasseia para os filhos adultos, contrariamente, para os mais velhos, tornar-se difícil encontrar estratégias para o ocupar. O processo de envelhecimento transporta consigo,

inevitavelmente, o aumento da dependência física, cognitiva e afectiva, requerendo dos filhos adultos um papel central e interventivo, cabendo-lhes fornecer apoio emocional e instrumental aos seus pais, trazendo-os para suas casas ou visitando-os assiduamente, gerando uma inversão da hierarquia geracional. Todavia deve ser respeitado o princípio da autonomia e da capacidade de decisão da pessoa idosa, tentando articular dependência com a independência (Alarcão, 2002; Dias, 2009).

Baseando-se no inquérito às “*Famílias no Portugal Contemporâneo*” a mulheres de nacionalidade portuguesa, com faixa etária entre os 25 e os 49 anos, a viver em conjugalidade e com pelo menos um filho co-residente entre os 6 e os 16 anos, Vanessa Cunha (2005) analisa as funções dos filhos na família. Os resultados remetem-nos para muitas e variadas expectativas colocadas na relação com os filhos. Existe claramente uma ligação forte às funções da dimensão afectiva, mas também às funções socializadoras, de sociabilidade lúdica e de papel, às funções da dimensão estatutária, em particular a identitária e, menos generalizadas, às funções instrumentais. Estas funções divergem entre as mães com percursos escolares longos e qualificadas e, aquelas que têm baixos recursos e menos qualificadas. As primeiras mais marcadas pela forte valorização da dimensão expressiva e, as segundas ligadas a uma forte dimensão tradicional e instrumental, ancorada numa linha de solidariedade, de apoio moral e material na velhice, doença e necessidades financeiras (Cunha, 2005).

A intergeracionalidade constitui uma característica fundamental da última etapa do ciclo vital (Alarcão, 2002; Relvas, 1996) hoje mais acentuada que nunca.

A discussão acerca das relações intergeracionais tem adquirido maior relevo na comunidade científica nos últimos anos. Porém, a maior parte das análises sobre a solidariedade intergeracional têm-se focado essencialmente numa vertente pessimista, de “crise” da família e das solidariedades familiares, de carência/inexistência ou nas dificuldades das políticas sociais em termos de Estado-Providência, mas a solidariedade entre as gerações pode constituir um instrumento operacional para o desenvolvimento social e económico (Sousa, 2013).

A nível internacional e.g. pais e filhos americanos continuam próximos no curso das suas vidas, os laços familiares continuam fortes, com elevados índices de partilha de sentimentos positivos e de solidariedade afectiva entre as gerações, resistentes à tese do declínio da família (Swartz, 2009).

Nestas mesmas famílias e de acordo com dados resultantes da primeira e segunda vagas do *National Survey of Family and Households* (NSFH) quando se comparam quatro gerações vivas, verifica-se que a mais velha está mais fortemente associada a uma maior proximidade geográfica (solidariedade estrutural), maior

frequência de contacto face-a-face, a comunicar com os parentes (solidariedade associativa) e a transferência de ajuda (solidariedade funcional) (Sun & Matthews, 2012).

Mais perto, na Europa contemporânea, dados do *Netherlands Kinship Panel Study* (NKPS) (Dykstra et al., 2006), do *Old Age and Autonomy: The Role of Service Systems and Inter-generational Family Solidarity* (OASIS) (Daatland & Lowenstein, 2005; Lowenstein & Daatland, 2006) e da primeira vaga do SHARE (Attias-Donfut et al., 2005; Fokkema et al., 2008; Hank, 2007) indicam que a solidariedade entre gerações está viva e bem de saúde, os laços entre pais e filhos entre os europeus parecem ser bastante fortes, apesar das mudanças estruturais e culturais nas famílias europeias.

A presença e o contacto entre pais mais velhos e filhos adultos é geralmente padrão, 62 a 92% dos pais mantém mais do que um contacto semanal com pelo menos um dos seus filhos não co-residente (Fokkema et al., 2008).

A família foi e continua a ser uma figura central também para os portugueses, apesar de algum desgaste dos valores mais tradicionalistas (Aboim, 2013).

Em Portugal, encontramos evidências de uma solidariedade intergeracional robusta e.g. entre as classes mais desqualificadas e com capital económico fraco, como em bairros de trabalhadores assalariados da indústria, do comércio e dos serviços, consolidada essencialmente pela co-residência, pela guarda dos netos e exercida sobretudo pelas mulheres (a que a autora designa por *genderificação*) (Silva, 2001).

A feminização na rede familiar no que concerne à prestação de cuidados é notada tanto no apoio por parte da família da mulher do casal, como no apoio prestado por mulheres, já os homens tendem a colaborar mais numa vertente económica (Vasconcelos, 2002). As tarefas de cuidar e criar nas famílias portuguesas são fundadas numa forte matrilinearidade, predominantemente realizadas pelas mulheres da família como as mães, irmãs, sogras ou cunhadas, o que se traduz numa desigualdade sexual no seio da família conjugal que se vai mantendo e reproduzindo ao longo dos tempos (Portugal, 2014a).

A realidade encontrada nas classes sociais mais desfavorecidas não é normativa, e tende a ser mais notada ao longo do ciclo de vida familiar entre as categorias socioprofissionais mais qualificadas, e com um nível de escolaridade mais elevado (Vasconcelos, 2002).

Os trabalhos desenvolvidos no nosso país por Sílvia Portugal (2000, 2006, 2007, 2008, 2014b) assim como, por Portugal e Martins (2011) têm confirmado a centralidade da família na produção de bem-estar individual e colectivo na sociedade portuguesa. O discurso acerca da decadência e fragmentação dos laços familiares, surgida no pós-guerra não tem sido comprovado, as solidariedades familiares persistem a vários níveis e

implicam diferentes recursos: o emprego, a habitação, os bens materiais, a saúde ou os cuidados. Ao analisar a morfologia das redes sociais, Portugal (2014b) concluiu que com o surgimento de necessidades individuais ou familiares são activados laços fortes (pais, filhos, avós) e/ou fracos (amigos, vizinhança e conhecidos) em função do melhor garante da provisão dos recursos necessários, produzindo capital social, como aliás já o referimos anteriormente.

As questões relacionadas com o acesso à habitação são concentradas nos laços fortes, as transmissões ocorrem geralmente no sentido vertical, descendente de pais para filhos (e.g. doação de terrenos, heranças, mobiliário e transferências monetárias), sendo as gerações mais jovens muito dependentes das mais velhas para levar a cabo os seus projectos. Os cuidados aos idosos e crianças, cuidados de saúde e os trabalhos domésticos acontecem da mesma forma e no mesmo sentido (excepção para os cuidados a idosos que fluem de filhos para pais) são os laços fortes centrados principalmente nas mulheres da família, “predestinadas” a desenvolver funções reprodutivas e não remuneradas que compensam as debilidades da provisão pública nestas áreas. Apesar de no acesso aos bens materiais os laços fortes também representarem uma parcela significativa, e no caso particular do dinheiro parecem ser os homens os que mais dão, os laços fracos nomeadamente nos eventos que decorrem ao longo das transições do ciclo vital, tal como o casamento e o nascimento dos filhos revestem-se de alguma importância. No caso do emprego é díspar, os laços fracos, orientados para fora da rede de parentesco têm um papel preponderante na procura de emprego, nas alterações durante a trajectória profissional e na criação de projectos autónomos, e serão tanto mais importantes quanto mais desqualificado é o trabalhador. Os laços familiares fortes atuam de forma mais camuflada embora intensa, sendo o seu apoio sentido no acesso ao primeiro emprego e em termos de suporte às mudanças laborais, projectos mais arriscados e duplo emprego, como também ao nível do trabalho doméstico e cuidado às crianças, facilitando a integração das mulheres no mercado de trabalho (ibidem).

Face a esta análise, e como conclui Sílvia Portugal o papel das redes sociais é essencial em diferentes áreas da produção de Bem-Estar, provendo, complementando e/ou substituindo o Estado e “as mulheres têm, em grande parte, sido utilizadas como «exército de reserva» para a reprodução das famílias, fornecendo, a baixos custos, serviços de qualidade elevada e com grande flexibilidade de utilização, o que se, por um lado, não deixa de beneficiar também as outras esferas de produção de Bem-Estar, nomeadamente a estatal, aliviando-a de responsabilidades” (Portugal, 2014b, p.261).

A solidariedade intergeracional está viva nas famílias um pouco por todo o mundo e, nomeadamente nas famílias portuguesas modernas, como esteve no passado e, tem servido para atenuar os efeitos da crise e o cenário de austeridade em que se tem vivido. Ao longo do ciclo vital vão-se efectuando transferências entre os vários membros familiares de forma transversal, funcionando como importante recurso na produção de Bem-Estar para as famílias portuguesas. As famílias fazem uso dos seus laços de parentesco, fortes ou fracos, para mobilizarem diferentes recursos em função das suas necessidades e dos planos futuros.

A acrescentar a uma vertente mais instrumental/material existem as transferências imateriais, afectivas e o apoio emocional difícil de aferir, mas tão importantes como as anteriores.

## **2.2. As mudanças na família na sequência da modernização das sociedades**

O envelhecimento demográfico tem vindo a aumentar consistentemente em todas as sociedades desenvolvidas, resultado da conjugação de vários factores amplamente discutidos, nomeadamente: o consecutivo decréscimo das taxas de natalidade e das taxas de mortalidade infantil e juvenil; o aumento da esperança média de vida à nascença; a melhoria das condições de vida; os progressos na medicina e o adiamento do nascimento dos filhos, principalmente do primogénito. Esta transição demográfica constitui um novo desafio nas sociedades modernas ao nível da inserção social, da competitividade económica, da qualidade de vida e da sustentabilidade dos sistemas de saúde e segurança social, para além de importantes implicações nos arranjos da familiares e nos papéis dos seus membros.

As famílias europeias mudaram consideravelmente nas últimas décadas, tanto em termos estruturais, como culturais.

Com base nos dados fornecidos pelo *European Social Survey* (ESS) Anália Torres, Rita Mendes e Tiago Lapa retratam as tendências relativamente às configurações familiares na Europa. Numa visão mais ampla surge uma Europa de famílias pequenas (cerca de três pessoas por agregado familiar) e dos casais, já que estar em casal (através do casamento ou da coabitação) é a situação predominante. O estado civil mais frequente é o formalmente casado (58%), em seguida os solteiros (28%), sendo inexpressivas as situações de separação (2%), divórcio (5%) ou de viuvez (7%). Da população europeia como um todo, 20% vivem em coabitação. Estes dados reforçam a fraca representação das famílias monoparentais ou dos divorciados, que mostram que

estes são decerto, situações temporárias. Além disso, é notória a prevalência da vida familiar em várias modalidades (em casal com ou sem filhos, ou a viver com os ascendentes) sobre situações em que se está sozinho com ou sem filhos. Trata-se de os efeitos da chamada “*sentimentalização*”, privatização, secularização e individualização das famílias modernas e da modernidade tardia, que, em vez de produzirem fragmentação, produzem recomposição e oferecem múltiplas e mais diversificadas modalidades de viver em família. Salienta-se ainda a forte presença das mulheres, incluindo mães, no mercado de trabalho, demonstrando uma correlação positiva e, até imprevista, entre esta participação feminina na actividade profissional e os índices de fecundidade. A valorização da família como prioridade absoluta na vida pessoal dos europeus é outra resultante inabalável (Torres, Mendes & Lapa, 2008).

Conclui-se assim, que na Europa vão predominando formas de viver e valorizar a família de acordo com padrões modernos, mais plurais, negando a visão tradicionalista que se acentuava nos traços autoritários, patriarcais e institucionalistas das relações familiares. Insiste-se hoje na importância da dimensão afectiva, na realização e no bem-estar pessoal em contexto familiar, bem como na igualdade de género, sem renunciar ao plano de ter filhos (*ibidem*).

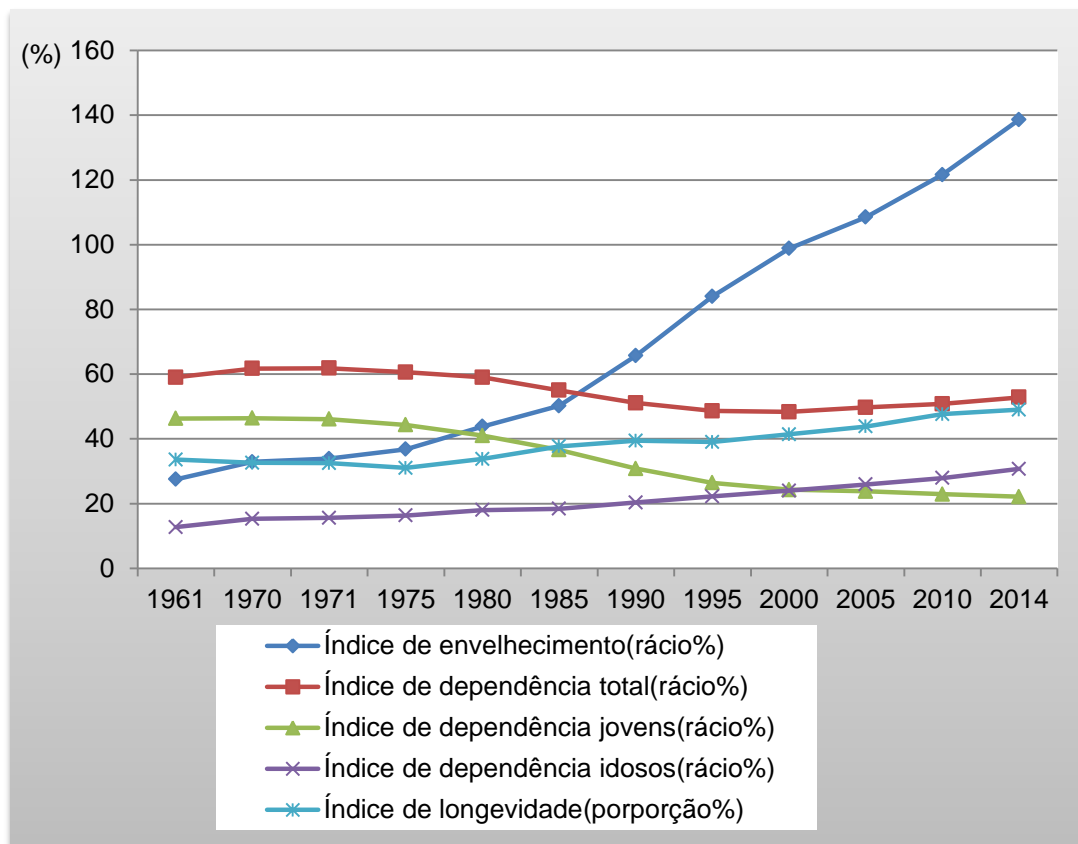
Nas últimas décadas os indivíduos e a vida familiar da sociedade portuguesa sofreram inúmeras as transformações a um ritmo muito intenso.

Em Portugal os resultados mais recentes publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012) vem reforçar as tendências demográficas já demonstradas na última década, continua-se a observar uma reformulação da pirâmide populacional. Nota-se um claro abrandamento do crescimento demográfico, com a base da pirâmide populacional a diminuir (perda de população em todos os grupos etários entre os 0-29 anos) e alargar-se no cimo (crescimento de 9% da população dos 30-69 anos e de 26% para idades superiores a 69 anos). Verifica-se um evidente crescimento da população idosa com o grupo das idades mais avançadas (setenta e mais anos) a representar 14% da população, quando em 2001 representava cerca de 11%. A percentagem de pessoas idosas aumentou de 16% em 2001 para 19% em 2011, e o índice de envelhecimento subiu de cerca de 102%, em 2001, para cerca de 128% em 2011, ou seja, por cada por cada 100 jovens há hoje 128 pessoas idosas. Consequentemente o índice de longevidade continua a crescer, de 41% em 2001, alcança em 2011, cerca de 48%, o que reflecte o aumento da esperança média de vida (75,49 anos para os homens, 81,74 anos para as mulheres e 78,70 anos para ambos os sexos) e significa que estamos muito próximos de sermos uma população maioritariamente com mais de 75 anos, algo que já acontece em determinadas regiões como no Alentejo (figura 3). As projecções indiciam a



manutenção deste cenário, o envelhecimento da população portuguesa, assim como da Europa e do mundo prosseguirá.

**Figura 3.** Evolução dos Indicadores de Envelhecimento em Portugal 1961 a 2014



Fonte de Dados: INE - X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, disponível em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

Estas tendências demográficas da última década foram acompanhadas por mudanças na vida familiar conforme se verifica no terceiro relatório anual do Observatório das Famílias e das Políticas de Família (Wall et al., 2012).

As famílias são mais pequenas, existe menor frequência de co-residência do casal com outros familiares, mais indivíduos (independentemente da idade ou estado civil) a viver sozinhos e uma multiplicidade acentuada de configurações familiares, seja relativamente à conjugalidade ou à parentalidade (Marinho & Atalaia, 2013).

Nos finais do século XX esta informalização da conjugalidade e diminuição das descendências, que já haviam sido assinaladas, são manifestamente evidentes. Alteraram-se significativamente as formas de organização da vida conjugal e parental, a vida familiar é caracterizada pela diminuição da nupcialidade e da fecundidade, pelo aumento dos divórcios/separações, das famílias recompostas, dos nascimentos fora do

casamento e das uniões de facto. Os indivíduos retardaram e tornaram menos formais a sua conjugalidade e parentalidade, o que se traduziu numa crescente opção pela união de facto como via para dar início a sua conjugalidade e parentalidade (que apesar de tudo continuar a ocorrer numa conjuntura de vida em casal), na substituição do casamento religioso pelo civil, na diminuição da nupcialidade, no aumento do divórcio e do recasamento. Além disso, verificou-se o declínio da fecundidade com a prevalência das descendências de filho único, fruto também da crise económica que o país atravessa (ibidem).

Resultado das alterações demográficas e da vida familiar da última década, actualmente deparamo-nos, nas nossas famílias, com o entrecruzamento entre três ou mais gerações vivas (bisavós, avós, pais, filhos e netos), ou seja, o número de gerações em vida aumenta e o número de elementos da família diminui. Além disso, um número crescente de pessoas vai passar parte do ciclo de vida em estruturas com quatro ou mais gerações, onde os indivíduos assumem posições em que são simultaneamente pais e filhos, as “gerações sanduíche” (Hagestad & Herlofson, 2007).

A proporção de avós vivos e saudáveis entre as populações do Ocidente tem aumentado, a relação entre avós e netos tem hoje uma duração sem precedentes, de três a quatro décadas o que faz com que desempenhem durante mais tempo papéis intergeracionais (Harper, 2006).

Dados do SHARE primeira vaga, mostram que as famílias multigeracionais são um fenómeno do Sul da Europa. Os pais mais velhos destes países são muito mais propensos (e.g. Grécia 40%; Espanha e Itália 50%) a fazer parte de uma família multigeracional do que os seus pares da Europa Central e do Norte (e. g. Suíça 27% e 14 % na Dinamarca) (Fokkema et al., 2008). Ainda assim, 25% das pessoas com idades entre 50-60 anos na Áustria, Dinamarca, França e Suécia estavam em estruturas de quatro gerações e nos Países Baixos esta figura tem um peso de 13%. Além disso, 40-50% dos indivíduos com mais de 80 anos nos países do Norte e Centro Europeu são membros de famílias com quatro gerações, enquanto na Áustria, Suíça e nos países mediterrânicos, os números variam entre os 20-30% (Kohli, Künemund & Lüdicke, 2005). Este cenário pode ser explicado por duas ordens de razão: do lado dos mais jovens, pelo facto de atrasarem a sua saída de casa dos pais e, quando o fazem, geralmente é só após o casamento ou pela escassez de habitação a preços acessíveis em início de vida conjugal, pelo limitado apoio financeiro por parte do Estado de Bem-Estar ou ainda, pela insegurança no emprego; do lado dos mais velhos, quando carecem de cuidados na velhice ou pelos fracos serviços de cuidados formais de apoio à velhice (Fokkema et al., 2008).

Em Portugal apesar de serem menos no conjunto da população, os agregados multigeracionais têm aumentado, as gerações mais recentes de idosos (nascidos depois de 1926) tendem a viver mais em famílias alargadas, sobretudo a partir dos 80 anos, excepção para aqueles com problemas de saúde que têm maior probabilidade de começar muito mais cedo a viver em famílias alargadas (Albuquerque, 2009).

Vivemos a época da verticalização e estreitamento horizontal familiar – o fenómeno das famílias multigeracionais (também designadas pelas “*beanpole family*” ou em feijoeiro) (Bengtson, 2001; Harper, 2006; Vicente & Sousa, 2007, 2010, 2012a, 2012b).

Para Henrique Vicente e Liliana Sousa, o termo “família multigeracional” aplica-se em famílias com pessoas vivas de três ou quatro gerações, unidas por laços de sangue ou de afinidade, que partilham ou não a habitação, com distâncias geográficas e emocionais distintas (Vicente & Sousa, 2010).

Nesta configuração da multigeracionalidade, caracterizada pela maior complexidade nas relações familiares e intergeracionais conjugada com as mudanças sociais, laborais e a fomentação dos valores individualistas pode convergir para duas situações distintas: i) no aumento do conflito e tensão entre gerações, e até em casos mais extremos na violência familiar contra a pessoa idosa, em virtude de uma maior divergência entre os valores sociais das gerações vivas, ou então, pelo contrário, ii) numa aproximação entre gerações e favorecimento da solidariedade familiar (Ramos, 2013).

Todas estas mudanças demográficas provocam consequências nos laços intergeracionais e nos padrões de transferências intergeracionais em diferentes partes da Europa, que alguns acreditam ser uma ameaça à solidariedade familiar e que outros encaram como uma mudança de carácter da solidariedade familiar. A longa convivência de pais e filhos é uma das principais razões pela qual as transferências se têm tornado cada vez mais comuns e significativas.

### **2.3. O regresso das trocas intergeracionais e dos seus protagonistas: os papéis sociais das pessoas mais velhas nas dinâmicas familiares de troca**

A mudança demográfica combinada com a crise económica obriga-nos a reflectir sobre os papéis exercidos e as potencialidades das pessoas mais velhas, já que esta porção da sociedade continua activa e a ocupar um lugar central na família.

A sociedade foi conferindo ao longo dos anos um estatuto mais positivo ou mais negativo ao papel da pessoa idosa nas dinâmicas da família. Há a ter em consideração

um movimento para uma maior e mais efectiva independência da pessoa idosa em termos económicos, culturais e sociais que se irá repercutir ao nível das relações intergeracionais (Fernandes, 2001).

As perspectivas mais favoráveis ao papel da pessoa idosa enfatizam o seu contributo na esfera económica (e.g. participação na economia familiar ou planos/fundos de poupança), familiar (e.g. cuidados aos netos e à casa de família) e social (e.g. voluntariado) afastando-se de uma visão redutora que se centra na dependência e biomedicalização do envelhecimento (Dias, 2009).

A investigação no âmbito do SHARE tem sublinhado que persistem transferências, relevantes e determinantes ao desenvolvimento e harmonização do núcleo familiar, de recursos entre pais mais velhos e filhos adultos, com diferentes intensidades e sentidos consoante os momentos do ciclo de vida, as necessidades e os recursos de cada geração (Albertini & Kohli, 2012; Albertini, Kohli & Vogel, 2007; Attias-Donfut et al., 2005; Attias-Donfut & Ogg, 2010; Brandt, 2013; Wolff e Attias-Donfut, 2007).

Na Europa apesar do volume das transferências diminuir com a idade, até cerca dos 70/80 anos, os mais velhos são fornecedores efetivos de ajuda, quer financeira quer em termos de tempo, dando mais à família do que recebem (Albertini et al., 2007; Litwin, Vogel, Künemund & Kohli, 2008). Mais longe, e.g. nas famílias australianas, esta tendência também se verifica, o valor das transferências intergeracionais das pessoas mais velhas é substancial, 40% das pessoas com idades entre 80 ou mais anos fornecem alguma forma de assistência prática aos membros mais jovens da família (O'Dwyer et al., 2012).

A investigação tem demonstrado que os mais velhos, detentores de uma riqueza experiencial acumulada e de um sentido de poupança pouco comum, não são só receptores de ajuda, mas que também carregam um enorme potencial de cuidadores e provedores de suporte social, podendo revelar-se como um sustentáculo essencial nas redes de entreajuda. As ajudas financeiras, o apoio emocional, os cuidados aos netos, o fornecimento de alojamento, a prestação de serviços e a ajuda na execução de tarefas domésticas, são algumas das áreas em que muitas pessoas mais velhas dão um contributo capital, simplificando a vida quotidiana dos que lhes estão mais próximos, para além do seu papel na transmissão de valores e de saberes (Pimentel & Albuquerque, 2010).

Neste âmbito são de realçar os resultados encontrados em vários estudos sobre os cuidados dos avós aos netos, que vieram demonstrar que um pouco por toda a Europa existe um grande envolvimento das pessoas mais velhas na área dos cuidados infantis, marcado quer pela sua multiplicidade, quer pela sua intensidade (Attias-Donfut,

2008; Bordone, Arpino & Aassve, 2012; Di Gessa, Glaser, Price, Ribe & Tinker, 2015; Glaser, Price, Di Gessa, Montserrat & Tinker, 2013; Glaser & Gessa, 2012; Hank & Buber, 2009; Hagestad, 2006; Jappens & Van Bavel, 2012; Mann & Leeson, 2010; Svensson-Dianellou, Smith & Mestheneos, 2010).

Nos Estados Unidos, dados do *Health and Retirement Survey* (HRS) apontam que a transferência de tempo dos mais velhos pode desempenhar um papel importante na determinação do lucro e da acumulação de capital com efeitos que são comparáveis às transferências financeiras (Cardia & Ng, 2000, 2003).

Os cuidados prestados pelos avós (em tempo) podem representar um grande valor económico, na medida em que geralmente não são renumerados, permitem uma maior participação no mercado de trabalho e consequentemente maiores rendimentos e, são especialmente importantes em momentos de crise familiar, para além de mais chegados aos cuidados dos pais, pelo envolvente doméstico, pela atenção e pela confiança (Albuquerque, 2011a).

Daniel Sampaio (2008) no seu livro “*A razão dos avós*” enfatiza o contributo das gerações mais velhas na educação das crianças, realçando o seu papel na perpetuação do sentido de família, na transmissão das heranças familiares, na continuidade das relações e nas trocas intergeracionais, nos cuidados infantis, sendo considerados pelos seus netos como figuras de referência.

Um dos estudos mais recentes nesta área pertence a Karen Glaser e Colegas que desenvolveram um estudo pelo King’s College da Universidade de Londres para *Grandparents Plus* em associação com a Fundação *Beth Johnson* e que contou com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Baseando-se em dados internacionais de 11 países Europeus investiga-se sobre a troca de cuidados informais, em específico a prestação de cuidados infantis pelos avós e ao impacto que as políticas tem sobre o seu papel na família.

As conclusões deste estudo vêm realçar o papel fundamental da pessoa idosa nas dinâmicas familiares na Europa, onde os avós assumem um papel significativo na prestação de cuidados aos netos e que tende a ser cada vez mais preponderante à medida que as populações envelhecem, mas que também é influenciado pelo contexto das políticas sociais e pelos factores institucionais/culturais de cada país. Mais de 40% dos avós dos países europeus analisados prestam cuidados aos netos sem a presença dos pais (Glaser et al., 2013; Glaser & Gessa, 2012).

Neste âmbito são também surpreendentes os resultados do HRS numa análise sobre os avós americanos durante uma década: mais de 60% dos avós fornecem

cuidados aos netos ao longo do período de 10 anos e, mais de 70% durante 2 anos (Luo, LaPierre, Hughes & Waite, 2012).

É principalmente nos países com estruturas formais de acolhimento limitadas, e onde as prestações sociais para as famílias ou mães/pais que ficam em casa são pouco generosas que os avós são chamados a prestar cuidados infantis de forma mais intensa (diariamente), é o caso dos países mais a Sul da Europa como Espanha, Itália e a Leste como é o caso da Roménia. Nos países com estruturas formais de acolhimento robustas e onde as prestações sociais para as famílias e maternidade são generosas, como no caso dos países mais a Norte da Europa, os avós prestam cuidados infantis ocasionais, constituindo um “*exército de reserva*” (Bordone et al., 2012; Di Gessa, et al., 2015; Glaser et al., 2013; Glaser & Gessa, 2012).

Apesar destas duas grandes tendências europeias, o enfoque deve ser mais amplo, uma vez que mesmo dentro destes dois grandes grupos de países existem diferenças regionais nas normas e práticas familiares. Note-se que em determinados países europeus bem dotados de formas de acolhimento formais de apoio à infância, a primeira preferência vai para os cuidados prestados pelos avós, resultado do clima normativo da região em que vivem, como é o caso dos países mais conservadores, e não somente da disponibilidade de estruturas de apoio (Jappens & Van Bavel, 2012).

Num estudo comparativo e.g. entre o papel dos avós em Espanha e os avós da França e Noruega verificou-se que papel dos avós em Espanha é caracterizado por um dualismo: tanto é um substituto, onde os avós são os prestadores de cuidados em tempo integral dos seus netos pequenos, em virtude e.g. da presença no mercado de trabalho das mães e pais a tempo integral; ou um complemento de outros recursos. Os avós na França são habitualmente um recurso complementar, assumindo algumas tarefas específicas relacionadas com os seus netos e preenchendo as lacunas que não são totalmente cobertas por outros recursos. No caso norueguês o cuidado aos netos prestado pelos avós pode ser um recurso provisório numa fase de transição (Soler, 2012).

As famílias mais ajudadas nos cuidados infantis são também aquelas em que a mulher-mãe profissionalmente activa tem possibilidade de promoção social, exprimindo-se a solidariedade intergeracional no sucesso profissional das mulheres, assim como em acontecimentos de vida como o divórcio, onde os avós, particularmente as avós, melhores guardiãs dos laços intergeracionais que os homens, tentam manter a ligação entre gerações (Attias-Donfut, 2008). Não obstante, também existe evidência sobre o papel não menos importante dos avós na vida dos netos, como é o caso dos britânicos. Muito embora reconheçam uma menor envolvência na prática de cuidados aos netos, a

sua intervenção está mais ligada às actividades de lazer/entretenimento caracterizada por um intenso envolvimento emocional (Mann & Leeson, 2010).

Os estudos também alertam que o papel vital dos avós na prestação de cuidados infantis, independentemente da frequência com que é exercida pode esbarrar com as suas próprias capacidades de autofinanciamento da sua velhice, tanto mais quanto maior o cenário de austeridade em que se vive (Bordone et al., 2012; Glaser et al., 2013; Glaser & Gessa, 2012; Hank & Buber, 2009).

Por outro lado, quando o enfoque é a saúde, de acordo com resultados HRS nos avós americanos os cuidados aos netos parecem não produzir necessariamente efeitos negativos ao nível da saúde mental e física dos avós (Hughes, Waite, LaPierre & Luo, 2007), ou no âmbito do SHARE, estarem associados ao bem-estar psicológico dos avós europeus (Muller & Litwin, 2011). Porém, o contexto e as circunstâncias dos cuidados são itens a ser considerados, e.g. para as situações de co-residência verifica-se algum comprometimento da saúde sobretudo ao nível da depressão (Hughes et al., 2007). Níveis elevados de cuidados aos netos têm sido associados a um agravamento da saúde física e aumento de stresse nos avós, tensão intrafamiliar e problemas no funcionamento familiar (Musil et al., 2011).

De acordo com dados do *German Ageing Survey* (DEAS) tornar-se avós constitui um importante marco na vida tardia, altamente valorizado e desejado pelos mais velhos, além da qualidade do relacionamento com netos estar positivamente relacionado com a importância percebida do papel dos avós e ser independente da classe social (Mahne & Motel-Klingebiel, 2012).

A quarta vaga do SHARE, onde Portugal participou, veio demonstrar que os cuidados informais prestados em co-residência por pessoas com 50 ou mais anos são uma área de forte intervenção, principalmente em Portugal, que detém a maior proporção destes cuidadores (12,4%) comparativamente aos seus congéneres europeus. Estes prestadores de cuidados são geralmente indivíduos reformados que em termos de saúde apresentam um maior número de limitações na realização de suas actividades da vida diária bem como, uma maior propensão para depressão comparativamente aos não-cuidadores e, como tal uma menor qualidade de vida. Contribuem para este cenário as circunstâncias macroeconómicas, nomeadamente o abrandamento económico e a carência de estruturas formais e políticas de apoio às pessoas idosas (Barbosa & Matos, 2014).

De um modo geral a investigação confirma que de facto os avós constituem um importante recurso familiar, social e económico fundamental para a qualidade de vida, bem-estar e crescimento do núcleo familiar. Apesar da convulsão a nível demográfico,

social, económico e político as famílias têm encontrado novas formas de reorganização que lhes permitem funcionar como estrutura central na vida dos seus elementos. Contrariamente à noção de que a modernização representou o declínio das relações intergeracionais, um novo tipo de família alargada parece estar em franco desenvolvimento em diferentes países, desempenhando um papel relevante, em particular, nos cuidados às crianças pequenas. O desafio é olhar para as pessoas mais velhas como figuras centrais nas relações intergeracionais, quer como provedoras, quer como receptoras de cuidados.

### 3. TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS: CLARIFICAÇÕES CONCEPTUAIS

Sem as transferências intergeracionais as sociedades não existiriam. Elas constituem a essência da reprodução social, da continuidade, da interacção e da troca (McDaniel, 1997). Todos os indivíduos experimentam ao longo do seu ciclo vital uma série de transformações que não lhes permitem produzir o suficiente para o seu consumo. Enquanto crianças e jovens são consumidores de recursos produzidos pelos adultos (via consumo privado ou público), por outro lado ao alcançar o estatuto de idosos, apesar de se servirem dos bens acumulados ao longo de uma vida e dos planos sociais oferecidos, também recebem transferências de outros adultos (e.g. filhos) (Lee, 2013; Mason et al., 2008).

Por definição, as transferências intergeracionais são trocas de recursos entre pessoas de diferentes gerações, geralmente parentes, sem pagamento explícito passando pelo mercado, pelo Estado ou pela família, podendo ser públicas ou privadas (Albuquerque, 2011a).

As transferências intergeracionais são de grande dimensão e sua influência é particularmente importante na desigualdade e no crescimento entre gerações (Mason et al., 2008), repercutindo-se não só na economia familiar, mas também na vida quotidiana e trajectória social (Vasconcelos, 2002).

A natureza e o grau de transferências no seio familiar representam uma questão económica importante, na medida em que a família desempenha um papel essencial na redistribuição de riqueza entre os seus membros, na protecção contra riscos económicos, assim como no alívio de constrangimentos monetários do indivíduo (Mora & Moro-Egido, 2012). As formas de transferência e a relação entre os membros da família intergeracional funcionam como sistemas de suporte, adequam-se às circunstâncias



sociais e económicas, surgindo em tempos de transição, de crise ou outros momentos de necessidade (Swartz, 2009).

As transferências intergeracionais na esfera privada envolvem um importante volume de recursos (Albuquerque, 2011a), sendo que para os filhos podem advir dos pais, de parentes ou outros (Nordblom & Ohlsson, 2011). Porém as transferências privadas desenvolvem-se sobretudo ao longo da linha familiar directa, já as transferências para parentes na linha colateral assumem pouco significado (Kholi & Künemund, 2003).

Os pais realizam transferências para os filhos de forma intencional, inter-vivos, *e.g.* como forma de investimento de capital humano desde do início do ciclo vital; de forma involuntária/acidental, *e.g.* transferências numa lógica de genética e biologia sob forma de aptidões e habilidades naturais; ou ainda no caso das heranças, deliberada ou acidentalmente (Nordblom & Ohlsson, 2011).

As transferências intergeracionais podem ser categorizadas em função de quatro dimensões:

- I) A direcção da transferência (das gerações mais novas para as mais velhas e vice-versa e, da geração de meia idade para os mais jovens ou para os mais velhos);
- II) O sector em que ocorre a transferência (privada ou pública);
- III) O conteúdo da transferência (financeiras, tempo e espaço);
- IV) Natureza da transferência (directa ou indirecta, indivíduo/família ou social ou local de trabalho), (McDaniel, 1997).

Em função do seu conteúdo temos três segmentos de transferências:

- Tempo - abrange a ajuda (*e.g.* actividades domésticas, transporte, compras ou actividades de natureza administrativa) e o cuidado (actividades de cuidados pessoais como *e.g.* ajudar a vestir, a lavar, a dar de comer) e o apoio sócio emocional;
- Financeiras - referem-se à passagem de rendimento ou riqueza para pessoas de outras gerações. Inclui heranças ou legados e as transferências inter-vivos, enquanto os pais estão vivos (dinheiro liquido ou doações pontuais associado a eventos familiares ou a despesas mensais regulares *e.g.* educação);
- Espaço - refere-se à co-residência de diferentes gerações para além da idade em que é comum criar uma família nuclear própria (Attias-Donfut et al., 2005; Wolff & Attias-Donfut, 2007).

Estes três segmentos constituem uma das dimensões do modelo da solidariedade intergeracional: a solidariedade funcional, que mais à frente voltaremos a abordar.

Vários estudos a nível nacional e internacional apresentam resultados interessantes sobre a dimensão dos vários segmentos das transferências intergeracionais entre pais mais velhos e filhos adultos (Albertini et al., 2007; Albuquerque, 2008, 2011b; Fokkema et al., 2008; Hank, 2007; Iacovou, 2000; Isengard & Szydlik, 2012; Scodellaro et al., 2012; O'Dwyer et al., 2012; Tomassini & Wolf, 2000; Tomassini et al., 2004a; Tomassini, Glaser, Wolf, Broese van Groenou & Grundy, 2004b).

### **3.1. Transferências de Tempo**

Apesar da sua natureza imaterial as transferências de tempo podem ter resultados expressivos no âmbito material por duas ordens de razão: primeiro detêm um valor que em determinadas circunstâncias pode ser quantificado e segundo pelo seu impacto sobre diversas variáveis económicas (Albuquerque, 2011a).

As transferências de tempo, apesar de algumas oscilações em termos de intensidade ao longo do ciclo vital fluem em ambas as direcções (filhos/netos e pais), embora quando existem netos exista uma propensão para o sentido da geração descendente (Albertini et al., 2007; Attias-Donfut et al., 2005; Fokkema et al., 2008; O'Dwyer et al., 2012; Wolff & Attias-Donfut, 2007).

Nas famílias europeias indivíduos com 50 ou mais anos de idade são “*receptores líquidos*” de ajuda em tempo. À medida que a idade aumenta, diminuem progressivamente as dídivas de tempo e aumentam exponencialmente os recebimentos de tempo para estas pessoas (Albertini et al., 2007; Fokkema et al., 2008).

Cerca de 8 a 22% dos pais receberam regularmente (pelo menos uma vez por mês) ajuda nas tarefas domésticas, cuidados pessoais ou tarefas administrativas de um dos filhos adultos. O apoio dado pelos pais aos seus filhos consistia principalmente na assistência ocasional (menos uma vez por mês) com as tarefas domésticas. Quando se inclui os cuidados aos netos verifica-se uma dimensão de ajuda substancial, com cerca de 37 a 56% dos pais a envolverem-se regularmente nesses cuidados, ou seja, pelo menos, uma vez por mês. A maioria (59%) dos avós europeus que têm pelo menos um neto, com idade inferior a 13 anos, cuidou dos seus netos regular ou ocasionalmente (Fokkema et al., 2008).

Nas famílias australianas a investigação documenta ainda uma maior intensidade de transferências de tempo entre filhos e pais com 50 ou mais anos. Cerca de 76% dos filhos receberam ajuda prática dos pais, enquanto os pais somente receberam 34%,

distribuídas pelos cuidados aos netos (33%), manutenção da casa/jardinagem (20%) e transporte (14%) (O'Dwyer et al., 2012).

Sobre a guarda de crianças pequenas (1 a 2 anos) em Portugal, constata-se que nos anos 70 prevalecia um modelo “*maternocêntrico de guarda*”, ou seja, as crianças nascidas nesta década ficavam sobretudo ao cuidado das mães ou avós, num quadro educacional, afectivo e de saberes gerados em linhagens femininas e, apoiado numa robusta interacção entre mãe e filhos/as. Este modelo evoluiu progressivamente para um modelo mais centrado na transmissão da guarda das crianças, porém os modos de guarda na família continuam a ser muito expressivos. Verifica-se também que fruto do acesso limitado e do custo das soluções formais de acolhimento a crianças, as mães de baixa escolaridade adoptam sobretudo por soluções informais de guarda oferecidas pelos familiares e por amas, enquanto as mães mais favorecidas privilegiam as creches e a empregada doméstica em casa (Wall, 2000, 2005a).

### **3.2. Transferências Financeiras**

As transferências financeiras inter-vivos decorrem predominante e intensamente para as gerações mais jovens: filhos e/ou netos (Albertini et al., 2007; Attias-Donfut et al., 2005; Fokkema et al., 2008; Kim, Choi, Chatterjee & Kim, 2012; Kohli, 2004; Lowenstein & Daatland, 2006; Scodellaro et al., 2012; O'Dwyer, et al., 2012; Wolff & Attias-Donfut, 2007). Contrariamente às transferências inter-vivos, quando se trata de heranças, os legados são sobretudo divididos entre todos os filhos igualmente (Kohli, 2004; McGarry, 1999).

As transferências financeiras possuem um papel preponderante na acumulação de riqueza das gerações, permitindo entender o comportamento financeiro e de poupança das famílias, estando sobretudo centralizadas nas famílias mais abastadas, enquanto as transferências de tempo são muito mais omnipresentes (Albuquerque, 2011a).

A prestação de ajuda financeira dos pais é mais comum quando os filhos adultos não têm trabalho remunerado e a ajuda em tempo é mais comum se um ou mais filhos têm trabalho remunerado (Fokkema et al., 2008).

Os europeus com 50 ou mais anos são “*doadores líquidos*” em termos financeiros, dando mais apoio financeiro aos seus filhos do que recebem (Albertini et al., 2007; Fokkema et al., 2008).

Considerando uma área temporal de um ano, cerca de 9 a 30% destas pessoas relataram ter dado 250 euros ou mais para os seus filhos, contra apenas 1 a 12% de

recebimentos dos mesmos. Depois dos 75 anos de idade, os pais mais velhos são mais propensos a receber apoio financeiro dos seus filhos, porém escassos. A ajuda financeira fornecida pelos adultos mais velhos europeus para os seus filhos distribui-se da seguinte forma: financiamento de necessidades básicas (24%); nenhuma razão específica (23%); comprar ou fornecer uma casa (16%); financiar compras dispendiosas (14%) e festas de família (14%), e.g. casamentos e nascimento de um neto (Fokkema et al., 2008).

Ainda na Europa, especificamente em França, dados resultantes do GGS (*Gender and Generation Survey*) indicam-nos que cerca de 6% dos indivíduos com idades entre 25 e 49 anos referiu ter recebido transferências financeiras dos pais durante um período de 1 ano (Scodellaro et al., 2012).

Nas famílias australianas as transferências financeiras entre filhos e pais com 50 ou mais anos são também surpreendentes: 36% dos pais transferiram dinheiro para os filhos e apenas 8% receberam (O'Dwyer et al., 2012).

Além disso, investigação longitudinal baseada nos dados fornecidos pelo DEAS realizada para analisar a mudança dos padrões de apoio financeiro dos avós para os seus netos e filhos, na Alemanha entre 1996 e 2002, indicou que as transferências financeiras dos avós para os netos aumentaram e para os filhos decresceram, indiciando uma mudança de atitude no destino destas transferências (Hoff, 2007).

### **3.3. Co-residência**

A co-residência intergeracional constitui uma relação complexa, onde nem sempre é evidente o sentido do fluxo de transferência (Albuquerque, 2011a).

Geralmente a co-residência entre gerações na vida adulta inclui as seguintes situações:

- I) Filhos adultos que nunca chegaram a sair de casa, situação essa que se pode ficar a dever aos períodos mais longos de formação e ao difícil integração no mercado de trabalho;
- II) Os filhos adultos regressam a casa dos seus pais após terem estado a viver fora, em virtude de um divórcio ou separação ou de dificuldades económicas;
- III) Os filhos adultos são provedores de ajuda e cuidados permanentes aos pais idosos debilitados, (Isengard & Szydlik, 2012).

A co-residência encerra efeitos controversos, ou seja, um potencial positivo e negativo (Albuquerque, 2009, 2011a; Bianchi, Hotz, McGarry & Seltzer, 2006). De acordo com estes autores e numa perspectiva mais benéfica envolve: a partilha de despesas

com a habitação, o que consequentemente produz rendimento/poupança financeira; a partilha de serviços domésticos; um menor isolamento familiar/social; uma maior probabilidade de apoio emocional reforçando os laços familiares e uma melhor eficiência ao nível da prestação de cuidados. Por outro lado e numa forma mais nociva pode ser redutora do bem-estar, ocasionando perda de independência, privacidade e autoridade, menos espaço próprio e dificuldades de adaptação ao estilo de vida da outra geração. Para além de em alguns casos resultar mais de uma obrigação/necessidade do que propriamente de uma opção de vida (Isengard & Szydlik, 2012).

A co-residência é influenciada sobretudo pelas necessidades e oportunidades individuais dos filhos, pelas estruturas familiares, bem como pelo Estado de Bem-Estar vigente em cada país. Esta transferência intergeracional parece ser uma resposta às inseguranças económicas, tanto a nível individual como social em Estados de Bem-Estar menos generosos, com menos investimento social, com pressões económicas acrescidas e maior exigência em termos de flexibilidade no emprego por parte dos trabalhadores (Albertini & Kohli, 2012; Isengard & Szydlik, 2012). Vários factores estimulam o seu desenvolvimento e que podem efectivamente exigir a presença activa de avós na casa, nomeadamente: a presença no mercado de trabalho de ambos os pais dos netos, o nascimento de netos quando os avós já estão mais velhos e profissionalmente inactivos, o aumento da taxa de divórcios, a disseminação dos consumos de drogas e da infecção por VIH (Albuquerque, 2009).

Os planos de Bem-Estar oferecidos pelo Estado parecem em políticas de apoio à pessoa idosa, bem como as políticas de apoio à habitação favorecerem a co-residência como meio de segurança na velhice (Johar & Maruyama, 2014; Tomassini et al., 2004b).

A co-residência entre gerações é um arranjo muito comum nas sociedades orientais, como a chinesa. Dados dos Censos Chineses indicam que cerca de 68,7% dos chineses com 65 ou mais anos vivem em habitações intergeracionais (Yi & Wang, 2003).

A co-residência entre pais mais velhos e os seus filhos adultos varia grandemente entre os países Europeus, existindo uma correspondência estreita entre a geografia dos regimes de Bem-Estar e da geografia da estrutura familiar intergeracional (Hank, 2007).

Nas sociedades da Europa Ocidental, particularmente a Sul, nos países mediterrâneos a co-residência entre pais e filhos adultos é relativamente generalizada, já no Centro e Norte a co-residência entre as gerações na vida adulta parece ser uma forma significativamente menos frequente, sobretudo nos países escandinavos (Albertini & Kohli, 2012; Albertini et al., 2007; Iacovou, 2000; Isengard & Szydlik, 2012; Hank, 2007; Tomassini et al., 2004b). Consistente com estes resultados, e.g. em Itália, Cecilia Tomassini e Douglas Wolf verificaram entre 1990 e 1995 um aumento na proporção de

mulheres solteiras com mais de 65 anos a co-residir com os filhos ou outros (Tomassini & Wolf, 2000). Ainda na Itália mais de 80% dos filhos homens com idade entre 18-30 anos vivem com seus pais, a co-residência é um bem normal e altamente preferido para os pais italianos (Manacorda & Moretti, 2006).

Dados do GGS indicam que países da Europa de Leste como na Bulgária, Geórgia e a Federação Russa também preferem de forma mais intensa a co-residência entre pais mais velhos e filhos adultos (de Jong Gierveld, 2009).

Nas famílias europeias 85% dos pais com 50 ou mais anos têm pelo menos um filho com quem co-reside ou que vive dentro de um raio de 25 km a partir da sua própria residência (Hank, 2007), e 51-89% tem pelo menos um filho com quem co-reside ou com quem vive em estreita proximidade (5 km ou menos) (Fokkema et al., 2008).

Em Espanha e Portugal de acordo com dados do *European Community Household Panel* (ECHP) mais de 60% das mulheres com mais de 70 anos vive com uma filha (Iacovou, 2000).

Em Portugal a co-residência com os avós é comum (sobretudo com as avós), inclusivamente verificou-se um aumento das taxas de co-residência com os avós entre 1994 e 2001, sendo que a proporção de avós co-residentes é mais alta na região Norte, apesar de os cuidados com os netos serem mais frequentes na região de Lisboa (Albuquerque, 2008, 2011b). Os indicadores sugerem que são principalmente as necessidades das gerações mais jovens (filhos adultos) e, não tanto as das gerações mais velhas (avós), que condicionam a maioria das situações de co-residência, onde o principal benefício advém no cuidado às crianças, especialmente às crianças pequenas (ibidem).

Na obra *“Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais”* Karin Wall faz uma análise interessante em todas as regiões portuguesas sobre os grupos domésticos de co-residência, ou seja, um grupo de pessoas que residem na mesma casa e que partilham (ou não) os recursos disponíveis. Do ponto de vista da variação da co-residência ao longo da vida familiar, verificou-se dois grandes movimentos: casais recém-formados, principalmente os mais jovens, a co-residirem com outros parentes, na maior parte das vezes ascendentes, em famílias múltiplas e por motivos de alojamento e ajuda económica; casais mais velhos, sobretudo mulheres com mais de 40 anos, a viver em famílias alargadas, com parentes, ascendentes ou descendentes, que necessitam de apoio. Quase invariavelmente, os laços sociais assentam na partilha de residência entre os parentes em linha vertical, ascendentes e descendentes (avós, pais, filhos, genros e noras ou netos). A co-residência com outros familiares significa sobretudo uma forma de apoio recebido e dado ao longo da trajectória de vida familiar, numa lógica de

sobrevivência material, de cuidados a pessoas dependentes (idosos, crianças ou pessoas doentes) e também numa lógica de inclusão familiar de pessoas sós. Além disso, os meios populares são caracterizados por uma “*dependência residencial*” e, contrariamente nos meios mais escolarizados evidencia-se um perfil de “*apoio residencial em caso de necessidade*” (Wall, 2005b).

### **3.4. Interação entre tempo, dinheiro e co-residência**

Os diversos tipos de transferências intergeracionais interagem, ainda que na maior parte das situações seja de forma pouco evidente: substituem-se ou complementam-se (Albuquerque, 2011a).

Na Europa, observa-se em alguns países a existência de substituição entre tempo e dinheiro por parte dos filhos adultos em relação à distância geográfica e ao emprego. A intensidade de cuidados prestados aos pais diminui quando os filhos adultos estão mais activos no mercado de trabalho e.g. a tempo inteiro, mas a assistência financeira aumenta, indicando uma substituição das transferências de tempo pelas transferências financeiras numa lógica de compensação pela sua ausência (Bonsang, 2007).

Nos filhos mais distantes geograficamente dos pais, nota-se uma maior tendência para substituir dinheiro por tempo, na medida em que a distância cria um custo para os filhos, já que pagam os cuidados formais para os pais em vez de os fornecer (ibidem).

A co-residência pode constituir um pré-requisito determinante para a maior parte das dimensões da solidariedade intergeracional, influenciando a interação e a extensão da ajuda e apoio entre gerações (Bianchi et al., 2006; Isengard & Szydlik, 2012). Além disso, a co-residência, a prestação de cuidados e a ajuda em tempo complementam-se (Iacovou, 2000; Koh & MacDonald, 2006), havendo uma duplicação na direcção dos fluxos de prestação de cuidados, genericamente as pessoas mais velhas com menos idade prestam cuidados (sobretudo se forem mulheres), enquanto aqueles que têm mais idade recebem cuidados (Iacovou, 2000).

São exactamente as transferências intergeracionais privadas entre pais e filhos (quer no sentido descendente, quer ascendente) que nos interessam em virtude da sua magnitude, frequência e implicações na vida familiar e social. O nosso principal foco de atenção são precisamente as transferências ligadas à solidariedade funcional: financeiras (particularmente as transferências inter-vivos), tempo e espaço, uma vez que podem fazer toda a diferença em situações de crise económica, social e familiar na resposta imediata às necessidades dos membros da família, ao mesmo tempo que fazem parte integrante do curso de vida.

## **CAPÍTULO 2. MATERIALIZAÇÕES E MOTIVAÇÕES PARA AS TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS: DELINEANDO UM MODELO DE EXPLICAÇÃO PARA A ACÇÃO**

O conteúdo das transferências intergeracionais é diverso, varia em intensidade e, como qualquer acção do indivíduo, detém uma motivação na sua base. O que se procura explicar teoricamente ao longo deste capítulo é porque é que as pessoas se envolvem nesta prática. Por conseguinte, procede-se a uma sistematização dos principais modelos teóricos que podem explicar a acção/comportamento individual, explorando os *drivers* individuais e a importância das estruturas, bem como a relação entre ambas.

### **1. MODELOS TEÓRICOS NA EXPLICAÇÃO PARA A ACÇÃO: ENTRE O INDIVÍDUO E AS ESTRUTURAS**

As motivações na base das transferências intergeracionais entre filhos adultos e pais mais velhos podem variar em função do tipo de transferências intergeracionais e, inclusivamente, podem cruzar-se e coexistir ao longo do ciclo vital da família. Diversas determinantes estruturais, culturais, institucionais e individuais (dos provedores e dos receptores) exercem um papel decisivo no conteúdo, na direcção e na intensidade das transferências intergeracionais entre filhos adultos e pais mais velhos. Assim, importa perceber o que motiva as pessoas de diferentes gerações a transferir entre si e como variam as determinantes no desenvolvimento deste processo, de modo explicar as diferenças de comportamentos quer dos pais mais velhos, quer dos filhos adultos.

A investigação até à data tem-se debruçado sobre três grandes linhas de explicação para as transferências intergeracionais: a do racionalismo económico e do determinismo individual; as explicações relacionadas com as determinantes estruturais, institucionais e culturais e a explicação do institucionalismo sociológico.

#### **1.1. Racionalismo económico e determinismo individual**

A maioria da literatura das ciências económicas e alguma literatura sociológica sobre as motivações para as transferências intergeracionais, entre filhos adultos e pais mais velhos, tem-se centrado essencialmente no altruísmo entre os membros da família e, na teoria da troca ou reciprocidade (Arrondel & Masson, 2006; Bianchi et al., 2006; Cox & Rank, 1992; Cox, Eser & Jimenez, 1998; Laferrère & Wolff, 2006; Kim et al., 2012; Kohli



& Künemund, 2003; Mora & Moro-Egido, 2012; Ortuño-Ortín & Romeu, 2013; Schwarz, 2006; Wolff & Attias-Donfut, 2007).

O altruísmo dos membros da família caracteriza-se por uma preocupação com a distribuição da riqueza e bem-estar ao longo das gerações, contemplando o bem-estar pessoal futuro do doador e família, quase como se existisse uma predisposição genética para ajudar os seus, com fundamentos na lógica das necessidades (Arrondel & Masson, 2006; Kohli & Künemund, 2003; Wolff & Attias-Donfut, 2007; Schwarz, 2006).

De maneira diferente, a teoria da troca ou a reciprocidade preconiza uma motivação baseada na expectativa de obtenção de recursos dos beneficiários, agora ou no futuro, tratando-se portanto de um comportamento social pressuposto numa lógica de interesse, de investimento e maximização das recompensas materiais ou não materiais (Cox & Rank, 1992; Cox et al., 1998; Kohli & Künemund, 2003; Schwarz, 2006; Wolff & Attias-Donfut, 2007).

Ambas as abordagens inserem-se numa perspectiva centrada no racionalismo económico, o altruísmo mais caracterizado por um comportamento mais afectivo e paternalista, preocupado com o melhor tratamento dos membros da família, enquanto a reciprocidade, numa versão mais capitalista, preocupada com a acumulação e manutenção da riqueza.

O que será de salientar neste tipo de abordagens é o facto de a acção aparecer orientada para uma finalidade que representa a melhor escolha para maximizar o seu retorno. Nesse sentido, é o tipo de teoria e de explicação que tende a procurar nas determinantes da acção os motivos materiais e reconhecíveis que se apresentam como resultado da avaliação de cenários alternativos e que se orientam para uma finalidade que é, de facto ou representada, como uma finalidade vantajosa.

## **1.2. Determinantes estruturais, institucionais e culturais**

A segunda linha de explicação das transferências intergeracionais enquadra-se naquilo que são as determinantes estruturais, institucionais e culturais onde os comportamentos adoptados, em termos de transferências intergeracionais, se estruturam em função das características individuais, das díades e da família (nível micro), mas também de condições acima da família (nível macro) (Albertini & Radl, 2012; Albertini & Kohli, 2012; Albertini et al., 2007; Kohli, 2004; Kohli & Künemund, 2003). A figura 4 seguinte resume esses factores.

**Figura 4.** Factores que afectam o padrão das transferências intergeracionais nos diferentes países

		Nível Macro (acima da família)	Nível Micro (família, díades e indivíduos)
<b>Factores</b>	<b>Estruturais</b>	Estrutura demográfica das famílias e do agregado familiar; estrutura da força de trabalho e a distribuição do rendimento e da riqueza.	Composição da família e do agregado familiar; nível educacional e profissional dos filhos e pais; nível rendimento e da riqueza.
	<b>Institucionais</b>	Obrigações legais de apoio intergeracional; tributação de herança e presentes; políticas de protecção social e familiar.	Modalidades de casamento/co-residência; divisão do trabalho doméstico.
	<b>Culturais</b>	Tradições religiosas; valores da família e de género; idade e valores geracionais.	Valores, crenças, atitudes e práticas culturais da família, pais e filhos.

Adaptado de Albertini, M., Kohli, M., & Vogel, C. (2007). Intergenerational transfers of time and money in European families: common patterns—different regimes? *Journal of European Social Policy*, 17(4), 319-334. doi: 10.1177/0958928707081068

A influência das determinantes estruturais, institucionais e culturais a nível macro e micro evidenciam-se nas diferenças entre as sociedades modernas e, particularmente na Europa, quando se analisam os padrões das transferências financeiras, de tempo e a co-residência entre filhos adultos e os pais mais velhos, bem como as várias dimensões da solidariedade intergeracional e as diversas determinantes individuais quer dos pais, quer dos filhos.

Neste âmbito destacam-se um conjunto de iniciativas ao nível de recolha de dados que têm oferecido um contributo muito importante à comunidade científica. Em virtude destes projectos permitem alguma validação empírica, os académicos têm conseguido desenvolver melhor estes temas e existe já uma produção extensa de artigos científicos baseados nestes bancos de dados. Refira-se a título de exemplo: o SHARE (Albertini et al., 2007; Albertini & Kohli, 2012; Brandt, 2013; Brandt, Haberkern & Szydlik, 2009; Bonsang, 2007; Isengard & Szydlik, 2012; Fokkema et al., 2008; Wolff & Attias-Donfut, 2007); o OASIS (Daatland & Lowenstein, 2005; Lowenstein & Daatland, 2006; Katz, Lowenstein, Prilutzky & Mehlhausen-Hassoen, 2003; Daatland & Herlofson, 2003); o GGS (Heylen, Mortelmans, Hermans & Boudiny, 2012); e o LOGG (*Norwegian Life-course, Generations and Gender Study*) (Daatland, Veenstra & Herlofson, 2012).

### ***1.2.1. As condições acima da família e o impacto no padrão das transferências intergeracionais***

A investigação no âmbito do SHARE tem demonstrado que a prática das transferências intergeracionais varia em função do regime de Estado-Providência encontrado nos diferentes países Europeus (Albertini et al., 2007; Albertini & Kohli, 2012; Brandt, 2013; Brandt et al., 2009; Bonsang, 2007; Wolff & Attias-Donfut, 2007; Isengard & Szydlik, 2012; Ogg & Renaut, 2006).

Identificam-se na literatura referenciada acima três padrões principais de transferências intergeracionais entre pais mais velhos e filhos adultos, que reflectem em parte os regimes de Bem-Estar na Europa:

- I) O regime nórdico: as transferências familiares de tempo e financeiras são mais frequentes mas menos intensas do que no Sul e, na Europa Continental, sendo a co-residência escassa;
- II) O regime continental: caracterizado por uma posição intermédia entre o Norte e Sul da Europa;
- III) O regime dos países do Sul da Europa: elevados níveis de co-residência, as transferências financeiras e tempo para os filhos são menos prováveis de ocorrer, mas mais intensas (Albertini et al., 2007; Attias-Donfut & Ogg, 2010; Attias-Donfut et al., 2005; Albertini & Kohli, 2012; Wolff & Attias-Donfut, 2007).

O Regime Nórdico é caracterizado pela forte influência de um Estado de Bem-Estar generoso e por algumas transferências familiares. São países onde as pessoas mais velhas e os filhos podem contar com uma série de modalidades de assistência formais, tais como serviços de assistência domiciliar (ajuda doméstica), centros de dia, instituições de acolhimento ou creches (Bonsang, 2007). Os filhos escandinavos recebem apoio desde o início do seu ciclo vital, pelo que a expectativa de independência dos filhos é precoce, sem ser marcada pelas transições mais tradicionais da idade adulta (e.g. casamento, emprego, parentalidade) (Albertini & Kohli, 2012).

Observa-se nos estudos de Fokkema et al., (2008) uma forte preferência para a intervenção do Estado ao nível dos cuidados às pessoas mais velhas no Norte da Europa. Na Suécia, na Dinamarca, nos Países Baixos e na Bélgica, as pessoas com idade acima de 50 anos entendem que os trabalhos domésticos (35-78%) e, o apoio financeiro, bem como os cuidados pessoais (43-89%) para idosos a necessitar de cuidados devem ser fornecidos principalmente pelo Estado. Apenas 4 a 26% indicaram que os primeiros seriam responsabilidade da família e, 3 a 19% perceberam os segundos como responsabilidade dos filhos e outros parentes. No Sul da Europa existe maior

propensão em manter a família responsável pela prestação de cuidados aos idosos e o Estado apenas intervém nas situações de desfavorecimento financeiro.

Estes países do Norte têm a maior proporção de filhos adultos que prestam apoio em tempo aos pais, embora de forma ocasional e sob a forma de trabalhos domésticos, enquanto os países do Mediterrâneo têm a menor proporção de apoio em tempo aos pais, porém com mais intensidade, com maior número de horas de ajuda aos pais envolvendo-se essencialmente em cuidados pessoais (Bonsang, 2007; Ogg & Renaut, 2006). A explicação para esta evidência baseia-se, por um lado, na partilha da prestação de assistência aos pais entre irmãos nos países do Norte, enquanto a Sul o peso é essencialmente suportado por um dos filhos (normalmente por aquele que co-reside), mas também nas diferenças no desenvolvimento de cuidados formais disponibilizados pelos Estados de Bem-Estar. O papel da família na prestação de assistência aos idosos é muito importante no Sul, o Estado representa apenas uma pequena parte da ajuda, uma vez que os sistemas de ajuda formal são limitados (Bonsang, 2007).

Apesar dos países do Norte e Centro terem um Estado de Bem-Estar mais desenvolvido, com mais cuidados formais disponíveis, os filhos adultos continuam a ajudar os seus pais mais velhos. De um modo geral a ajuda fornecida é motivada sobretudo por sentimentos de obrigação ou por situações de necessidade, embora os europeus do Norte e Centro mencionem como motivações a realização pessoal ou contentamento, o que não se verifica a Sul (Ogg & Renaut, 2006).

A ocorrência e intensidade de cuidados aos netos na Europa diferem em função do Estado de Bem-Estar, em particular, dos investimentos públicos em infra-estruturas de acolhimento a crianças. Enquanto os avós no Sul da Europa, onde estes serviços são escassos, se envolvem com menos frequência, mas mais intensamente nos cuidados infantis, sendo muitas vezes prestadores em tempo integral, no Norte da Europa onde os serviços públicos são muito generosos e acessíveis, os cuidados aos netos são fornecidos com mais frequência, mas com muito menos intensidade, actuando sobretudo em situações pontuais de necessidade (Igel & Szydlik, 2011; Herlofson, Hagestad, Slagsvold & Sørensen, 2011).

Fokkema et al., (2008) concluiu que enquanto cerca de três quartos dos pais mais velhos europeus do Sul entendiam que os avós deveriam ajudar os filhos a cuidar dos netos, a opinião era oposta na Dinamarca (34%) e nos Países Baixos (42%). Nos países do Mediterrâneo, 61% das pessoas com idade acima dos 50 anos consideravam que os avós deveriam contribuir para a segurança económica dos seus netos e famílias, quando menos de 33% destas pessoas manifestou esse sentimento nos países do Norte da Europa.

Segundo as conclusões de Herlofson et al., (2011) nos países de Leste os cuidados aos mais velhos necessitados de assistência e que vivem em casa devem ser responsabilidade da família. Em comparação com os cuidados aos mais velhos, uma proporção consideravelmente maior nos países do Norte e Leste europeu sentem que o cuidado às crianças é mais uma responsabilidade da família do que da sociedade.

As variações encontradas na Europa em termos da prestação de cuidados aos pais mais velhos resultam sobretudo da necessidade de cuidados dos pais, dos recursos e oportunidades para cuidar por parte dos filhos, das estruturas familiares, bem como do Estado de Bem-estar Social e das normas culturais (Haberkern & Szydlik, 2010). As políticas públicas de apoio às famílias e à velhice são essenciais, e.g. nos cuidados aos pais idosos a longo prazo, influenciando a quantidade e a probabilidade de assistência de tempo (López-Anuarbe, 2012).

As curvas de dar e receber apoio em tempo cruzam-se com a idade de 60 anos (Europa do Sul), 65 anos (Europa Central) e 70 anos (Norte da Europa), além disso, a percentagem de adultos com 50 ou mais anos que oferecem ajuda financeira aos seus filhos é maior nos países mais ricos do Norte Europeu (25%) e menor nos países menos ricos do Sul da Europa (15%) (Fokkema et al., 2008). Estas transferências financeiras podem ser accionadas sobretudo em situações de desemprego ou para a educação (Albertini & Kohli, 2012).

O apoio financeiro para as pessoas mais velhas e aos pais jovens que vivem abaixo do nível de subsistência é considerado muito mais uma responsabilidade da sociedade do que da família, para os países de Leste e Norte da Europa (Herlofson et al., 2011).

As curvas de dar e receber apoio financeiro no sul da Europa cruzam-se depois de os adultos mais velhos atingirem os 80 anos. Na Europa do Norte e Central as curvas não se cruzam. Nestes países, os pais continuam a ser “*doadores líquidos*”, ou seja, a transferir géneros financeiros para os seus filhos (Fokkema et al., 2008).

No sentido ascendente, mas respeitante às transferências financeiras, e.g. na Suíça, Grécia e Espanha, os filhos adultos transferem mais frequentemente para os pais, enquanto no Norte, e.g. Dinamarca, Suécia e Países Baixos, apresentam uma menor probabilidade de tal acontecer (Bonsang, 2007).

As taxas de co-residência na Europa apontam que há muitos mais filhos adultos a viver com seus pais a Sul do que a Norte da Europa (Albertini et al., 2007; Albertini & Kohli, 2012; Hank, 2007; Iacovou, 2000; Ogg & Renaut, 2006). Na Europa do Norte a taxa de co-residência é menor um sexto do que a encontrada nos países da costa Mediterrânea, e menos de metade do que na Europa Continental (Albertini & Kohli, 2012).

Na Itália e Grécia, cerca de 30% dos filhos adultos vivem com os seus pais, enquanto o mesmo se verifica apenas em 5% na Suécia e em 4% na Dinamarca (Isengard & Szydlik, 2012). No regime do Sul a co-residência é forte e constitui o principal suporte de pais para filhos. A expectativa de sair da casa dos pais concretiza-se depois de se completar a carreira educacional, encontrar um emprego estável e casar (Albertini & Kohli, 2012). A acontecer, a co-residência na maioria dos países do Norte da Europa é um pouco mais comum entre as mulheres (mães) com mais de 70 anos a co-residirem com um filho único do que na maioria dos países do Sul (e.g. na Irlanda 60% das mães co-residem com os seus filhos e 40% vive com um filho único). Em Espanha e Portugal as mães com mais de 70 anos são muito mais propensas a viver com as filhas casadas e, moderadamente propensas a viver com as filhas solteiras. Contrariamente, na Itália e na Grécia, as mesmas mulheres são mais propensas a viver com filhos casados ou solteiros (Iacovou, 2000). A neutralização da co-residência faz-se sentir particularmente a Norte da Europa, resultado precisamente das infra-estruturas de apoio formal fortes (Hank, 2007), mas também do mercado imobiliário específico nos diferentes países, bem como dos níveis de pobreza e desigualdade económica dos indivíduos (Isengard & Szydlik, 2012). Além disso, os altos níveis de educação dos pais escandinavos estão correlacionados com a menor probabilidade de co-residência com os filhos. Este sentido pode inverter-se em situações de divórcio ou viuvez dos filhos como forma de desenvolvimento económico e apoio moral (Albertini & Kohli, 2012).

O regime Continental é marcado por alguma co-residência e transferências familiares consideráveis. Os filhos da Europa Continental são menos prováveis do que seus pares do Norte, tanto para viver fora da casa dos pais como para receber o apoio financeiro deles (ibidem). O Estado fornece cuidados de longa duração para os idosos, mas não negligencia o papel da família na prestação de cuidados (Bonsang, 2007).

No âmbito da relação entre Família e Estado de Bem-Estar Saraceno e Keck (2010) tentaram identificar padrões intergeracionais na Europa no que diz respeito aos cuidados e ao apoio financeiro no sentido dos filhos adultos e dos pais mais velhos. Estudando os 27 países da UE, são identificados quatro perfis diferentes que se podem combinar, os “Estados de Bem-Estar *mix*”:

- I) Familismo por padrão – Estados de Bem-Estar onde não existem alternativas públicas para o cuidado da família, nem para o apoio financeiro nem para os cuidados;
- II) Familismo suportado - quando as famílias são financeiramente compensadas pelo cumprimento das suas responsabilidades financeiras e de cuidados;

III) Desfamíliação - Estados de Bem-Estar onde as responsabilidades familiares e as dependências são reduzidas através de serviços públicos de prestação de cuidados e transferências financeiras;

IV) Familismo Opcional - uma opção entre familismo apoiado e desfamíliação, (Saraceno & Keck, 2010).

Os 27 países mostraram uma abordagem semelhante em ambos os sentidos do fluxo no que diz respeito aos cuidados e ao apoio financeiro. Assim, ao nível de cada país, os regimes são principalmente mistos e, em alguns casos, situados no lado oposto do familismo/desfamíliação, dependendo se os envolvidos são os filhos adultos ou os pais mais velhos. Os países Escandinavos e a França são caracterizados por um elevado grau de desfamíliação no que respeita a um conjunto de obrigações para os filhos adultos e para os pais mais velhos, mas também de familismo suportado no caso de crianças pequenas. Em oposição, um grupo de países é caracterizado por um elevado grau de familismo por padrão no que diz respeito a ambas as obrigações, nomeadamente a Polónia, Itália, Espanha, Grécia e Bulgária. Portugal é um *outlier* neste grupo, devido ao nível mais elevado de desfamíliação para os pais mais velhos. Hungria e República Checa, seguido pela Estónia, têm o maior grau de familismo suportado no sentido dos filhos, mas mais próximas ao familismo por padrão quando se trata de pessoas mais velhas. Áustria, Países Baixos, Irlanda e Luxemburgo estão na linha de desfamíliação no que diz respeito aos pais mais velhos mas no familismo por padrão em relação aos filhos. A Alemanha detém um grau mais elevado de familismo suportado para os filhos e o Reino Unido é caracterizado por um elevado grau de desfamíliação em ambos os casos (ibidem).

A investigação realizada no âmbito de vários projectos internacionais tem mostrado que a solidariedade intergeracional na família é bastante forte nos diferentes países, sejam mais individualistas ou familistas, variando mais na natureza das dimensões do que em intensidade (Daatland & Lowenstein, 2005; Daatland et al., 2012; Daatland & Herlofson, 2003; Fokkema et al., 2008; Heylen et al., 2012; Katz et al., 2003; Lowenstein & Daatland, 2006).

Considerando os diferentes domínios da solidariedade intergeracional em simultâneo, a investigação mostra que a maioria das famílias Europeias em fim de vida é caracterizada da seguinte forma: têm um filho por perto; estão em contacto frequente com pelo menos um dos filhos; vivenciam um sentimento de fortes obrigações de assistência à família e existem transferências regulares de ajuda quer de pais para os filhos (35%) ou de filhos para os pais (25%) (Fokkema et al., 2008).

Fokkema et al., (2008) concluiu também que a probabilidade de pelo menos um dos filhos viver próximo dos pais (solidariedade estrutural) é maior na Espanha e Itália,

seguida de perto pela Grécia e Áustria, contrariamente os pais mais velhos na Suécia, Dinamarca e França foram menos propensos a ter um filho nas proximidades. Uma clara maioria dos europeus com 50 ou mais anos que não co-reside com os filhos, tem pelo menos um filho que vive nas proximidades, sendo que na maioria dos casos a distância para o filho não co-residente mais próximo não ultrapassa os 25 quilómetros.

A solidariedade associativa é frequente e de qualidade nos países europeus (Fokkema et al., 2008; Kohli et al., 2005; Tomassini et al., 2004a) e nota-se um gradiente Norte/Sul da Europa (Kohli et al., 2005). Em cada um dos países estudados, mais de 85% dos pais com 50 ou mais anos tinha contacto semanal com pelo menos um dos seus filhos. Em Itália, Grécia e Espanha os contactos são mais frequentes do que nos outros países europeus. Mais de dois terços dos pais mais velhos a Sul da Europa que não tinham filhos co-residentes beneficiavam do contacto diário com pelo menos um filho. Na Europa Central e Setentrional a frequência de contactos oscilava entre 28% na Suíça e 43% na Bélgica e Áustria, porém nestes países o contacto entre pais mais velhos e os seus filhos adultos, a acontecer, era intenso (Fokkema et al., 2008).

Analizando ainda os níveis de contacto semanal entre pais e filhos em quatro países europeus, nomeadamente na Finlândia, na Grã-Bretanha, nos Países Baixos e na Itália, verificou-se que os níveis de contacto em todos os países são altos, apesar de na Itália serem mais frequentes (Tomassini et al., 2004b).

De um modo geral, os países estudados na Europa revelam altos níveis de solidariedade afectiva e consensual (Katz, et al., 2003).

A solidariedade normativa segue padrões diferentes nos vários países da Europa, constituindo uma forte motivação para as transferências de tempo, particularmente para a prestação de cuidados às pessoas mais velhas, mais marcada nos países familistas do que nos países com Estados de Bem-Estar generosos como e.g. a Noruega (Daatland & Herlofson, 2003). O sentimento de dever/obrigação familiar é mais forte para pais mais velhos, filhos e netos no Sul da Europa. Os pais mais velhos no Norte da Europa demonstram a mais fraca solidariedade normativa (Fokkema et al., 2008).

A responsabilidade filial (os filhos adultos devem apoiar pais mais velhos) e parental (os pais mais velhos devem apoiar os seus filhos adultos) é claramente mais forte no Leste da Europa (Bulgária, Geórgia, Roménia e Rússia) e muito menor nos países da Europa Ocidental (França, Alemanha e Noruega). Este resultado é consistente com a concepção de que em países com Estados de Bem-Estar generosos a responsabilidade familiar é mais fraca (Herlofson et al., 2011).

No caso específico da Espanha, as expectativas de responsabilidade filial são mais fortemente expressas por pais e pela maioria dos filhos. Os pais encaram os



cuidados para os mais velhos como um dever/obrigação dos filhos e, os filhos mostram alguma ambivalência acerca das mesmas, principalmente as filhas que se esperam ser as principais cuidadoras (Katz et al., 2003). Todavia Jordi Caïs e Laia Folguera argumentam sobre uma redefinição das dinâmicas intergeracionais espanholas defendendo que os cuidados aos pais dependentes mais velhos já não são percebidos pelos espanhóis como um dever moral inevitável, estão sim, fortemente influenciados pela existência de boas relações pessoais entre os membros da família (Caïs & Folguera, 2013).

Os pais mais velhos europeus apresentam um forte senso de dever de cuidar dos seus filhos e netos do que vice-versa, particularmente quando os seus netos têm problemas, para além de sentirem que devem fazer o melhor para seus filhos, mesmo que isso custe o seu próprio bem-estar (Fokkema et al., 2008).

Considerando diferentes domínios da solidariedade em simultâneo (estrutural, associativa e funcional) entre pais mais velhos e filhos adultos foram encontrados quatro tipos robustos de famílias europeias em fim de vida no Norte, Centro e Sul Europeu, designadamente:

- I) Familismo descendente (35%) - vivem próximos geograficamente, o contacto é frequente, existe um sentimento forte de obrigações de assistência à família e o fluxo de ajuda vai principalmente no sentido dos pais mais velhos para filhos adultos. É característico de países como a Bélgica e menos comum na Dinamarca, França, Áustria, Suíça e Espanha. São geralmente famílias com dois ou mais filhos, e são principalmente os pais de filhas, as mães viúvas ou com casamentos intactos que vivem nestas famílias;
- II) Familismo ascendente (25%) - vivem próximos geograficamente, o contacto é frequente, existe um sentimento forte de obrigações de assistência à família, e o fluxo de ajuda, nomeadamente de tempo, vai sobretudo no sentido dos filhos adultos para os pais mais velhos. É característico de países como a Itália, Espanha e a Grécia e menos comum na Suécia e na Dinamarca. São geralmente famílias com dois ou mais filhos e são principalmente os pais com mais de 70 anos de idade, viúvos, com problemas de saúde que vivem nestas famílias;
- III) Apoio à distância (7%) - vivem afastados geograficamente, mas o contacto é frequente, existindo um sentimento fraco de obrigações de assistência à família e fracas transferências financeiras de pais mais velhos para os filhos adultos. É característico de países como a Suécia e a Dinamarca e menos comum em Itália e na Espanha e ainda em menor medida, na Bélgica. São principalmente os pais

com níveis educacionais médios e mais elevados e com filhos também com níveis educacionais elevados que vivem nestas famílias;

IV) Autónomos (33%) - não vivem em proximidade geográfica, existem poucos contactos, o sentimento de obrigações de assistência à família é moderado, e existe pouca troca de apoio. É característico de países como a França e Suíça e menos comum nos países do Sul da Europa. São principalmente os pais mais velhos que vivem sem parceiro, nomeadamente os pais (homens) divorciados, com níveis de educação elevados e com filhos também com níveis educacionais elevados que vivem nestas famílias (Dykstra & Fokkema, 2011; Fokkema et al., 2008).

De realçar que estes tipos de família não são permanentes, antes alteram-se em função das transformações na vida de pais e filhos, reflectindo as diferentes necessidades, disponibilidades e prontidão para a solidariedade familiar. Uma primeira mudança pode ser do tipo de apoio à distância para o tipo familismo descendente quando as crianças passam da idade de jovens adultos (estar na escola, vivendo só) para a meia-idade, que entram na fase de construção da sua própria família (vivem com um parceiro, tem filhos e trabalho pago). A próxima mudança é do familismo descendente (pais mais velhos como prestadores de ajuda) para familismo ascendente (pais mais velhos como beneficiários de ajuda) quando os pais chegam à última fase da sua vida, caracterizada por problemas de saúde crescentes e pela viuvez (Dykstra & Fokkema, 2011).

Em suma, a variabilidade encontrada reflecte os padrões de comportamento, as políticas sociais tradicionais, as normas familiares e os contextos culturais nos diversos países. Além disso, percebe-se que as relações entre filhos adultos e pais mais velhos variam em função das necessidades que surgem ao longo do ciclo vital e dos recursos disponíveis.

### ***1.2.2. Os perfis individuais dos filhos adultos e dos pais mais velhos e a materialização das transferências intergeracionais***

A nível individual há a considerar um conjunto de determinantes dos filhos adultos e dos pais mais velhos que interferem no processo das transferências intergeracionais, motivando ou não a sua concretização, em particular o rendimento, a idade, o género, a educação, o estado civil, a saúde, a estrutura familiar (Wolff & Attias-Donfut, 2007;

Albertini et al., 2007; Bonsang, 2007; Attias-Donfut et al., 2005), a religião (Fokkema et al., 2008) e a área de residência (Isengard & Szydlik, 2012).

Trata-se de uma perspectiva que enfatiza a influência do curso de vida na modelação da solidariedade intergeracional, centrando-se na biografia das pessoas e nas várias experiências decorrentes das transições ao longo das trajectórias individuais de vida.

Independentemente do fluxo das transferências intergeracionais ocorrerem no sentido ascendente ou descendente, a investigação mostra uma variabilidade de situações em virtude das diferentes características dos filhos adultos e dos pais mais velhos, seja para as transferências financeiras, de tempo ou co-residência, seja para as várias dimensões da solidariedade.

Desta maneira e, analisando individualmente cada uma destas variáveis em primeira instância do lado dos filhos adultos, existem uma série de evidências que tem sido apontadas na literatura da especialidade que passamos a apresentar sumariamente.

No que diz respeito ao género dos filhos têm-se verificado que as filhas são mais propensas a dedicar tempo aos pais (Albertini et al., 2007; Attias-Donfut et al., 2005; Bonsang, 2007; Leopold & Raab, 2013) e a desenvolverem um contacto mais frequente com as mães (Fokkema et al., 2008) do que os filhos. Já os filhos mostram uma maior tendência a co-residirem com os seus pais (Isengard & Szydlik, 2012) e a estabelecerem contactos menos frequentes com o pai (Fokkema et al., 2008).

Ao nível da saúde têm-se demonstrado que os filhos receptores de dinheiro, geralmente os de nível socioeconómico mais elevado, demonstram melhor saúde em relação aos que nada receberam (Scodellaro et al., 2012). Por outro lado, os filhos adultos com más condições de saúde, e apenas com o pai vivo têm menor probabilidade de transferir tempo para os pais, mas a probabilidade aumenta quando apenas a mãe está viva (Bonsang, 2007).

Para a variável estado civil observa-se que a incidência de divórcio em um ou mais filhos aumenta a probabilidade de os pais transferirem apoio financeiro para os seus filhos, no entanto os filhos divorciados estabelecem menos contactos com os seus pais mais velhos, provavelmente devido às exigências e problemas nas suas próprias vidas (Fokkema et al., 2008). Já os filhos adultos casados são menos propensos a fornecer (Bonsang, 2007) e a receber assistência financeira (Gerstel & Sarkisian, 2007) e, também têm níveis mais baixos de envolvimento nas transferências de tempo, tanto no dar como no receber cuidados do que os solteiros (Gerstel & Sarkisian, 2007; Leopold & Raab, 2013). Se considerarmos que os filhos adultos desta geração se encontram ensanduichados entre as necessidades concorrentes de cuidados aos pais idosos e aos

seus filhos (netos), isto pode ser uma condicionante do declínio de assistência tempo e financeira para os pais mais velhos (Bonsang, 2007).

Os filhos solteiros e as filhas casadas são mais propensos para co-residir com suas mães do que as filhas solteiras ou os filhos casados, além disso a co-residência está correlacionada com problemas de saúde dos filhos ou das suas mães, precipitando-a (Compton & Pollak, 2013).

No caso da variável rendimento e educação têm-se apurado que um nível de educação elevado dos filhos diminui significativamente a probabilidade de viver em proximidade com os pais (Compton & Pollak, 2013; Fokkema et al., 2008), o número e a frequência de contactos (Fokkema et al., 2008). O afastamento da zona de residência dos seus pais em virtude do maior nível de educação, nomeadamente a formação superior, pode ser explicada quer pela possibilidade de os filhos saírem de casa para ir para a faculdade e por aí organizarem as suas vidas sem regressar à casa dos pais ou pela oportunidade de participação num mercado de trabalho geograficamente mais vasto, com salários mais confortáveis e empregos bem-sucedidos (Compton & Pollak, 2013), mas também na importância dada por estes filhos ao contacto muito frequente com os pais (Fokkema et al., 2008).

Os filhos com nível de educação mais elevado relativamente aos menos escolarizados são menos propensos a co-residir com os pais (Isengard & Szydlík, 2012) e muito mais propensos a receber uma herança (Szydlík, 2012).

Nos filhos menos escolarizados e com baixos rendimentos diminui a propensão para transferir dinheiro para os pais (Kim et al., 2012). Em consonância com esta evidência, a investigação mostra que em situações de mais dificuldades e desigualdades na infância susceptíveis de permanecer na idade adulta, *e.g* classe social e rendimentos mais baixos, famílias de maior dimensão com vários irmãos originam a longo prazo menores transferências financeiras para os filhos (Lennartsson, 2011). De outra forma, os filhos adultos com mais recursos e com um nível mais elevado de educação são mais propensos a transferir apoio financeiro para os pais mais velhos (Berry, 2008; Bonsang, 2007; Kim et al., 2012; Kohli, 2004), com piores condições de saúde (Bonsang, 2007) e, sobretudo para as mães (Kim et al., 2012).

No que respeita à variável idade têm-se mostrado que a probabilidade de co-residência diminui significativamente com o aumento da idade dos filhos, pelo menos até aos 54 anos, altura em que se nota uma reviravolta, ou seja, uma maior probabilidade de co-residência. Esta situação explica-se no primeiro momento pelo curso natural do ciclo de vida (saída de casa dos pais e início da organização da sua própria vida) e, o segundo momento pela idade avançada dos pais (Isengard & Szydlík, 2012).

Os filhos receptores de tempo são os mais jovens, com netos e com as mães sem saúde debilitada e os filhos provedores são os mais velhos, com mães com saúde precária e solteiras (Compton & Pollak, 2013).

Atendendo a que as solidariedades familiares centram-se sobretudo nas ligações parentais, a demografia da família é um elemento primordial para a qualidade, bem como a quantidade de apoio intergeracional (Bawin-Legros & Stassen, 2002). Desta maneira, quando se tem em conta a estrutura familiar, o tamanho da família, assim como a idade dos filhos verifica-se variações nos apoios financeiros. Geralmente os filhos mais velhos e aqueles que vivem em famílias com menos irmãos são mais propensos a receber apoios financeiros (Emery, 2013; Kim et al., 2012). Já o filho mais jovem numa família de vários irmãos tende a apresentar os laços familiares mais próximos (Hank, 2007).

O número de filhos (irmãos) diminui significativamente o número de horas (tempo) dedicadas a ajudar os pais (Bonsang, 2007; Katz et al., 2003), o que pode indicar que os irmãos partilham a responsabilidade de cuidar de seus pais mais velhos (Bonsang, 2007). Além disso, quanto maior o número de filhos menor probabilidade de co-residência entre os pais mais velhos e os filhos adultos (Isengard & Szydlík, 2012).

Ao analisar o impacto do número de irmãos e irmãs relativamente aos vários de tipos de transferências intergeracionais (ajuda financeira, presentes, transporte, tarefas domésticas e tecnologia) a investigação mostra que maior número de irmãs ocasiona menos recebimentos dos pais, o que pode ser explicado pela diluição de recursos e, pelas redes de suporte criadas entre irmãs que torna a ajuda dos pais menos necessária (Goodsell, James, Yorgason & Call, 2013).

Abordando, agora, este conjunto de variáveis do lado dos pais mais velhos e nas questões de género, as mães são as principais beneficiárias e fornecedoras de ajuda em tempo para os seus filhos, no entanto nota-se uma maior probabilidade dos pais receberem este tipo de ajuda se tiverem uma ou mais filhas. Os pais são mais propensos a ajudar os filhos financeiramente (Fokkema et al., 2008).

As mães tendem a viver mais perto de pelo menos um dos filhos do que os pais (Katz et al., 2003) e a co-residir com os filhos (de Jong Gierveld, De Valk & Blommesteijn, 2001). Além disso, as mães expressam um sentimento de dever/obrigação mais fraco para prestação dos cuidados familiares do que os pais, o que se pode explicar pelo facto das mães ajudarem os seus filhos sem o verem como um obrigação ou então a prestação efectiva dos cuidados por parte das mulheres não é muito forte (Fokkema et al., 2008).

Apesar da proximidade geográfica não diferir entre pais e mães, em média, ambos tem aproximadamente o mesmo número de filhos a viver dentro de uma distância de cinco quilómetros (ibidem), pais mais velhos e filhos adultos que vivem em proximidade

têm maior probabilidade de transferir tempo e dinheiro entre si (Kim et al., 2012) e o apoio emocional, em particular, é mais provável entre mães mais velhas e filhos adultos (Compton & Pollak, 2013).

Os pais e as mães mais velhas têm mais frequência de contacto com as suas filhas adultas do que com os seus filhos. Os pais mais velhos tendem a ter um contacto semanal diário ou mais com as suas filhas e mensal com os seus filhos. Além disso, o número de contactos entre as mães mais velhas e filhas adultas excede o número de contactos entre pais e filhas (Fokkema et al., 2008).

Como já se verificou para os filhos adultos, a história da família em termos de casamentos e uniões não matrimoniais exerce uma forte influência sobre as relações intergeracionais. No geral, os indivíduos com um histórico de vários casamentos e uniões coabitantes têm níveis consistentemente mais baixos de solidariedade em relação aos que têm um casamento (Shapiro, 2012).

O divórcio dos pais mais velhos (quer por parte da mãe ou do pai) tem consequências importantes a três níveis da solidariedade intergeracional: de cariz negativo no contacto intergeracional com os filhos (solidariedade associativa), embora em menor dimensão quando se trata das mães; conduz a maiores distâncias geográficas (solidariedade estrutural) entre filhos adultos e pais mais velhos; e o enfraquecimento do sentimento de dever/obrigação familiar (solidariedade normativa) para os seus pais, filhos ou netos. Mais, as famílias monoparentais divorciadas são menos propensas a viver em proximidade geográfica com os seus filhos em comparação com seus homólogos casados e viúvos e, têm menos contacto intensivo com os seus filhos, sobretudo contacto entre filha e pai. Estas famílias demonstram um sentimento de dever/obrigação mais fraco em termos de prestação de cuidados com os idosos, filhos e netos relativamente aos casados. Esta situação pode ser influenciada por um conjunto de factores: relações familiares fracturadas; menos tempo e dinheiro disponível para ajudar os outros membros da família e uma preocupação acrescida com os seus próprios problemas ficando “cegas” para os problemas dos outros (Fokkema et al., 2008).

O divórcio dos pais afecta negativamente a transferência de tempo para filhos adultos, sendo os pais divorciados menos propensos a ter trocas de apoio com os seus filhos adultos do que os não-divorciados (Dykstra, 1997; Fokkema et al., 2008). Os pais e mães envolvidos em divórcios têm níveis semelhantes de transferências de tempo e financeiras com seus filhos adultos. No entanto o divórcio durante os anos da infância dos filhos aumenta as transferências com as mães e reduz drasticamente com os pais, o que se coaduna com o facto de raramente os homens (pais) retomarem mais tarde os

laços com os filhos quando a eles renunciam durante a infância (Furstenberg, Hoffman & Shrestha, 1995).

A co-residência intergeracional é significativamente menos comum entre pais divorciados do que entre mães divorciadas, além disso uma situação de viuvez dos pais aumenta a probabilidade de co-residência (de Jong Gierveld et al., 2001).

Um acontecimento de vida na velhice como a viuvez dos pais pode influenciar as relações intergeracionais na díade pais-filhos (Ha & Ingersoll-Dayton, 2008; Ha, Carr, Utz & Nesse, 2006). A investigação mostra que a viuvez está associada a uma diminuição da ambivalência no sentido dos filhos adultos, pelo menos durante o início da fase do luto devido, por um lado, aos baixos níveis de dependência dos filhos e, por outro, ao apoio que os filhos fornecem aos seus pais partilhando e apoiando o seu sentimento de perda e dor (Ha & Ingersoll-Dayton, 2008). As mães viúvas geralmente demonstram níveis mais elevados de dependência dos seus filhos adultos relativamente a assuntos do foro financeiro ou legal, mas também são provedores de apoio instrumental e emocional para os filhos, o que se justifica em larga medida com os papéis tradicionais de género (mães como as grandes cuidadoras) e pelo estabelecimento de relações mais íntimas entre mães e filhos mas também pelo facto, de não possuírem habilidades ou experiência para lidar com estas questões que até então seriam tratadas pelo seu cônjuge (Ha et al., 2006).

Pais viúvos e casados possuem um sentimento similar de dever/obrigação para com idosos frágeis ou necessitados o que pode ser explicado por motivações altruístas. Por outro lado, os pais viúvos têm um sentimento mais fraco de obrigação/responsabilidade parental para com os seus filhos e netos do que pais casados, provavelmente em virtude da posição de viuvez levar a um ajuste do seu sentimento de obrigação percebido como uma circunstância prática menos favorável e portanto, inclinada a desvalorizar esse sentimento. A viuvez dos pais parece ter alguns efeitos negativos sobre o contacto intergeracional (solidariedade associativa) com os filhos, possivelmente o aumento da necessidade de companheirismo e apoio, bem como as dificuldades enfrentadas pelos pais viúvos é compensado pela manutenção do contacto frequente com todos os seus filhos, diminuindo os contactos individuais (Fokkema et al., 2008).

Os pais casados e com problemas de saúde são menos propensos a transferir tempo e dinheiro para os filhos (Kim et al., 2012; Gerstel & Sarkisian, 2007), sendo que os pais com menor saúde tendem a receber mais ajuda dos filhos do que os pais saudáveis (Katz et al., 2003).

Os pais mais velhos solteiros são mais propensos a dar recursos financeiros do que a receber (Sheng & Killian, 2009), com o surgimento da viuvez dos pais diminui a probabilidade de receber (Bonsang, 2007) e aumenta a propensão para transferir dinheiro para os filhos adultos (Sheng & Killian, 2009).

O recasamento dos pais e nascimento de novos filhos, sobretudo do lado do pai, tem um efeito negativo sobre contacto com os filhos, bem como no apoio fornecido pelos filhos (Kalmijn, 2007).

O impacto das transferências financeiras e tempo, principalmente o cuidado aos netos, bem como a co-residência, nas trajectórias de saúde dos pais mais velhos é um importante ponto abordado na literatura asiática, americana e europeia.

Quando se tenta perceber de uma maneira geral a influência das transferências intergeracionais no bem-estar dos pais mais velhos, o facto de proporcionarem apoio ao nível emocional e instrumental aos outros é mais benéfico do que receber, excepto quando o provedor é um cônjuge ou irmão (Thomas, 2009).

Estudos na população Coreana indicam um efeito positivo das transferências financeiras no bem-estar psicológico das pessoas mais velhas simultaneamente doadoras e receptoras, com manifestações de satisfação com a vida e menos propensão para a depressão, em comparação com aquelas que apenas são receptoras de apoio (Lee, Lyu, Lee & Burr, 2013).

Tem sido descrito na Europa uma associação positiva entre as transferências financeiras e a saúde mental das pessoas mais velhas, embora com a condição dos pais estabelecerem limites aceitáveis quanto ao montante da transferência (Roll & Litwin, 2010). Por outro lado, nos Estados Unidos quando se cruza a saúde dos pais provedores de transferências financeiras para os filhos, demonstrou-se que aqueles pais que experimentaram ao longo do curso de vida uma situação de doença grave, e com rendimento mais baixo no início de vida têm 34% mais tendência a transferir dinheiro para os filhos, e 60% mais dinheiro quando eles o fazem (Andrew & Ruel, 2010).

Num estudo comparativo entre Alemanha e Israel analisou-se o impacto da saúde e do estado funcional dos pais nas transferências de tempo e dinheiro para os filhos. Os resultados foram díspares para os dois países, enquanto na Alemanha as pessoas com mais limitações de AIVDs eram menos propensas a ser doadores líquidos, em Israel os pais com um maior número de sintomas depressivos eram menos susceptíveis de receber apoio. No entanto, em ambos os países, pior saúde foi claramente associado com os recebimentos líquidos (Litwin et al., 2008).

Num estudo comparativo entre a Europa Ocidental e Oriental acerca da associação das transferências intergeracionais com a solidão dos mais velhos, verificou-



se que os pais mais velhos, principalmente os receptores de apoio, eram mais solitários do que os que eram essencialmente provedores, especialmente para aqueles que viviam uma situação de co-residência em família (de Jong Gierveld, Dykstra & Schenk, 2012).

Os problemas de saúde dos pais mais velhos parecem não interferir com a frequência de contacto com os seus filhos. De outra forma, influenciam a proximidade geográfica para com os filhos, em média, os pais com problemas de saúde têm mais filhos a viver num raio de cinco quilómetros da sua casa do que os pais sem problemas de saúde. Esta proximidade pode ser explicada quer pela necessidade de assistência por parte dos pais, quer pela vontade de querer prestar essa assistência (Fokkema et al., 2008).

A solidariedade afectiva dos filhos para os pais mais velhos, em situações que os pais experienciaram uma perda na sua rede social e.g. a viuvez, pode funcionar como uma compensação, reduzindo os riscos de saúde mortais associados ao *stress* da nova condição de vida (Silverstein & Bengtson, 1991).

Pais com problemas de saúde são mais propensos a ser destinatários do que prestadores de apoio em tempo para os seus filhos e demonstram um sentimento significativamente mais fraco do dever de cuidar, comparativamente com os seus homólogos saudáveis (Fokkema et al., 2008).

A relação entre co-residência e a saúde dos pais mais velhos tem sido bastante desenvolvida na população asiática, apesar dos resultados não serem consensuais na literatura.

Nas famílias da Coreia do Sul a co-residência com um filho adulto tem um efeito protector sobre os sintomas depressivos nas mães mais velhas viúvas (Do & Malhotra, 2012).

As pessoas mais velhas chinesas que vivem com os filhos adultos têm menores riscos de mortalidade, são menos propensos a ter pior auto percepção da sua saúde, mas a probabilidade de possuir limitações nas suas actividades de vida diária é maior, excepção para os pais (homens) mais velhos onde a co-residência aumenta o risco de mortalidade, (Li, Zhang & Liang, 2009).

Na população japonesa a co-residência entre filhos adultos e pais mais velhos pode piorar a saúde dos pais, no entanto não está directamente relacionada com o estado de saúde dos pais, mas principalmente com os encargos para os filhos que provém da co-residência, desencorajando os pais a investir na sua saúde. Pais com necessidades elevadas de cuidados e recursos limitados, geralmente mães viúvas, experienciam um forte efeito negativo da co-residência (Maruyama, 2012).

No âmbito do *Indonesia Family Life Survey* (IFLS) encontraram-se evidências robustas de um efeito negativo e alguma heterogeneidade da co-residência entre gerações, pais mais velhos e filhos adultos. Estima-se que a co-residência aumenta a taxa de mortalidade dos pais, após 7 anos, em 22%. O efeito negativo da co-residência é maior para os pais que têm pouca participação da comunidade, pais mais velhos socialmente inactivos são mais propensos a estar em co-residência e sofrem o efeito negativo da co-residência, contrariamente os socialmente activos que são menos propensos a estar em co-residência, mas quando coabitam com os filhos adultos experimentam um efeito melhor (Johar & Maruyama, 2014).

Investigação realizada na Bulgária, na França, na Alemanha, na Geórgia e na Federação Russa indica que a co-residência entre pais mais velhos e filhos adultos parece fazer diminuir os níveis médios de solidão nos pais mais velhos, sugerindo que a co-residência constitui um pré-requisito para a integração social e para o alívio da solidão nos pais mais velhos (de Jong Gierveld, 2009).

Se nos focamos nas determinantes individuais dos pais mais velhos, mas em particular naqueles que são avós provedores de cuidados infantis para os netos, são principalmente as avós, jovens, saudáveis, com níveis de escolaridade mais elevados, casadas e cujos netos mais jovens têm idades inferiores a 6 anos as que têm maiores probabilidades de prestar cuidados infantis (Glaser & Gessa, 2012; Glaser et al., 2013).

Tem sido sugerido que os comprometimentos de saúde encontrados entre os avós cuidadores não são consequência da prestação de cuidados, derivam sobretudo das características individuais anteriores dos avós, contextos normativos e estruturais, bem como da forma e intensidade da prática de cuidados (Bowers & Myers, 1999; Chen & Liu, 2012; Hughes et al., 2007; Silverstein, Cong & Li, 2006).

Os avós europeus que cuidam dos seus netos não evidenciam na sua maioria efeitos negativos dramáticos e generalizados no comportamento de saúde e na sua saúde, pelo contrário foi notada alguma evidência de benefícios, excepção naquelas avós que cuidam dos netos com os pais ausentes do agregado familiar (em co-residência) que apresentaram maior propensão a mudanças negativas no comportamento de saúde, na depressão e na auto-avaliação em saúde (Hughes et al., 2007).

Nas avós americanas que cuidam dos seus netos, os problemas de comportamento dos netos e o facto de serem cuidadoras em tempo integral causa maior sentimento de carga e stresse parental, diminuindo a sua satisfação no desempenho deste papel. Além disso, as avós cuidadoras em tempo integral também relataram menos satisfação com a vida (Bowers & Myers, 1999).

Os avós chineses que vivem em agregados familiares de três gerações (designadamente as avós), em co-residência e que prestam intensivamente cuidados aos netos evidenciam um aceleração do declínio da saúde, contrariamente um grau de cuidados mais ligeiros têm um efeito protector (Chen & Liu, 2012).

Em Taiwan, os avós cuidadores multigeracionais a longo prazo eram mais propensos a relatar melhor auto-avaliação em saúde, maior satisfação com a vida, e menos sintomas depressivos (Ku, Stearns, Van Houtven, Lee, Dilworth-Anderson & Konrad, 2013).

O pais mais velhos que vivem em agregados familiares de três gerações com netos demonstram melhor bem-estar psicológico do que aqueles que vivem em agregados familiares de uma única geração e, além disso, a forte coesão emocional com os netos também melhorou o seu bem-estar psicológico (Silverstein et al., 2006).

Na Europa os avós que fornecem de forma intensiva ou não intensiva cuidados aos netos experimentam alguns benefícios para a saúde ao longo do tempo, mesmo quando a saúde anterior é tida em conta, em comparação com aqueles que não forneceram nenhuns cuidados (Di Gessa, Glaser & Tinker, 2015).

Relativamente ao rendimento e educação, observa-se que os pais com mais rendimentos e com um nível mais elevado de educação são mais propensos a transferir apoio financeiro para a outra geração (Berry, 2008; Bonsang, 2007; Kim, et al., 2012; Kohli, 2004; Fokkema et al., 2008). A probabilidade de apoio financeiro para os filhos parece aumentar se os pais já tivessem recebido um presente dos seus próprios pais ou filhos com grau elevado de educação Este efeito positivo do nível socioeconómico dos pais é consistente com duas situações: por um lado, com o facto de os pais com um maior nível socioeconómico terem mais recursos financeiros, o que os tornam mais capaz de dar este tipo de apoio e por outro, com a expectativa de em determinado momento receberem algo em troca (Fokkema et al., 2008).

Níveis educacionais mais elevados dos pais, nomeadamente as mães, transferem mais tempo para os filhos e são também as maiores receptoras de apoio por parte dos filhos (Kim et al., 2012).

Os pais com rendimentos mais elevados são menos propensos a receber ajuda em tempo dos seus filhos, o que pode estar relacionado com a sua capacidade para pagar os cuidados privados, além disso a probabilidade de apoio em tempo diminui para os filhos quando os pais têm filhos com níveis de educação elevados (Fokkema et al., 2008). Por outro lado, são mais propensos ao exercício de transferências de tempo e dinheiro e as filhas beneficiam de maiores quantidades de presentes comparativamente

aos filhos, embora não existam diferenças em termos de herança (Nordblom & Ohlsson, 2011).

A probabilidade de co-residência aumenta francamente com a diminuição de recursos económicos do protagonista da transferência (pai ou filho) (Albertini & Kohli, 2012) e diminui com os altos níveis de educação dos pais (Albertini & Kohli, 2012; Tomassini & Wolf, 2000).

Nível mais elevado de educação e melhor situação financeira dos pais mais velhos coincide com menor número de contactos com os seus filhos adultos, menor percentagem de pais com pelo menos um filho que vive dentro de uma distância de cinco quilómetros e sentimentos mais fracos de dever/obrigação para com os idosos, filhos e netos (Fokkema et al., 2008; Katz, et al., 2003). Contrariamente níveis mais baixos de educação e rendimento favorecem mais contacto com os filhos e maior proximidade geográfica (Fokkema et al., 2008) e maiores níveis de solidariedade consensual (Katz et al., 2003).

Para a variável idade, constata-se que à medida que a idade dos pais aumenta existe maior propensão para co-residir com os filhos e filhas casadas, por outro lado os pais mais jovens são mais propensos a viver com os filhos únicos, provavelmente devido à saída retardada de casa dos pais (Iacovou, 2000).

Quanto mais velhos forem os pais, maior o número médio de contactos com os seus filhos e maior a proximidade geográfica. No entanto, quando o enfoque são os pais com 70 ou mais anos os contactos com os filhos são menos frequentes, bem como o fornecimento de ajuda em tempo e financeira para os seus filhos, mas têm mais probabilidade de receber ajuda em tempo dos seus filhos. Por outro lado, pais mais jovens com menos de 60 anos tem maior propensão a dar apoio financeiro aos seus filhos, sendo que a ajuda em tempo para os filhos ocorre com mais frequência naqueles que estão entre 60 e os 69 anos (Fokkema et al., 2008).

O tamanho da família tem um efeito claro sobre a proximidade geográfica e frequência de contacto. A probabilidade de pelo menos um dos filhos viver dentro de um raio de cinco quilómetros foi duas vezes maior em famílias com dois filhos e três vezes maior em famílias com três ou mais filhos. Em famílias grandes existe mais contacto entre pais mais velhos e filhos adultos, mas menos contacto por filho. O número de contactos por filho diminui linearmente quando número de filhos por família aumenta. A explicação para este achado prende-se com a distribuição do tempo entre os seus filhos, mais filhos menos tempo para cada um. Pessoas mais velhas com três ou mais filhos apresentam um sentido mais fraco de dever familiar do que os que possuem um único filho, uma explicação para esta situação pode relacionar-se com o facto dos pais mais

velhos sentirem menos oportunidades para realmente fornecerem cuidados e, portanto, sentiram-se menos responsáveis pelo bem-estar dos seus filhos e netos. Por outro lado, os pais mais velhos que tinham um ou mais netos por conta própria demonstravam um forte sentimento de dever/responsabilidade familiar para com filhos e netos (ibidem).

Pais com quatro ou mais filhos eram mais propensos a receber ajuda em tempo dos seus filhos do que os pais com apenas um filho. Concomitantemente, os pais eram mais susceptíveis de dar ajuda em tempo para os seus filhos se eles tivessem mais de um filho, com uma excepção para os pais com quatro ou mais filhos. Além disso, as famílias monoparentais de pais mais velhos e com problemas de saúde receberam mais (nomeadamente os viúvos) e forneceram menos ajuda em tempo aos seus filhos do que quaisquer outros, o que se explica grandemente pelas necessidades de apoio dos mais velhos (ibidem).

Os estudos apontam ainda, sobre a área de residência, que viver em cidades e áreas urbanas torna a co-residência entre pais e seus filhos adultos menos provável em comparação com áreas mais rurais (Isengard & Szydlik, 2012).

Por último, a variável religião, no caso dos pais mais velhos, aparece com uma variável relevante. Os pais mais velhos ligados às ideologias religiosas, que fazem as suas orações diárias, estabelecem um maior número e mais frequente contacto com os filhos adultos e têm um forte sentimento de obrigação/dever familiar para o cuidar dos adultos mais velhos, filhos e netos. De outra maneira, pais menos ligados aos valores religiosos mostram menor probabilidade de transferir ajuda em tempo para os seus filhos (Fokkema et al., 2008).

### **1.3. Institucionalismo sociológico ou as determinantes normativas**

Nas literaturas de pendor mais sociológico, as motivações estão sobretudo relacionadas com o modelo da solidariedade intergeracional (Bengtson, 2001; Bengtson & Roberts, 1991; Bengtson & Oyama, 2007; Katz et al., 2003; Heylen et al., 2012; Kim et al., 2012; Lowenstein, Katz, Prilutzky & Mehlhausen-Hassoen, 2001; Silverstein & Bengtson, 1997; Steinbach, 2012; Szydlik, 2008, 2012), circunscrevendo-se sobretudo numa lógica de complementaridade e multidimensionalidade.

O modelo de solidariedade entre gerações nasce de um conjunto de teorias sociais e da família como resposta à preocupação com o isolamento da família nuclear e com o objectivo de compreender as relações familiares na vida adulta. A solidariedade intergeracional constitui uma importante componente nas relações familiares, particularmente no desenvolvimento de estratégias de *coping* e na integração social na

velhice, bem como no bem-estar psicológico e auto-estima dos indivíduos ao longo das suas vidas (Katz et al., 2003; Lowenstein et al., 2001).

Pode-se falar de uma solidariedade ao longo da vida entre pais e filhos: do berço ao túmulo, com forte influência sobre a desigualdade social ao longo da vida e compreendendo um comportamento específico, bem como um sentimento de pertença e laços próximos entre as gerações familiares (Szydlik, 2012).

As solidariedades familiares são geradoras ou fortalecedoras de desigualdades na medida que variam e são determinadas em função da demografia, de factores sociais, económicos e culturais, bem como de afinidades naturais (Bawin-Legros & Stassen, 2002).

O conceito da solidariedade familiar entre gerações integra duas perspectivas, por um lado pode ser percebido como aquilo que mantém as gerações unidas (e.g. a interacção social, o apoio e percepções mútuas ao longo do desenvolvimento do ciclo de vida da família) e por outro, como uma troca de recursos entre gerações, independentemente da sua natureza, ao nível micro (no sistema familiar, englobando as várias gerações, como os avós, pais e filhos) e macro (na sociedade, envolvendo as políticas públicas e o papel da geração activa e inactiva) ao longo do curso de vida (Bengtson & Oyama, 2007; Sousa, 2013; Tobío, 2010).

A solidariedade intergeracional vai além da reciprocidade e do altruísmo (Sousa, 2013; Tobío, 2010). As práticas de solidariedade intergeracional na família podem consolidar-se de forma invisível e silenciosa baseadas mais na afectividade, no que é natural ou normal, do que na obrigação ou dever, especialmente para com a pessoa idosa (Ramos, 2013).

Existem um conjunto de factores que influenciam a solidariedade intergeracional:

- Estruturas de oportunidade: reflectem oportunidades e recursos para a solidariedade que permitem promover, dificultar ou mesmo impossibilitar a interacção social;
- Estruturas de necessidade: indicam a necessidade de solidariedade dos elementos da família;
- Estruturas familiares: refere-se à relação entre pais e filhos. Incluem o tamanho e organização da família, eventos familiares anteriores, bem como as normas e os papéis da família;
- Estruturas culturais-contextuais: referem-se às condições sociais em que se desenvolvem as relações intergeracionais. Incluem as condições do regime social, económico e fiscal (e.g. imposto sobre herança), o Estado de Bem-Estar,

o mercado de trabalho e de habitação, bem como regras e normas de determinadas instituições e grupos, (Szydlik, 2008, 2012).

A literatura dedicada à solidariedade entre gerações, entre pais mais velhos e filhos adultos subdividiu-a em seis dimensões capazes de explicar as relações familiares intergeracionais, as quais podem interagir entre si precipitando ou minimizando o efeito de uma ou outra:

- I) Solidariedade estrutural - refere-se às oportunidades estruturais nas relações intergeracionais que se reflecte no número, na natureza e proximidade geográfica de família entre os membros da família;
- II) Solidariedade associativa - onde se inclui a frequência e os padrões do contacto social e das atividades partilhadas entre os membros da família;
- III) Solidariedade funcional - refere-se à ajuda e às trocas de recursos (e.g. apoio financeiro, emocional e instrumental);
- IV) Solidariedade emocional ou afectiva - onde se integram o grau e o tipo de sentimentos de proximidade emocional, afirmação e intimidade entre os membros da família;
- V) Solidariedade consensual - ligada ao grau de acordo real ou percebido sobre opiniões, valores e estilos de vida entre os membros da família;
- VI) Solidariedade normativa - relacionada com a força do compromisso/obrigações sentidas entre os membros da família no desempenho dos papéis familiares (Bengtson, 2001; Bengtson & Roberts, 1991; Silverstein & Bengtson, 1997).

O paradigma da solidariedade intergeracional integra estas seis dimensões que se podem subdividir em duas perspectivas gerais: estrutural/comportamental (solidariedade associativa, funcional e estrutural), e cognitiva/afectiva (solidariedade afectiva, consensual e normativa) (Katz et al., 2003; Lowenstein et al., 2001).

A solidariedade estrutural e associativa representa um pré-requisito prévio crucial ao desenvolvimento das transferências intergeracionais. A solidariedade estrutural entre pais e os seus filhos adultos tem uma dupla relevância: por um lado é um importante indicador dos relacionamentos intergeracionais e por outro, é uma das principais condições prévias para outras dimensões de solidariedade. Viver em proximidade geográfica facilita o contacto e a transferência de ajuda mútua em tempo. A solidariedade associativa é muitas vezes entendida como uma forma própria de apoio intergeracional. Quanto mais contacto social e atividades partilhadas entre os membros da família

existirem mais fácil é dar e receber apoio, bem como identificar as necessidades de apoio (Fokkema et al., 2008).

Não existe um modelo padrão das relações intergeracionais, existe sim, uma heterogeneidade de relações intergeracionais e cada uma à sua maneira detém potencial para atender às necessidades dos seus membros. Para além disso, foram definidas cinco classes de relações intergeracionais:

- I) *Tight-knit* (coesos) - os filhos adultos relacionam-se com os pais a todos os níveis de solidariedade;
- II) *Sociable* (sociáveis) - a ligação entre os filhos adultos e os pais baseia-se na proximidade geográfica, frequência de contactos, proximidade emocional e homogeneidade de opiniões;
- III) *Intimate but distant* (íntimos mas distantes) - os filhos adultos estão ligados aos pais somente numa base de proximidade emocional;
- IV) *Obligatory* (obrigatórios) - a relação dos filhos adultos com os pais ocorre em virtude da proximidade geográfica e frequência de contactos;
- V) *Detached* (desligados) - os filhos não se encontram ligados aos pais em qualquer uma das dimensões da solidariedade, (Silverstein & Bengtson, 1997).

Nesta linha da solidariedade intergeracional há ainda a considerar o efeito do conceito de conflito e ambivalência nas relações familiares, nomeadamente as contradições, dilemas e sentimentos que se vivenciam nas relações com os outros elementos da família.

Neste âmbito, o conflito não deve ser encarado como negativo, apesar de influenciar a disposição dos membros da família para se ajudar uns aos outros, permite a resolução de problemas reforçando globalmente a qualidade da relação (Parrott & Bengtson, 1999). Um alto grau de solidariedade intergeracional não significa obrigatoriamente altos níveis de conflito, dependendo das dinâmicas familiares e circunstâncias pode oscilar entre níveis elevados de solidariedade e conflito ou baixos níveis de solidariedade e conflito (Bengtson, Giarrusso, Silverstein & Wang, 2000).

A ambivalência entre gerações refere-se às contradições vivenciadas por pais e filhos nos seus relacionamentos, associadas a expectativas normativas incompatíveis de atitudes, crenças e comportamentos (Bengtson, Giarrusso, Mabry & Silverstein, 2002; Kingston, Phillips & Ray, 2001; Phillips, Ogg & Ray, 2003).

Kurt Lüscher e Karl Pillemer foram os grandes percursores da ambivalência intergeracional, apresentando-a como alternativa ao conflito e à solidariedade intergeracional para a explicação das relações intergeracionais. O seu modelo de ambivalência intergeracional é concebido sob duas dimensões:



- I) Ambivalência estrutural: contradições objectivas ao nível do *status*, papéis e normas;
- II) Ambivalência psicológica: contradições subjectivas ao nível da cognição, emoções e motivações, (Luescher e Pillemer, 1998; Luescher, 2000).

As relações intergeracionais são institucionalmente incorporadas num sistema familiar, que é sociologicamente caracterizado por condições normativas estruturais e processuais que se reforçam e reproduzem pela forma como as pessoas procedem nas suas relações, por outro lado, estas condições podem também ser modificadas e conduzir a inovações. Os pais e filhos partilham um certo grau de semelhança que é reforçado pela intimidade no processo de aprendizagem recíproca e, contêm um potencial de proximidade e identificação subjetiva. Ao mesmo tempo esta similaridade é também uma causa e motivo de distanciamento (Katz, et al., 2003; Lowenstein et al., 2001).

Neste enquadramento e ao nível das várias dimensões da solidariedade intergeracional podem surgir as seguintes dialécticas: solidariedade afectiva (intimidade vs. distância); a solidariedade funcional (autonomia vs. dependência); a solidariedade consensual (acordo vs. divergência); a solidariedade associativa (integração vs. isolamento); solidariedade estrutural (oportunidades vs. barreiras) e a solidariedade normativa (familismo vs. individualismo) (Bengtson et al., 2002).

Um dos exemplos de ambivalência mencionados na literatura refere-se à situação em que os filhos ao atingir a idade adulta e, a partir de determinado momento, deveriam tornar-se independentes dos seus pais. Porém quando estas expectativas não se concretizam, os pais podem sentir-se ambivalentes em relação à dependência contínua dos filhos (Luscher & Pillemer, 1998).

Na lógica da ambivalência, numa investigação qualitativa sueca sobre a proximidade geográfica (solidariedade estrutural) e transferências intergeracionais, as pessoas mais velhas reconhecem alguns limites nesta relação defendendo que e.g. a proximidade geográfica não pode funcionar como obrigação em aceitar ou presumir que os filhos vão cuidar de todas as suas necessidades, preconizando alguns tipos de ajuda mais aceitáveis do que outros (Hjälml, 2012).

O padrão de relações intergeracionais de comunicação e contacto entre pais e filhos adultos e.g. nos Países Baixos, estudado numa perspectiva temporal (e.g. 3 anos) indica-nos que estas relações são caracterizadas por alguma estabilidade, menos de 5% sofreram alterações. Quando acontecem mudanças são principalmente induzidas por eventos (e.g. nascimento, o divórcio, o declínio na saúde, a mudança de emprego e a deslocalização das famílias) decorrem numa lógica de ambivalência e principalmente

entre mães e filhas. Além disso, um segundo casamento ou parceria dos pais desencadeou uma maior probabilidade de conflito intergeracional relativamente a questões pessoais, bem como baixos contactos e trocas de apoio (Schenk & Dykstra, 2012).

Merril Silverstein, Stephen Conroy e Daphna Gans propuseram recentemente um novo conceito para explicar as transferências intergeracionais entre filhos e pais que simultaneamente integra o auto-interesse (por parte dos pais) e o altruísmo (por parte dos filhos). Trata-se do conceito de capital moral, definido como um conjunto de normas sociais interiorizadas que obrigam os filhos a cuidar e apoiar os seus pais mais velhos (Silverstein, Conroy & Gans, 2012).

#### **1.4. Abordagens multidimensionais às transferências intergeracionais**

Se nos situarmos agora, na forma como variam as materializações ao nível das transferências financeiras e de tempo entre pais mais velhos e filhos adultos, encontramos na literatura resultados que apoiam motivações centradas em qualquer uma das três linhas anteriormente mencionadas. As conclusões são heterogéneas para a população e a nível individual o que faz com que não exista uma concordância sobre a motivação dominante, como tal o caminho correcto deve ser o da procura de combinações típicas de motivos (Kohli & Künemund, 2003).

As motivações altruístas das transferências financeiras e de tempo entre pais mais velhos e filhos adultos baseiam-se na satisfação de necessidades, suplantação de desfavorecimentos e no enfrentamento das situações problemáticas e/ou crise dos membros da família, bem como numa perspectiva de investimento sobretudo para as gerações mais jovens.

Ao analisar como variam as transferências financeiras ao longo do ciclo da vida familiar, verifica-se alguma estabilidade do sentido do fluxo financeiro nas várias transições, explicada em grande parte por uma perspectiva mais altruísta das transferências intergeracionais entre pais mais velhos e filhos adultos (Sheng & Killian, 2009).

Independentemente da direcção dos fluxos de transferências financeiras, os pais mais velhos ou filhos adultos com mais recursos e com um nível mais elevado de educação são mais propensos a transferir apoio financeiro para a outra geração, em particular para as gerações mais desfavorecidas (Berry, 2008; Bonsang, 2007; Kim, et al., 2012; Kohli, 2004). A preocupação da geração provedora de apoio é fundamentalmente promover o bem-estar naqueles que à partida estão com mais necessidades.

Os eventos familiares na vida dos filhos como a maternidade, o casamento e o divórcio revelaram-se influenciadores importantes quando se trata das transferências financeiras, aumentando o seu fluxo em função das necessidades dos filhos (Leopold & Schneider, 2011).

Por outro lado, as transferências financeiras podem ser encaradas como um investimento ao nível do estatuto socioeconómico da geração mais jovem, especialmente desenvolvida por pais de classes sociais mais altas, confiando na capacidade de ganho e sucesso social dos filhos, traduzindo as suas próprias expectativas na reprodução do seu próprio estatuto socioeconómico (Albertini & Radl, 2012; Lennartsson, 2011; Mulder & Smits, 2013; Scodellaro et al., 2012).

As transferências financeiras entre as famílias mais abastadas e as transferências de tempo nas famílias mais carenciadas para as filhas, particularmente para as jovens mães, podem ser determinantes na escolha entre a maternidade e a participação no mercado de trabalho, e tem como objectivo de desenvolvimento profissional das filhas com potencial laboral (Dimova & Wolff, 2011).

As motivações para as transferências financeiras entre pais mais velhos e filhos adultos baseadas na reciprocidade, apesar de serem uma prova de coesão familiar, correm o risco de serem desiguais, na medida em que factores como a proximidade, e em particular a relação mãe-filha, produzem diferenças na assistência aos pais mais velhos, dando e reciprocamente recebendo mais em troca (Sappideen, 2008).

A motivação das transferências de tempo podem diferir entre os sentidos dos fluxos de transferências intergeracionais, e ser explicadas numa perspectiva de reciprocidade (Kim et al., 2012; Wang, 2010). Quando se analisam estas transferências a curto e a longo prazo nesta perspectiva de reciprocidade, parece não existir relação entre as duas, apesar de se notar uma maior possibilidade de apoio instrumental, de cuidados em tempo dos filhos para os pais mais velhos mais velhos se estes receberam estas transferências mais cedo (Leopold & Raab, 2013, 2011; Koh & MacDonald, 2006), e no caso de existirem irmãos, daquele filho que mais recebeu (Leopold & Raab, 2013, 2011).

A investigação mostra que os filhos adultos realizam transferências de tempo para os pais mais velhos na expectativa de receber transferências financeiras em vida, o que não se verifica para as heranças, devido ao prazo da expectativa de compensação: as heranças a longo prazo e o dinheiro a curto prazo (Wang, 2010).

No entanto, a questão das heranças não é normativa, também existem descrições sobre o aumento significativo da ocorrência das contribuições de tempo por parte dos filhos, apoiados na expectativa de receber uma herança dos pais como compensação dos cuidados prestados, deixando-lhes um legado (Bonsang, 2007).

Por outro lado, e ainda numa lógica da reciprocidade, de expectativa dos pais em beneficiar de uma contrapartida financeira dos filhos, os pais *e.g.* são mais propensos a fornecer transferência de tempo para os seus filhos ao invés das filhas, apesar das filhas serem mais propensas a dar transferências de tempo para os pais, em virtude de os filhos serem mais susceptíveis a dar transferências financeiras (Kim et al., 2012).

Quando os provedores de tempo são os filhos, as motivações também se podem colocar numa perspectiva mais altruísta, assim melhores níveis de rendimentos familiares dos filhos, mais idade dos pais (Bonsang, 2007), mais debilidade física dos pais e o facto de serem solteiros (Lowenstein & Daatland, 2006) aumenta significativamente a probabilidade de prestar assistência em tempo para os pais.

Nota-se também uma atitude altruísta no sentido descendente. Os avós gregos mostram um grande envolvimento nos cuidados infantis aos netos, para além de fornecer apoio nos cuidados domésticos, apoio emocional e financeiro, sobretudo motivados pelo prazer que o dar lhes traz (Svensson-Dianellou et al., 2010).

Nas famílias americanas *e.g.* nota-se uma clara preferência para transferir dinheiro para as filhas (Wong, 2013; Kim et al., 2012), o que pode ter motivações altruístas, na medida em que as filhas podem ser mais propensas a estar em desvantagem em comparação com os filhos e, os pais preocupados com o seu bem-estar tendem a alocar os seus recursos financeiros para as filhas em vez dos filhos (Kim, et al., 2012).

Nas famílias coreanas as transferências financeiras vão sobretudo para os filhos, o que pode ser explicado pelas disparidades culturais em termos de igualdade de género (Wong, 2013).

A solidariedade intergeracional, e nomeadamente a solidariedade estrutural (proximidade geográfica) têm constituído uma das motivações chave nas transferências em tempo e dinheiro entre pais e filhos, funcionando como um mediador das variáveis individuais e uma manifestação da solidariedade funcional (Kim et al., 2012; Heylen et al., 2012).

Num estudo comparativo entre os filhos e mães francesas e búlgaras, apesar das diferenças contextuais e culturais verificou-se que a solidariedade estrutural pode funcionar como uma estratégia adaptativa, na medida em que a proximidade geográfica pode resultar *e.g.* de maiores necessidades dos filhos trabalhadores no acolhimento dos netos ou do facto da estrutura familiar ser monoparental, ou seja, um cenário de maior necessidade de apoio intergeracional pode condicionar uma maior proximidade geográfica entre filhos e mães (Heylen et al., 2012).

As motivações ligadas à solidariedade afectiva e associativa também se encontram no âmbito das transferências financeiras e de tempo. Os pais mais velhos e os filhos adultos com maior frequência do contacto social, e com maior grau de intimidade afectiva são mais propensos a fazer transferências financeiras e de tempo entre si (Kim et al., 2012).

A motivação baseada nas obrigações/responsabilidades filiais (solidariedade normativa) não são condição *sine qua non* para o apoio em termos de tempo (solidariedade funcional) para os pais mais velhos, este tipo de solidariedade é activada em situações combinadas pelo sentimento de responsabilidade e o surgimento de necessidades dos pais, sugerindo uma ligação entre estes dois tipos solidariedade (Silverstein et al., 2006).

A solidariedade normativa tende a estruturar-se em função da idade, as expectativas sobre os filhos (responsabilidade filial) tendem a diminuir com a idade, enquanto expectativas sobre os pais (responsabilidade parental) tende a aumentar, o que acaba por ser compatível com o altruísmo geracional e com algum auto - interesse nas atitudes do Estado-Providência (Daatland et al., 2012).

A afectividade entre os pais e filhos (solidariedade emocional/afectiva) apesar de existir durante todo o ciclo vital vai modificando em intensidade podendo ser influenciados por oportunidades estruturais, como a proximidade geográfica (solidariedade estrutural) e o contacto intergeracional (solidariedade associativa) (Kim et al., 2012; Heylen et al., 2012).

Uma história de afectos numa relação entre pais e filhos adultos está associada a trocas equilibradas e recíprocas de apoio e, a uma maior probabilidade de receber e dar várias formas de ajuda e apoio que não pode ser necessariamente da mesma natureza que recebeu (Parrott & Bengtson, 1999).

Analisando a solidariedade intergeracional entre filhas e mães das famílias portuguesas imigrantes no Luxemburgo verifica-se que os maiores valores familiares (solidariedade consensual) nesta diáde estão relacionados com maior solidariedade afectiva das filhas em direcção a suas mães, tanto a solidariedade consensual como afectiva foram preditoras de apoio para as mães, onde a afectividade é mediadora da relação entre solidariedade consensual e o apoio recebido pelas mães. No que diz respeito às mães, apenas a solidariedade afectiva foi preditora do apoio das mães para as filhas, mas a percepção das mães relativamente ao apoio recebido das suas filhas foi predito pela solidariedade consensual (Albert, Ferring & Michels, 2013).

O reconhecimento sobre a principal motivação das transferências de espaço é especialmente complexa em virtude da problemática diferenciação acerca do sentido do

fluxo a partir de dados de co-residência, para além de estar muito ligada às normas culturais (Albuquerque, 2011a).

Neste contexto e, assumindo uma lógica altruísta e de solidariedade intergeracional, percebe-se o facto de a co-residência ser mais comum entre famílias com rendimentos mais baixos, onde o factor financeiro desempenha um papel decisivo (Bianchi et al., 2006). A co-residência constitui a configuração mais praticada de escapatória à pobreza quando indivíduos das gerações mais velhas têm rendimentos baixos e as transferências públicas são deficientes (Albuquerque, 2011a).

Dados do SHARE mostram uma imagem positiva da co-residência prolongada e o seu potencial na promoção da solidariedade intergeracional ao longo do curso de vida. Os filhos que abandonaram mais tarde a casa dos pais, em comparação com os irmãos que saíram de casa dos pais “*on time*”, mantiveram contacto mais frequente e eram mais propensos a ser os prestadores e receptores de apoio intergeracional (Leopold, 2012).

Na China, os filhos adultos são a principal fonte de apoio para as pessoas mais velhas, a família dos filhos, especialmente a do filho mais velho, é presumível viver com os pais até a sua morte. A co-residência entre gerações é uma tradição, bem como uma maneira de assegurar que as pessoas mais velhas são cuidadas pela sua família (Li et al., 2009).

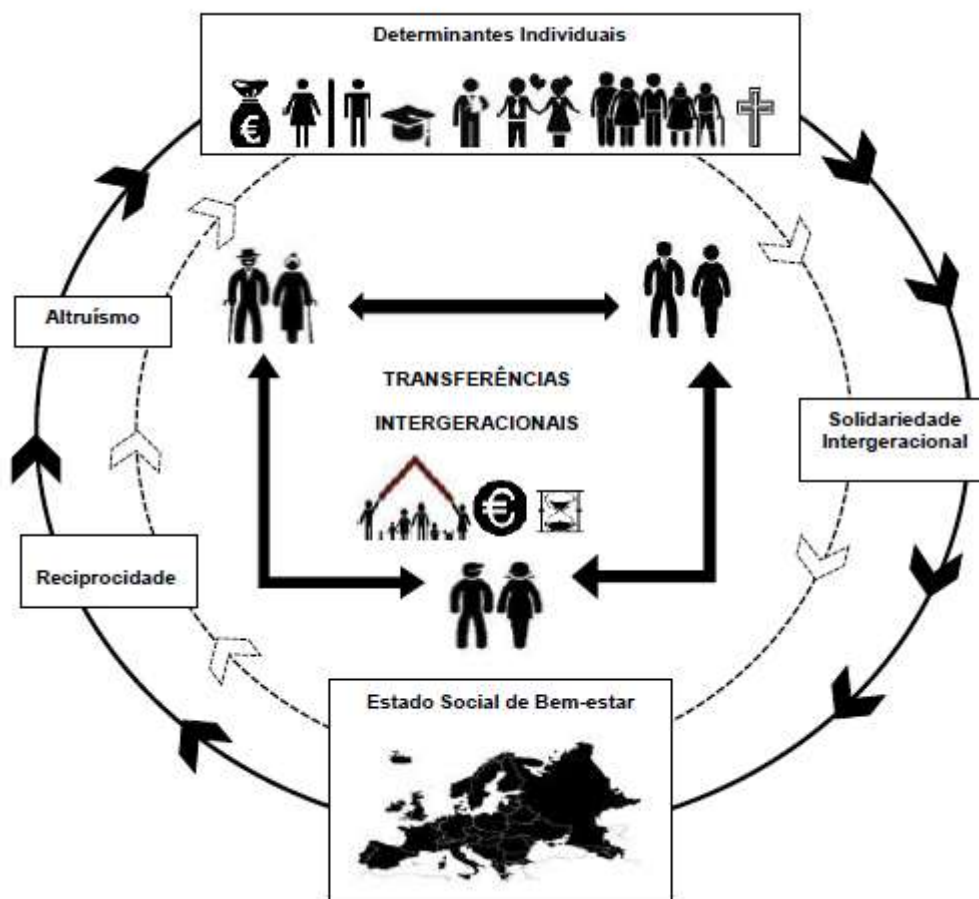
Nas famílias japonesas e.g. a co-residência explica-se à luz da reciprocidade, aparece como um dever moral para com os mais velhos, baseado nas suas tradições e fortemente correlacionado com a expectativa dos filhos receberem heranças, melhorando o bem-estar de pais e filhos (Yamada, 2006).

Em conformidade com a concepção normativa do curso da vida a co-residência é mais provável quando os filhos solteiros e/ou a desenvolver o seu percurso educacional e, menos provável quando eles têm os seus próprios filhos, podendo constituir simultaneamente uma forma essencial de desenvolvimento económico e apoio moral em situações de desemprego ou perda de cônjuge (por meio de viuvez ou divórcio) (Albertini & Kohli, 2012).

Em síntese, e para melhor compreensão, foi construído um diagrama síntese que tenta resumir o modelo de explicação da dinâmica das transferências intergeracionais (Figura 5). As transferências intergeracionais na forma de tempo, co-residência e dinheiro, entre pais mais velhos e filhos adultos, e por arrasto os netos, são a figura central desta dinâmica, não esquecendo as diferentes direcções, ascendente versus descendente. Em seu redor, circulam dois padrões de movimentos, uns contínuos e os outros irregulares, isto é, as bases de motivação para estas transferências, ora associadas às características individuais das díades e da família, ora ligadas aos factores

institucionais e culturais de cada país. A par com estas motivações, surgem as de índole sociológica, fundamentadas no modelo da solidariedade intergeracional e as relacionadas com as ciências económicas associadas ao altruísmo e à reciprocidade.

**Figura 5.** Modelo de explicação da dinâmica das transferências intergeracionais







### **CAPITULO 3. ROTEIRO TEÓRICO E METODOLÓGICO NO DELINEAR DE UM PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO**

A metodologia é uma etapa essencial no desenvolvimento de um processo de investigação, sendo um espaço por excelência para explicar, pormenorizadamente, os princípios metodológicos e métodos utilizados. Como tal, ao longo deste capítulo pretendemos explicar e fundamentar, de forma rigorosa e transparente, o mapa de procedimentos metodológicos adoptado para a concretização dos objectivos preconizados de modo a permitir a replicação do estudo.

Estruturamos este capítulo metodológico em três pontos principais e complementares. Num primeiro ponto procuramos sobretudo explorar a lógica conceptual da investigação, dando a conhecer o modelo analítico orientador, de forma a fundamentar a pertinência das questões de investigação. No segundo ponto propomo-nos a reflectir sobre as questões metodológicas, identificando e justificando a metodologia e o paradigma de investigação seleccionada. Procuramos deixar alguns contributos para a delimitação daquilo que são as metodologias quantitativas, apontando as suas potencialidades e limitações, tendo em conta os objectivos da investigação. No terceiro e último ponto, abordamos todo o procedimento relativo à concretização do trabalho empírico, fontes de dados, descrição dos instrumentos e técnicas utilizadas na recolha de informação, bem como o método de tratamento de dados.

#### **1. QUESTÕES DE PESQUISA E HIPÓTESES TEÓRICAS ENQUADRADORAS**

A Europa tem enfrentado uma das mais graves crises financeiras, económicas e sociais desde a falência da *Lehman Brothers Holdings Inc.*, da crise do *subprime* e da desregulação dos mercados financeiros. Ao longo dos últimos anos, a maioria dos Estados-Membros tem levado a cabo um conjunto de políticas de redução da dívida e défices públicos focadas numa lógica da austeridade, com efeitos negativos a nível da economia, dos rendimentos, do emprego, das situações de pobreza e exclusão social, dos montantes das pensões (incluindo as mais baixas) e dos programas de criação de equipamentos sociais. Por outro lado, hoje mais do que nunca, existe um número significativo de pessoas que vivem até idades bastante avançadas com bastante autonomia e níveis de saúde e bem-estar muito satisfatórios, acabando muitas vezes por morrer com níveis de saúde muito aceitáveis mas muito idosas.

O envelhecimento populacional é indiscutivelmente um fenómeno universal, característico dos países desenvolvidos e com tendência a expandir-se rapidamente aos países menos industrializados. A consciencialização desta problemática trouxe para a agenda académica, política, social e económica uma forte discussão e preocupação, nas mais variadas áreas, acerca deste fenómeno social.

Esta investigação inscreve-se justamente nesta dinâmica, colocando a ênfase na criação de valor da pessoa idosa, particularmente na esfera familiar e na robustez da solidariedade intergeracional. Procura, sobretudo, explorar e analisar os perfis/padrões de transferências intergeracionais privadas dominantes no contexto português, quer numa matriz material (volumes/presença, direcção e agentes envolvidos) como normativa (expectativas, valores, preferências e obrigações), sendo que esta última é feita comparativamente a outros países europeus.

A revisão teórica apresentada ao longo da primeira parte permite-nos dar conta da tipologia dos modelos de Bem-Estar vigentes na Europa e, particularmente, as principais especificidades do modelo de Bem-Estar português no contexto europeu e o lugar das transferências intergeracionais, nomeadamente em cenário de crise económica severa como aquela que se tem vivenciado desde 2008. A literatura assinala uma franca fragilidade do Estado de Bem-Estar social português, em virtude dos condicionalismos históricos, que é amparada em parte pela solidariedade informal, em particular, na área dos cuidados às crianças e aos idosos dependentes. No enquadramento geral, Portugal é caracterizado, fundamentalmente, pelo retardamento da implementação e da reforma das políticas sociais, nomeadamente na protecção na velhice e na conciliação entre vida familiar e profissional face à feminização do mercado de trabalho. Neste seguimento, desenvolve-se também a questão da modernidade na família (configurações e dinâmicas), o papel social e o protagonismo da pessoa idosa nas dinâmicas familiares de troca enquadrados a este nível, identificando as principais formas de materialização das mesmas, bem como as motivações e determinantes intrínsecas a este processo.

Atendendo ao clima de crise económica, financeira e social que a Europa e o mundo têm atravessado nos últimos anos, as trocas intergeracionais assumem-se como uma prática central de provisão de Bem-Estar da modernidade com um protagonista que muitos diriam improvável: as pessoas mais velhas. A sua acção direcciona-se essencialmente à geração descendente, sobretudo nos cuidados aos netos e no apoio financeiro e de espaço aos filhos adultos.

O objectivo geral da investigação desdobra-se em duas linhas estruturantes, nomeadamente:

- Descrever os perfis, as dinâmicas e os significados das transferências intergeracionais privadas entre as pessoas mais velhas e os seus descendentes no contexto português. São focos de atenção a dimensão, o valor e o impacto na vida familiar para aqueles que estão envolvidos neste processo;
- Explorar os sistemas de valores europeus no domínio das solidariedades familiares, em particular as expectativas e preferências dos cidadãos europeus.

Mais especificamente pretende-se:

- Caracterizar as transferências intergeracionais dadas e recebidas, em horas (tempo), co-residência (espaço) e valor monetário (dinheiro);
- Caracterizar os intervenientes das transferências intergeracionais;
- Identificar a direcção do fluxo das transferências intergeracionais;
- Analisar a relação entre algumas variáveis sociodemográficas dos intervenientes e os três tipos de transferências;
- Explorar as mudanças em determinadas variáveis resposta, relacionadas com as várias formas de transferências intergeracionais, em função das variáveis sociodemográficas e do contexto político, institucional e cultural do país.

Partindo deste pano de fundo, surgem algumas questões de partida, concretamente:

1. Qual é o perfil sociodemográfico dos intervenientes nas transferências intergeracionais?
2. Quais os tipos de transferências intergeracionais privadas predominantes entre os pais mais velhos e os filhos adultos portugueses?
3. Qual a direcção do fluxo mais comum dos vários tipos de transferências?
4. Quais as expectativas e preferências dos cidadãos europeus, no geral, e dos portugueses em particular, relativamente à intervenção do Estado-Providência no domínio dos serviços da prestação de cuidados aos idosos dependentes e às crianças? É possível identificar padrões normativos mais ou menos alinhados com as propostas teóricas dos regimes institucionais?
5. Qual o nível de satisfação com a vida familiar, os serviços públicos de apoio às crianças e cuidadores de idosos dependentes dos cidadãos europeus, no geral, e dos portugueses em particular?

6. Qual a representação que têm os cidadãos europeus, no geral, e os portugueses em particular, acerca do nível de vida dos pensionistas/reformados, a qualidade e a acessibilidade de alguns serviços públicos e sociais? É possível identificar padrões de representação mais ou menos alinhados com os princípios estruturantes dos diferentes regimes institucionais de providência estatal?
7. Qual a representação geral dos cidadãos europeus, e dos portugueses, em particular, acerca do impacto dos serviços e apoios sociais em diferentes áreas da vida?
8. Qual é a tendência geral sobre a orientação do papel social da Mulher e do Homem na Europa, e em Portugal?

De acordo com revisão bibliográfica prevê-se que um conjunto de determinantes individuais e estruturais influenciem a forma de concretização das transferências intergeracionais. Retomando o diagrama síntese ilustrado na figura 4, trata-se no fundo de tentar perceber como, no jogo global das transferências intergeracionais, se articulam constrangimentos e oportunidades que, de certa forma, ultrapassam o indivíduo, inscrevendo-se em roteiros colectivamente construídos e partilhados, e constrangimentos e oportunidades de natureza mais individual, onde se cruzam histórias de vida, projectos e emoções.

No plano mais estrutural, a ênfase será colocada no teste empírico das hipóteses teóricas que remetem para o poder explicativo, por um lado, das configurações institucionais e, por outro lado, do cimento normativo. Em relação às primeiras, e numa lógica que segue, genericamente, o argumento de tipo racional-económico, trata-se de perceber até que ponto as transferências intergeracionais se apresentam como mecanismo de substituição/compensação da deficitária resposta pública, nomeadamente sob a forma de serviços públicos de apoio à infância e à velhice. A ser assim, as transferências intergeracionais serão mais marcadas em contextos de dificuldade de conciliação da vida laboral, sobretudo da mulher, com o cuidado a crianças; em contextos de dificuldade financeira por desemprego, por falta de habitação ou, ainda, por debilidade física e/ou cognitiva. Em relação às segundas, e corporizando um certo institucionalismo sociológico, trata-se de perceber até que ponto a acção dos sujeitos se estrutura por referência a um cimento normativo que define como desejável e natural o suporte dentro da família e entre gerações.

No plano mais individual, mas procurando sempre a identificação de padrões mais ou menos claros na acção, a ênfase será colocada no teste empírico das hipóteses teóricas que remetem para o poder explicativo dos projectos individuais na tomada de

decisão sobre a mobilização de recursos dentro da família. Assim, e alinhando com um institucionalismo de tipo racional, trata-se de perceber até que ponto as transferências intergeracionais se orientam para planos de acção com uma finalidade, finalidade essa que envolve algum tipo de avaliação do custo-benefício em jogo.

## 2. ANÁLISE SECUNDÁRIA DE DADOS E INVESTIGAÇÃO NO DOMÍNIO DA GERONTOLOGIA: DESAFIOS, POTENCIALIDADES E A EXPLICAÇÃO NAS REGULARIDADES

A selecção e desenho do plano metodológico de investigação implicam inevitavelmente a ponderação de opções e a efectivação de escolhas.

Em função dos objectivos, questões, contextos de investigação e das próprias orientações individuais dos investigadores, relativamente aos vários paradigmas de investigação, podem acontecer diversas escolhas, sendo que qualquer uma reúne vantagens e desvantagens e se pode aplicar à investigação no campo das ciências e no domínio da gerontologia em particular.

Nesta perspectiva, e tendo em consideração os recursos materiais e temporais, os objectivos preconizados para o estudo, a metodologia da investigação adoptada para a compreensão do objecto de estudo foi a abordagem extensiva de tipo quantitativo.

Na investigação quantitativa pretende-se *“explicar, prever e controlar os fenómenos e através da objectividade dos procedimentos e da quantificação das medidas, tenta encontrar regularidades e leis explicativas do seu objecto de estudo”* (Almeida & Freire, 2008, p. 22). Os métodos quantitativos, baseados no positivismo lógico e no empiricismo, são orientados para a grandeza e a causa dos fenómenos, sem preocupações com a subjectividade, recorrem a processos controlados, são hipotético-dedutivos e orientados à verificação. Caracterizam-se pela objectividade e pela isenção de valores, na medida em que o investigador se situa externamente à investigação (*outsider*) e os sujeitos são considerados como simples objectos de investigação. A natureza da realidade é percebida como única, estática, orientada para os resultados, replicáveis e generalizáveis (Serapioni, 2000).

O propósito deste paradigma de investigação relaciona-se essencialmente com a explicação, o controlo e com a tentativa de generalização para além do momento da investigação. As explicações são centradas na regularidade dos fenómenos, isto é, em padrões numéricos relacionados com noções quotidianas investigadas em situações ou sob razões já passadas ou actuais. Prossegue fortes critérios de validade, de fiabilidade e de objectividade, inscritas na utilização de metodologias empírico-analíticas, com base

dedutiva. Em termos de técnicas privilegiam-se a utilização de questionários, medição por testes, observação sistemática e experimentação. Para a análise dos dados recolhidos são eleitas a estatística descritiva e inferencial (Fortin, 2006).

Uma das principais debilidades dos métodos quantitativos é a validade interna, isto é, nem sempre sabemos se medem o que pretendem medir, muito embora sejam poderosos em termos de validade externa, dado que os resultados obtidos são generalizáveis para população desde que obtidos por processos amostrais aleatórios (Serapioni, 2000).

A área da investigação em Gerontologia é relativamente recente, dedicada ao estudo do envelhecimento humano e das pessoas mais velhas, procura uma visão integrada do envelhecimento agregando o contributo de várias áreas científicas (Paúl, 2012). Adianta a mesma autora, que “ (...) *parece haver um défice de teorização em Gerontologia para enquadrar e explicar a acumulação de resultados e fazer avançar a própria ciência. Neste contexto, a sofisticação da metodologia e a comparação de resultados poderão vir a ter um papel de relevo no desenvolvimento científico*” (Paúl, 2012, p.5).

Na verdade, o panorama nacional é ainda marcado pela carência de estudos, neste âmbito, de índole extensiva e de base nacional, encontrando-se maioritariamente investigações de incidência local (em particular, os trabalhos desenvolvidos em programas de mestrado e de doutoramento, assim como em alguns centros de investigação), seguindo registos de tipo intensivo, com recurso a metodologias de investigação qualitativa, apesar de recentemente se registarem alguns investimentos mais expressivos neste domínio.

A presente investigação insere-se na área da Gerontologia Social e foca essencialmente a posição e o papel da pessoa idosa no seio da sociedade e família, em particular na área da solidariedade intergeracional. Procura-se, em larga medida, salientar o contributo das pessoas mais velhas na sustentabilidade da rede familiar, e em particular para as gerações mais novas. Existe já um manancial considerável de estudos, a maioria nos Estados Unidos da América e na Europa, acerca das transferências intergeracionais que comprova, na generalidade, o papel crucial das pessoas mais velhas a este nível no contexto familiar, onde se inclui Portugal. A nível nacional destaca-se e.g o estudo de Paula Albuquerque (2014) “*Intergenerational private transfers: Portugal in the European context*”. Procuramos com esta nossa investigação realizar uma abordagem global e simultaneamente integrada, que permita um conhecimento profundo em termos de padrões, perfis e impactos deste papel social da pessoa idosa no contexto português, tendo em consideração o próprio modelo de Estado-Providência, as políticas e serviços

sociais existentes para as gerações mais velhas e mais novas, bem como as expectativas e preferências dos indivíduos.

Na procura de resposta para os objectivos centrais desta investigação, a identificação de tendências e padrões de explicação para o fenómeno que se pretende estudar, a escolha metodológica recaiu, então, no uso de uma abordagem de cariz extensivo. Não obstante este registo mais extensivo privilegiar a análise descritiva dos dados, existirá um trabalho complementar para desconstruir os sentidos das regularidades, ou seja, das tendências reveladas pelos dados, tendo por base as noções do referencial teórico descrito na primeira parte deste estudo. Este cariz mais descritivo é essencial porém, uma vez que nos vai permitir ir mais além nesta investigação, facilitando a concretização de algumas sínteses finais multivariadas que possibilitam estabelecer um paralelismo entre o plano analítico geral delineado e os dados empíricos.

Na verdade, quando a análise nos remete para um plano de discussão que intersecta o domínio das políticas públicas e sociais, tanto na óptica dos seus impactos como na óptica daquilo que os indivíduos esperam e preferem encontrar, não é credível investigação neste campo que não envolva o trabalho com grandes regularidades, isto é, uma abordagem extensiva. A avaliação de um impacto é sempre uma tarefa difícil, e servir-se do máximo de informação existente produzirá certamente avaliações mais robustas, e será vantajoso na comparação de resultados averiguados em diferentes estudos e tendências em análise. Desta maneira, a presente investigação integra a análise de um conjunto de dados recuperados de bases de dados, cujo processo de recolha pormenorizado sobre as temáticas em estudo possibilita o estudo do contexto nacional, bem como, análises comparativas entre diversos países, especialmente na União Europeia.

Obviamente que não é nosso propósito subvalorizar a abordagem qualitativa, numa lógica de interpretação dos sentidos que os actores atribuem às coisas. Todavia, quando se debate estas temáticas, neste enquadramento, é indispensável reconhecer que são traçadas para grandes populações. Aliás, do projecto inicial desta investigação estava delineado, num segundo momento, o desenvolvimento de um registo qualitativo para aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno, no campo da exploração dos significados e das motivações, mas que não foi possível concretizar dada a extensão do trabalho já realizado e os constrangimentos em termos do espaço temporal do investigador. Será, eventualmente, uma possibilidade para desenvolvimento de trabalho futuro.

Convém, ainda, salvaguardar, que na explicação da análise secundária de dados, esta não se esgotou apenas num conjunto de dados puramente quantitativos, sendo

acrescentada pela análise documental em trabalhos, investigações e outro tipo de informações disponíveis sobre a temática em estudo. Esta espécie de complementaridade facultou uma reflexão mais minuciosa ao longo da investigação, permitindo e justificando a definição de determinadas estratégias analíticas que foram sendo necessárias assumir.

A opção pela análise secundária de dados está também relacionada com a importância por nós atribuída ao registo extensivo nesta investigação, atendendo à especificidade do objecto de estudo. É notória a existência de um manancial de dados digitais disponíveis e acessíveis sobre um conjunto alargado de temáticas relacionadas com o envelhecimento, e esta em particular, para tratar cientificamente, com grande qualidade do ponto de vista da metodologia e procedimentos adoptados, já que esta é convenientemente recolhida e gerida por instituições muito credíveis na moldura científica (e.g. o *European Values Study*, o *Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe*, o *European Social Survey* e o *Eurobarometer*). Além disso, estes dados também são relativamente acessíveis em termos de custos associados à recolha de dados, na medida em que a sua fonte primitiva já os suportou. A existirem, os custos destes dados são geralmente conhecidos, ainda que possam estar implicados outros custos adicionais, devido à conversão ou recodificação destes dados.

Em boa verdade, trata-se de uma maneira de rentabilizar uma colectânea de informações disponíveis que, de certo modo, os investigadores têm subestimado. Trata-se, sem dúvida, de um processo metodológico enriquecedor e de um excelente exercício de aprendizagem, que procura o potencial de dados disponíveis que são produzidos de uma forma actualizada e em grande escala, e sobre os quais incidem, por vezes, poucas atenções e observações, para além de permitirem desenvolver análises estatísticas que num quadro de recolha primária seriam inexecutáveis.

Apesar desta lista de benefícios significantes, importa também reflectir sobre as limitações subjacentes a este tipo de abordagem e análise.

Um dos principais inconvenientes dos dados secundários é o facto de estes não terem sido recolhidos para analisar exactamente o objecto de estudo em análise, o que constitui um desafio em termos de combinação das variáveis disponíveis e do instrumento de recolha de informação usado, com aquilo que são as verdadeiras questões e/ou hipóteses de investigação. Desta maneira, devemos admitir a existência de alguns pontos de ligação mais frágeis e que obrigaram a uma análise especialmente ponderada à própria validade dos dados. Quando surjam, essas questões serão devidamente identificadas e discutidas.



### 3. ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DE DADOS E MODELO ANALÍTICO

Partindo da súpula de reflexões anteriores, dos requisitos e características do próprio objecto de investigação, bem como dos objectivos que norteiam este estudo, prosseguiu-se numa abordagem eminentemente quantitativa, sem descurar a pesquisa exploratória e documental, que foi essencial, na formulação das questões e hipóteses de partida da investigação.

Esta investigação analisa quatro de fontes de dados utilizados no plano empírico, que foram escolhidas após uma análise das suas variáveis e a apreciação da devida pertinência para o desenho da investigação e objectivos que a norteiam.

Desta maneira, para definição de uma matriz de referência de fundo que permitisse discutir padrões dominantes no campo das transferências intergeracionais no plano mais material, em Portugal, recorreu-se a uma abordagem de tipo extensivo com base em análise secundária de dados provenientes do *Survey on Health, Ageing and Retirement in Europe* (SHARE).

Por outro lado, no sentido de analisar as orientações mais normativas das relações entre gerações na esfera familiar, das trocas intergeracionais e da solidariedade intergeracional, a opção recaiu sobre os dados do *European Social Survey* (ESS) e do Eurobarómetro (EB). Após uma análise minuciosa destes inquéritos, em particular das variáveis e informações disponíveis entendemos que seria uma mais-valia no desenvolvimento do contexto comparativo das expectativas e preferências dominantes na Europa e em Portugal, em particular.

#### 3.1. Survey on Health, Ageing and Retirement in Europe - SHARE

O SHARE é um projeto multidisciplinar e internacional que coloca à disposição de toda a comunidade científica, gratuitamente, dados sobre a saúde, o estatuto socioeconómico, as redes sociais e familiares de indivíduos com 50 anos ou mais (85000, com perto de 150 mil entrevistas), de 20 países Europeus e Israel. A grande impulsionadora e financiadora deste projecto foi a Comissão Europeia, sendo hoje reconhecido como um dos pilares mais importantes da investigação europeia sobre questões relacionadas com o envelhecimento da população. A nível europeu, o SHARE é coordenado pelo *Munich Center for the Economics of Aging* (MEA), *Max Planck Institute for Social Law and Social Policy* e está sincronizado com o *U.S. Health and Retirement Study* (HRS) e o *English Longitudinal Study of Ageing* (ELSA), transformando-se num modelo para múltiplas investigações sobre o envelhecimento a nível mundial. Em 2011 o

SHARE adquiriu o estatuto legal de primeiro *European Research Infrastructure Consortium* (SHARE-ERIC), onde Portugal se assume como membro observador. A relevância científica do SHARE consiste no facto de se tratar de um projeto longitudinal que consegue abranger o carácter dinâmico do processo de envelhecimento numa dimensão multidisciplinar, e simultaneamente, pautar-se por um conjunto de procedimentos e práticas rigorosas, ao nível da concepção e implementação do projeto que permitem a harmonização dos resultados<sup>1</sup>.

O SHARE reúne informação sobre indivíduos não institucionalizados com 50 anos ou mais, em quatro momentos no tempo, divididos por vagas (*Waves*) num total de 6 vagas<sup>2</sup>. Portugal participa pela primeira vez em 2010-2011, na 4ª vaga, até ao momento são estes os únicos dados portugueses disponíveis, actualmente integra a 6ª vaga do projeto (2ª vaga em Portugal).

No âmbito do estudo foi seleccionada exactamente a 4ª vaga onde participaram os seguintes países: Dinamarca, Suécia, Áustria, Estónia, Hungria, França, Alemanha, Suíça, Bélgica, Países Baixos, Espanha, Itália, Portugal, Polónia, Eslovénia e República Checa. O instrumento de colheita de dados utilizado foi um questionário<sup>3</sup> com vinte módulos, programado em CAPI (Entrevista Pessoal Assistida por Computador), sendo que a entrevista teve uma duração média de cinquenta e cinco minutos, no caso de um indivíduo solteiro, e de setenta minutos no caso do casal. As questões destes módulos assinaladas com (\*) são respondidas apenas por um dos membros do casal.

Para o nosso estudo, baseamo-nos na versão portuguesa do questionário. Do catálogo de módulos, os que foram analisados para a presente investigação encontram-se sombreados no quadro 1 e operacionalizados no quadro 2, 3, 4, 5 e 6 respectivamente.

---

<sup>1</sup> Para informação mais detalhada consultar <http://www.share-project.org/>

<sup>2</sup> SHARE: primeira Vaga (WAVE 1), recolha de dados em 2004-2005; segunda Vaga (WAVE 2), recolha de dados em 2006-2007; terceira vaga (WAVE 3 - SHARELIFE), recolha de dados em 2008-2009; quarta vaga (WAVE 4), recolha de dados em 2010-2011; quinta vaga (WAVE 5) a recolha de dados em 2013-2014 e sexta vaga (WAVE 6), recolha de dados em 2015-2016.

<sup>3</sup> Para análise detalhada do questionário ver anexo 1.

**Quadro 1.** Síntese dos módulos do questionário SHARE, Wave 4

<b>Módulo</b>	<b>Designação</b>
<b>DN</b>	Dados Demográficos
<b>SN</b>	Redes Sociais
<b>CH</b>	Família e Filhos
<b>PH</b>	Saúde Física
<b>BR</b>	Risco Comportamental
<b>CF</b>	Função Cognitiva
<b>MH</b>	Saúde Mental
<b>HC</b>	Cuidados de Saúde
<b>EP</b>	Emprego & Pensões
<b>GS</b>	Força de Preensão
<b>PF</b>	Teste Respiratório
<b>SP</b>	Apoio Social
<b>FT</b>	Transferências Financeiras
<b>HO</b>	Alojamento
<b>HH</b>	Rendimento do Agregado
<b>CO</b>	Consumo
<b>AS</b>	Bens
<b>AC</b>	Actividades
<b>EX</b>	Expectativas
<b>IV</b>	Observações do Entrevistador

**Quadro 2.** Quadro de síntese de operacionalização das variáveis analisadas no módulo DN no SHARE, Wave 4

Módulo	Descrição	Variáveis em análise	Indicadores	Codificação	Questão realizada
DN - Dados Demográficos	Inclui questões sobre o estado civil, o país de origem, o nível de instrução e a profissão de cada entrevistado.	Nível de escolaridade completo (recodificado a partir da variável original segundo a ISCED-1997)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nenhuma</li> <li>▪ Escolaridade primária</li> <li>▪ Escolaridade básica</li> <li>▪ Escolaridade secundária</li> <li>▪ Formação profissional</li> <li>▪ Licenciatura</li> <li>▪ Pós-graduação</li> </ul>	DN010_HighestEdu	<i>Qual o nível de escolaridade mais elevado que completou?</i>
		Estado civil	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Casado, a viver com cônjuge</li> <li>▪ União de facto</li> <li>▪ Casado, mas não vive com cônjuge</li> <li>▪ Nunca casou</li> <li>▪ Divorciado</li> <li>▪ Viúvo</li> </ul>	DN014_MaritalStatus	<i>Qual é o seu estado civil?</i>
		Sexo	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Feminino</li> <li>▪ Masculino</li> </ul>	DN042_Gender	<i>O entrevistador aponta o sexo do(a) respondente a partir da observação (perguntar se não tiver a certeza).</i>
		Idade (recodificada a partir da variável original em intervalos etários)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 55 a 59 anos</li> <li>▪ 60 a 64 anos</li> <li>▪ 65 a 69 anos</li> <li>▪ 70 a 74 anos</li> <li>▪ 75 ou mais anos</li> </ul>	DN043_BirthConf	<i>Nasceu em...</i>

**Quadro 3.** Quadro de síntese de operacionalização das variáveis analisadas no módulo CH no SHARE, Wave 4

Módulo	Descrição	Variáveis em análise	Indicadores	Codificação	Questão realizada
CH - Família e Filhos	Recolhe dados sobre os pais, irmãos e filhos do entrevistado. As informações sobre os pais do entrevistado (estilo de vida, saúde e profissão) reportam-se à data em que o entrevistado tinha 10 anos.	Parentalidade (recodificada a partir da variável original em existência ou não de filhos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tem ou teve filhos</li> <li>▪ Não teve filhos</li> </ul>	CH001_NumberOfChildren	<i>Quantos filhos vivos tem? Considere todos os filhos biológicos, bem como crianças adoptadas, que criou e enteados [incluindo os do/incluindo os da/incluindo os do/incluindo os da] [seu marido/sua esposa/seu companheiro/sua companheira].</i>
		Idade dos filhos (recodificada a partir da variável original em intervalos etários)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Menos de 25 anos</li> <li>▪ 25 a 35 anos</li> <li>▪ 35 a 45 anos</li> <li>▪ 45 a 55 anos</li> <li>▪ 55 ou mais anos</li> </ul>	CH006_YearOfBirthChildN	<i>Em que ano nasceu [nome do(a) filho(a)]?</i>
		Co-residência e Proximidade residencial com os filhos (recodificada a partir da variável original)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Co-residência (no mesmo alojamento/casa)</li> <li>▪ Proximidade por justaposição (no mesmo edifício)</li> <li>▪ Proximidade elevada (a menos de 1 quilómetro até 5 quilómetros de distância)</li> <li>▪ Proximidade média (Entre 5 e 100 quilómetros de distância)</li> <li>▪ Proximidade baixa (de 100 a mais de 500 quilómetros de distância).</li> </ul>	CH007_ChLWh	<i>Onde vive [nome do(a) filho(a)]?</i>
		Estado civil dos filhos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Casado, a viver com cônjuge</li> <li>▪ União de</li> </ul>	CH012_MaritalStatusChildN	<i>Qual é o estado civil de [nome do(a) filho(a)]?</i>

			facto <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Casado, mas vive separado do cônjuge</li> <li>▪ Solteiro/nunca casou</li> <li>▪ Divorciado</li> <li>▪ Viúvo</li> </ul>		
		Situação no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Empregado a tempo inteiro</li> <li>▪ Trabalhador em part-time</li> <li>▪ Trabalhador por conta própria</li> <li>▪ Desempregado</li> <li>▪ A fazer formação profissional</li> <li>▪ Reformado ou em pré-reforma</li> <li>▪ Incapacitado para o trabalho</li> <li>▪ Doméstica ou a cuidar de familiares</li> </ul>	CH016_ChildOcc	<i>Qual é a situação perante o emprego de [nome do(a) filho(a)]?</i>
		Escolaridade dos filhos (recodificada a partir da variável original segundo a ISCED-1997)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nenhuma</li> <li>▪ Primária</li> <li>▪ Básica</li> <li>▪ Secundária</li> <li>▪ Profissional</li> <li>▪ Licenciatura</li> <li>▪ Pós-graduação</li> <li>▪ Ainda estuda</li> </ul>	CH017_EducChild	<i>Qual o nível de escolaridade mais elevado que [nome do(a) filho(a)] completou?</i>
		Número de Netos	Resposta aberta (0...20)	CH021_NoGrandChild	<i>Relativamente aos netos, quantos netos tem o(a) senhor(a) [e o seu/e a sua/][marido/esposa/companheiro/companheira/], no total?</i>

**Quadro 4.** Quadro de síntese de operacionalização das variáveis analisadas no módulo PH, EP e HH no SHARE, Wave 4

Módulo	Descrição	Variáveis em análise	Indicadores	Codificação	Questão realizada
PH- Saúde Física	Procura captar vários aspectos da saúde do entrevistado, desde a auto-percepção da sua saúde a aspectos mais concretos do seu estado de saúde como a invalidez, doença crónica, dores e dificuldades sentidas no desempenho de actividades diárias.	Percepção subjectiva do estado de saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Excelente</li> <li>▪ Muito boa</li> <li>▪ Boa</li> <li>▪ Razoável</li> <li>▪ Má</li> </ul>	PH003_HealthGen2	<i>Diria que a sua saúde é...</i>
		Limitações nas Actividades de vida diária	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Com limitações nas actividades da vida diária</li> <li>▪ Sem limitações nas actividades da vida diária</li> </ul>	PH005_LimAct	<i>Durante, pelo menos, os últimos seis meses, em que medida se sentiu limitado devido a algum problema de saúde ao realizar actividades que as pessoas fazem com frequência?</i>
EP - Emprego & Pensões	Recolhe informações sobre as eventuais actividades profissionais actuais do entrevistado, o rendimento que delas obtém assim como o rendimento de outras fontes e pensões.	Situação no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reformado</li> <li>▪ Trabalhador no ativo</li> <li>▪ Desempregado</li> <li>▪ Invalidez</li> <li>▪ Doméstica</li> </ul>	EP005_CurrentJobSit	<i>Em geral, qual das seguintes opções melhor descreve a sua situação actual perante o emprego?</i>
HH- Rendimento do Agregado	Pretende compilar algumas medidas de rendimento do agregado.	Rendimento do agregado (recodificado a partir da variável original em intervalos de rendimento mensal e risco de pobreza em 2009)	Intervalos de rendimento mensal: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ intervalo 1: &lt;500€</li> <li>▪ intervalo 2: 500€-1000€</li> <li>▪ intervalo 3: 1000-1500€</li> <li>▪ intervalo 4: &gt; 1500€</li> </ul> Viver em risco de pobreza: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sim (&lt; 434€ mensal)</li> <li>▪ Não(&gt;= 434€ mensal)</li> </ul>	HH017_TotInc	<i>Quanto é que o seu agregado familiar teve como rendimento, em média, por mês, depois de deduzidos os impostos, no [{ano passado}]?</i>

**Quadro 5.** Quadro de síntese de operacionalização das variáveis analisadas no módulo SP no SHARE, Wave 4

Módulo	Descrição	Variáveis em análise	Indicadores	Codificação	Questão realizada
SP- Apoio Social	Recolhe informações sobre os apoios que os entrevistados recebem da família e de outras pessoas que não pertençam ao seu agregado familiar, apurando ainda a forma como os membros do agregado se entreadjudam.	Ajuda nos cuidados pessoais recebidos no agregado familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sim</li> <li>▪ Não</li> </ul>	SP020_RecHelpPersCareInHH	<i>Nos últimos doze meses, há alguém a viver consigo que lhe tenha prestado assistência com regularidade, ajudando nos cuidados pessoais, tais como lavar-se, levantar-se da cama ou vestir-se?</i>
		Ajuda nos cuidados pessoais dados no agregado familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sim</li> <li>▪ Não</li> </ul>	SP018_GiveHelpInHH	<i>Há alguém a viver consigo a quem tenha prestado assistência com regularidade, durante os últimos doze meses, ajudando nos cuidados pessoais, tais como lavar-se, levantar-se da cama ou vestir-se?</i>
		Prestação de cuidados aos netos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sim</li> <li>▪ Não</li> </ul>	SP014_LkAttGrCh	<i>Durante os últimos doze meses, tomou conta [do(a) seu(sua) neto(a)/dos seus netos] regular ou ocasionalmente sem a presença dos pais?</i>
		Intensidade dos cuidados aos netos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quase diariamente</li> <li>▪ Quase todas as semanas</li> <li>▪ Quase todos os meses</li> <li>▪ Com menos frequência</li> </ul>	SP016_HowOftrGrCh	<i>Em média, com que frequência tomou conta do/a(s) filho/a(s) de [{nome do(a) filho(a)}] nos últimos doze meses?</i>



**Quadro 6.** Quadro de síntese de operacionalização das variáveis analisadas no módulo FT no SHARE, Wave 4

Módulo	Descrição	Variáveis em análise	Indicadores	Codificação	Questão realizada
FT- Transferências Financeiras	Interroga o entrevistado sobre eventuais transferências e pagamentos regulares que possa ter pago ou recebido de outros, incluindo questões sobre heranças recebidas.	Presentes, ajuda material ou financeira dada	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sim</li> <li>▪ Não</li> </ul>	FT002_GiveFiGift250	Sem contar com habitação ou comida partilhada, o(a) senhor(a) [ou / ] [o seu /a sua / ] [marido /esposa /companheiro /companheira / ] deu(deram) algum presente ou ajuda material ou financeira, a alguém que viva ou não viva consigo, no valor de [250 €] ou mais ?
		Presentes, ajuda material ou financeira recebida	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sim</li> <li>▪ Não</li> </ul>	FT009_RecFiGift250	Sem contar com habitação ou comida partilhada, o(a) senhor(a) [ou / ] [o seu /a sua / ] [marido /esposa /companheiro /companheira / ] recebeu(receberam) algum presente ou ajuda material ou financeira, a alguém que viva ou não viva consigo, no valor de [250 €] ou mais ?
		Receptores das transferências financeiras (recodificado a partir da variável original)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cônjuge</li> <li>▪ Ascendentes</li> <li>▪ Descendentes 1ª linha</li> <li>▪ Netos</li> <li>▪ Outros familiares</li> <li>▪ Amigos/vizinhos</li> <li>▪ Outros</li> </ul>	FT003_ToWhomFiGift250	A quem [/mais] é que o(a) senhor(a) [ou / ] [o seu /a sua / ] [marido /esposa /companheiro /companheira / ] deu esse presente ou ajuda financeira[/nos últimos doze meses]?
		Doadores das transferências financeiras (recodificado a partir da variável original)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cônjuge</li> <li>▪ Ascendentes</li> <li>▪ Descendentes 1ª linha</li> <li>▪ Netos</li> <li>▪ Outros familiares</li> <li>▪ Amigos/vizinhos</li> <li>▪ Outros</li> </ul>	FT010_FromWhoFiGift250	Quem é que [/Mais] lhe deu a si [ou / ] [ao seu /à sua / ] [marido /esposa /companheiro /companheira / ] um presente financeiro ou assistência [/nos últimos doze meses]?

Esta selecção procurou analisar as transferências intergeracionais no campo das materializações e protagonistas. O especial enfoque vai para os tipos e volumes de transferências, os actores envolvidos, a direcionalidade nas transferências e a mobilização das transferências intergeracionais como recurso e como capital.

A população-alvo para as todas as amostras da linha de base foi constituída por todas as pessoas nascidas em 1960 ou mais cedo, tendo o seu domicílio habitual no respectivo país, e os seus cônjuges/companheiros, independentemente da idade destes últimos indivíduos. O desenho da amostra envolveu cinco etapas com a selecção de 4 dígitos do código postal na primeira etapa, das freguesias na segunda etapa, dos 7 dígitos do código postal na terceira etapa, dos endereços na quarta etapa, e verificação da elegibilidade pela idade na quinta etapa<sup>4</sup>. Foram inquiridos cerca de 65000 cidadãos dos vários países Europeus e a dimensão bruta da amostra portuguesa é de 2080 indivíduos com 50 ou mais anos, sendo que seleccionámos como amostra da nossa investigação apenas os inquiridos que possuíam 55 ou mais anos (N=1647 indivíduos). Todos os aspectos relacionados com a metodologia do SHARE Wave 4 são explicitados pormenorizadamente na literatura de apoio nomeadamente em Börsch-Supan et al., (2013) e Malter e Börsch-Supan (2013).

### **3.2. European Social Survey – ESS**

O *European Social Survey* (ESS-ERIC) é uma infra-estrutura europeia de conhecimento, estabelecida actualmente como uma *European Research Infrastructure Consortium*, sendo Portugal um dos membros fundadores. Este projecto nasceu da concentração de vários esforços de diversos organismos comunitários e nacionais, nomeadamente a Fundação Europeia para a Ciência (ESF) e a Comissão Europeia.

O ESS tem constituído uma referência para a investigação, a intervenção e tomada de decisão política, a nível nacional e Europeu. Conta já com oito edições<sup>5</sup>, englobando mais de 30 países europeus<sup>6</sup>. Os seus principais objectivos prendem-se com o estudo das atitudes, dos valores sociais e políticos dos europeus numa perspectiva comparativa e longitudinal.

---

<sup>4</sup> Para análise pormenorizada do desenho da amostra, da selecção das unidades de amostragem e dos limites da base de amostragem, consultar <http://www.share-project.org.pt/index.php?id=86>

<sup>5</sup> Designadamente ESS1 (2002), ESS2 (2004), ESS3 (2006), ESS4 (2008), ESS5 (2010), ESS6 (2012), ESS7 (2014) e ESS8 (2016).

<sup>6</sup> Para análise mais aprofundada consultar <http://www.europeansocialsurvey.org/> e <http://www.ess.ics.ul.pt/>

Trata-se, pois, de um inquérito transnacional, bienal, realizado por toda a Europa, dirigido por uma equipa científica central (*Core Scientific Team*) liderada por Rory Fitzgerald da *City University London* do Reino Unido, juntamente com seis instituições parceiras: *NSD*, Noruega; *GESIS*, Alemanha; *The Netherlands Institute for Social Research/SCP*, Países Baixos, *Universitat Pompeu Fabra*, Espanha; *University of Leuven*, Bélgica; *University of Ljubljana*, Eslovénia.

A participação de Portugal neste projecto relaciona-se essencialmente com a preocupação de formar uma fonte de informação baseada em procedimentos metodológicos rigorosos e remonta ao seu início, em 2002.

Para a presente investigação seleccionámos a edição ESS 4 (2008) que compreende os módulos enunciados no quadro 7, sendo que do rol de módulos, os que foram sujeitos a análise encontram-se a sombreados e operacionalizados no quadro 8 e 9 respectivamente.

**Quadro 7.** Síntese dos módulos do questionário

<b>A1– A10</b>	Comunicação social e confiança interpessoal
<b>B1– B40</b>	Assuntos políticos, incluindo: interesse e participação política, confiança nas instituições, posição perante as eleições e os partidos, avaliações e orientações sociopolíticas.
<b>C1- C36</b>	Sentimento de bem-estar perante a vida, saúde, convivência com os outros, sentimento de segurança, religiosidade, percepção de discriminação; identidade nacional e étnica.
<b>D1- D50</b>	Atitudes perante o Estado-Providência, funcionamento dos serviços e apoios sociais em Portugal.
<b>E1-E55</b>	Discriminação com base na idade, atitudes face a diferentes grupos etários
<b>F1-F73</b>	Perfil sociodemográfico, incluindo: composição do agregado familiar, sexo, idade, situação conjugal, área de residência; nível de instrução, situação na profissão e profissão do inquirido, do cônjuge e dos pais; rendimentos do agregado. O módulo inclui ainda um grupo de questões sobre identidades (F74 a F78)
<b>G</b>	Escala de valores de Schwartz
<b>H</b>	Perguntas metodológicas
<b>I</b>	Perguntas a serem respondidas pelo entrevistador

**Quadro 8.** Quadro de síntese de operacionalização das variáveis relativa às Atitudes perante o Estado-Providência, funcionamento dos serviços e apoios sociais em Portugal no ESS4

Designação	Descrição	Variáveis em análise	Indicadores	Codificação	Questão/afirmação realizada
Atitudes perante o Estado Providência, funcionamento dos serviços e apoios sociais em Portugal	Analisa as atitudes, percepções e avaliações em relação às políticas de protecção social e visa contribuir para o estudo interdisciplinar e comparativo das atitudes em relação ao Estado Providência.	Papel social da mulher e do homem	Grau de concordância sobre as afirmações, numa grelha: ▪ Concorda totalmente ▪ Concorda ▪ Nem concorda nem discorda ▪ Discorda ▪ Discorda Totalmente	D3_ wmcprwk	<i>Uma mulher deve estar preparada para reduzir o seu trabalho remunerado para o bem da sua família</i>
				D6_ mnrgtjb	<i>Quando os empregos são poucos, os homens devem ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres</i>
		Nível de vida dos pensionistas e reformados	Numa escala em que 0 significa 'muitíssimo mau' e 10 'muitíssimo bom'	D11_ slvpens	<i>O que pensa, em geral, do nível de vida dos pensionistas e reformados?</i>
		Apreciação da qualidade e acessibilidade de alguns serviços públicos e sociais		D13_ clcdrsv	<i>E o que pensa em geral da oferta de serviços de cuidados às crianças, a preços acessíveis, para pais trabalhadores?</i>
		Responsabilidade do Estado	Numa escala de 0 a 10 onde que 0 significa que o Estado não deve ter qualquer responsabilidade e 10 que o Estado deve ter total responsabilidade	D15_ gvjbevn	<i>Garantir emprego para os que querem trabalhar</i>
				D16_ gvhlthc	<i>Garantir cuidados de saúde adequados aos doentes</i>
				D17_ gvslvol	<i>Garantir um nível de vida digno aos idosos</i>
		Efeitos dos serviços e apoios sociais	Grau de concordância sobre as afirmações, numa grelha: ▪ Concorda totalmente ▪ Concorda ▪ Nem concorda nem discorda ▪ Discorda ▪ Discorda Totalmente	D26_ sbcwkm	<i>Facilitam a conciliação entre o trabalho e a vida familiar</i>
				D28_ sblwcoa	<i>Fazem com que as pessoas estejam menos dispostas a ajudar-se umas às outras</i>
				D29_ sblwlka	<i>Fazem com que as pessoas estejam menos dispostas para cuidar de si e das suas famílias</i>

**Quadro 9.** Quadro de síntese de operacionalização da variável relativa ao perfil sociodemográfico no ESS4

Designação	Descrição	Variáveis em análise	Indicadores	Codificação	Questão/afirmação realizada
Perfil sociodemográfico	Informação de caracterização dos inquiridos, incluindo informação sobre género, ano de nascimento e agregado doméstico assim como um conjunto alargado de informação sociodemográfica.	Sexo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Feminino</li> <li>Masculino</li> </ul>	F2_gndr	<i>Codificação do Sexo</i>
		Idade (recodificada a partir da variável original em intervalos etários)	<ul style="list-style-type: none"> <li>15-24 anos</li> <li>25-39 anos</li> <li>40-54 anos</li> <li>Mais de 55 anos</li> </ul>	V_365 agea	<i>E em que ano é que o sr(a) / ele(a) nasceu?</i>
		Território	<ul style="list-style-type: none"> <li>Uma grande cidade</li> <li>Os subúrbios ou arredores de uma grande cidade</li> <li>Uma vila ou uma pequena cidade</li> <li>Uma aldeia</li> <li>Uma quinta ou uma casa no campo</li> </ul>	F5_domicil	<i>Qual a frase que melhor descreve o sítio onde vive?</i>
		Grau de escolaridade mais elevado	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nenhuma</li> <li>Escolaridade primária</li> <li>Escolaridade básica</li> <li>Escolaridade secundária</li> <li>Formação profissional</li> <li>Licenciatura</li> <li>Pós-graduação</li> </ul>	F6_edlvtbpt	<i>Qual o grau de escolaridade mais elevado que completou?</i>
		Estatuto profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estudante</li> <li>Desempregado</li> <li>Desempregado, mas não à procura de emprego</li> <li>Doença ou incapacidade/invalidez permanente</li> <li>Reforma</li> <li>Serviço cívico ou militar</li> <li>Trabalho doméstico, cuidar de crianças ou de outras pessoas</li> <li>Outro</li> </ul>	F8b_mnactic	<i>Qual das seguintes descrições melhor define a sua situação (nos últimos 7 dias)?</i>

		Rendimentos do agregado	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O rendimento actual permite viver confortavelmente</li> <li>▪ O rendimento actual dá para viver</li> <li>▪ É difícil viver com o rendimento actual</li> <li>▪ É muito difícil viver com o rendimento actual</li> </ul>	F33_hincfel	<i>Qual das seguintes descrições se aproxima mais do que sente relativamente ao rendimento actual das pessoas que vivem nesta casa?</i>
		Filhos a viver no agregado familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sim</li> <li>▪ Não</li> </ul>	F69_chldhm	<i>Qual a relação familiar que essa pessoa tem consigo/o que é que essa pessoa lhe é?</i>
		Crianças a viver em casa	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sim</li> <li>▪ Não</li> </ul>	F70_chldhhe	<i>Alguma vez teve filhos seus, filhos adoptados ou crianças acolhidas ou filhos do(a) companheiro(a) a viver consigo?</i>

Participaram neste inquérito 17 países Europeus, nomeadamente: Bélgica, Bulgária, Suíça, Chipre, Alemanha, Dinamarca, Estónia, Espanha, Finlândia, França, Reino Unido, Noruega, Polónia, Portugal, Federação Russa, Suécia e Eslovénia.

O nosso foco de exploração no módulo *“Atitudes perante o Estado-Providência, funcionamento dos serviços e apoios sociais em Portugal”* foi o papel social da Mulher e do Homem, o nível de vida dos pensionistas e reformados, a oferta de serviços de cuidados às crianças para pais trabalhadores e ainda a percepção acerca das responsabilidades do Estado Providência e dos efeitos das políticas sociais em diferentes áreas da vida.

Sendo um inquérito realizado no início da crise ao nível financeiro, económico e social que se veio a concretizar nos anos seguintes, vai permitir traçar um cenário das expectativas e percepções dos europeus e dos portugueses, em especial, sobre estes temas.

O instrumento de colheita de dados utilizado foi um questionário<sup>7</sup>, que engloba um conjunto de módulos permanentes e rotativos. O primeiro contém um grupo de questões que se permanecem inalteradas ao longo das várias edições, permitindo uma análise longitudinal dos resultados obtidos. O segundo varia de edição para edição, dedicado a uma abordagem de outras temáticas específicas para a compreensão das atitudes dos europeus e uma secção suplementar dedicada a uma escala de valores humanos e testes experimentais.

À semelhança do SHARE, o questionário ESS em Portugal é aplicado em versão portuguesa, usando o modo CAPI (Entrevista Pessoal Assistida por Computador). O questionário suplementar é aplicado presencialmente como uma extensão da entrevista principal. O questionário aplicado baseia-se no questionário geral, mas é incluída informação específica do país (e.g., lista de partidos políticos, religiões, sistema educativo e estado civil) ou são feitas adaptações para reflectir o contexto nacional.

As amostras do ESS são representativas de todos os indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos (sem limite superior de idade) residentes em residências privadas em Portugal, independentemente da sua nacionalidade, cidadania ou língua. Os indivíduos são seleccionados através de métodos de probabilidade aleatória estrita em todas as etapas do processo de selecção, tendo em vista uma amostra efectiva mínima de 1500 entrevistas. O desenho da amostra, em Portugal, é um desenho probabilístico por amostragem aleatória estratificada e exclui as regiões autónomas dos Açores e

---

<sup>7</sup> Para análise detalhada do questionário ver anexo II.

Madeira e localidades com menos de 10 lares. A base de amostragem usada é 'Area Sampling' e é uma amostra de moradas<sup>8</sup>.

A amostra Portuguesa ficou constituída por 2367 indivíduos, 1039 dos quais com idades superiores a 55 anos (43,9%).

### 3.3. Eurobarómetro - EB

O Eurobarómetro é um programa internacional de pesquisa que remonta a 1973, dedicado ao estudo longitudinal e comparativo da opinião pública de diversos domínios da vida social, económica e política da União Europeia, patrocinado pela Comissão Europeia. Portugal participa neste inquérito desde 1985.

A presente investigação inclui a análise aprofundada de dois inquéritos do Eurobarómetro, nomeadamente: o *Flash Eurobarometer 247: Family life and the needs of an ageing population* e o *Eurobarometer 74.1: Poverty and Social Exclusion, Mobile Phone Use, Economic Crisis, and International Trade*.

Em ambos os inquéritos participaram os 27 Estados Membros da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suécia.

O Flash Eurobarómetro 247 fornece informação acerca do grau de satisfação com a vida familiar, em particular a satisfação com os serviços públicos de apoio às crianças e a cuidadores de idosos dependentes. Além disso, analisa ainda as dificuldades enfrentadas pelas famílias europeias, em específico a orientação em relação à maior ou menor dificuldade em conciliar a vida profissional com a vida familiar, a questão da organização dos cuidados infantis e o grau de orientação para o cuidado dado pelas gerações mais velhas.

A recolha de dados decorreu entre 10 e 14 de Setembro de 2008, utilizando como instrumento de colheita de dados um questionário<sup>9</sup>, aplicado através de WEBCATI (entrevistas através de telefone assistidas por computador online). As entrevistas foram predominantemente realizadas através de telefone fixo, contudo uma parte das entrevistas na Finlândia e Áustria foram realizadas através de telefones móveis, e em

---

<sup>8</sup> Para uma análise em detalhe consultar <http://www.europeansocialsurvey.org/about/country/portugal/methods.html>

<sup>9</sup> Para análise em pormenor do questionário consultar anexo III.



virtude da baixa cobertura do telefone fixo na Bulgária, República Checa, Estónia, Letónia, Lituânia, Hungria, Polónia, Roménia e Eslováquia, 300 indivíduos foram amostrados e entrevistados pessoalmente.

Foram seleccionados aleatoriamente mais de 27000 cidadãos em toda a União Europeia, com 15 ou mais anos, ficando a amostra constituída por 27081 cidadãos europeus, sendo que Portugal representava a amostra com 1009 inquiridos.

O Eurobarómetro 74.1 surge após dois anos do início da mais grave crise global, ao nível financeiro, económico e social que a comunidade internacional e a Europa em particular têm vivenciado. O seu foco de atenção é o sentimento dos cidadãos europeus acerca do combate à pobreza e exclusão social, o impacto da crise na vida pessoal e a percepção/expectativa dos cidadãos relativamente ao papel do Estado nos mais variados sectores. Foi exactamente sobre este último aspecto que sujeitamos à nossa análise tentando compreender esta percepção/expectativa num contexto pós crise e quando a recuperação a nível europeu acontece de forma muito tímida.

Os dados que procurámos explorar foram sobretudo relacionados com as diferentes tipos de orientação normativa em relação ao cuidado a idosos (familiarização, familiarização apoiada por serviços formais e institucionalização dos cuidados), as responsabilidades do Estado de Bem-Estar na prestação de Bem- Estar Social, a opinião sobre a qualidade e acessibilidade dos Serviços Sociais e as preferências em relação aos cuidados a crianças em idade pré-escolar e infantil, fazendo a comparação com os inícios da crise em 2008.

A recolha de dados para o Eurobarómetro 74.1 foi levada a cabo entre 26 de Agosto e 16 de Setembro de 2010, aplicando-se um questionário<sup>10</sup>, sendo que todas as entrevistas foram conduzidas pessoalmente no domicílio dos entrevistados e na respectiva língua nacional, utilizando a CAPI nos países em que esta técnica está disponível. A amostra foi uma amostra aleatória (probabilística) com fases múltiplas e ficou constituída por 26635 cidadãos europeus com idade igual ou superior a 15 anos, sendo a amostra portuguesa igual a 1112 indivíduos.

Para a presente investigação seleccionámos de ambos os estudos determinadas variáveis, que se encontram devidamente operacionalizadas no quadro 10 e 11, assim como alguns países europeus que nos permitissem captar os diferentes regimes de Bem - Estar Social (Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido, Áustria, Suécia, Finlândia e Portugal). São

---

<sup>10</sup> Para análise em pormenor do questionário consultar anexo IV.

variáveis que entendemos ser necessário sujeitar a análise uma vez que nos iriam fornecer informação capaz de dar resposta ao objecto de investigação.

**Quadro 10.** Quadro de síntese de operacionalização das variáveis analisadas no Flash Eurobarómetro 247

Variáveis em análise		Indicadores	Codificação	Questão/afirmação realizada
<b>Satisfação</b>	Vida familiar	Nível de satisfação em escala de 1 a 4, recodificado em satisfeito (1+2) e não satisfeito (3+4): 1. Muito satisfeito(a) 2. Bastante satisfeito(a) 3. Pouco satisfeito(a) 4. Nada satisfeito(a)	q1_a recodificado em (q1_a_rec) q1_b recodificado em q1_b_rec q1_c recodificado em q1_c_rec	<i>Agora vamos falar de vida familiar e profissional, e medidas políticas nessas áreas.  Até que ponto diria que está satisfeito(a) com...</i>
	Serviços públicos de apoio às crianças			
	Serviços públicos a cuidadores de idosos dependentes			
<b>Dificuldades enfrentadas pelas famílias</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O custo elevado de criar filhos</li> <li>▪ Os custos elevados da habitação</li> <li>▪ A dificuldade em gerir a vida profissional com a vida familiar</li> <li>▪ Muito pouco apoio por parte dos patrões</li> <li>▪ A partilha desigual das tarefas domésticas entre companheiros/parceiros</li> <li>▪ Conseguir boas ajudas para tomar conta dos filhos</li> <li>▪ A carga que representa tratar pais ou familiares mais velhos</li> <li>▪ A qualidade do ensino escolar</li> <li>▪ O nível de apoio financeiro estatal para as famílias</li> <li>Nenhuma</li> </ul>	q2_01 q2_02 q2_03 q2_04 q2_05 q2_06 q2_07 q2_08 q2_09 q2_10	<i>Vou-lhe ler uma lista de dificuldades que as famílias poderão enfrentar. Desta lista, quais são, na sua opinião, as duas principais dificuldades?</i>
<b>Facilidade/dificuldade na conciliação da vida familiar com a vida profissional</b>		Nível de dificuldade/facilidade em escala de 1 a 4, recodificado em sente dificuldade (1+2) e sente facilidade (3+4): <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Muito difícil</li> <li>▪ Bastante difícil</li> <li>▪ Bastante fácil</li> <li>▪ Muito fácil</li> </ul>	q3_rec	<i>Pessoalmente acha muito difícil, bastante difícil, bastante fácil ou muito fácil gerir a vida profissional com a familiar?</i>

<b>Organização dos cuidados infantis</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Creche pública ou privada / centros de dia (apoio aos tempos livres) / jardim de infância</li> <li>▪ Amas ou baby sitters</li> <li>▪ Cuidados fornecidos à criança numa casa particular por uma pessoa que está certificada para o efeito.</li> <li>▪ A mãe toma conta dos filhos</li> <li>▪ O pai toma conta dos filhos</li> <li>▪ Avós ou familiares tomam conta dos filhos</li> <li>▪ Outra</li> </ul>	q6_1 q6_2 q6_3 q6_4 q6_5 q6_6 q6_7	<i>Cuidar de crianças em idade pré-escolar pode ser organizado de diferentes formas, por vezes combinando várias opções, por vezes assentando numa única opção. Na sua opinião, qual é a melhor forma de organizar a forma de cuidar de crianças em idade pré-escolar?</i>
<b>Perfil sociodemográfico</b>	Sexo	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Homens</li> <li>▪ Mulheres</li> </ul>	d1	<i>Sexo (assinalar a opção apropriada)</i>
	Idade	Idade recodificada em intervalos etários: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 15 a 24 anos</li> <li>▪ 25-39 anos</li> <li>▪ 40-54 anos</li> <li>▪ 55 ou mais anos</li> </ul>	d2_r	<i>Que idade tem?</i>
	Tipo de comunidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Grande cidade</li> <li>▪ Centros urbanos/outras cidades</li> <li>▪ Zona Rural</li> </ul>	d6	<i>Diria que vive numa...?</i>
	Escolaridade	Escolaridade recodificada em níveis: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sem escolaridade</li> <li>▪ Escolaridade baixa</li> <li>▪ Escolaridade média</li> <li>▪ Escolaridade elevada</li> <li>▪ Estudante</li> </ul>	d3_rec	<i>Que idade tinha quando parou de estudar a tempo inteiro?</i>
	Estatuto profissional	Estatuto profissional recodificado em níveis: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Profissões de alto estatuto</li> <li>▪ Profissões de estatuto médio</li> <li>▪ Profissões de baixo estatuto</li> <li>▪ Aposentados</li> <li>▪ Domésticos</li> <li>▪ Estudantes</li> <li>▪ Desempregados</li> </ul>	d4_rec	<i>Tendo em conta a sua ocupação actual, diria que é trabalhador(a) por conta própria, um(a) empregado(a), um(a) trabalhador(a) manual, ou diria que não tem uma actividade profissional? Quer dizer que é um(a)...</i>

	Tipo de agregado	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Solteiros</li> <li>▪ Matrimónio ou casal a viver em união de facto, sem filhos ou sem filhos a viver em casa</li> <li>▪ Pai/mãe solteiro(a), um ou mais filhos a viver em casa</li> <li>▪ Matrimónio ou casal a viver em união de facto, com um ou mais filhos a viver em casa</li> </ul>	q10	<i>Qual das seguintes hipóteses melhor descreve a composição do seu agregado familiar?</i>
	Crianças com menos de 6 anos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nenhum</li> <li>▪ 1 filhos</li> <li>▪ 2 filhos</li> <li>▪ 3 ou mais filhos</li> </ul>	q1_a_rec q11_ar q11_br q11_cr	<i>Quantos filhos tem...</i>
	Crianças com 6 a 15 anos			
	Crianças com mais de 15 anos			
	Situação financeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Muito confortável</li> <li>▪ Confortável</li> <li>▪ Temos de ter cuidado, mas conseguimos aguentar-nos</li> <li>▪ Temos dificuldade em chegar ao fim do mês com dinheiro</li> <li>▪ As coisas estão muito difíceis</li> </ul>	2	<i>Como descreveria a actual situação financeira da sua família?</i>

**Quadro 11.** Quadro de síntese de operacionalização das variáveis analisadas no Eurobarómetro 74.1

Variáveis em análise		Indicadores	Codificação	Questão/afirmação realizada
<b>Responsabilidade do Estado/indivíduo na prestação de Bem-Estar Social</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O Governo deve assumir mais responsabilidade</li> <li>▪ As pessoas devem assumir mais responsabilidade</li> <li>▪ Depende</li> </ul>	v216 - QA25d	<i>É qual das seguintes duas afirmações se aproxima mais da sua opinião?</i>
<b>Qualidade de alguns serviços públicos</b>	Cuidados a longo prazo	Escala de 1 a 4, respectivamente: 1. Muito boa 2. Bastante boa 3. Bastante má 4. Muito má	v288 - Q.A46_1	<i>Pensando agora na qualidade dos seguintes serviços em Portugal, diria que é muito boa, algo boa, algo má ou muito má?</i>
	Cuidado de crianças		v289 - Q.A46_2	
<b>Acessibilidade de alguns serviços públicos</b>	Cuidados a longo prazo	Escala de 1 a 5, respectivamente: 1. Muito Acessível 2. Bastante Acessível 3. Não muito acessível 4. Nem um pouco acessível 5. Gratuito	v293 - Q.A47_1	<i>Pensando agora nos custos dos seguintes serviços em Portugal, diria que são...?</i>
	Cuidado de crianças		v294 - Q.A47_2	
<b>Orientação nos cuidados a idosos</b>	Apoio familiar exclusivamente	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Deveriam viver com um dos seus filhos</li> <li>▪ Um dos seus filhos deveria regularmente fazer-lhes uma visita para fornecer os cuidados necessários</li> <li>▪ Serviços de ajuda públicos ou privados deveriam ir a suas casas para fornecer-lhes a ajuda e os cuidados adequados</li> <li>▪ Deveriam ir viver para uma instituição de saúde/clínica</li> </ul>	v298 - QA48A v299 - QA48B	<i>Imagine que um pai ou uma mãe idoso(a) mora sozinho(a) e não pode mais viver sem uma ajuda regular, devido ao seu estado de saúde física ou mental. Na sua opinião, qual seria a melhor opção para uma pessoa nesta situação? Em primeiro lugar (A)? E em segundo lugar (B)?</i>
	Apoio familiar combinado com apoio formal			
	Apoio formal			
	Institucionalização do cuidado			

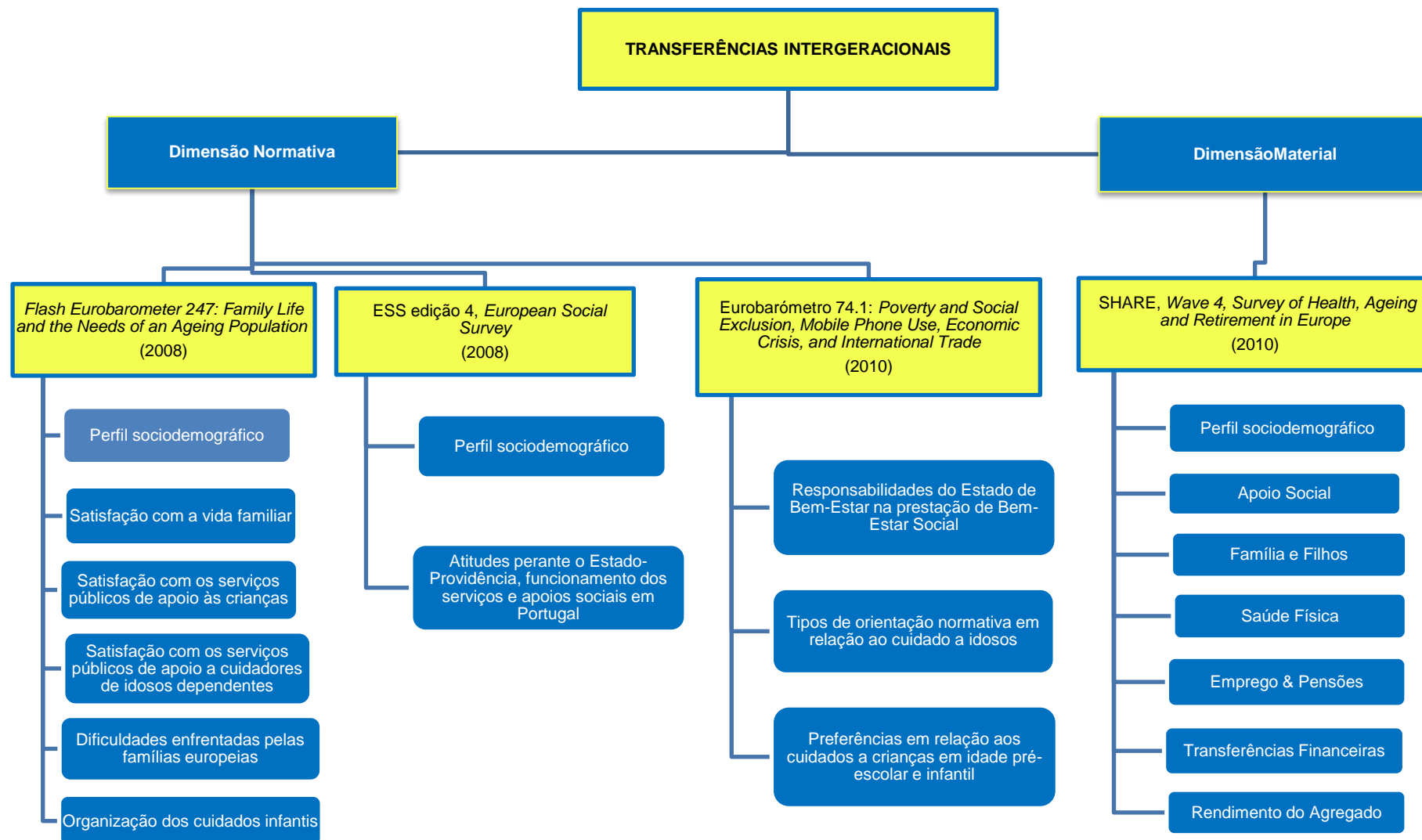
<b>Orientação nos cuidados a crianças</b>	Em idade infantil (0 a 3 anos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Escola</li> <li>▪ Amas</li> <li>▪ Pais ( só pai; só mãe; pai e mãe)</li> <li>▪ Familiares (avós)</li> </ul>	v308 - Q.A49_1 v309 - Q.A49_2 v310- Q.A49_3 v311- Q.A49_4 v312- Q.A49_5 v313 - Q.A49_6 v314- Q.A49_7 v315- Q.A49_8 v316 - Q.A49_9 v317- Q.A49_10	<i>Os cuidados para crianças com idades entre os 0-3 anos podem ser organizados de várias formas, combinando várias opções ou apoiando-se em somente uma opção Na sua opinião, qual é a melhor forma de organizar os cuidados para as crianças com idades entre os 0-3 anos?</i>
	Em idade pré-escolar (2 a 6 anos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Escola</li> <li>▪ Amas</li> <li>▪ Pais (só pai; só mãe; pai e mãe)</li> <li>▪ Familiares (avós)</li> </ul>	v318 - Q.A50_1 v319-Q.A50_2 v320 -Q.A50_3 v321- Q.A50_4 v322 - Q.A50_5 v323 -Q.A50_6 v324 -Q.A50_7 v325- Q.A50_8 v326 -Q.A50_9 v327 Q.A50_10	<i>Os cuidados para crianças com idades entre os 3-6 anos podem ser organizados de várias formas, combinando várias opções ou apoiando-se em somente uma opção. Na sua opinião, qual é a melhor forma de organizar os cuidados para as crianças com idades pré-escolares entre os 3-6 anos?</i>

Posto isto, considerámos estar perante um banco de dados bastante robusto, do ponto de vista da quantidade e qualidade da informação disponível. De facto, nestes inquéritos são notórios os imensos domínios que examinam e perante o que nos propusemos, foi efectuada uma selecção das variáveis que permitissem investigar a dimensão material das transferências intergeracionais mas também as percepções, preferências e expectativas demonstradas pelos inquiridos relativamente às mesmas, que se traduziu em certa medida, uma discussão entre a desejabilidade/materialização social e a desejabilidade/materialização individual e familiar.

Para um tratamento dos dados de forma rápida e rigorosa, utilizou-se como ferramenta o programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 23.



**Figura 6.** Desenho geral do estudo de investigação





## **CAPÍTULO 4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Os capítulos precedentes permitiram capturar e aprofundar o tema central desta tese: as transferências intergeracionais nas dinâmicas familiares. Neste âmbito, num primeiro momento recuperou-se a história do próprio Estado-Providência e a forma como as solidariedades formais institucionalizadas nos diferentes modelos de Estado-Providência assentaram em pressupostos distintos sobre o lugar das transferências intergeracionais, bem como a sua pertinência na agenda académica e política, em particular, num cenário de crise como o que se tem vivido nos últimos anos em Portugal. Abordaram-se as problemáticas relacionadas com o envelhecimento demográfico e as mudanças das estruturas familiares e a sua ligação às transferências intergeracionais enquanto prática ancestral e pós moderna na provisão de Bem-Estar. Procurou-se, ainda, explorar o que está na base dessas transferências no plano motivacional.

Neste capítulo, respeitante à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos após o tratamento dos dados, pretende-se responder às questões e hipóteses delineadas. Este capítulo encontra-se estruturado em duas secções, sendo que a primeira se reporta às transferências intergeracionais no que diz respeito às materializações e os seus protagonistas e, a segunda, faz uma análise comparativa aos sistemas de valores europeus no domínio das solidariedades familiares, traçando um quadro geral sobre as expectativas e preferências.

### **1. TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS: MATERIALIZAÇÕES E OS SEUS PROTAGONISTAS**

A discussão que se segue, produzida com base no banco de dados do SHARE para a população portuguesa, analisa as transferências intergeracionais no campo das suas materializações e olhando para os seus protagonistas. O especial enfoque vai para os tipos e volumes de transferências; os atores envolvidos e direcionalidade nas transferências e a mobilização das transferências intergeracionais como recurso e como capital.

### **1.1. Caracterização da amostra portuguesa com 55 ou mais anos**

Do universo de 2080 cidadãos portugueses inquiridos nesta vaga, 1647 indivíduos constituem a amostra representativa dos indivíduos com 55 ou mais anos, com uma expressão de 79,2% na amostra total.

Para o estudo pormenorizado sobre as características sociodemográficas da amostra recorreu-se à sua análise descritiva conforme apresentado na tabela 1.

Verifica-se que estamos na presença de uma amostra equilibrada em termos de género, onde 54% dos indivíduos são mulheres e 46% são homens.

Relativamente à distribuição etária dos indivíduos, 55,3% engloba a faixa etária das pessoas consideradas idosas, com 65 ou mais anos, onde 34,7% dos indivíduos pertence ao grupo dos idosos mais jovens (21,5% indivíduos com 65 a 69 anos e 13,2% indivíduos com 70 a 74 anos) e 20,6% indivíduos pertence ao grupo dos idosos mais velhos com 75 ou mais anos. Nos restantes 44,7% incluem-se as pessoas consideradas não idosas (20,7% indivíduos com 55 a 59 anos e 24% indivíduos com 60 a 64 anos). De destacar a dimensão do grupo das pessoas consideradas idosas, uma vez que estamos a falar de pessoas em idade de reforma e que à partida têm maior possibilidade de serem avós, mas também daquelas que podem estar numa situação de maior fragilidade e dependência com necessidade de cuidados, em virtude das perdas que naturalmente ocorrem nesta última fase do ciclo de vida.

Ao nível do estado civil, apesar dos dados do INE nos indicarem desde dos anos 70/80 um contínuo decréscimo do número de casamentos<sup>11</sup>, e tendo em conta a evolução da idade média do primeiro casamento<sup>12</sup>, como seria de prever para estes indivíduos que nasceram em 1955 ou antes, nota-se na amostra uma proporção elevada de indivíduos casados, cerca de 75,3%, dos quais 73,7% indivíduos vivem com cônjuge e 1,6% indivíduos não vivem com cônjuge. Temos também cerca de 14,7% indivíduos viúvos, 4,4% indivíduos divorciados, 3,6% indivíduos que nunca casaram e 1,9% indivíduos que vivem em união de facto.

---

<sup>11</sup> Consultar Anexo V.

<sup>12</sup> Consultar Anexo VI.

**Tabela 1.** Caracterização sociodemográfica da amostra

	n	%
<b>Sexo</b>		
Masculino	758	46
Feminino	889	54
<b>Idade</b>		
55 a 59 anos	341	20,7
60 a 64 anos	396	24
65 a 69 anos	354	21,5
70 a 74 anos	217	13,2
75 ou mais anos	339	20,6
<b>Estado civil <sup>(1)</sup></b>		
Casado, a viver com cônjuge	1213	73,7
União de facto	31	1,9
Casado, mas não vive com cônjuge	27	1,6
Nunca casou	60	3,6
Divorciado	72	4,4
Viúvo	242	14,7
<b>Nível de escolaridade completo <sup>(2)</sup></b>		
Nenhuma	120	7,5
Escolaridade primária	802	50,2
Escolaridade básica	134	8,4
Escolaridade secundária	79	4,9
Formação profissional	10	0,6
Licenciatura	435	27,2
Pós-graduação	19	1,2
<b>Situação no mercado de trabalho <sup>(3)</sup></b>		
Reformado	1094	68,6
Trabalhador no ativo	228	14,3
Desempregado	65	4,1
Invalidez	31	1,9
Doméstica	177	11,1

n total igual a 1647 com casos em falta nas variáveis assinaladas: <sup>(1)</sup> 2 casos; <sup>(2)</sup> 48 casos; <sup>(3)</sup> 52 casos

Em termos de nível de escolaridade completo, e apesar destes indivíduos terem nascido numa época onde o sistema educativo português ainda era pouco desenvolvido, curiosamente temos uma percentagem mínima de indivíduos analfabetos, cerca de 7,5% indivíduos, e 92,5% são escolarizados (50,2% indivíduos possuem a escolaridade primária; 8,4% indivíduos possuem a escolaridade básica; 4,9% indivíduos possuem escolaridade secundária; 0,6% indivíduos têm formação profissional; 27,2% indivíduos têm licenciatura e 11,2% indivíduos são pós-graduados). O volume dos indivíduos com um nível de escolaridade alto (formação superior), cerca de 28,4% dos indivíduos, é um elemento a considerar, na medida em que é expectável que estas pessoas tenham rendimentos mais prósperos e condições familiares/de vida mais favoráveis.

No que diz respeito à situação no mercado de trabalho, e tendo em atenção que a maior fatia da amostra engloba a faixa etária das pessoas consideradas idosas, com 65 ou mais anos, verificamos como seria esperado que o lugar de destaque vai para os reformados com cerca de 68,6% dos indivíduos, 14,3% indivíduos ainda se mantêm no activo, 11,1% indivíduos são domésticas, 4,1% indivíduos são desempregados e 1,9% indivíduos estão incapacitados para o trabalho.

A composição dos agregados familiares dos indivíduos com 55 ou mais anos é descrita na tabela 2.

Quanto ao número de pessoas no agregado familiar verifica-se um padrão de vida familiar clássico, onde a vida partilhada a dois na velhice predomina com cerca de 57,6% indivíduos a estarem integrados em agregados de 2 pessoas, o que também vem de encontro com o facto da maior parte da amostra ser casado, a viver com cônjuge. Cerca de 17,1% indivíduos fazem parte de um agregado de 3 pessoas, 6,3% indivíduos fazem parte de agregados familiares de 4 pessoas e 5,5% indivíduos integram agregados de 5 ou mais pessoas. Sobressai ainda o número de pessoas a viver sós, abrangendo 13,5% dos indivíduos, o que reflecte as tendências apontadas pelo INE para um número crescente de pessoas com 65 e mais anos a viverem sozinhas<sup>13</sup>.

Apesar de uma queda acentuada das taxas de fecundidade desde dos anos 70/80<sup>14</sup> cerca de 92% destes indivíduos experiencia ou experienciou a parentalidade contra apenas 8% indivíduos que nunca tiveram filhos.

Dos indivíduos inquiridos 73,3% são avós, (31,7% têm 2 a 3 netos; 16,6% indivíduos têm apenas 1 neto; 12,9% indivíduos têm 4 a 5 netos e 11,1% têm 6 ou mais netos) e 28,9% indivíduos não têm netos. Este resultado segue a linha do envelhecimento demográfico e da maior probabilidade de as pessoas mais velhas de hoje poderem ser avós.

---

<sup>13</sup> Consultar Anexo VII

<sup>14</sup> Consultar Anexo VIII.

**Tabela 2.** Composição dos agregados familiares da amostra

	n	%
<b>Nº de pessoas no agregado familiar</b>		
1	223	13,5
2	948	57,6
3	282	17,1
4	103	6,3
5 ou mais pessoas	91	5,5
<b>Parentalidade</b>		
Tem ou teve filhos	1516	92
Não teve filhos	131	8
<b>Netos</b>		
Não tem	440	26,7
1 neto	285	17,3
2 a 3 netos	522	31,7
4 a 5 netos	213	12,9
6 ou mais netos	187	11,4
n total igual a 1647		

Em termos de condições de vida, a tabela 3 mostra que 52,8% dos indivíduos apresentam limitações nas actividades de vida diária, enquanto 47,2% dos indivíduos não mostram essas limitações.

Calculada a taxa de pobreza segundo a metodologia standard do Eurostat, definindo a linha de pobreza a 60% do rendimento nacional equivalente mediano, a amostra apresenta uma taxa genericamente alinhada com os resultados publicados nas estatísticas oficiais para este segmento da população. Uma nota para o facto de o rendimento equivalente, com os dados do SHARE, ter sido definido não pelo uso da escala modificada da OCDE mas sim pelo método, também da OCDE, da raiz quadrada da dimensão do agregado. Duas versões do rendimento do agregado familiar estavam disponíveis, tendo sido usada a que é calculada a partir dos componentes desagregados do rendimento. Com esta abordagem metodológica, 77,2% dos indivíduos inquiridos não vivem em risco de pobreza, face a 22,8% indivíduos que vivem nesse risco.

**Tabela 3.** Condições de vida da amostra

	n	%
<b>Limitações nas atividades da vida diária</b>		
Sim	870	52,8
Não	777	47,2
<b>Vive em risco de pobreza</b>		
Sim	376	22,8
Não	1271	77,2
n total igual a 1647		

A distribuição de rendimentos mensal em euros por intervalos de rendimento indica, segundo a tabela 4, que cerca de 38,4% dos indivíduos com 55 ou mais anos têm rendimentos mensais abaixo dos 500€, 28,7% rendimentos mensais até aos 1000€, 10,3% acumulam rendimentos mensais até 1500€ e 22,6% rendimentos acima desses valores.

**Tabela 4.** Distribuição do rendimento mensal da amostra por intervalos

	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Intervalos de rendimento mensal (€)</b>		
Intervalo 1 (<500€)	633	38,4
Intervalo 2 (500 - 1000€)	473	28,7
Intervalo 3 (1000 - 1500€)	170	10,3
Intervalo 4 (>1500€)	371	22,6

n total igual a 1647



## 1.2. Tipos e volumes de transferências

Tradicionalmente, em algumas sociedades, como a indiana ou asiática, os mais velhos são as figuras mais importantes na família e na comunidade, são sinónimos de respeito, sabedoria e experiência. Na Europa, num Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o contributo e a participação das pessoas mais velhas na sociedade pode-se ler no ponto 1.2:

Os idosos são membros dinâmicos, capazes e vitais da nossa sociedade. Transmitem conhecimento, competências e experiência para as próximas gerações. Contribuem, individualmente e em conjunto, para a nossa economia, para as nossas comunidades e para a transmissão da nossa história. Enquanto membros de uma família, as pessoas idosas são responsáveis por encorajar a coesão e a solidariedade na nossa sociedade (Jornal Oficial da União Europeia, 2013, pp. C 11/16).

A publicação deste reconhecimento do papel dos mais velhos na nossa sociedade é assinalável, quando até há poucos anos a literatura focava essencialmente as representações mais negativas da velhice, nomeadamente o seu peso na despesa pública e na sobrecarga para as famílias e para a sociedade. Também as políticas sociais mais recentes se têm preocupado com a integração social, laboral e cultural dos mais velhos. Se se tentar aferir o valor criado por estas pessoas em algo quantificável e objectivo, ele é com certeza substancial nas trajectórias de vida das famílias.

Ao longo da história as relações intergeracionais no contexto familiar, nomeadamente entre pais e filhos, têm-se mostrado fundamentais ao desenvolvimento e sustentação das famílias. Com capacidade para resistir à suposta “crise da família”, acompanhar as sucessivas transformações dos modelos familiares, bem como da sociedade em geral, as relações intergeracionais tornaram-se um fenómeno de interesse científico, político e social a nível internacional.

Sendo Portugal um dos países mais envelhecidos da União Europeia<sup>15</sup>, teremos aqui uma parcela da sociedade que obrigatoriamente dará um contributo fundamental no apoio e suporte às suas famílias, sendo em muitas circunstâncias determinantes na sua sustentabilidade.

---

<sup>15</sup> Consultar Anexo IX.

### **1.2.1. O valor dos nossos pais e avós... um tesouro escondido...uma pérola do passado... um refúgio no futuro**

No âmbito das transferências intergeracionais, a transferência de cuidados na Europa, entre as pessoas mais velhas e os seus descendentes, como a literatura tem demonstrado (Albertini & Kohli, 2012; Albertini et al., 2007; Attias-Donfut et al., 2005; Attias-Donfut & Ogg, 2010; Brandt, 2013; Wolff & Attias-Donfut, 2007) assumem uma visibilidade ímpar quando analisadas em pormenor. A família é espaço de partilha privilegiado, onde a troca de bens, a ajuda recíproca e os afectos entre gerações decorrem intensamente.

Com efeito, como constatamos na tabela 5 e 6, na amostra portuguesa estudada 38,9% dos indivíduos com 55 ou mais anos que experienciam a condição de avós prestam cuidados aos seus netos sem a presença dos pais e fazem-no de forma intensa, isto é, quase todos os dias (40,8%) ou quase todas as semanas (28,2%).

**Tabela 5.** Envolvimento dos avós na prestação de cuidados a netos

<b>Cuida de netos<sup>(1)</sup></b>		
<b>(n=774)</b>		
	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	301	38,9
Não	473	61,1

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 873 casos, dos quais 440 indivíduos não têm netos

**Tabela 6.** Intensidade dos cuidados prestados aos netos pelos avós

<b>Intensidade do cuidado aos netos<sup>(1)</sup></b>		
<b>(n=387)</b>		
	<b>n</b>	<b>%</b>
Quase diariamente	158	40,8
Quase todas as semanas	109	28,2
Quase todos os meses	45	11,6
Com menos frequência	75	19,4

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1260 casos, dos quais 440 indivíduos não têm netos

Estes resultados coadunam-se em larga medida com o perfil dos avós divulgado recentemente por Karen Glaser e seus Colegas (2013, 2012) para alguns países europeus, bem como dos resultados para o SHARE primeira vaga (Fokkema, et al., 2008) e inscrevem-se na linha da solidariedade intergeracional.

Estes dados são especialmente relevantes no contexto da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional da mulher, nomeadamente na guarda de crianças pequenas, em virtude da forte inserção das mulheres no mercado de trabalho, em Portugal.

As principais conclusões dos estudos de Karin Wall acerca dos “*Modos de guarda das crianças nas famílias portuguesas*” indicam-nos que se assistiu à transição da guarda destas crianças por “*família e aos familiares*”, onde as mães e avós eram as principais alternativas, baseado num modelo *maternocêntrico*, para um modelo “*misto*” onde a guarda das crianças passou a ser mais centrado na delegação nas estruturas formais de apoio. Nesta área, assistiu-se ao crescimento e desenvolvimento da rede de equipamentos destinados aos cuidados de crianças sob três tipologias: públicos (equipamentos pertencentes ao Estado ou às câmaras); sector privado não lucrativo subsidiado pelo Estado e o sector privado com fins lucrativos (Wall, 2005a).

De facto, os dados Gabinete de Estratégia e Planeamento relativos à Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais evidenciam um investimento na rede de respostas sociais e capacidade (número de lugares) dirigidas a crianças e jovens, particularmente à primeira infância (0-3 anos de idade), com a expansão do número de creches<sup>16</sup> e o crescimento da capacidade de resposta social creche<sup>17</sup> nas capitais de distrito, o que proporcionou maior cobertura às famílias com filhos nesta idade. Porém, quando observamos o período e horário de funcionamento das creches, os dias úteis e os horários laborais mais convencionais constituem a principal disponibilidade destas entidades, sendo que a abertura ao sábado ou todos os dias tem um valor muito residual, para além de a maioria encerrar para férias sobretudo durante o mês de Agosto (ou parte do mês) (GEP, 2014).

Ressalta ainda do presente relatório, que apesar da taxa de cobertura das respostas para a primeira infância ter aumentado significativamente, verifica-se uma quebra acentuada da taxa de utilização desde 2010, quer nas respostas de equipamentos de entidades não lucrativas, quer de entidades lucrativas, possivelmente em virtude da diminuição da natalidade e das dificuldades económicas nas famílias (ibidem).

Relativamente ao pré-escolar, os dados nacionais da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC, 2014) mostram que depois de alguns anos de crescimento do número total de estabelecimentos que ministram a educação pré-

---

<sup>16</sup> Consultar Anexo X.

<sup>17</sup> Consultar Anexo XI.

escolar até 2008/2009<sup>18</sup> nota-se, desde então, um abrandamento, principalmente dos estabelecimentos públicos, porém sem grandes oscilações do número total crianças inscritas na educação pré-escolar<sup>19</sup>.

Com estes dados, estas entidades demonstram que temos hoje, mais do que nunca, uma rede alargada de estruturas de apoio à primeira infância e ao pré-escolar ao nível de todo o país, mas que possivelmente não dão ainda uma resposta eficaz e não são em muitos casos, as preferidas pelas famílias.

Muito embora seja notória a tendência para uma maior aceitação de que as crianças devem frequentar a educação pré-escolar, com o crescente recurso a soluções socioeducativas fora da família e, de uma maior disponibilidade de estruturas formais de acolhimento à primeira infância, os avós portugueses, como os nossos resultados indicam, desempenham um papel expressivo na guarda aos netos.

Este resultado será ainda mais relevante se pensamos este apoio instrumental no cenário de crise económica como aquele que eclodiu em Portugal no ano de 2008 (dois anos antes da aplicação deste questionário), onde emergiram alguns fenómenos graves como o desemprego<sup>20</sup> em todos os grupos etários, mais acentuado entre os mais jovens e num país com uma débil protecção social dos desempregados e o endividamento maciço das famílias com a manutenção das despesas de consumo final<sup>21</sup>, apesar do decréscimo do rendimento médio das famílias<sup>22</sup> portuguesas.

O crescente reconhecimento do papel dos avós na educação dos netos também é sentido nas alterações legislativas do Código do Trabalho previstas pelo Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril, onde estão consagrados os direitos dos avós trabalhadores na prestação de assistência aos netos. O objectivo desta medida visou precisamente facilitar a conciliação entre a vida familiar e profissional dos pais e consequentemente minimizar os danos no agregado familiar.

Também não podemos esquecer da ideia pré-concebida que ainda paira na sociedade portuguesa de que as crianças devem ser educadas em primeiro lugar pela família e que se deve adiar a entrada nos infantários.

Os avós podem em algumas situações ser mesmo a primeira opção para a guarda de crianças, em detrimento dos serviços de apoio formal como as creches ou ensino pré-escolar, na colaboração do transporte à escola, nas actividades extracurriculares/tempos

---

<sup>18</sup> Consultar Anexo XII.

<sup>19</sup> Consultar Anexo XIII.

<sup>20</sup> Consultar Anexo XIV.

<sup>21</sup> Consultar Anexo XV.

<sup>22</sup> Consultar Anexo XVI.

livres e até mesmo nas férias ou em situação de doença das crianças em idade escolar. Como tal, constituem um apoio precioso nos cuidados aos seus netos, onde o tempo partilhado com os netos é uma medida de “coisas e loisas” mais ou menos evidentes quer para os pais, os filhos e os netos.

Esta medida pode traduzir-se ao nível dos filhos em vários campos, nomeadamente: numa maior disponibilidade para o cumprimento das suas cargas horárias laborais, em particular no caso da mulher trabalhadora, facilitando a conciliação entre a vida profissional e familiar; num investimento na conjugalidade que poderá estar fracturado em virtude dos desafios da parentalidade e das obrigações profissionais; num sentimento de frustração e insatisfação por não se envolverem na parentalidade como desejariam e numa diminuição dos custos no orçamento familiar mensal. Numa situação de ruptura conjugal dos filhos, este apoio por parte dos avós pode ainda facilitar a reorganização familiar e o equilíbrio financeiro.

Na área financeira, em particular, e se considerarmos como indica um estudo da Associação Portuguesa para a Defesa dos Consumidores sobre creches e jardins-de-infância publicado em 2010, por criança os pais podem despende um valor de referência mensal de 150 euros numa creche e 110 euros num jardim-de-infância o que se traduz numa poupança anual de 1800€ e 1320€ respectivamente, isto fora dos grandes centros onde estes valores podem ultrapassar os 300€ mensais ou seja 3600€ anuais, os mais velhos dão um contributo económico extraordinário aos seus filhos ao cuidar dos netos em tempo integral.

Ao nível dos avós pode resultar numa oportunidade para ocupar o seu tempo livre em prol da família, produzindo um sentimento de utilidade e generosidade, mas por outro lado pode transformar-se numa espécie de interferência na sua vida pessoal, económica e social, com menor disponibilidade de tempo para si e para as suas actividades, para além de um encargo económico extra. Pode ainda surgir um sentimento acrescido de responsabilização na educação dos netos, onde pode existir uma linha muito ténue entre participação e substituição, com provável surgimento de conflitos intergeracionais.

Ao nível dos netos poderá reflectir-se na segurança e bem-estar emocional e afectivo da criança, uma vez que são cuidados, protegidos, mimados e acarinhados por alguém que lhes é muito próximo, que acabam por preencher a ausência dos pais embrenhados nos compromissos profissionais, para além de puderem usufruir de um “colo” na maior parte das vezes coberto de brincadeiras, conselhos e histórias.

Estes efeitos fáceis de perceber e sentir por quem vive diariamente esta realidade não têm sido contabilizados objectivamente, mas este tempo dedicado e partilhado tem inevitavelmente um valor económico, social e pessoal para a sociedade, família e

indivíduos. Sem o apoio e suporte dos avós uma parcela importante das famílias não conseguiria decerto resistir às adversidades do quotidiano.

Assiste-se a um retomar de velhos hábitos dos avós de outrora, mais próximos e presentes na vida dos netos. Os avós, apesar dos seus cabelos grisalhos e pele enrugada, são hoje pessoas dinâmicas com uma participação activa na vida dos netos, que deixaram as suas cadeiras de baloiço à beira da lareira, as suas mantas de aconchego, o seu tricot e os bancos de jardim para desempenhar um papel notável enquanto cuidadores e companheiros dos netos.

Quando se analisa a forma como as pessoas com 55 ou mais anos se comportam relativamente às pessoas do agregado familiar, em termos de ajuda nos cuidados pessoais, tais como lavar-se, levantar-se da cama ou vestir-se, verificamos que a esmagadora maioria dos indivíduos nem dá (88,5%) nem recebe (85,5%) este tipo de cuidados. Dar (11,5%) e receber (14,5%) ajuda regular nos cuidados pessoais representam uma minoria e estão muito próximos, com uma leve tendência para receber mais ajuda do que dar, tal como nos indica a tabela 7.

**Tabela 7.** Ajuda regular nos cuidados pessoais envolvendo os indivíduos com 55 ou mais anos nas duas direcções (dar e receber) às pessoas do agregado familiar

	<b>Dá ajuda<sup>(1)</sup></b> (n=1403)		<b>Recebe ajuda<sup>(2)</sup></b> (n=873)	
	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	161	11,5	126	14,5
Não	1242	88,5	747	85,5

n total igual a 1647 com casos em falta na variáveis assinaladas: <sup>(1)</sup> 244 casos; <sup>(2)</sup> 774 casos

Tendo em conta a idade dos participantes no estudo e às características dos cuidados considerados, relacionadas sobretudo com as actividades de vida diária, pode-se entender este resultado como um desfecho normal no ciclo de vida natural dos indivíduos. Este grupo de indivíduos que dão e recebem ajuda nestas actividades pode representar aqueles que estão *ensanduichados* entre as prováveis incapacidades dos seus pais e respectiva prestação de cuidados, e os filhos que ainda não se lançaram numa vida autónoma ou até o cuidado aos netos.

A este respeito, os dados do Inquérito Nacional de Saúde 2014 relativos à população residente com 65 e mais anos de idade por sexo, grupo etário, tipo de cuidados pessoais e grau de dificuldade<sup>23</sup> indicam-nos um equilíbrio em termos de

<sup>23</sup> Consultar Anexo XVII.

dificuldades ao nível dos vários cuidados pessoais, embora sejam as mulheres as mais necessitadas de ajuda<sup>24</sup>.

Outro campo onde se sente o contributo dos mais velhos às famílias ou a outras pessoas da rede social são as ajudas materiais/financeiras.

Sem contar com habitação ou comida partilhada, 18,7% dos inquiridos deram a alguém algum presente ou ajuda material/financeira, independentemente de viverem ou não consigo (pais, filhos, netos, outros parentes, amigos ou vizinhos) no valor de 250 euros ou mais no último ano. Apenas 3,9% recebeu algo do mesmo género, ou seja, os recebimentos representam cerca de 4 vezes menos que as ofertas, conforme nos mostra a tabela 8.

**Tabela 8.** Transferências financeiras envolvendo os indivíduos com 55 ou mais anos nas duas direcções (dar e receber) e no valor mínimo de 250 euros

	<b>Já ofereceu<sup>(1)</sup></b> (n=1082)		<b>Já recebeu<sup>(2)</sup></b> (n=1083)	
	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	202	18,7	42	3,9
Não	880	81,3	1041	96,1

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 565 casos; <sup>(2)</sup> 564 casos

Estes resultados atestam a realidade encontrada na Europa (Albertini et al., 2007; Fokkema et al., 2008). Esta geração de pessoas mais velhas oferece uma assistência financeira assinalável aos seus familiares, nomeadamente aos descendentes (43%) em primeira linha onde se incluem os filhos (22%) e os netos (21%) de acordo com a tabela 9. Um facto intrigante é o facto de os recebimentos advirem sobretudo de outros (65,6%). Isto, de alguma maneira, e apesar dos valores absolutos modestos que estão em análise, reforça a ideia de que os indivíduos mais velhos, no âmbito das trocas intergeracionais financeiras, são essencialmente emissores e quando na qualidade de receptoras, a verdade é que a ajuda vem de origens exteriores à própria família.

<sup>24</sup> Consultar Anexo XVIII.

**Tabela 9.** Receptores das transferências financeiras dos indivíduos com 55 ou mais anos no valor mínimo de 250 euros

	Já ofereceu <sup>(1)</sup>		Já recebeu <sup>(2)</sup>	
	(n=191)		(n=32)	
	n	%	n	%
Cônjuge	44	23	-	-
Ascendentes	0		6	18,8
Descendentes 1ª linha	42	22	5	15,6
Netos	40	21	0	
Outros familiares	14	7,3	-	-
Amigos/vizinhos	5	2,6	0	
Outros	46	24,1	21	65,6

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1456 casos; <sup>(2)</sup> 1615 casos

0 - Número de casos inferior a 5

Este investimento financeiro em “notas e moedas” nos descendentes poderá ser uma resposta às dificuldades que surgiram de eventos da vida inesperados (e.g. saúde, desemprego ou divórcio) ou da ruptura financeira dos filhos, mas também de um sentimento de responsabilidade parental e altruísmo que os mais velhos transportam consigo ao longo do ciclo vital, onde o bem-estar familiar, social e material dos filhos assume grande importância.

Esta linha de ajuda se for precipitada por determinantes de crise, ou seja, algo baseado numa “obrigação” e no “sacrifício” das economias dos mais velhos pode acarretar um cenário mais cinzento na vida destas pessoas que se estão a preparar ou já estão na reforma. A velhice tem custos e as pensões de reforma são para a maioria dos reformados a única fonte de rendimento, para além das prestações sociais continuarem a ser reduzidas, como tal esta ajuda financeira “forçada” aos filhos pode condicionar a própria velhice, situação se torna mais grave nos mais velhos com baixos rendimentos.

Este resultado constitui mais uma prova do contributo dos mais velhos na economia da família, que se distancia da imagem de incapacidade, dependência, estorvo ou fardo tantas vezes associado ao envelhecimento.

Uma outra forma de concretização de transferências intergeracionais no seio familiar é a co-residência entre pais e filhos (Albuquerque, 2008, 2011b; Bianchi et al., 2006; Bonsang, 2007; Iacovou, 2000; Isengard & Szydlík, 2012; Koh & MacDonald, 2006; Wall, 2005b). Esta forma de transferência é uma característica comum dos países do Sul da Europa onde se inclui Portugal (Albertini et al., 2007; Albertini & Kohli, 2012; Hank, 2007; Iacovou, 2000; Ogg & Renaut, 2006) sendo influenciada principalmente pelas necessidades e oportunidades individuais dos filhos, pelas estruturas familiares, bem como pelo Estado de Bem-Estar vigente em cada país (Albertini & Kohli, 2012; Isengard & Szydlík, 2012).



Nos resultados encontrados apesar de ser notória a primazia da dimensão da não co-residência entre filhos e pais com 55 ou mais anos, também se nota taxas de co-residência com os filhos entre os 27,5% e os 13,3%, o que não deixa de ser um dado relevante como ilustra a tabela 10.

**Tabela 10.** Incidência de co-residência dos indivíduos com 55 ou mais anos com os 3 primeiros filhos

	Co-reside com os filhos					
	Filho 1 <sup>(1)</sup>		Filho 2 <sup>(2)</sup>		Filho 3 <sup>(3)</sup>	
	(n=969)		(n=725)		(n=301)	
	n	%	n	%	n	%
Sim	266	27,5	108	14,9	40	13,3
Não	703	72,5	617	85,1	261	86,7

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 678 casos; <sup>(2)</sup> 922 casos; <sup>(3)</sup> 1346 casos

Este cenário pode expressar várias situações. Por um lado, os filhos que retardam a saída da casa dos pais por motivos relacionados quer com o prolongamento da educação (especialmente as mulheres que apostam fortemente na formação superior), em muitas situações preocupados em realizar uma melhor preparação para enfrentar o mercado de trabalho cada vez mais competitivo (e.g. mestrados, doutoramentos), quer com a dificuldade na inserção no mercado de trabalho ou ainda, quando já inseridos, o salário que auferem não lhes permite ter uma vida independente fruto também do fraco apoio das políticas de habitação para os jovens. Por outro lado, pode reflectir simplesmente uma atitude de acomodação dos filhos consentida pelos pais ou o regresso dos filhos à “residência mãe”, algumas vezes trazendo os netos, por acontecimentos de vida inesperados (e.g. viuvez, divórcio, desemprego) ou questões de natureza financeira, causadas quer pela precariedade profissional, quer pelo crescente de despesas com a habitação, água, electricidade e gás<sup>25</sup>, onde a solução pode mesmo passar pela concentração de várias gerações numa mesma habitação. Acresce também a situação dos pais doentes e dependentes que vão para casa dos filhos de forma a facilitar e a organizar a prestação dos cuidados.

Para além de ser um dado relevante, estas taxas de co-residência no nosso país vão de encontro ao *familismo* que nos caracteriza e constitui um desafio para pais e filhos. Este cenário de co-residência ou proximidade residencial poderá desencadear um quadro construtivo ou restritivo para vida dos filhos e/ou dos pais (Albuquerque, 2009, 2011a; Bianchi et al., 2006). A coabitação entre gerações envolve a

<sup>25</sup> Consultar Anexo XIX.

reorganização/reestruturação e partilha de espaços, recursos e dinâmicas, bem como o risco de desenvolvimento de conflito entre as diferentes gerações e um investimento/ajuda material e emocional.

Viver em casa de um filho pode ser para um pai ou uma mãe uma forma de suporte e ajuda em situações de doença ou viuvez, mas também pode acarretar uma inversão dos papéis familiares e uma nova forma de participação nas decisões domésticas por parte dos mais velhos, que estando numa situação de fragilidade será possivelmente sem grandes tensões e mais numa atitude de acomodação.

Retornar a casa dos pais poderá ser uma situação transitória ou definitiva, mas exige sempre uma readaptação dos filhos às dinâmicas dos pais. Os filhos poderão em certa medida usufruir da partilha de bens e de algum suporte económico e apoio afectivo, mas também terão que lidar com uma menor privacidade e com algum sentimento de frustração por não conseguirem ser totalmente independentes. Neste caso, talvez a integração na vida doméstica dos pais seja de um maior potencial de conflitos em virtude não só das formas de vida e hábitos que os filhos transportam consigo, mas também pela propensão que os mais velhos entendem poder ter para intervir na vida quotidiana dos filhos e até dos netos.

Viver sob o mesmo teto requer estratégias de convivência comum de forma a preservar a harmonia familiar, o que pode constituir um estímulo/desafio à solidariedade intergeracional para filhos e pais.

### **1.3. Actores envolvidos e direcionalidade nas transferências**

#### ***1.3.1. Avós, mães duas vezes...uma tradição de velhos costumes... um descostume moderno***

A evolução do papel social das mulheres em Portugal foi marcada pelas diversas mudanças políticas que atravessaram a sociedade portuguesa ao longo dos tempos.

O papel da mulher pré Revolução dos Cravos era caracterizado essencialmente por uma ideologia corporativa, muito ligado à vida doméstica, aos filhos e ao marido, onde era patente uma forte diferenciação de género, ao homem competia a função de “*provedor da família*” e à mulher a função de “*dona-de-casa*”. Esta diferenciação foi-se atenuando e deu lugar, após o processo revolucionário de 25 de Abril de 1974, a uma mulher cada vez mais participativa no âmbito público e no mercado laboral, passando-se

do paradigma do “ganha-pão masculino” para um paradigma de “casal de duplo emprego” (Aboim, 2010).

Sofia Aboim relata na obra *“A vida familiar no masculino: negociando velhas e novas masculinidades”* que esta mudança e reorganização nos papéis sociais têm operado bilateralmente quer para o homem, quer para a mulher não só no domínio da vida pública, como também na vida privada.

Se fizermos uma retrospectiva até ao final da década dos anos 90 sobre a divisão das tarefas nos agregados domésticos e, centrando-nos nos dados do Inquérito à Ocupação do Tempo 1999<sup>26</sup>, observa-se ainda uma divisão clara entre as tarefas masculinas, mais focadas nos serviços administrativos, nas compras e nos serviços de jardinagem e as tarefas femininas sobretudo relacionadas com a lida da casa, nomeadamente a preparação de refeições, limpeza da casa e cuidar da roupa. Por outro lado, quando se tenta perceber as horas dedicadas aos cuidados prestados às crianças e a adultos/os da família<sup>27</sup> existe também uma tendência para a centralidade das mulheres no cuidado às crianças, mas menos acentuado nos cuidados a adultos onde os homens se aproximam. Mais recentemente, num estudo sobre a conciliação da vida profissional com a vida familiar, um módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego de 2010<sup>28</sup> revela a mesma tendência, embora se note um maior equilíbrio na divisão das tarefas relacionadas com a prestação de cuidados a outras crianças com menos de 15 anos, para além dos filhos ou filhos do cônjuge, ou a outras pessoas dependentes com 15 ou mais anos (INE, 2001).

O que os nossos resultados nos indicam na tabela 11 é que no cuidado aos netos apesar de serem as avós (59,1%) as mais envolvidas, como revelam os dados mais recentes de Karen Glaser e seus Colegas (2013, 2012), os avós (40,9%) não estão muito distantes. O mesmo se verifica quando nos focamos na intensidade dos cuidados prestados aos netos, não obstante das avós serem fortes cuidadoras diárias (56,9%) e semanais (56,5%), os avós seguem-nas de perto, com 43,1% de cuidadores diários e 43,5% de cuidadores semanais.

---

<sup>26</sup> Consulta Anexo XX.

<sup>27</sup> Consultar Anexo XXI.

<sup>28</sup> Consulta Anexo XXII.

**Tabela 11.** O género dos avós prestadores de cuidados aos netos (% em coluna)

		Intensidade do cuidado aos netos				
		Cuida de netos <sup>(1)</sup> (n=301)	Quase diariamente <sup>(2)</sup> (n= 144)	Quase todas as semanas <sup>(3)</sup> (n= 108)	Quase todos os meses <sup>(4)</sup> (n= 42)	Com menos frequência <sup>(5)</sup> (n= 67)
Masculino	n	123	62	47	14	32
	%	40,9	43,1	43,5	33,3	47,8
Feminino	n	178	82	61	28	35
	%	59,1	56,9	56,5	66,7	52,2

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1346 casos; <sup>(2)</sup> 1503 casos; <sup>(3)</sup> 1539 casos; <sup>(4)</sup> 1605 casos; <sup>(5)</sup> 1580 casos dos quais 440 indivíduos não têm netos

Que as mulheres contribuem como grandes prestadoras de cuidados não é um facto novo. Mas existe aqui uma matéria de análise muito interessante do ponto de vista da diferença de género, ou seja, uma diferença muito pouco expressiva de género numa área que outrora seria exclusivamente do domínio das mulheres, sobretudo num país como o nosso, de brandos costumes e em indivíduos nascidos na época das ideologias do Estado Novo.

Estes resultados reflectem provavelmente o rompimento com o paradigma o “*homem provedor*”, a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e as suas consequências nas formas de participação masculina na vida doméstica e nos cuidados parentais. Neste panorama haverá lugar a uma menor desigualdade de género no espaço doméstico, traduzida numa maior participação, presença e cooperação masculina na família, neste caso em particular dos avós.

Geralmente quando se aborda a questão dos avós e netos, o lugar do avô não tem grande relevo na literatura fruto do papel tradicional da mulher enquanto cuidadora, mas estes resultados vêm mostrar um modelo de avô pós-moderno com um papel bastante interventivo na prestação de cuidados aos netos.

Esta centralidade e envolvimento dos avós na vida dos netos vêm em certa medida de encontro com as evidências de Mann e Leeson (2010) nos avós britânicos. Esta experiência parece ser emocionalmente gratificante para os avós, onde anseiam ter uma maior participação, para além ser uma oportunidade de construírem uma relação estreita e afectuosa com os netos, a qual que pode ser restringida ou potenciada em função da proximidade geográfica e da frequência de contacto (ibidem).

Esta relação avô-neto pode representar uma segunda oportunidade, para se redimir de erros ou faltas que eventualmente praticaram nas relações com os seus próprios filhos, e.g. se enquanto pais não tiveram a tranquilidade para enfrentar os problemas normais na idade dos filhos por cansaço ou falta de reflexão.

Se pensarmos que os avós inquiridos podem estar a viver a condição de reforma ou pré-reforma, o tempo disponível para se envolver nestes cuidados será maior e, porventura facultará o enfrentamento dos efeitos mais negativos da entrada na reforma. Se, de outra forma, as avós e os avós estiverem activos profissionalmente poderá ser um tempo partilhado e negociado entre eles.

Nas famílias europeias 85% dos pais com 50 ou mais anos têm pelo menos um filho com quem co-reside ou que vive dentro de um raio de 25 km a partir de sua própria residência (Hank, 2007). A literatura aponta para o facto de as mães serem mais propensas a viver perto de pelo menos um dos filhos do que os pais (Katz, et al., 2003) e a co-residir com os filhos (de Jong Gierveld et al., 2001). Já os filhos mostram uma maior tendência a co-residirem com os seus pais (Isengard & Szydlik, 2012) e a estabelecerem contactos menos frequentes com o pai (Fokkema et al., 2008). Em Portugal a co-residência com os avós (em particular as avós) é comum e tem vindo a crescer (Albuquerque, 2008, 2011b).

Para analisar as questões relacionadas com a co-residência e proximidade residencial com os filhos, considerando a questão: *Onde vive [nome do(a) filho(a)]*, em termos metodológicos foram constituídas 4 categorias para a variável proximidade residencial, designadamente: 1) Proximidade por justaposição que engloba a resposta *“no mesmo alojamento, casa ou edifício”*; 2) Proximidade elevada, para a resposta *“a menos de 1 quilómetro até 5 quilómetros de distância”*; 3) Proximidade média que considera a opção de resposta *“entre 5 e 100 quilómetros de distância”*; e 4) Proximidade baixa, para a resposta *“de 100 a mais de 500 quilómetros de distância”*.

Neste âmbito, o que os nossos resultados nos mostram mais uma vez na tabela 12 é uma aproximação dos resultados no que se refere a questões de co-residência com os filhos entre homens (47,6%) e mulheres (52,4%), tendência essa que em certa medida se mantém em termos de proximidade residencial por justaposição (48,1% vs 51,9%), proximidade média (48,9% vs 51,1%), proximidade baixa (47,3% vs 52,7%) embora menos acentuada na proximidade elevada (42,7% vs 57,3%). Quer isto dizer, que a propensão para co-residir/viver próximo ou viver mais afastado é semelhante em termos de género ou pouco *genderizado*.

**Tabela 12.** O género dos indivíduos co-residentes e dos residentes em proximidade dos filhos (% em coluna)

		Proximidade Residencial				
		Co-residência <sup>(1)</sup> (n=414)	Proximidade por justaposição <sup>(2)</sup> (n=462)	Proximidade elevada <sup>(3)</sup> (n=626)	Proximidade média <sup>(4)</sup> (n=577)	Proximidade baixa <sup>(5)</sup> (n=330)
Masculino	n	197	222	267	282	156
	%	47,6	48,1	42,7	48,9	47,3
Feminino	n	217	240	359	295	174
	%	52,4	51,9	57,3	51,1	52,7

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1233 casos; <sup>(2)</sup> 1185 casos; <sup>(3)</sup> 1021 casos; <sup>(4)</sup> 1070 casos e <sup>(5)</sup> 1317 casos

Por altura da comemoração do dia do pai em 2013, o INE publicou o “*O Perfil do Pai que vive com os filhos*” e, o mesmo se verificou por ocasião do dia da Mãe “*O retrato da Mãe que vive com os filhos*”. Estes resultados baseados nos Censos 2011 indicavam que 17,4% dos filhos que viviam em casa dos pais, 35% dos filhos que viviam em núcleos monoparentais com a mãe e, 41,6% dos filhos que viviam em núcleos monoparentais com o pai tinham 25 ou mais anos. Além disso, a idade média das mães em núcleos monoparentais era de 51,7 anos, a maior parte eram divorciadas ou viúvas e a idade média do pai em núcleos monoparentais é de 56,6 anos, sendo a maior parte eram viúvos (INE, 2013a, 2013b).

Em média, os dados estatísticos do Eurostat para a União Europeia, em 2013, mostram que as mulheres tendem a deixar a casa dos pais mais cedo (25 anos) do que os homens (27,2 anos)<sup>29</sup>. No caso de Portugal, em 2013, os homens saem de casa dos pais mais tarde (30 anos) do que as raparigas (28 anos)<sup>30</sup>. Além disso, no nosso país, em 2013, 66,8% dos homens e 53,3% das mulheres com 25-29 anos vivia com os pais<sup>31</sup>. Portugal alinha, portanto, na disparidade de género existente na Europa no que diz respeito à saída de casa dos pais.

Geralmente, a saída de casa dos pais acontece pela via educacional, conjugal e individual (Nico, 2012).

Se nos centrarmos na história, a questão da saída de casa dos pais era fortemente marcada pelo género. As mulheres tendiam a sair mais cedo de casa do que os homens ou então a não sair de casa dos pais. Em circunstâncias de viuvez feminina,

<sup>29</sup> Consultar Anexo XXIII.

<sup>30</sup> Consultar Anexo XXIV.

<sup>31</sup> Consultar Anexo XXV.

eram as filhas que tinham o dever moral e a responsabilidade pelo cuidar das mães, o que era incompatível com o casamento e/ou com a saída de casa (ibidem).

Uma aproximação de género e ligeira superioridade neste campo das mulheres nesta dinâmica da co-residência e proximidade residencial eventualmente está associada não só às modernas formas de transição para a vida adulta e trajectórias de vida, mas indubitavelmente às dificuldades/inseguranças económicas e às fracas políticas de apoio à mulher no trabalho no nosso país. Durante décadas ter um emprego, sair de casa, casar, ter filhos era a sequência mais ou menos previsível de acontecimentos que assinalavam a entrada na idade adulta. Hoje este trajecto tradicional tende a dissolver-se em percursos complexos e diferenciados.

O percurso moderno dos homens e mulheres, embora focado na aquisição de qualificações e solidez profissional diverge na preocupação em concretizar projectos familiares: as mulheres pela conciliação profissional e familiar e, os homens pelo adiar dos projectos familiares em virtude de uma melhor posição profissional. Os processos de transição para a adultez tendem-se a alongar no tempo com fronteiras pouco claras, existe uma geração tardia em termos de compromissos e lenta a assumir as responsabilidades próprias da idade adulta. Acresce ainda, o facto de serem apoiados em pais demasiado proteccionistas que acabam por permitir aos filhos a permanência na sua casa até conseguirem as condições de vida idealizadas.

Se considerarmos a via educacional e, tendo em conta o forte incremento das mulheres no ensino superior<sup>32</sup> entende-se que a idade média das mulheres na primeira saída de casa encurte mais do que as dos homens. Porém, apesar de formações superiores, os seus salários<sup>33</sup> e a oportunidade de emprego<sup>34</sup> continuam a ser penalizadas face aos homens, para além da ameaça do desemprego<sup>35</sup> ser mais forte nas mulheres. Assim, elas até podem sair da casa dos pais mais cedo para estudar, mas muitas acabam por regressar em virtude destas condicionantes.

Por via da conjugalidade, a idade média mais baixa das mulheres explica-se pelo facto das mulheres casarem mais cedo do que os homens<sup>36</sup>. Mas aqui há a ter em consideração as novas formas de conjugalidade e o crescente de agregados domésticos monoparentais femininos<sup>37</sup> que podem motivar o regresso ou permanência em casa dos

---

<sup>32</sup> Consultar Anexo XXVI.

<sup>33</sup> Consultar Anexo XXVII.

<sup>34</sup> Consultar Anexo XXVIII.

<sup>35</sup> Consultar Anexo XXIX.

<sup>36</sup> Consultar Anexo XXX.

<sup>37</sup> Consultar Anexo XXXI.

pais por parte das mulheres fragilizadas pelo divórcio ou viuvez, bem como pela dificuldade económica na criação dos filhos.

O processo de individualização e independência é mais precoce entre as mulheres, não só para evitar o controlo parental e a participação nas tarefas domésticas, mas também se encontram mais bem preparadas para viver sem os pais do que os homens (Nico, 2012). Mas em virtude dos aspectos já referidos, desemprego, precariedade laboral, ruptura ou adiamento da conjugalidade e os constrangimentos financeiros por parte das mulheres vão pesar no momento da decisão entre sair ou não da casa dos pais.

Outro aspecto que também pode estar associado a este quadro é o facto de em Portugal<sup>38</sup> como aliás, na Europa<sup>39</sup> e no Mundo<sup>40</sup> a afirmação do fenómeno do aumento da esperança média de vida das mulheres relativamente à dos homens. Esta vantagem/longevidade feminina resulta de factores biológicos e comportamentais e traduz-se numa maior probabilidade de viuvez feminina e consequentemente a experiência de viver sós e até uma maior vulnerabilidade económica e social. Não é por caso que a literatura aponta para uma tendência maior de mães a viver com os filhos sobretudo as viúvas (Dykstra & Fokkema, 2011; Fokkema et al., 2008).

Em termos de transferências financeiras e como a tabela 13 evidencia, os homens tendem a dar mais dinheiro (50,5%) e a receber menos (42,9%) do que as mulheres (49,5% e 57,1% respectivamente), embora tal como acontece a nível do cuidado aos netos e co-residência/proximidade residencial não exista uma forte especialização de género.

**Tabela 13.** O género dos actores envolvidos nas transferências financeiras (dar e receber) nos indivíduos com 55 ou mais anos (% em coluna)

		Já ofereceu <sup>(1)</sup> (n=202)	Já recebeu <sup>(2)</sup> (n=42)
Masculino	n	102	18
	%	50,5	42,9
Feminino	n	100	24
	%	49,5	57,1

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1445 casos; <sup>(2)</sup> 1605 casos

O facto de os pais serem mais propensos a dar dinheiro, especialmente aos filhos, segue a tendência encontrada em alguns países europeus (Fokkema et al., 2008). Esta aproximação entre homens e mulheres ao nível das transferências financeiras aqui

<sup>38</sup> Consultar Anexo XXXVI.

<sup>39</sup> Consultar Anexo XXVII.

<sup>40</sup> Consultar Anexo XXVIII.



encontrada possivelmente poderá estar relacionada não só com o poder económico e o fácil acesso a recursos por parte dos homens, mas também à progressiva e forte ascensão profissional da mulher no nosso país. Esta crescente participação das mulheres na esfera laboral traduziu-se num novo papel económico caracterizado por uma maior independência económica.

Esta tendência para uma fraca *genderização* entre os mais velhos ao nível das transferências intergeracionais e nos contextos aqui apresentados reflecte provavelmente as trajectórias de vida individuais e as diferentes formas de adaptação à velhice na modernidade.

De uma forma mais geral, os comportamentos, o grau de participação e formas de intervenção não parecem diferir de forma tão acentuada como se poderia supor entre homens e mulheres. A supremacia da mulher mais velha no campo do cuidar e na afectividade na família, bem como a liberdade, domínio e autonomia/poder económico do homem mais velho parecem não se enquadrar nos tempos modernos. Existe aqui uma questão que merece aprofundamento futuro: o papel do homem mais velho na família enquanto fenómeno social dos tempos modernos.

Não obstante de todo o trabalho estatístico até aqui realizado e de todas as evidências descritas e analisadas, torna-se interessante para esta discussão, perceber qual o impacto de um conjunto de variáveis relacionadas com os pais mais velhos na probabilidade de transferir tempo para os filhos adultos, materializado na prestação de cuidados aos netos. Para o efeito, foi realizada uma análise multivariada e na tabela 14 apresenta-se o modelo de regressão logística binária encontrado.

Os modelos de regressão constituem um dos instrumentos estatísticos mais importantes na análise estatística de dados quando se pretende modelar relações entre variáveis. O objectivo fundamental destes modelos é explorar a relação entre uma ou mais variáveis explicativas (ou independentes) e uma variável resposta (ou dependente).

O modelo mostra-nos que são principalmente as questões de género e de idade que explicam em parte a probabilidade dos indivíduos com 55 ou mais anos, que são avós, de se envolverem no cuidado aos seus netos. Mais, as variáveis estado civil, rendimento e percepção subjectiva do estado de saúde destas pessoas também tem alguma significância.

**Tabela 14.** Modelo para as determinantes estruturais da probabilidade de envolvimento em transferências intergeracionais materializadas na prestação de cuidados aos netos

	B	Teste Wald	e <sup>B</sup>
<b>Sexo (base=Masculino)</b>			
Feminino	,532**	7,873	1,702
<b>Idade (base=55 a 59 anos)</b>			
60 - 64	-,080	,081	,923
65 - 69	-,164	,295	,848
70 - 74	-,737*	4,910	,478
75 ou mais	-1,521**	19,822	,219
<b>Estado civil (base=Casado, a viver com cônjuge)</b>			
União de facto	-2,187*	3,908	,112
Casado, mas não vive com cônjuge	,285	,186	1,329
Nunca casou	-,228	,100	,796
Divorciado	-,415	1,240	,660
Viúvo	-,554*	5,275	,575
<b>Intervalos de rendimento (base=Intervalo1)</b>			
Intervalo 2	,240	,984	1,271
Intervalo 3	,477+	3,523	1,611
Intervalo 4	,461+	3,393	1,586
<b>Percepção subjetiva do estado de saúde (base=Excelente)</b>			
Muito bom	1,166+	2,916	3,209
Bom	1,401*	4,892	4,058
Aceitável	1,206+	3,743	3,340
Mau	,776	1,454	2,173
<b>Escolaridade (base=Nenhuma)</b>			
Primária	,211	,398	1,235
Básica	,706	2,701	2,027
Secundária	1,301*	6,211	3,674
Profissional	-1,099	,802	,333
Licenciatura	,292	,646	1,339
Pós-graduação	,314	,126	1,368
<b>Estatuto no mercado de trabalho (base=Reformado)</b>			
Trabalhador no ativo	-,375	1,336	,687
Desempregado	-,762	2,695	,467
Invalidez	-,607	,705	,545
Doméstica	,329	1,220	1,390
Constante no modelo = -1,767      Teste de Hosmer e Lemeshow = 2,274 (gl=8) e p=0,971.			
Modelo ajustado apenas para a subamostra que declara ter netos e com dados válidos para os preditores (n=732)			
Significância: ** a 1%   * a 5%   + a 10%			

A gestão do tempo pelos mais velhos e a respectiva selecção das ocupações durante o tempo de reforma estão necessariamente relacionadas com preferências individuais, mas sobretudo com as próprias condições estruturais que marcam a trajectória de vida de cada um. As mulheres, de facto, mostram-se mais disponíveis para prestar cuidados aos netos que os homens. Apesar de termos verificado uma tendência para uma maior expressividade do homem neste papel, estes resultados surgem

perfeitamente alinhados com as orientações familistas que caracterizam o nosso país, pautadas por uma forte solidariedade intergeracional informal dos membros da família e que colocam a mulher como figura central no cuidar. Confirma-se, assim, ainda uma diferenciação de género relativamente às atividades desenvolvidas por homens (atividades de recreação) e mulheres (atividades domésticas).

Além disso, a mulher portuguesa moderna tem funções ambivalentes e acumula uma lista de papéis intermináveis, que tem tanto de desafiante como de frustrante. A dificuldade de conciliação entre vida profissional e vida familiar, enraizada numa protecção social debilitada, transfere para a família e, em particular para as mulheres, essa responsabilidade quando estas estão mais que nunca inseridas no mercado de trabalho. Encontrar o equilíbrio entre as funções reprodutivas, educacionais, domésticas, sociais e económicas é uma tarefa que se assume como impraticável e, em muitos casos só é conseguida através do apoio recebido pelas mães (avós), uma vez que a externalização de algumas destas tarefas, através da aquisição de serviços pagos é ainda uma prática acessível a uma minoria das famílias. Estes resultados trazem para cena o cruzamento do papel da mulher (filha) pós-moderna e da mulher (mãe) pré-moderna, esta última ainda aprisionada à perspectiva tradicional, numa lógica de resposta às necessidades e de recurso.

O facto de os grupos etários mais velhos (com 75 ou mais anos) cuidarem menos que os avós mais jovens é em certa medida perfeitamente expectável. Apesar de as pessoas mais velhas viverem até mais tarde com melhores condições de saúde, nesta idade mais avançada será previsível o surgimento de maior número de limitações, sobretudo para as mulheres, as maiores cuidadoras, o que não favorece o envolvimento neste tipo de cuidados. Daí que também se justifique que melhor saúde também explique maior envolvimento no cuidado aos netos. Além disso, serão também as pessoas velhas, mas com menos idade, que tem maior probabilidade de terem netos em idade infantil.

Ao nível do estado civil, comprova-se que as pessoas mais velhas a viver a viuvez e em união facto se envolvem menos do que aqueles que são casados e a viver com cônjuge. As mudanças na estrutura familiar e as novas composições familiares são uma realidade indiscutível, mas a conjugalidade é ainda soberana, sobretudo entre as pessoas mais velhas. O envolvimento e tempo dedicado ao cuidado aos netos podem funcionar como o principal subterfúgio às rotinas e forma de ocupação. Já a condição de viuvez e de união de facto afastam a probabilidade de envolvimento no cuidado aos netos, justificada em parte pelos efeitos desta transição na velhice, que originam uma redefinição dos relacionamentos entre os membros familiares e naturalmente da dinâmica

e estrutura familiar. Um contexto de menor aceitação/conflito neste processo propiciará uma situação de afastamento entre filhos adultos/netos e pais mais velhos.

Melhor nível socioeconómico também explica maior envolvimento no cuidado aos netos. Os pais mais velhos com uma almofada económica mais confortável e uma orientação no sentido de manter o *status* sociocultural e económico da família, numa lógica de investimento filial, aproxima-os destes cuidados.

### ***1.3.2. Pré-reforma e Reforma, uma oportunidade e um desafio para retomar velhos costumes: cuidar de crianças e apoio aos filhos***

A transição para a reforma é geralmente marcada pelo final da vida activa, que em Portugal se situava até 2014 nos 65 anos de idade. Actualmente, a idade da reforma em Portugal é de 66 anos de idade, quer para os trabalhadores do sector privado, quer para os funcionários públicos de ambos os sexos, sem sofrer qualquer penalização. E com esta transição se dá oficialmente a entrada na última fase do ciclo vital.

Este novo *status* constitui um momento de diversas vivências e transformações onde a forma de enfrentamento dos protagonistas terá repercussões na sua adaptação, expondo-os a distintos estados de vulnerabilidade. Se este momento é esperado por muitos, ansiando pela concretização de projectos guardados há muito na gaveta, um tempo de ganhos, para outros constitui um tempo temeroso e de perdas.

As relações intergeracionais e as dinâmicas familiares, nomeadamente entre filhos adultos e os pais mais velhos, revestem-se da máxima importância neste processo de ajustamento e aceitação desta recente condição.

Neste estágio do ciclo vital enfrentam-se novas tarefas, desafios e conflitos. Entre os desafios/tarefas está a aprendizagem sobre a forma de lidar com a reforma, com a perda e incorporação de novos papéis sociais e a redefinição do tempo agora disponível (Sousa, Patrão & Vicente, 2012).

Com o aumento da longevidade, a reforma para muitos deixou de ser um tempo para o descanso de uma vida de trabalho e de inactividade e passou a funcionar mais numa perspectiva de continuação da vida activa, um momento de investimento pessoal e familiar, de trabalho voluntário e participação social.

A incorporação do papel de avós ou bisavós, e intervenção ao nível do cuidado aos netos como forma de apoio à geração intermédia constitui uma das formas de ocupar o tempo disponível.

Com efeito, os dados expostos na tabela 15 mostram os avós na idade da pré-reforma entre os 60 e 64 anos (30,2%) e já na idade da reforma entre os 65 e 69 anos

(28,2%) como os mais envolvidos nesta prática e de forma mais intensa, diariamente (24,3% e 34,7% respectivamente).

**Tabela 15.** Envolvimento e intensidade no cuidado aos netos segundo a idade dos avós (% em linha)

		Cuida de netos <sup>(1)</sup>	Intensidade do cuidado aos netos (% dentro dos cuidadores no grupo etário)			
		(%dentro do grupo etário)	Quase diariamente <sup>(2)</sup>	Quase todas as semanas <sup>(3)</sup>	Quase todos os meses <sup>(4)</sup>	Com menos frequência <sup>(5)</sup>
55 a 59 anos	n	55	21	6	5	5
	%	49,5	56,8	16,2	13,5	13,5
60 a 64 anos	n	91	22	28	6	10
	%	51,4	33,3	42,4	9,1	15,2
65 a 69 anos	n	85	25	17	9	10
	%	47,5	41,0	27,9	14,8	16,4
70 a 74 anos	n	39	11	6	4	10
	%	33,6	35,5	19,4	12,9	32,3
75 ou mais anos	n	31	5	7	0	0
	%	16,2	26,3	36,8		

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1346 casos; <sup>(2)</sup> 1503 casos; <sup>(3)</sup> 1539 casos; <sup>(4)</sup> 1609 casos; <sup>(5)</sup> 1580 casos dos quais 440 indivíduos não têm netos;

0 - Número de casos inferior a 5

O mesmo se confirma quando o enfoque é a situação laboral dos avós, os que mais cuidam e de frequência diária (65,3%) são exactamente os reformados (69,1%), tal como ilustra a tabela 16. Em certa medida é expectável que assim seja, atendendo a variáveis como a idade, a situação profissional e escolaridade dos filhos.

Assim, estes indivíduos que são avós, tal como se apresenta na tabela 17, cuidam sobretudo de netos dos filhos com idades entre 35 a 45 anos (49,3%) e fazem-no diariamente (56,1%). Além disso, estes filhos objecto dos cuidados estão activos no mercado de trabalho com emprego a tempo inteiro (77,2%) e são mais qualificados (licenciatura, 41%) conforme a tabela 18 e 19 respectivamente.

**Tabela 16.** Envolvimento e intensidade no cuidado aos netos segundo a situação no mercado de trabalho dos avós (% em linha)

		Cuida de netos <sup>(1)</sup>	Intensidade do cuidado aos netos (posição no trabalho dos indivíduos em cada categoria de intensidade)			
		(%dentro da situação no mercado)	Quase diariamente <sup>(2)</sup>	Quase todas as semanas <sup>(3)</sup>	Quase todos os meses <sup>(4)</sup>	Com menos frequência <sup>(5)</sup>
Reformado	n	208	94	78	30	48
	%	35,7	68,1	76,5	85,7	73,8
Trabalhador no ativo	n	32	14	11	5	10
	%	45,7	10,2	10,8	14,3	15,4
Desempregado	n	9	0	6	0	0
	%	33,3	0	5,9	0	0
Invalidez	n	0	13	0	0	0
	%	0	9,4	0	0	0
Doméstica	n	43	17	7	0	7
	%	50,6	12,3	6,8	0	10,8
Outra	n	5	0	0	0	0
	%	38,5	0	0	0	0

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1350 casos; <sup>(2)</sup> 1509 casos; <sup>(3)</sup> 1545 casos; <sup>(4)</sup> 1612 casos; <sup>(5)</sup> 1582 casos dos quais 440 indivíduos não têm netos;

0 - Número de casos inferior a 5

**Tabela 17.** A idade dos filhos progenitores dos netos de quem se cuida (% em coluna)

		Intensidade do cuidado aos netos				
		Cuida de netos <sup>(1)</sup> (n=621)	Quase diariamente <sup>(2)</sup> (n= 139)	Quase todas as semanas <sup>(3)</sup> (n= 107)	Quase todos os meses <sup>(4)</sup> (n= 37)	Com menos frequência <sup>(5)</sup> (n= 64)
Menos de 25 anos	n	29	0	0	0	0
	%	4,7				
25 a 35 anos	n	208	51	36	6	23
	%	33,5	36,7	33,6	16,2	35,9
35 a 45 anos	n	306	78	60	31	32
	%	49,3	56,1	56,1	83,8	50
45 a 55 anos	n	71	10	11	0	9
	%	11,4	7,2	10,3		14,1
Mais de 55 anos	n	7	0	0	0	0
	%	1,1				

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1026 casos; <sup>(2)</sup> 1508 casos; <sup>(3)</sup> 1540 casos; <sup>(4)</sup> 1610 casos; <sup>(5)</sup> 1583 casos dos quais 440 indivíduos não têm netos;

0 - Número de casos inferior a 5

**Tabela 18.** A situação no mercado de trabalho dos progenitores dos netos de quem se cuida (% em coluna)

		Intensidade do cuidado aos netos				
		Cuida de netos <sup>(1)</sup> (n=614)	Quase diariamente <sup>(2)</sup> (n= 138)	Quase todas as semanas <sup>(3)</sup> (n= 104)	Quase todos os meses <sup>(4)</sup> (n= 38)	Com menos frequência <sup>(5)</sup> (n= 58)
Trabalhador a tempo inteiro	n	474	117	90	33	51
	%	77,2	84,8	86,5	86,8	88
Trabalhador em <i>part-time</i>	n	14	0	0	0	0
	%	2,3	0	0	0	0
Trabalhador por conta própria	n	51	11	7	5	0
	%	8,3	8	6,7	13,2	0
Desempregado	n	51	10	7	0	7
	%	8,3	7,2	6,7	0	12
Em formação profissional	n	13	0	0	0	0
	%	2,1	0	0	0	0
Doméstica ou a cuidar de familiares	n	11	0	0	0	0
	%	1,8	0	0	0	0

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1033 casos; <sup>(2)</sup> 1309 casos; <sup>(3)</sup> 1543 casos; <sup>(4)</sup> 1609 casos; <sup>(5)</sup> 1589 casos dos quais 440 indivíduos não têm netos; 0 - Número de casos inferior a 5

**Tabela 19.** A escolaridade dos progenitores dos netos de quem se cuida (% em linha)

		Intensidade do cuidado aos netos				
		Cuida de netos <sup>(1)</sup> (n=619)	Quase diariamente <sup>(2)</sup> (n= 137)	Quase todas as semanas <sup>(3)</sup> (n= 107)	Quase todos os meses <sup>(4)</sup> (n= 29)	Com menos frequência <sup>(5)</sup> (n= 63)
Escolaridade primária	n	118	36	20	0	0
	%	19,1	26,3	18,7	0	0
Escolaridade básica	n	99	28	17	0	8
	%	16	20,4	15,9	0	12,7
Escolaridade secundária	n	108	28	13	6	17
	%	14,4	20,4	12,1	20,7	27
Formação profissional	n	6	0	0	0	0
	%	1	0	0	0	0
Licenciatura	n	254	45	47	23	33
	%	41	32,8	44	79,3	52,4
Pós-graduação	n	34	0	10	0	5
	%	5,5	0	9,3	0	8

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1028 casos; <sup>(2)</sup> 1311 casos; <sup>(3)</sup> 1510 casos; <sup>(4)</sup> 1618 casos; <sup>(5)</sup> 1584 casos dos quais 440 indivíduos não têm netos; 0 - Número de casos inferior a 5

Esta será uma das formas de apoio intergeracional por parte dos mais velhos aos mais novos, onde os avós recuperam a arte de cuidar dos mais novos, quando os filhos se absorvem com as questões laborais e económicas. Beneficiadas com os cuidados

prestados pelos avós serão eventualmente as mulheres, agora mais do que nunca, qualificadas e imbuídas na sua vida profissional.

Conforme se apresenta nas tabelas 20 e 21, são também os indivíduos com idades entre os 65 e 69 anos (23,8%), sobretudo os que se encontram como reformados (77, 2%) que mais oferecem dinheiro. Os principais receptores de géneros financeiros são os indivíduos com 75 ou mais anos (42,1%) e os reformados (82,9%), como também se mostra nas mesmas tabelas.

**Tabela 20.** A idade dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna)

		Já ofereceu <sup>(1)</sup> (n=202)	Já recebeu <sup>(2)</sup> (n=38)
55 a 59 anos	n	38	9
	%	18,8	23,7
60 a 64 anos	n	58	8
	%	28,7	21,1
65 a 69 anos	n	48	5
	%	23,8	13,2
70 a 74 anos	n	23	0
	%	11,4	0
75 ou mais anos	n	35	16
	%	17,3	42,1

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1445 casos; <sup>(2)</sup> 1609 casos

0 - Número de casos inferior a 5

**Tabela 21.** A situação no trabalho dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna)

		Já ofereceu <sup>(1)</sup> (n=197)	Já recebeu <sup>(2)</sup> (n=35)
Reformado	n	152	29
	%	77,2	82,9
Trabalhador no ativo	n	26	6
	%	13,2	17,1
Desempregado	n	8	0
	%	4,1	0
Doméstica	n	11	0
	%	5,6	0

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1450casos; <sup>(2)</sup> 1612 casos

0 - Número de casos inferior a 5

Se atendermos á variável idade dos filhos e de acordo com a tabela 22, são os filhos com idades entre os 35 a 45 anos (40,3%) que mais fornecem e recebem bens monetários dos seus pais.



**Tabela 22.** A idade dos filhos dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna)

		Já ofereceu <sup>(1)</sup> (n=335)	Já recebeu <sup>(2)</sup> (n=78)
Menos de 25 anos	n	24	7
	%	7,2	8,9
25 a 35 anos	n	118	19
	%	35,2	24,4
35 a 45 anos	n	135	20
	%	40,3	25,6
45 a 55 anos	n	44	19
	%	13,1	24,4
55 ou mais anos	n	14	13
	%	4,2	16,7

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1312casos; <sup>(2)</sup> 1569 casos

As transferências intergeracionais sentidas numa dimensão mais material, em dinheiro, fornecidas por parte dos reformados e direccionados aos filhos em idade activa, e eventualmente aos seus dependentes (os netos), podem ser entendidas numa perspectiva de investimento filial, de risco financeiro dos filhos e família ou mesmo na criação e transmissão de legado.

Apesar de a reforma trazer quase sempre uma diminuição no rendimento, também existe um lugar para a poupança acumulada de uma vida de trabalho e que coloca os pais numa melhor posição para apoiar os filhos financeiramente como forma de investimento, no sentido de proporcionar bem-estar aos seus descendentes. De outra forma será difícil aos reformados assistirem à degradação da vida dos seus filhos/netos e muitas vezes, mesmo penalizando o seu orçamento e abdicando de hábitos pessoais e de lazer, pagam as contas dos seus descendentes ou a educação e o vestuário dos netos.

A criação e transmissão de legado referem-se à herança, algo que causa satisfação aos mais velhos e que leva ao reconhecimento do seu contributo no passado, presente e futuro (Sousa et al., 2012). Face a um cenário de maiores dificuldades económicas por parte dos descendentes pode haver lugar em certa medida a uma “antecipação” desta herança, através destas transferências inter-vivos.

O apoio no sentido ascendente, e numa tendência de aumentar à medida que a idade dos mais velhos aumenta pode ser percebido com base num sentimento de responsabilidade parental e de reciprocidade, materializado na ajuda financeira ao nível da institucionalização dos mais velhos em estruturas de acolhimento ou nas despesas com a saúde.

### 1.3.3. Quem casa quer casa e depois o retorno dos pais

Um dos pilares tradicionais na transição para a vida adulta muito apetecido pelos mais jovens é a independência habitacional. Viver em boas condições habitacionais, ter uma habitação com dimensões adequadas, que proporcione conforto, autonomia, segurança e privacidade é uma necessidade básica dos indivíduos e muito ansiada pelos mais jovens. Trata-se de um bem fundamental da vida das famílias mas também caro, e como tal esta aspiração de sair da casa dos pais na procura da independência esbarra muitas vezes com a falta de opções que se adaptam ao seu orçamento e às suas necessidades. Os custos com a habitação representam uma grande fatia do orçamento familiar e das maiores despesas para muitos indivíduos e família sendo desta forma um factor *major* para o endividamento familiar. Existe geralmente um grande esforço para salvaguardar este bem e, no caso de ser propriedade de um filho e este entrar em ruptura financeira, são muitas vezes os pais que pagam as prestações da casa, água, luz e o telefone.

A tabela 23 indica que a co-residência e a proximidade residencial entre os indivíduos com 55 ou mais anos faz-se sentir sobretudo com os filhos de idades até aos 45 anos. Estes pais co-residem (33%) e vivem mais em proximidade por justaposição (32,2%) tendencialmente com os filhos mais novos, nomeadamente de idades entre os 25 e 35 anos. Quando os filhos têm idade entre os 35 a 45 anos a proximidade residencial varia pouco entre elevada (43,3%), média (40,7%) e baixa (41,4%).

**Tabela 23.** A idade dos filhos em co-residência e proximidade residencial dos indivíduos com 55 ou mais anos (% em coluna)

		Proximidade Residencial				
		Co-reside com o filho <sup>(1)</sup> (n=412)	Proximidade por justaposição <sup>(2)</sup> (n=460)	Proximidade elevada <sup>(3)</sup> (n=612)	Proximidade média <sup>(4)</sup> (n=558)	Proximidade baixa <sup>(5)</sup> (n=321)
Menos de 25 anos	n	108	110	15	18	11
	%	26,2	24	2,5	3,2	3,4
25 a 35 anos	n	136	148	174	181	93
	%	33	32,2	28,4	32,4	29
35 a 45 anos	n	104	126	265	227	133
	%	25,2	27,4	43,3	40,7	41,4
45 a 55 anos	n	44	55	123	108	63
	%	10,7	12	20,1	19,4	19,6
55 ou mais anos	n	20	21	35	27	21
	%	4,9	4,6	5,7	4,8	6,5

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1235 casos; <sup>(2)</sup> 1187 casos; <sup>(3)</sup> 1035 casos; <sup>(4)</sup> 1089 casos e <sup>(5)</sup> 1326 casos

Viver com os filhos menores de 25 anos é certamente expectável, agora viver com os filhos a partir desta idade começa a ser algo que foge da normalidade numa sociedade como a nossa. Mas estes resultados vêm de encontro aos dados do Eurostat publicados recentemente no *“Being young in Europe today”* que indicam que na União Europeia (27 países) depois de um rápido aumento na idade média dos jovens para sair da casa dos pais, entre 2000 e 2004, nos anos seguintes nota-se um abrandamento até 2013. No caso de Portugal, em 2013, os jovens são dos que saem mais tarde de casa (29 anos) na União Europeia (26,1 anos) e, cerca de 60,1% dos jovens com idades entre os 25-29 anos vivem com os pais (Eurostat, 2015). As razões para esta evidência já foram exploradas anteriormente e podem sobretudo relacionadas com dificuldades financeiras e de integração profissional, adiamento da saída de casa dos pais para completar estudos, as fracas políticas de apoio à habitação para jovens e às novas formas de configurações familiares.

Ao termos em conta variáveis dos filhos como a escolaridade e a sua situação no mercado de trabalho, verificamos que os pais com 55 ou mais anos vivem mais em co-residência com os filhos licenciados (38,2%) e com emprego a tempo inteiro (53,2%) como se pode verificar na tabela 24 e 25 respectivamente. A mesma situação se verifica para os vários tipos de proximidade residencial.

**Tabela 24.** A escolaridade dos filhos em co-residência e proximidade residencial dos indivíduos com 55 ou mais anos (% em coluna)

		Proximidade Residencial				
		Co-reside com o filho <sup>(1)</sup> (n=390)	Proximidade por justaposição <sup>(2)</sup> (n=441)	Proximidade elevada <sup>(3)</sup> (n=624)	Proximidade média <sup>(4)</sup> (n=566)	Proximidade baixa <sup>(5)</sup> (n=317)
Nenhuma	n	13	13	5	6	6
	%	3,3	2,9	0,8	1,1	1,9
Escolaridade primária	n	83	96	156	100	69
	%	21,3	21,8	25	17,7	21,8
Escolaridade básica	n	60	73	93	97	38
	%	15,4	16,6	14,9	17,1	12
Escolaridade secundária	n	77	86	74	106	45
	%	19,7	19,5	11,9	18,7	14,2
Formação profissional	n	0	5	7	9	0
	%	0	1,1	1,1	1,6	0
Licenciatura	n	149	157	258	219	126
	%	38,2	35,6	41,3	38,7	39,7
Pós-graduação	n	8	11	25	29	28
	%	2,1	2,5	4	5,1	8,8
Estudante	n	0	0	6	0	5
	%	0	0	1	0	1,6

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1235 casos; <sup>(2)</sup> 1187 casos; <sup>(3)</sup> 1035 casos; <sup>(4)</sup> 1089 casos e <sup>(5)</sup> 1326 casos

0 - Número de casos inferior a 5

**Tabela 25.** A situação no mercado de trabalho dos filhos em co-residência e proximidade residencial dos indivíduos com 55 ou mais anos (% em coluna)

		Proximidade Residencial				
		Co-reside com o filho <sup>(1)</sup> (n=387)	Proximidade por justaposição <sup>(2)</sup> (n=433)	Proximidade elevada <sup>(3)</sup> (n=619)	Proximidade média <sup>(4)</sup> (n=565)	Proximidade baixa <sup>(5)</sup> (n=308)
Trabalhador a tempo inteiro	n	206	234	501	459	255
	%	53,2	54	80,9	81,2	82,8
Trabalhador em <i>part-time</i>	n	12	13	9	10	10
	%	3,1	3	1,5	1,8	3,3
Trabalhador por conta própria	n	20	21	37	34	17
	%	5,2	4,9	6	6	5,5
Desempregado	n	61	72	29	34	14
	%	15,8	16,6	4,7	6	4,5
Em formação profissional	n	50	52	7	11	5
	%	12,9	12	1,1	2	1,6
Reformado ou pré- reforma	n	15	16	17	9	7
	%	3,9	3,7	2,7	1,6	2,3
Invalidez	n	12	13	5	0	0
	%	3,1	3	0,8	0	0
Doméstica	n	11	12	14	8	0
	%	2,8	2,8	2,3	1,4	0

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1235 casos; <sup>(2)</sup> 1187 casos; <sup>(3)</sup> 1035 casos; <sup>(4)</sup> 1089 casos e <sup>(5)</sup> 1326 casos

0 - Número de casos inferior a 5

Estes resultados são curiosos e podem reflectir mais uma vez o retardamento da saída de casas dos pais, mesmo depois dos filhos possuírem formações superiores e estarem integrados no mercado de trabalho. Estes dados constituem mais uma prova que os pais mais velhos muitas vezes sustentam os filhos que estão em idade activa, formados e empregados a tempo inteiro, existe sempre mais um lugar à mesa, mais um quarto para acomodar um filho.

De acordo com a tabela 26 os participantes mais jovens, com idades entre os 55 e os 59 anos, são os que mais co-residem (36,4%) e estão mais próximos por justaposição (34,4%) com os filhos o que está em concordância com o facto dos pais co-residirem com os filhos mais novos como atrás encontrámos.

À medida que a idade dos pais aumenta a proximidade residencial com os filhos parece diminuir, onde os indivíduos com 75 ou mais anos (24,5%) são aqueles que vivem mais afastados dos filhos. Nota-se também que a co-residência com os filhos vai diminuindo progressivamente à medida que a idade aumenta até aos 74 anos, momento a partir do qual se observa um ligeiro aumento para os indivíduos com 75 ou mais anos (16,4%).

**Tabela 26.** A idade dos indivíduos mais velhos em co-residência e proximidade residencial com os filhos (% em coluna)

		Proximidade Residencial				
		Co-reside com o filho <sup>(1)</sup> (n=414)	Proximidade por justaposição <sup>(2)</sup> (n=462)	Proximidade elevada <sup>(3)</sup> (n=626)	Proximidade média <sup>(4)</sup> (n=577)	Proximidade baixa <sup>(5)</sup> (n=330)
55 a 59 anos	n	151	159	88	105	58
	%	36,4	34,4	14,1	18,2	17,6
60 a 64 anos	n	79	91	161	130	74
	%	19,1	19,7	25,7	22,5	22,4
65 a 69 anos	n	78	88	162	120	72
	%	18,8	19,1	25,9	20,8	21,8
70 a 74 anos	n	38	44	79	92	45
	%	9,2	9,5	12,6	16	13,6
75 ou mais anos	n	68	80	136	130	81
	%	16,4	17,3	21,7	22,5	24,5

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1233 casos; <sup>(2)</sup> 1185 casos; <sup>(3)</sup> 1021 casos; <sup>(4)</sup> 1070 casos e <sup>(5)</sup> 1317 casos

Quando nos centramos na variável situação no mercado de trabalho, como consta da tabela 27, que são os indivíduos que se encontram na situação de reformados que mais co-residem com os filhos (60,7%). Além disso, a incidência da proximidade

residencial para todas as dimensões é mais preponderante para os reformados: justaposição (61,5%); elevada (66,8%); média (72,8%) e baixa (73,7%).

**Tabela 27.** A situação no mercado de trabalho dos indivíduos mais velhos em co-residência e proximidade residencial com os filhos (% em coluna)

		Proximidade Residencial				
		Co-reside com o filho <sup>(1)</sup> (n=415)	Proximidade por justaposição <sup>(2)</sup> (n=462)	Proximidade elevada <sup>(3)</sup> (n=626)	Proximidade média <sup>(4)</sup> (n=577)	Proximidade baixa <sup>(5)</sup> (n=327)
Reformado	n	252	284	418	420	241
	%	60,7	61,5	66,8	72,8	73,7
Trabalhador no ativo	n	81	89	73	208	39
	%	19,5	19,3	11,7	36	12
Desempregado	n	22	22	32	18	13
	%	5,3	4,8	5,1	3,1	4
Invalidez	n	7	8	11	8	0
	%	1,7	1,7	1,8	1,4	0
Doméstica	n	48	55	75	58	27
	%	11,6	11,9	12	10,1	8,3
Outra	n	5	5	15	10	7
	%	1,2	1,1	2,4	1,7	2,1

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1232 casos; <sup>(2)</sup> 1185 casos; <sup>(3)</sup> 1021 casos; <sup>(4)</sup> 1070 casos e <sup>(5)</sup> 1320 casos

0 - Número de casos inferior a 5

Este quadro traçado por estas tabelas reflecte os dois destinos mais comuns dos pais mais velhos: as redes de suporte informais (filhos) ou as redes formais de acolhimento (centros de dia, serviço de apoio domiciliário e lares de idosos). Assim que a idade aumenta e se começam a instalar as incapacidades físicas, cognitivas e psicológicas na pessoa idosa a necessidade de encontrar uma solução para o seu cuidado é fundamental. A opção pela rede informal pode ser muitas vezes a preferida e a primeira a ser implementada, no entanto, nem sempre é uma solução viável face aos compromissos profissionais e financeiros dos filhos.

Por outro lado, numa situação de grande dependência/doença o ambiente familiar não consegue dar resposta às necessidades dos mais velhos, quer por escassez de competências dos cuidadores informais ou pela exaustão que provoca o cuidar de pessoas idosas, sendo inevitável o acompanhamento por parte de profissionais e o recurso às redes formais de apoio.

Este afastamento entre filhos e pais mais velhos pode também ser entendido numa perspectiva mais negativa e problemática das relações familiares, como o caso do isolamento social ou até o abandono dos mais velhos, físico e afectivo.

Muito embora esta questão seja difícil de discutir com este tipo de dados, a verdade é que se pensarmos nas várias alterações de ordem familiar, social e económica elas podem estar na origem desta situação. Se tivermos em consideração um conjunto de factores, tais como: as transformações a nível da estrutura e composição familiar, a transformação dos papéis assumidos pelas mulheres nas sociedades contemporâneas (emancipação da mulher e a sua inclusão no mercado de trabalho, que veio contribuir para a indisponibilidade não só para a reprodução, mas também para o papel de cuidadora dos idosos), o facto de as famílias serem obrigadas (por questões económicas) a obterem residências mais pequenas e muitas vezes localizadas nos meios urbanos (por se situarem mais perto dos locais de trabalho), ao isolamento geográfico (habitações isoladas, com difíceis acessos, falta de meios de transporte de comunicação) e ainda à emigração dos mais jovens que vão à procura de melhores condições de vida deixando os mais velhos para trás, todos eles vieram em muitas situações comprometer o apoio da família aos idosos que muitas vezes ficam sós e entregues a si mesmos.

Conforme se apresenta na tabela 28 os indivíduos com 55 ou mais anos que não co-residem com os filhos (42%) e vivem em proximidade residencial elevada (18,9%) são aqueles que mais se envolvem nos cuidados aos netos e, não necessariamente aqueles que co-residem com os filhos (8%). Além disso, o facto de não co-residirem com os filhos parece não invalidar a intensidade dos cuidados que prestam, uma vez que o cuidado diário aos netos (38,8%) é substancialmente mais elevado nos não co-residentes.



**Tabela 28.** Co-residência e proximidade residencial dos avós que cuidam de netos (% em coluna)

		Intensidade do cuidado aos netos				
		Cuida de netos <sup>(1)</sup> (n=1242)	Quase diariamente <sup>(2)</sup> (n= 286)	Quase todas as semanas <sup>(3)</sup> (n= 209)	Quase todos os meses <sup>(4)</sup> (n= 75)	Com menos frequência <sup>(5)</sup> (n= 129)
<b>Co-residência</b>						
Não co-reside	n	522	111	96	39	65
	%	42	38,8	46	52	50,4
Co-residência	n	99	32	10	0	0
	%	8	11,2	4,8	0	0
<b>Proximidade residencial</b>						
Proximidade por justaposição	n	120	45	12	0	0
	%	9,7	15,7	5,7	0	0
Proximidade elevada	n	235	65	51	19	24
	%	18,9	22,7	24,4	25,3	18,6
Proximidade média	n	198	26	40	17	29
	%	15,9	9,1	19,1	22,7	22,5
Proximidade baixa	n	68	7	0	0	11
	%	5,5	2,5	0	0	8,5

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 405 casos; <sup>(2)</sup> 1361 casos; <sup>(3)</sup> 1438 casos; <sup>(4)</sup> 1572 casos; <sup>(5)</sup> 1518 casos dos quais 440 indivíduos não têm netos

0 - Número de casos inferior a 5

A não co-residência com os filhos parece não condicionar a prestação e envolvimento no cuidado aos netos, o que significa que esta é uma área onde os avós se mostram realmente disponíveis para apoiar os filhos. O facto de viver próximos geograficamente (solidariedade estrutural) parece funcionar como um elemento facilitador neste tipo de ajuda, tal como vem descrito na literatura (Fokkema et al., 2008).

Para perceber quais as variáveis relacionadas com os pais e com os filhos que melhor explicam a probabilidade das pessoas mais velhas co-residirem com os filhos foram construídos dois modelos de regressão logística binária que se apresentam nas tabelas nas tabelas 29 e 30 respectivamente.

**Tabela 29.** Modelo para as determinantes estruturais da probabilidade de co-residência com os filhos entre os indivíduos com 55 ou mais anos

Preditores do lado das características dos pais	B	Teste Wald	e <sup>B</sup>
<b>Sexo (base=Masculino)</b>			
Feminino	-,176	,971	,839
<b>Idade (base=55 a 59 anos)</b>			
60 a 64	-1,373**	28,849	,253
65 a 69	-1,301**	22,524	,272
70 a 74	-1,574**	24,053	,207
75 ou mais	-1,865**	35,887	,155
<b>Estado civil (base=Casado, a viver com cônjuge)</b>			
União de facto	-,154	,072	,857
Casado, mas não vive com cônjuge	-,404	,448	,668
Nunca casou	,258	,176	1,294
Divorciado	,138	,189	1,148
Viúvo	,722**	10,451	2,059
<b>Intervalos de rendimento (base=Intervalo1)</b>			
Intervalo 2	-,308	1,984	,735
Intervalo 3	-,448*	3,886	,639
Intervalo 4	-,397+	2,960	,672
<b>Perceção subjetiva do estado de saúde (base=Excelente)</b>			
Muito bom	,057	,011	1,059
Bom	,139	,081	1,149
Aceitável	,185	,150	1,203
Mau	,092	,034	1,096
<b>Escolaridade (base=Nenhuma)</b>			
Primária	-,395	1,948	,674
Básica	-,875*	4,581	,417
Secundária	-1,107*	5,040	,331
Profissional	-,235	,065	,791
Licenciatura	-,683*	4,621	,505
Pós-graduação	-1,614+	3,574	,199
<b>Estatuto no mercado de trabalho (base=Reformado)</b>			
Trabalhador no ativo	-,238	,744	,788
Desempregado	-,661	2,422	,516
Invalidez	-,101	,023	,904
Doméstica	,061	,047	1,063
Constante no modelo = 0,827 $\chi^2$ de Hosmer e Lemeshow = 5,716 (gl=8) e p=0,679.			
Modelo ajustado apenas para a subamostra que declara ter pelo menos 1 filho e com dados válidos para os preditores (n=918).			
Significância: ** a 1%   * a 5%   + a 10%			

A variável idade dos pais explica claramente a probabilidade de um indivíduo com 55 ou mais anos declarar co-residir com os filhos, assim como a escolaridade, rendimento e o estado civil embora estas últimas variáveis de forma mais ténue.

Os pais dos grupos etários com 60 ou mais anos de idade co-residem menos do que aqueles que tem idades entre 55 a 59 anos. O que estará em causa nesta explicação é o destino de acolhimento destas pessoas mais velhas. Numa idade mais avançada, a

família vê-se confrontada com as limitações decorrentes da idade e a doença, sendo obrigada a encontrar uma resposta externa capaz de acompanhar o seu familiar mais velho. A institucionalização, ou seja, a saída do seu lar, junto ou não dos filhos adultos, pode ser uma opção inevitável, quer por motivos relacionados com a saúde, mas também por motivos financeiros, de indisponibilidade de tempo para o cuidar ou mesmo por falta de preparação para lidar com essa situação.

Relativamente ao estado civil, os pais viúvos têm mais probabilidade de co-residir com os filhos relativamente aos pais casados, a viver com cônjuge. A viuvez é caracterizada pela perda do companheiro de uma vida e como tal, é uma situação peculiar, inesperada, que provoca modificações na vida das pessoas, em particular das pessoas mais velhas. A vivência desta transição, de todo um conjunto de sentimentos negativos, que muitas vezes envolve a depressão e a solidão, e deste novo papel social obriga ao estabelecimento de novos arranjos familiares onde se pode incluir a co-residência com os filhos.

Os indivíduos com 55 ou mais anos com nível de escolaridade mais elevado e melhores rendimentos tendem a co-residem menos com os filhos dos que os pais sem escolaridade. A explicação deste resultado reside numa lógica de reprodução do estatuto social da família e de investimento. Melhor educação e rendimento dos pais traduzem-se, quase sempre, numa trajectória de vida com melhores condições para os filhos, particularmente ao nível educacional e de emprego, o que os afasta na maior parte das vezes da residência dos pais para estudar e alcançar empregos mais competitivos. Este resultado harmoniza-se inteiramente com os resultados encontrados para as características dos filhos, no que se refere à escolaridade e situação profissional, que seguidamente se apresenta no modelo que consta na tabela 30. Por conseguinte, os filhos com níveis mais altos de escolaridade co-residem menos com os seus pais que os sem escolaridade. Já nos filhos com situações mais precárias de trabalho ou com trabalho doméstico aumenta a probabilidade de co-residirem com os pais relativamente àqueles com emprego a tempo inteiro.

Quando se atende às características dos filhos percebe-se ainda que o estado civil também tem significâncias claras para a co-residência com os pais. Os filhos solteiros e divorciados mostram maior probabilidade de co-residirem com os seus pais do que os casados, a viver com cônjuge. A justificação desta evidência reside no retardamento dos filhos na saída da casa dos pais e, no regresso, depois da saída por eventos de vida adversos.

**Tabela 30.** Modelo para as determinantes estruturais da probabilidade de co-residência com os filhos entre os indivíduos com 55 ou mais anos

Preditores do lado das características dos filhos	B	Teste Wald	e <sup>B</sup>
Escolaridade do filho co-residente (base=nenhuma)			
Primária	-1,302	2,525	,272
Básica	-1,624+	3,815	,197
Secundária	-2,151**	6,728	,116
Profissional	-3,849*	5,421	,021
Licenciatura	-2,179**	7,264	,113
Pós-graduação	-3,467**	12,389	,031
Ainda estuda	-1,922	1,963	,146
Situação do filho co-residente no trabalho (base=empregado a tempo inteiro)			
Trabalhador em <i>part-time</i>	-,273	,228	,761
Trabalhador por conta própria	,441	1,400	1,554
Desempregado	,581+	3,357	1,788
A fazer formação profissional	1,522*	6,567	4,582
Reformado ou em pré-reforma	1,055*	3,902	2,871
Incapacitado para o trabalho	,828	1,069	2,290
Doméstica ou a cuidar de familiares	1,627**	7,901	5,087
Idade do filho co-residente (base=menos de 25 anos)			
25 a 35 anos	-,512	1,455	,599
35 a 45 anos	-,686	2,468	,503
45 a 55 anos	-,835	2,936	,434
55 ou mais anos	-,487	,669	,614
Estado civil do filho co-residente (base = casado, a viver com cônjuge)			
União de facto	-1,371+	3,354	,254
Casado, mas vive separado do cônjuge	-,112	,018	,894
Solteiro/nunca casou	2,688**	115,152	14,708
Divorciado	1,023**	9,772	2,782
Viúvo	-,270	,055	,764
Número de netos do idoso (base=não tem netos)			
1 neto	,001	,000	1,001
2/3 netos	-,014	,003	,986
4/5 netos	-,371	,907	,690
6 + netos	,354	,915	1,425
Constante no modelo = 0,272 $\chi^2$ de Hosmer e Lemeshow = 4,924 (gl=8) e p=0,766.			
Modelo ajustado apenas para a subamostra que declara ter pelo menos 1 filho e com dados válidos para os preditores (n=921).			
Significância: ** a 1%    * a 5%    + a 10%			

### 1.3.4. O sentido da vida a dois na velhice e as angústias da viuvez

Ao longo do ciclo vital, a trajetória mais comum da vida familiar tem início com uma vida a dois e, após a morte de um dos cônjuges, passa para a viuvez e naturalmente para uma vida a sós (Aboim, 2003). Este quadro de vida solitário nas pessoas com mais de 65 anos tem vindo acentuar-se na sociedade portuguesa, como aliás já referimos anteriormente, muitas vezes perdura até à morte, mas também não é o único possível, pode haver lugar a uma situação de reconfiguração familiar, como a coabitação com outro parente (e.g. filhos), pontual ou permanente.

A biografia da família em termos de casamentos e uniões não matrimoniais exerce uma forte influência sobre as relações intergeracionais. De uma maneira geral, os indivíduos que contam com vários casamentos e uniões coabitantes têm níveis consistentemente mais baixos de solidariedade em relação aos que têm um casamento (Shapiro, 2012). Além disso, a viuvez dos pais aparece com um evento influenciador das relações intergeracionais na díade pais-filhos (Ha & Ingersoll-Dayton, 2008; Ha et al., 2006).

Os nossos resultados indicam-nos, conforme se pode observar na tabela 31, que são precisamente os indivíduos com 55 ou mais anos, casados a viver com cônjuge (77,7%) os que mais cuidam de netos e com maior intensidade, 87,4% diariamente. De realçar também o cuidado aos netos (14,8%) e o envolvimento diário (12,6%) por parte dos viúvos.

**Tabela 31.** Estado civil dos avós envolvidos no cuidado aos netos (% em coluna)

		Intensidade do cuidado aos netos				
		Cuida de netos <sup>(1)</sup> (n=296)	Quase diariamente <sup>(2)</sup> (n= 135)	Quase todas as semanas <sup>(3)</sup> (n= 106)	Quase todos os meses <sup>(4)</sup> (n= 41)	Com menos frequência <sup>(5)</sup> (n= 62)
Casado, a viver com cônjuge	n	230	118	87	33	45
	%	77,7	87,4	82,1	80,5	72,5
Casado, a viver separado do cônjuge	n	7	0	0	0	0
	%	2,3				
Divorciado	n	15	0	7	0	7
	%	5,1		6,6		11,3
Viúvo	n	44	17	12	8	10
	%	14,8	12,6	11,3	19,5	16,1

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1351 casos; <sup>(2)</sup> 1512 casos;

<sup>(3)</sup> 1541 casos; <sup>(4)</sup> 1606 casos e <sup>(5)</sup> 1585 casos, dos quais 440 indivíduos não têm netos

0 - Número de casos inferior a 5

Aprender a lidar com a perda do cônjuge ou outro familiar significativo e até com a perspectiva da sua própria morte constitui uma das tarefas da última fase do ciclo vital (Sousa et al., 2012).

Em qualquer fase da vida, a perda do companheiro é um evento quase sempre inesperado que causa sofrimento e têm implicações a vários níveis no cônjuge sobrevivente, que serão mais ou menos graves em função dos laços afectivos que os unem, da trajectória de vida em comum e das características individuais.

A transição e a adaptação à nova situação emocional e a capacidade de enfrentamento pode ser complexa e torna-se necessário encontrar estratégias para lidar com este acontecimento de vida imprevisível. Normalmente o apoio familiar é fundamental, não só na diminuição do impacto da morte e do vazio que fica, como também como refúgio para a manutenção da vida e um estímulo á reconfiguração da vida social e ao equilíbrio emocional e afectivo. O cuidado aos netos pode constituir uma das formas de enfrentamento da nova condição de vida e funcionar como uma estratégia ou até protecção do isolamento social e da solidão dos mais velhos.

A viuvez parece estar associada a uma diminuição da ambivalência no sentido dos filhos adultos em virtude do apoio que os filhos fornecem aos seus pais, partilhando e apoiando o seu sentimento de perda e dor (Ha & Ingersoll-Dayton, 2008) o que se coaduna com os nossos resultados. Por outro lado, parecem contestar as evidências encontradas no que respeita a um sentimento mais fraco de obrigação/responsabilidade parental para com os seus filhos e netos (Fokkema et al., 2008).

No nosso país, apesar de a conjugalidade ser um fenómeno em declínio continua a ser a forma mais predominante de composição familiar, nomeadamente com filhos, daí que estes resultados seriam em grande parte espectáveis.

O viver sozinho nem sempre é desejado ou escolhido entre os mais velhos ao contrário do que acontece na maior parte dos casos entre os mais jovens, onde a independência habitacional é voluntária e ansiada.

Como podemos observar na tabela 32 a incidência da co-residência e proximidade residencial, designadamente a proximidade elevada com os filhos entre os indivíduos com 55 ou mais anos é mais comum nos pais casados a viver com cônjuge (66% e 67,8% respectivamente), embora também seja significativa entre os viúvos (23,2% e 22,3% respectivamente).

**Tabela 32.** Estado civil dos indivíduos em co-residência e proximidade residencial com os filhos (% em coluna)

		Proximidade Residencial				
		Co-reside com filho <sup>(1)</sup> (n=414)	Proximidade por justaposição <sup>(2)</sup> (n=462)	Proximidade elevada <sup>(3)</sup> (n=624)	Proximidade média <sup>(4)</sup> (n=577)	Proximidade baixa <sup>(5)</sup> (n=328)
Casado, a viver com cônjuge	n	273	309	423	375	212
	%	66	66,9	67,8	65	64,6
União de facto	n	5	5	18	10	0
	%	1,2	1,1	2,9	1,7	
Casado, mas não vive com cônjuge	n	8	9	13	11	8
	%	1,9	1,9	2,1	1,9	2,4
Nunca casou	n	9	9	0	7	7
	%	2,2	1,9		1,2	2,1
Divorciado	n	23	26	31	46	23
	%	5,6	5,6	4,9	8	7
Viúvo	n	96	104	139	128	78
	%	23,2	22,5	22,3	22,2	23,8

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1233 casos; <sup>(2)</sup> 1185 casos; <sup>(3)</sup> 1023 casos; <sup>(4)</sup> 1070 casos e <sup>(5)</sup> 1319 casos

0 - Número de casos inferior a 5

A mesma tendência assinala-se na tabela 33 quando nos centramos nas transferências financeiras. São os indivíduos casados a viver com cônjuge e os viúvos os que mais dão (66,8% e 19,1% respectivamente) e recebem (72,2% e 27,8% respectivamente) apoio monetário.

**Tabela 33.** Estado civil dos indivíduos que se envolvem em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna)

		Já ofereceu <sup>(1)</sup> (n=199)	Já recebeu <sup>(2)</sup> (n=36)
Casado, a viver com cônjuge	n	133	26
	%	66,8	72,2
União de facto	n	5	0
	%	2,5	0
Nunca casou	n	8	0
	%	4	0
Divorciado	n	15	0
	%	7,5	0
Viúvo	n	38	10
	%	19,1	27,8

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1448 casos; <sup>(2)</sup> 1611 casos

0 - Número de casos inferior a 5

Esta tendência nos pais mais velhos casados colide com a descrição de alguma literatura que os indica como sendo os menos propensos a transferir dinheiro para os filhos (Gerstel & Sarkisian, 2007; Kim et al., 2012).

O que pode explicar esta tendência nos nossos participantes é a questão da estabilidade financeira das pessoas mais velhas, que em algumas situações, encontra-se expressivamente em melhores condições de vida financeira do que os filhos, especialmente aqueles que ao longo de uma vida a dois conseguiram construir um património robusto, ou que eventualmente, já o detinham fruto do capital das gerações anteriores.

De outra forma, os nossos resultados estão em linha com a literatura quando o enfoque é a viuvez, na medida em que parece existir maior inclinação para transferir dinheiro para os filhos adultos (Sheng & Killian, 2009). Esta propensão poderá ser motivada pela reciprocidade, onde os pais viúvos oferecem dinheiro aos filhos como forma de gratidão/pagamento pelo apoio recebido dos filhos nesta nova fase da sua vida.

#### ***1.3.5. Saúde dos mais velhos, uma manta de muitos retalhos***

A questão da saúde dos mais velhos tem sido discutida na literatura como uma variável determinante nas transferências intergeracionais. Os pais mais velhos com problemas de saúde têm menor propensão a transferir tempo para os filhos (Gerstel & Sarkisian, 2007; Kim et al., 2012), tendem sobretudo a ser os destinatários da ajuda dos filhos (Fokkema et al., 2008; Katz et al., 2003). Além disso, demonstram um sentimento significativamente mais fraco do dever de cuidar, comparativamente com os seus homólogos saudáveis (Fokkema et al., 2008).

As questões da saúde parecem não impedir os mais velhos de apoiar os filhos. Mesmo com possíveis limitações nas actividades de vida diária os indivíduos com 55 ou mais anos são muitas vezes responsáveis pelos cuidados aos netos (53,2%) e, de forma intensa, cerca de 50,7% fazem-no diariamente como nos mostra a tabela 34.



**Tabela 34.** O estado de saúde dos indivíduos envolvidos no cuidado aos netos (% em coluna)

		Intensidade do cuidado aos netos				
		Cuida de netos <sup>(1)</sup> (n=301)	Quase diariamente <sup>(2)</sup> (n=144)	Quase todas as semanas <sup>(3)</sup> (n= 108)	Quase todos os meses <sup>(4)</sup> (n=42)	Com menos frequência <sup>(5)</sup> (n=67)
Sem limitações	n	141	71	53	20	32
	%	46,8	49,3	49,1	47,6	47,8
Com limitações	n	160	73	55	22	35
	%	53,2	50,7	50,9	52,4	52,2

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1346 casos; <sup>(2)</sup> 1503 casos; <sup>(3)</sup> 1539 casos; <sup>(4)</sup> 1605 casos e <sup>(5)</sup> 1580 casos, dos quais 440 indivíduos não têm netos.

δ - Número de casos inferior a 5.

Os mais dedicados (46,7%) ao cuidado aos netos e envolvidos (49%) são aqueles que referem uma condição de saúde aceitável como indica tabela 35.

**Tabela 35.** A percepção subjectiva do estado de saúde dos avós que se envolvem no cuidado aos netos (% em coluna)

		Intensidade do cuidado aos netos				
		Cuida de netos <sup>(1)</sup> (n=297)	Quase diariamente <sup>(2)</sup> (n= 143)	Quase todas as semanas <sup>(3)</sup> (n= 108)	Quase todos os meses <sup>(4)</sup> (n= 37)	Com menos frequência <sup>(5)</sup> (n= 64)
Muito bom	n	24	12	13	6	δ
	%	8,1	8,4	12	16,2	
Bom	n	85	38	32	15	23
	%	28,6	26,6	29,6	40,5	35,9
Aceitável	n	138	70	49	16	28
	%	46,7	49	45,4	43,2	43,8
Mau	n	50	23	14	δ	13
	%	13,8	16,1	13		20,3

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1350 casos; <sup>(2)</sup> 1504 casos; <sup>(3)</sup> 1539 casos; <sup>(4)</sup> 1610 casos e <sup>(5)</sup> 1583 casos, dos quais 440 indivíduos não têm netos.

δ - Número de casos inferior a 5.

De facto, os avós parecem beneficiar da convivência com os netos, estar perto e cuidar dos netos têm efeitos positivos sobre o comportamento de saúde e na sua saúde (Di Gessa et al., 2015; Hughes et al., 2007). O cuidado aos netos parece não produzir necessariamente efeitos negativos ao nível da saúde mental e física dos avós (Hughes et al., 2007) e inclusivamente, existem evidências de que podem até estar associados ao bem-estar psicológico dos avós (Muller & Litwin, 2011).

Os comprometimentos de saúde encontrados entre os avós cuidadores parecem não ser consequência da prestação de cuidados, derivam sobretudo das características individuais anteriores dos avós, contextos normativos e estruturais, bem como da forma e

intensidade da prática de cuidados (Bowers & Myers, 1999; Chen & Liu, 2012; Hughes et al., 2007; Silverstein et al., 2006).

Os resultados encontrados não subscrevem inteiramente a literatura. Se por um lado, faz sentido que avós com condições de saúde mais equilibradas estejam num contexto mais favorável para investir no cuidado aos netos, por outro desviam-se quando a matéria são as limitações de actividades da vida diária, o que pode revelar o esforço acrescido desenvolvido pelos mais velhos no apoio aos seus filhos.

A relação entre co-residência e a saúde dos mais velhos tem sido bastante desenvolvida apesar dos resultados não serem consistentes na literatura.

A incidência da co-residência (46%) e a proximidade residencial dos indivíduos com 55 ou mais anos com os filhos é mais frequente nos pais com saúde aceitável (proximidade por justaposição 52,3%, elevada 43,1%, média 44,2% e baixa 41,2%), tal como demonstrado na tabela 36. Além disso, também não se evidencia uma discrepância assinalável ao nível das limitações nas actividades de vida diária, embora se note uma ligeira tendência para aqueles que vivem com limitações viverem em proximidade residencial com os filhos, conforme se observa na tabela 37.

**Tabela 36.** A percepção subjectiva do estado de saúde dos avós em co-residência e proximidade residencial com os filhos (% em coluna)

		Proximidade Residencial				
		Co-reside com o filho <sup>(1)</sup> (n=400)	Proximidade por justaposição <sup>(2)</sup> (n=400)	Proximidade elevada <sup>(3)</sup> (n=626)	Proximidade média <sup>(4)</sup> (n=577)	Proximidade baixa <sup>(5)</sup> (n=330)
Excelente	n	11	11	18	23	13
	%	2,7	2,7	2,9	4	3,9
Muito bom	n	30	32	43	45	19
	%	7,5	8	6,9	7,8	5,8
Bom	n	104	113	152	124	83
	%	26	28,3	24,3	21,5	25,2
Aceitável	n	184	209	270	255	136
	%	46	52,3	43,1	44,2	41,2
Mau	n	85	35	143	130	79
	%	21,3	8,8	22,8	22,5	23,9

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1247 casos; <sup>(2)</sup> 1247 casos; <sup>(3)</sup> 1021 casos; <sup>(4)</sup> 1070 casos e <sup>(5)</sup> 1317 casos.

**Tabela 37.** Estado de saúde dos indivíduos em co-residência e proximidade residencial com os filhos (% em coluna)

		Proximidade Residencial				
		Co-reside com o filho <sup>(1)</sup> (n=383)	Proximidade por justaposição <sup>(2)</sup> (n=462)	Proximidade elevada <sup>(3)</sup> (n=626)	Proximidade média <sup>(4)</sup> (n=577)	Proximidade baixa <sup>(5)</sup> (n=320)
Sem limitações	n	203	222	286	267	142
	%	53	55,5	45,7	46,3	44,4
Com limitações	n	180	240	340	310	178
	%	47	44,5	54,3	53,7	55,6

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1264 casos; <sup>(2)</sup> 1185 casos; <sup>(3)</sup> 1023 casos; <sup>(4)</sup> 1070 casos e <sup>(5)</sup> 1327 casos.

Esta menor distância geográfica para com os filhos em pais com limitações nas actividades da vida diária explica-se pelo familismo ascendente, em virtude de uma possível necessidade de assistência por parte dos pais. Já o facto de pais mais velhos, com melhores condições de saúde, apresentarem maior tendência para a co-residência poderá estar relacionada com o familismo descendente (Dykstra & Fokkema, 2011).

No que se refere à relação entre as transferências monetárias e as condições de saúde a propensão anterior mantém-se. Os recebimentos (40,1%) e as ofertas (31,7%) financeiras são mais evidentes nos pais com saúde aceitável, não variando significativamente quanto às limitações nas actividades de vida diária conforme se pode observar na tabela 38.

**Tabela 38.** Estado de saúde dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna)

		Já ofereceu <sup>(1)</sup> (n=202)	Já recebeu <sup>(2)</sup> (n=41)
<b>Percepção subjetiva do estado de saúde</b>			
Excelente	n	8	0
	%	4	
Muito bom	n	21	5
	%	10,4	12,2
Bom	n	62	13
	%	30,7	31,7
Aceitável	n	81	13
	%	40,1	31,7
Mau	n	30	10
	%	14,9	24,4
<b>Limitações nas actividades da vida diária</b>			
Sem limitações	n	111	22
	%	55	52,4
Com limitações	n	91	20
	%	45	47,6

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1445 casos; <sup>(2)</sup> 1606 casos.

0 - Número de casos inferior a 5.

Os pais mais velhos com problemas de saúde são menos propensos a transferir dinheiro para os filhos (Gerstel & Sarkisian, 2007; Kim et al., 2012) e mais susceptíveis a recebimentos líquidos (Litwin et al., 2008). Ora, os dados encontrados na nossa população não corroboram inteiramente a literatura, se efectivamente uma saúde aceitável a boa e menores limitações físicas são indício de ofertas monetárias, a tendência encontrada nos recebimentos não é assim tão sólida.

Será expectável que pais com maior debilidade em termos da saúde a necessitar de cuidados de cuidados de saúde, mais dependentes nas actividades de vida diárias e possivelmente com gastos acrescidos em medicação, consultas e tratamento médicos tenham menos dinheiro disponível para oferecer aos descendentes. O facto de nos recebimentos existir um diferencial residual entre os que tem saúde aceitável e mau estado de saúde bem como, os que não tem limitações e os que têm poderá explicar-se numa lógica de responsabilidade filial e numa óptica de apoio às necessidades dos mais velhos.

#### **1.3.6. O papel determinante da escolaridade e do nível socioeconómico dos pais na construção da trajectória de vida dos seus filhos**

Desde de sempre o berço familiar onde se nasce exerce influência no percurso de vida dos indivíduos. O *status* sociocultural e económico da família, reproduzido, especialmente, pelos níveis de educação e qualificação profissional dos pais, é determinante na construção e no planeamento da vida dos filhos.

Aqueles com raízes educacionais elevadas geralmente desenvolvem trajectórias semelhantes ou superiores aos seus pais, menos comum, mas que também acontece, são os indivíduos com origens menos escolarizadas apresentarem desempenhos educacionais elevados. Geralmente, educação elevada dos pais também significa melhores rendimentos e uma maior possibilidade de investimento nos filhos ao nível educacional o que pode ser determinante na sua trajectória de vida, e traduzir-se num nível profissional mais qualificado e no mais fácil acesso ao mercado laboral. Além disso, poderá reflectir-se na perpetuidade ou reprodução do estatuto social da família e das desigualdades sociais.

Anália Torres e os seus Colegas num estudo intitulado *“Reproduzir ou contrariar o destino social? Estudo longitudinal de uma geração nascida nos anos 90 do século XX em Portugal”*, analisa pormenorizadamente de que forma a origem social e o nível de escolaridade atingido pelos pais e mães, afetam a escolaridade atingida e os percursos

de mobilidade educacional e social dos jovens. Uma das principais conclusões deste estudo apontam para o facto de os rendimentos do agregado familiar condicionarem de forma expressiva a escolaridade dos jovens e o percurso escolar e profissional. Ademais, constatou-se uma forte reprodução social e educacional, onde jovens com elevados níveis de escolaridade têm mães e pais com elevados níveis de escolaridade, profissões mais qualificadas e rendimentos mais altos (Torres et al., 2014, 2015).

A literatura tem mostrado que os pais com melhores rendimentos são mais propensos ao exercício de transferências de tempo e dinheiro, e que são as filhas as grandes beneficiárias comparativamente aos filhos, (Nordblom & Ohlsson, 2011). Além disso, pais com mais rendimentos e com um nível mais elevado de educação são também mais propensos a transferir apoio financeiro para a outra geração (Berry, 2008; Bonsang, 2007; Kim, et al., 2012; Kohli, 2004; Fokkema et al., 2008) e a probabilidade de apoio financeiro de pais para os filhos parece aumentar se os filhos detiverem um grau elevado de educação (Fokkema et al., 2008). No que se refere aos cuidados aos netos prestados pelos avós (Glaser & Gessa, 2012; Glaser et al., 2013) os provedores de cuidados infantis são também aqueles que detêm um nível de escolaridade mais elevado.

No entanto, os resultados encontrados nos nossos participantes mostram que os avós com níveis de escolaridade mais baixos envolvem-se mais nos cuidados aos netos (50,9%) e com maior intensidade, diariamente (58,8%) ou quase todas as semanas (53,9%). Ainda assim, os segundos maiores cuidadores são de facto os avós com níveis mais elevados como os licenciados (25,6%) de acordo com a tabela 39.

**Tabela 39.** A escolaridade dos avós envolvidos no cuidado aos netos (% em coluna)

		Intensidade do cuidado aos netos				
		Cuida de netos <sup>(1)</sup> (n=293)	Quase diariamente <sup>(2)</sup> (n= 136)	Quase todas as semanas <sup>(3)</sup> (n= 102)	Quase todos os meses <sup>(4)</sup> (n= 37)	Com menos frequência <sup>(5)</sup> (n= 64)
Nenhuma	n	17	11	0	0	0
	%	5,8	8,1	0	0	0
Primária	n	149	80	55	15	23
	%	50,9	58,8	53,9	40,5	35,9
Escolaridade primária	n	30	10	10	5	10
	%	10,2	7,4	9,8	13,5	15,6
Escolaridade básica	n	22	11	5	0	7
	%	7,5	8,1	4,9	0	10,9
Escolaridade secundária	n	0	7	15	7	7
	%	0	5,1	14,7	18,9	10,9
Licenciatura	n	75	12	17	10	17
	%	25,6	8,8	16,7	27	26,6
Pós-graduação	n	0	5	0	0	0
	%	0	3,7	0	0	0

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1354 casos; <sup>(2)</sup> 1511 casos; <sup>(3)</sup> 1545 casos; <sup>(4)</sup> 1610 casos e <sup>(5)</sup> 1583 casos, dos quais 440 indivíduos não têm netos.

0 - Número de casos inferior a 5.

A tabela 40 demonstra também que são os indivíduos com 55 ou mais anos com melhores rendimentos que mais cuidam de netos (27,9%). Porém, nota-se que não são necessariamente os que cuidam de forma mais intensa, uma vez que os valores para os vários intervalos são próximos. Nota-se até um ligeira tendência para os avós com rendimentos menos generosos cuidarem diariamente dos seus netos (31,9%) e, aqueles com rendimentos mais altos cuidarem com menos frequência (43,3%).

A tabela 41 indica que são claramente os avós em risco de pobreza os mais fortes (81,4%) e mais intensos cuidadores de netos independentemente da frequência com que acontece.

**Tabela 40.** O rendimento mensal dos avós envolvidos no cuidado aos netos (% em coluna)

		<b>Intensidade do cuidado aos netos</b>				
		<b>Cuida de netos<sup>(1)</sup></b>	<b>Quase diariamente<sup>(2)</sup></b>	<b>Quase todas as semanas<sup>(3)</sup></b>	<b>Quase todos os meses<sup>(4)</sup></b>	<b>Com menos frequência<sup>(5)</sup></b>
		(n=301)	(n= 138)	(n= 108)	(n= 42)	(n= 67)
Intervalo 1	n	60	30	22	7	9
	%	19,9	21,7	20,4	16,7	13,4
Intervalo 2	n	76	44	22	7	19
	%	25,3	31,9	20,4	16,7	28,4
Intervalo 3	n	81	32	29	17	10
	%	26,9	23,2	26,8	40,4	14,9
Intervalo 4	n	84	32	35	11	29
	%	27,9	23,2	32,4	26,2	43,3

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1346 casos; <sup>(2)</sup> 1509 casos; <sup>(3)</sup> 1539 casos; <sup>(4)</sup> 1605 casos e <sup>(5)</sup> 1580 casos, dos quais 440 indivíduos não têm netos.

**Tabela 41.** Risco de pobreza dos indivíduos envolvidos no cuidado aos netos (% em coluna)

		<b>Intensidade do cuidado aos netos</b>				
		<b>Cuida de netos<sup>(1)</sup></b>	<b>Quase diariamente<sup>(2)</sup></b>	<b>Quase todas as semanas<sup>(3)</sup></b>	<b>Quase todos os meses<sup>(4)</sup></b>	<b>Com menos frequência<sup>(5)</sup></b>
		(n=301)	(n= 144)	(n= 108)	(n= 42)	(n= 67)
Com risco	n	245	117	87	35	58
	%	81,4	81,3	80,6	83,3	86,6
Sem risco	n	56	27	21	7	9
	%	18,6	18,7	19,4	16,7	13,4

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1346 casos; <sup>(2)</sup> 1503 casos; <sup>(3)</sup> 1539 casos; <sup>(4)</sup> 1605 casos e <sup>(5)</sup> 1580 casos, dos quais 440 indivíduos não têm netos.

Quando se foca as transferências monetárias e de acordo com os resultados encontrados nas tabelas 42 e 43 respectivamente, os indivíduos com 55 ou mais anos com melhores níveis de escolaridade, nomeadamente os licenciados, oferecem (36,6%) e recebem (52,9%) mais dinheiro dos filhos e há medida que os rendimentos dos mais velhos aumentam são mais intensas as trocas de dinheiro, maiores rendimentos mensais correspondem a dar (40,1%) e receber (31%) mais dinheiro.

Curiosamente aqueles que se encontram na linha da pobreza são também os que mais dão (93,1%) e recebem (81%) dinheiro.

**Tabela 42.** Escolaridade dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna)

		Já ofereceu <sup>(1)</sup> (n=194)	Já recebeu <sup>(2)</sup> (n=34)
Nenhuma	n	6	0
	%	3,1	
Escolaridade primária	n	68	11
	%	35,1	32,4
Escolaridade básica	n	25	5
	%	12,8	14,7
Escolaridade secundária	n	18	0
	%	9,3	
Licenciatura	n	71	18
	%	36,6	52,9
Pós-graduação	n	6	0
	%	3,1	

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1453 casos; <sup>(2)</sup> 1613 casos

0 - Número de casos inferior a 5

**Tabela 43.** Rendimento mensal e risco de pobreza dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna)

		Ofereceu <sup>(1)</sup> (n=202)	Recebeu <sup>(2)</sup> (n=42)
<b>Rendimento Mensal</b>			
Intervalo1	n	16	8
	%	7,9	19
Intervalo 2	n	30	11
	%	14,9	26,2
Intervalo 3	n	75	10
	%	37,1	23,8
Intervalo 4	n	81	13
	%	40,1	31
<b>Risco de Pobreza</b>			
Com risco	n	188	34
	%	93,1	81
Sem risco	n	14	8
	%	6,9	19

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1445 casos; <sup>(2)</sup> 1606 casos

Quando nos centramos nas características dos filhos verificamos que os filhos receptores e dadores dos géneros monetários são também os licenciados (56,7% e 58,9% respectivamente) e os filhos empregados a tempo inteiro que mais recebem dinheiro (73,6%) e mais oferecem (72,5%) conforme indica a tabela 44 e 45 respectivamente.



**Tabela 44.** Escolaridade dos filhos dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna)

		Ofereceu <sup>(1)</sup> (n=330)	Recebeu <sup>(2)</sup> (n=73)
Escolaridade primária	n	26	6
	%	7,9	8,2
Escolaridade básica	n	36	10
	%	10,9	13,7
Escolaridade secundária	n	45	14
	%	13,6	19,2
Profissional	n	6	0
	%	1,8	0
Licenciatura	n	187	43
	%	56,7	58,9
Pós-graduação	n	30	0
	%	9,1	0

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1317 casos; <sup>(2)</sup> 1574 casos.

0 - Número de casos inferior a 5.

**Tabela 45.** Situação no mercado de trabalho dos filhos dos indivíduos envolvidos em transferências financeiras (dar e receber 250 ou mais euros) (% em coluna)

		Ofereceu <sup>(1)</sup> (n=324)	Recebeu <sup>(2)</sup> (n=72)
Trabalhador a tempo inteiro	n	235	53
	%	72,5	73,6
Trabalhador em <i>part-time</i>	n	9	0
	%	2,8	0
Trabalhador por conta própria	n	26	10
	%	8	13,9
Desempregado	n	28	0
	%	8,7	0
A fazer formação profissional	n	17	9
	%	5,2	12,5
Reformado ou em pré-reforma	n	9	0
	%	2,8	0

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1323 casos; <sup>(2)</sup> 1575 casos.

0 - Número de casos inferior a 5.

De modo a perceber qual o impacto de um conjunto de variáveis relacionadas com os pais na probabilidade de ocorrer transferência financeira em que os indivíduos com 55 ou mais anos são os dadores, declarando oferecer presentes ou dinheiro no valor de 250 ou mais euros aos seus filhos no último ano, foi realizada uma análise multivariada, apresentando-se na tabela 46 o modelo de regressão logística binária encontrado.

Observa-se que a escolaridade e o rendimento mensal tem uma significância forte sobre a dívida destes presentes por parte dos pais.

**Tabela 46.** Modelo das determinantes estruturais da probabilidade de ocorrer transferência financeira em que os indivíduos com 55 ou mais anos são os dadores

	B	Wald	Exp(B)
<b>Sexo (base=masculino)</b>			
Feminino	,294	2,310	1,342
<b>Idade (base=55 a 59 anos)</b>			
60 a 64	,340	1,466	1,405
65 a 69	,278	,806	1,321
70 a 74	-,045	,015	,956
75 ou mais	-,167	,233	,846
<b>Estado civil (base=Casado, a viver com cônjuge)</b>			
União de facto	,381	,436	1,464
Casado, mas não vive com cônjuge	-,776	1,364	,460
Nunca casou	-,280	,419	,756
Divorciado	,195	,314	1,215
Viúvo	,166	,409	1,180
<b>Intervalos de rendimento (base= Intervalo 1)</b>			
Intervalo 2	,816*	5,855	2,261
Intervalo 3	1,649**	27,758	5,203
Intervalo 4	1,635**	27,310	5,129
<b>Perceção subjetiva do estado de saúde (base= Excelente)</b>			
Muito bom	,304	,314	1,355
Bom	,120	,059	1,128
Aceitável	-,037	,006	,964
Mau	,053	,010	1,054
<b>Escolaridade (base=Nenhuma)</b>			
Primária	,521	1,246	1,684
Básica	1,170*	5,134	3,222
Secundária	1,354*	5,939	3,874
Profissional	1,925*	4,509	6,853
Licenciatura	1,010*	4,442	2,745
Pós-graduação	2,159**	9,658	8,662
<b>Estatuto no mercado de trabalho (base=Reformado)</b>			
Trabalhador no ativo	-,304	1,016	,738
Desempregado	-,290	,410	,748
Invalidez	-1,023	,899	,360
Doméstica	-,410	1,185	,664
Constante no modelo = - 3,675 $\chi^2$ de Hosmer e Lemeshow = 8,267 (gl=8) e p=0,408.			
Modelo ajustado apenas para a subamostra que declara ter pelo menos 1 filho e com dados válidos para os preditores (n=1025).			
Significância: ** a 1% * a 5% + a 10%			

Assim, maiores rendimentos e um nível mais elevado de educação dos pais explicam a maior probabilidade de transferir estes bens para os filhos, nomeadamente aqueles pais com rendimentos entre os 1000 e os 1500 euros mensais face aos que têm rendimentos inferiores a 500 euros e que não possuem nível de escolaridade. De facto,

confirma-se um forte poder explicativo destas variáveis nas transferências intergeracionais financeiras que tem sido descrito numa vasta literatura.

A escolaridade, o rendimento familiar e o risco de pobreza são variáveis que podem efectivamente ser determinantes e motivar a diferenciação em termos de solidariedade intergeracional entre pais e filhos.

Com efeito, no plano da materialização das transferências intergeracionais, é de presumir que a geração mais velha que oferece apoio económico seja aquela que, apesar das dificuldades económicas, mantém uma posição económica que lhes permite dispor de uma parte do seu rendimento para ajudar os seus descendentes. A dimensão material pode ser muito importante nas classes média e média-alta no sentido da sucessão de um determinado modo de vida.

Uma tendência dos pais com mais rendimentos para cuidar de netos pode significar um sentimento altruísta, de prazer, de índole afectiva/relacional e maior disponibilidade por parte dos mais velhos.

Por outro lado, o quadro de pais em risco de pobreza e com menor escolaridade enquanto cuidadores privilegiados de netos, pode expressar a prática de solidariedade intergeracional enquanto almofada de segurança para os filhos e que lhes permitem preservar as necessidades essenciais e básicas da família.

No que respeita à probabilidade de co-residência esta aumenta francamente com a diminuição de recursos económicos do protagonista da transferência (pai ou filho) (Albertini & Kohli, 2012) e diminui com os altos níveis de educação dos pais (Albertini & Kohli, 2012; Tomassini et al., 2004, Tomassini & Wolf, 2000). Níveis mais baixos de educação e rendimento dos pais favorecem mais contacto com os filhos e maior proximidade geográfica (Fokkema et al., 2008).

É exactamente neste sentido que vão os nossos resultados, entre os indivíduos com 55 ou mais anos, são os pais com níveis de escolaridade mais baixos, com escolaridade primária que apresentam maiores taxas de co-residência (53,3%) e proximidade residencial com os seus filhos, 53,5% a viverem em proximidade por justaposição, embora também seja condição *sine qua non* uma vez que também são os que estão mais afastados (49,2%) em proximidade média (47,4%) e elevada (51%) como se observa na tabela 47.

**Tabela 47.** Escolaridade dos indivíduos em co-residência e proximidade residencial dos filhos (% em coluna)

		Proximidade residencial				
		Co-reside com o filho <sup>(1)</sup> (n=396)	Proximidade por justaposição <sup>(2)</sup> (n=441)	Proximidade elevada <sup>(3)</sup> (n=610)	Proximidade média <sup>(4)</sup> (n=576)	Proximidade baixa <sup>(5)</sup> (n=311)
Nenhuma	n	41	45	59	58	26
	%	10,4	10,2	9,7	10,1	8,4
Escolaridade primária	n	211	236	311	273	153
	%	53,3	53,5	51	47,4	49,2
Escolaridade básica	n	25	30	35	60	18
	%	6,3	6,8	5,7	10,4	5,8
Escolaridade secundária	n	15	19	26	24	19
	%	3,8	4,3	4,3	4,2	6,1
Formação profissional	n	0	0	5	0	0
	%			0,8		
Licenciatura	n	104	111	150	134	86
	%	26,3	25,2	24,6	23,3	27,6
Pós-graduação	n	0	0	24	27	9
	%			3,9	4,7	2,9

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1233 casos; <sup>(2)</sup> 1185 casos; <sup>(3)</sup> 1023 casos; <sup>(4)</sup> 1070 casos e <sup>(5)</sup> 1319 casos.

0 - Número de casos inferior a 5.

Ao tentarmos perceber como varia a co-residência e a proximidade residencial deste grupo de indivíduos com os filhos em função das suas condições de vida, verificamos na tabela 48 que são de facto aqueles com menos conforto financeiro (31,2%) que têm mais propensão a residir com os filhos ou a viver por justaposição (32,5%). O mesmo acontece com os indivíduos que vivem em risco de pobreza, são estes que mais co-residem com os filhos (70,5%) como se observa na tabela 49. No entanto, no que se refere à proximidade residencial é pouco normativa nestes indivíduos mais pobres, tanto vivem próximo como mais afastados.

**Tabela 48.** Rendimento mensal dos Indivíduos em co-residência e proximidade residencial dos filhos (% em coluna)

		Proximidade Residencial				
		Co-reside com o filho <sup>(1)</sup> (n=414)	Proximidade por justaposição <sup>(2)</sup> (n=422)	Proximidade elevada <sup>(3)</sup> (n=626)	Proximidade média <sup>(4)</sup> (n=577)	Proximidade baixa <sup>(5)</sup> (n=330)
Intervalo 1	n	131	137	159	146	101
	%	31,6	32,5	25,4	25,3	30,6
Intervalo 2	n	100	119	162	127	74
	%	24,1	28,2	25,9	22	22,4
Intervalo 3	n	95	65	141	161	59
	%	23	15,4	22,5	27,9	17,9
Intervalo 4	n	88	101	164	143	96
	%	21,3	23,9	26,2	24,8	29,1

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1233 casos; <sup>(2)</sup> 1225 casos; <sup>(3)</sup> 1021 casos; <sup>(4)</sup> 1070 casos e <sup>(5)</sup> 1317 casos.

**Tabela 49.** Risco de pobreza dos indivíduos em co-residência e proximidade residencial com os filhos (% em coluna)

		Proximidade residencial				
		Co-reside com o filho <sup>(1)</sup> (n=414)	Proximidade por justaposição <sup>(2)</sup> (n=462)	Proximidade elevada <sup>(3)</sup> (n=626)	Proximidade média <sup>(4)</sup> (n=577)	Proximidade baixa <sup>(5)</sup> (n=330)
Com risco	n	292	334	480	441	234
	%	70,5	72,3	76,7	76,4	70,9
Sem risco	n	122	128	146	136	96
	%	29,5	27,7	23,3	23,6	29,1

n total igual a 1647 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1233 casos; <sup>(2)</sup> 1185 casos; <sup>(3)</sup> 1021 casos; <sup>(4)</sup> 1070 casos e <sup>(5)</sup> 1317 casos.

A co-residência pode ocorrer por necessidade dos filhos ou dos pais. O fluxo de apoio das gerações mais velhas para as mais novas, ocorre ao longo de grande parte da vida familiar. Os pais mais velhos vivem mais, alguns em melhores condições financeiras e os filhos permanecem mais tempo com os pais, devido à fragilidade do mercado de trabalho, alargamento dos estudos e a relações afetivas instáveis. A co-residência por necessidade dos pais, geralmente surge quando os pais estão com idades avançadas e dependentes. Estados de Bem-Estar menos generosos, escassos em políticas de apoio à pessoa idosa, bem como as políticas de apoio à habitação favorecem a co-residência como meio de segurança na velhice (Johar & Maruyama, 2014; Tomassini et al., 2004b). A co-residência constitui a configuração mais praticada de escapatória à pobreza quando indivíduos das gerações mais velhas têm rendimentos baixos e as transferências públicas são deficientes (Albuquerque, 2011a).

#### **1.4. Entre a resposta às necessidades e a protecção de um investimento: a mobilização das transferências intergeracionais como recurso e como capital**

Toda a análise efectuada ao longo deste capítulo permitiu descrever os perfis, as dinâmicas e os significados das transferências intergeracionais privadas entre pais mais velhos e filhos adultos na população portuguesa com 55 ou mais anos, numa matriz mais material.

De um modo geral, verificou-se que os pais mais velhos, nomeadamente os avós, representam uma riqueza ainda camuflada em transferências informais para os seus descendentes. Efectivamente existe um apoio expressivo e intenso nos cuidados aos netos apesar da tendência para uma maior aceitação de que as crianças devem frequentar a educação pré-escolar, do crescente recurso a soluções socioeducativas externas à família e de uma maior disponibilidade de estruturas formais de acolhimento à primeira infância.

Apesar do modesto valor de co-residência e das doações de géneros financeiros encontrado entre pais mais velhos e filhos adultos, não deixam de ser relevantes no contexto de crise que se vivia à altura da recolha dos dados e das alterações demográficas da esfera familiar.

Tendo em consideração o objectivo de traçar um perfil de transferências intergeracionais entre pais mais velhos e filhos adultos, identificaram-se quatro perfis:

- Avós cuidadoras: são mulheres, mais jovens, viver em conjugalidade, com bom estado de saúde e rendimentos elevados;
- Pais mais velhos co-residentes com os filhos adultos: os mais novos, viúvos, com baixos rendimentos e baixo nível de escolaridade;
- Filhos adultos co-residentes com os pais mais velhos: os menos escolarizados, a viver fora da conjugalidade e inactivos no mercado de trabalho;
- Pais mais velhos doadores de géneros financeiros: os mais escolarizados e com níveis de rendimento elevados.

As motivações que sustentam as transferências intergeracionais entre pais mais velhos e filhos adultos são diversas, vão oscilando ao longo do ciclo vital e alteram-se de acordo como o tipo de transferências intergeracionais. Se por um lado, as motivações para transferir parecem estar associadas a uma lógica de recurso e de solidariedade para responder às necessidades mais prementes, como é caso dos pais mais velhos menos escolarizados e com mais dificuldades financeiras, ou ainda perante o surgimento de um acontecimento de vida imprevisto (e.g. divórcio, desemprego, doença ou viuvez). Por

outro, também estão ancoradas numa lógica mais racional e económica de investimento nos filhos e reprodução do estatuto social da família como acontece no cuidado aos netos e nas doações de dinheiro.

Concluindo, as transferências intergeracionais não só respondem a necessidades, materializando o aparato institucional do familismo e a pulsão normativa para as solidariedade familiares, mas também uma intencionalidade de tipo racional económica que procura maximizar as oportunidades de sucesso dos membros a família.

## 2. TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS: ENTRE EXPECTATIVAS E IMPERATIVOS PARA A ACÇÃO

A apresentação, análise e discussão dos resultados que se segue baseia-se em dados internacionais fornecidos por três bases de dados internacionais: Eurobarómetro 247 (2008) e 74.1 (2010) e pelo ESS, 4ª edição (2008).

Os dados do Eurobarómetro 247 permitem traçar tendências gerais acerca do grau de satisfação com a vida familiar, em particular, no que se refere à satisfação com os serviços públicos de apoio às crianças e a cuidadores de idosos dependentes. Além disso, possibilita ainda a análise das dificuldades enfrentadas pelas famílias europeias, em específico a orientação em relação à maior ou menor dificuldade em conciliar a vida profissional com a vida familiar, a questão da organização dos cuidados infantis e o grau de orientação para o cuidado dado pelas gerações mais velhas.

O Eurobarómetro 74.1 facilita uma análise da opinião pública europeia sobre vários temas económicos, políticos e sociais e, permite-nos em particular, identificar as principais tendências sobre a responsabilidade do Estado/indivíduo na prestação de Bem-Estar Social, perceber qual a apreciação da qualidade e da acessibilidade de alguns serviços públicos e sintetizar as preferências em relação aos cuidados a idosos dependentes e a crianças.

A análise dos dados do ESS 4 (2008) revela as atitudes acerca dos papéis sociais da Mulher e do Homem, em particular o lugar da mulher no mercado de trabalho, o nível de vida dos pensionistas e reformados, a oferta de serviços de cuidados às crianças para pais trabalhadores, e ainda a percepção acerca das responsabilidades do Estado Providência e impactos das políticas sociais em diferentes áreas da vida.

## 2.1. Caracterização das Amostras Nacionais

O universo da amostra seleccionado do EB 74.1 é de 15417 cidadãos europeus inquiridos, sendo que 1112 inquiridos são portugueses, o que representa 7,2% da amostra total, conforme tabela 50.

**Tabela 50.** Distribuição das amostras nacionais por País

PAÍS	n	%
Bélgica	1007	6,5
Dinamarca	1013	6,6
Alemanha	1566	10,2
Grécia	1012	6,6
Espanha	987	6,4
França	1091	7,1
Irlanda	981	6,4
Itália	1075	7,0
Luxemburgo	280	1,8
Países Baixos	1011	6,6
Reino Unido	1271	8,2
Áustria	1013	6,6
Suécia	995	6,5
Finlândia	1003	6,5
Portugal	1112	7,2
Total	15417	100%

Para o estudo detalhado sobre as características sociodemográficas (sexo e idade) da amostra recorreu-se à sua análise descritiva conforme apresentado na tabela 51 e 52 respectivamente.

Verifica-se que estamos na presença de uma amostra equilibrada em termos de género, onde 53,7% dos indivíduos são mulheres e 46,3% são homens. Relativamente à distribuição etária dos indivíduos, a maior fatia da amostra (39,8%) diz respeito à faixa etária das pessoas com 55 ou mais anos, cerca de 26,8% dos indivíduos tem idades entre os 40 a 54 anos e 22,5% indivíduos detêm entre 25 e 39 anos. Nos restantes 10,9% incluem-se os jovens com 15 a 24 anos.



**Tabela 51.** Caracterização sociodemográfica das amostras nacionais segundo o Sexo

PAÍS		Sexo		n total
		Masculino	Feminino	
Bélgica	n	475	532	1007
	%	47,2	52,8	100%
Dinamarca	n	505	508	1013
	%	49,9	50,1	100%
Alemanha	n	738	828	1566
	%	47,1	52,9	100%
Grécia	n	468	544	1012
	%	46,2	53,8	100%
Espanha	n	461	526	987
	%	46,7	53,3	100%
França	n	470	621	1091
	%	43,1	56,9	100%
Irlanda	n	419	562	981
	%	42,7	57,3	100%
Itália	n	480	595	1075
	%	44,7	55,3	100%
Luxemburgo	n	119	161	280
	%	42,5	57,5	100%
Países Baixos	n	519	492	1011
	%	51,3	48,7	100%
Reino Unido	n	604	667	1271
	%	47,5	52,5	100%
Áustria	n	448	565	1013
	%	44,2	55,8	100%
Suécia	n	502	493	995
	%	50,5	49,5	100%
Finlândia	n	428	575	1003
	%	42,7	57,3	100%
Portugal	n	496	616	1112
	%	44,6	55,4	100%
Total	n	7132	8285	15417
	%	46,3	53,7	100%

**Tabela 52.** Caracterização sociodemográfica das amostras nacionais segundo a Idade

		Idade				n total
PAÍS		15 - 24 anos	25 - 39 anos	40 - 54 anos	55 anos ou mais	
Bélgica	n	137	213	310	347	1007
	%	13,6	21,2	30,8	34,5	100%
Dinamarca	n	103	192	265	453	1013
	%	10,2	19,0	26,2	44,7	100%
Alemanha	n	185	283	394	704	1566
	%	11,8	18,1	25,2	45,0	100%
Grécia	n	102	310	287	313	1012
	%	10,1	30,6	28,4	30,9	100%
Espanha	n	116	248	267	356	987
	%	11,8	25,1	27,1	36,1	100%
França	n	111	236	259	485	1091
	%	10,2	21,6	23,7	44,5	100%
Irlanda	n	142	260	264	315	981
	%	14,5	26,5	26,9	32,1	100%
Itália	n	117	286	309	363	1075
	%	10,9	26,6	28,7	33,8	100%
Luxemburgo	n	25	52	99	104	280
	%	8,9	18,6	35,4	37,1	100%
Países Baixos	n	96	195	275	445	1011
	%	9,5	19,3	27,2	44,0	100%
Reino Unido	n	150	270	323	528	1271
	%	11,8	21,2	25,4	41,5	100%
Áustria	n	97	268	339	309	1013
	%	9,6	26,5	33,5	30,5	100%
Suécia	n	59	192	246	498	995
	%	5,9	19,3	24,7	50,1	100%
Finlândia	n	92	170	217	524	1003
	%	9,2	16,9	21,6	52,2	100%
Portugal	n	149	299	279	385	1112
	%	13,4	26,9	25,1	34,6	100%
Total	n	1681	3474	4133	6129	15417
	%	10,9	22,5	26,8	39,8	100%

## **2.2. Uma análise comparativa aos sistemas de valores europeus no domínio das solidariedades familiares: um olhar sobre as expectativas e preferências**

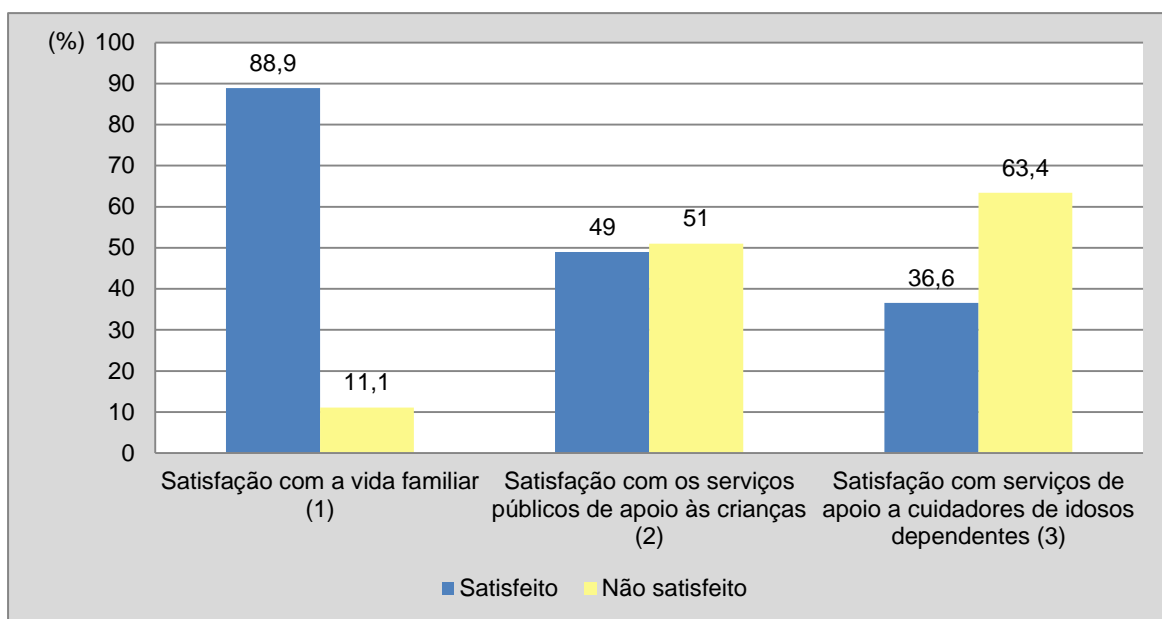
As expectativas depositadas sobre Estado Bem-Estar Social prendem-se essencialmente com a promoção e organização a vida social e económica, com vista a proporcionar aos indivíduos bens e serviços fundamentais durante toda a sua vida.

Como já referimos no referencial teórico o desenvolvimento do Estado-Providência português obedeceu a diversas particularidades que o tornam único e com características “especiais” face aos seus parceiros europeus. Também foi debatida a importância do quadro de Estado Bem-Estar Social vigente enquanto determinante estrutural no que se refere às questões relacionadas com as transferências intergeracionais. Importa agora perceber qual a opinião dos europeus, e dos portugueses em particular, sobre o seu papel na vida familiar.

### ***2.2.1. Em formato “zip”.... entre a satisfação com a vida e a insatisfação social***

Os resultados apurados na figura 7 indicam-nos que globalmente, nestes países europeus, os inquiridos demonstram estar bastante satisfeitos com a vida familiar (88,9%) e menos satisfeitos com os serviços de apoio às crianças (49%) e cuidadores de idosos dependentes (36,6%).

**Figura 7.** % de satisfação da amostra relativamente à satisfação com a vida familiar, aos serviços públicos de apoio às crianças e cuidadores de idosos dependentes



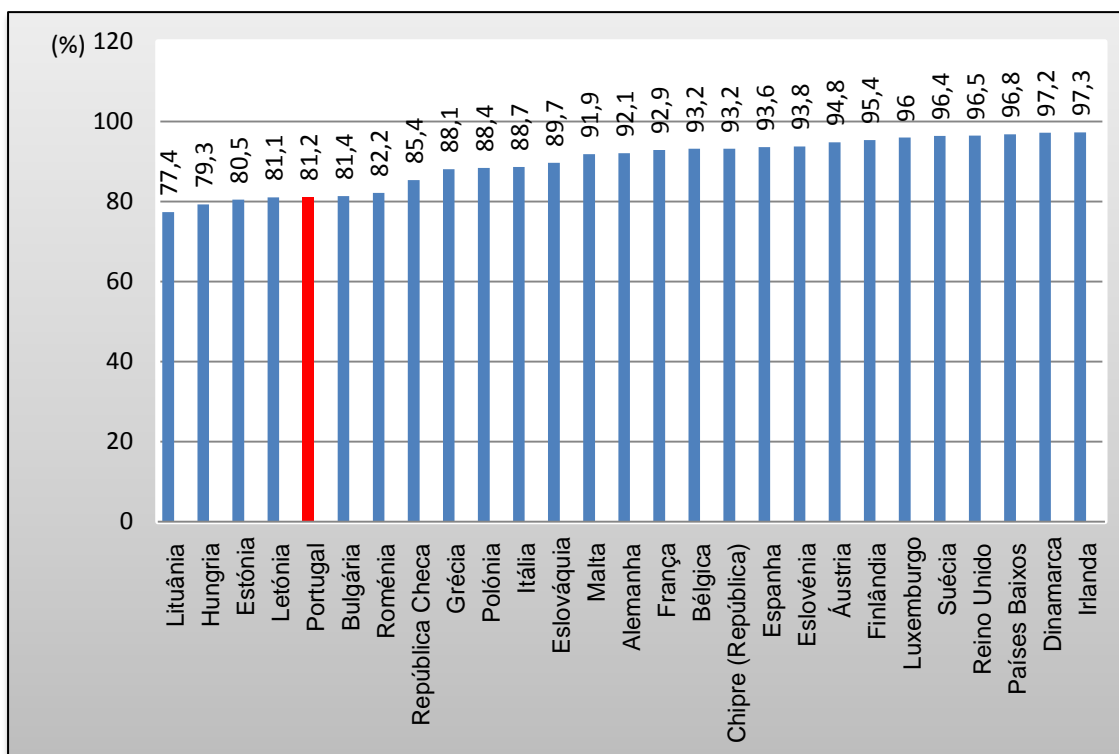
n total=27081, com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 406 casos; <sup>(2)</sup> 5174 casos e <sup>(3)</sup> 6222 casos.

Fonte: EB 247, (2008)

Apesar do conceito de satisfação com a vida se tratar de um estado subjectivo, pode indicar algumas pistas sobre as experiências de vida em relação a alguns domínios da vida familiar dos indivíduos. O grau de satisfação com a vida familiar encontrado reflecte de forma quase inabalável a importância da família para os indivíduos e uma percepção francamente positiva relativamente à vida em família. Apesar de vivermos num tempo de mudanças rápidas e intensas, de constrangimentos vários em diferentes contextos sociais e económicos e de complexos desafios, a família continua a ser um pilar central.

Olhando individualmente para a forma como varia a opinião dos inquiridos dos vários países europeus, verifica-se na figura 8 que é na Europa Central, nomeadamente em países como os Países Baixos (96,8%), a Irlanda (97,3%), o Reino Unido (96,5%) ou o Luxemburgo (96%) e a Norte em países como a Suécia (96,4%), a Dinamarca (97,2%) ou a Finlândia (95,4%) que os níveis de satisfação são mais elevados. Já como menos satisfeitos temos os países do Leste onde se salienta a Lituânia (77,4%) e a Hungria (79,3%), e do Sul da Europa onde Portugal se destaca com um nível de 81,2% de satisfação, ou seja, posiciona-se no 23º lugar no ranking de satisfação com a vida, entre os 27 países europeus.

**Figura 8.** % de inquiridos que declaram estar satisfeitos com a vida familiar



Fonte: EB 247, (2008)

Apesar do padrão de satisfação não apresentar francas oscilações, percebe-se uma aproximação e como que uma representação dos diferentes regimes de Estado de Bem-Estar social vigentes naqueles países. Não obstante Portugal, no contexto europeu, se situar entre os menos satisfeitos, podemos considerar que os portugueses inquiridos, contrariamente a um discurso mais negativista que se tem insurgido em volta da família e dos seus valores, demonstram claramente a sua satisfação. Tal constatação coaduna-se perfeitamente com as ideologias de alguns investigadores (Aboim, 2013; Torres, 2010; Leandro, 2006; Fernandes, 2001) que defendem que actualmente se valoriza mais a família, o que se alterou profundamente foram os modelos tradicionais da família e as formas de organização e interacção da estrutura familiar. Segundo Torres (2010) a desdramatização do divórcio e da coabitação bem como, a diminuição da fecundidade constituem indícios de novos investimentos e de sentidos que são atribuídos à família. Fernandes (2001, p. 9) sublinha “ *a família é o lugar primordial das trocas intergeracionais. É aí que as gerações se encontram e interagem de forma intensa. É o lugar do don, da troca, da entreaajuda incondicional.*”

Além disso, pode constituir mais uma prova no sentido das investigações que apontam para uma consolidação da solidariedade entre gerações nomeadamente entre

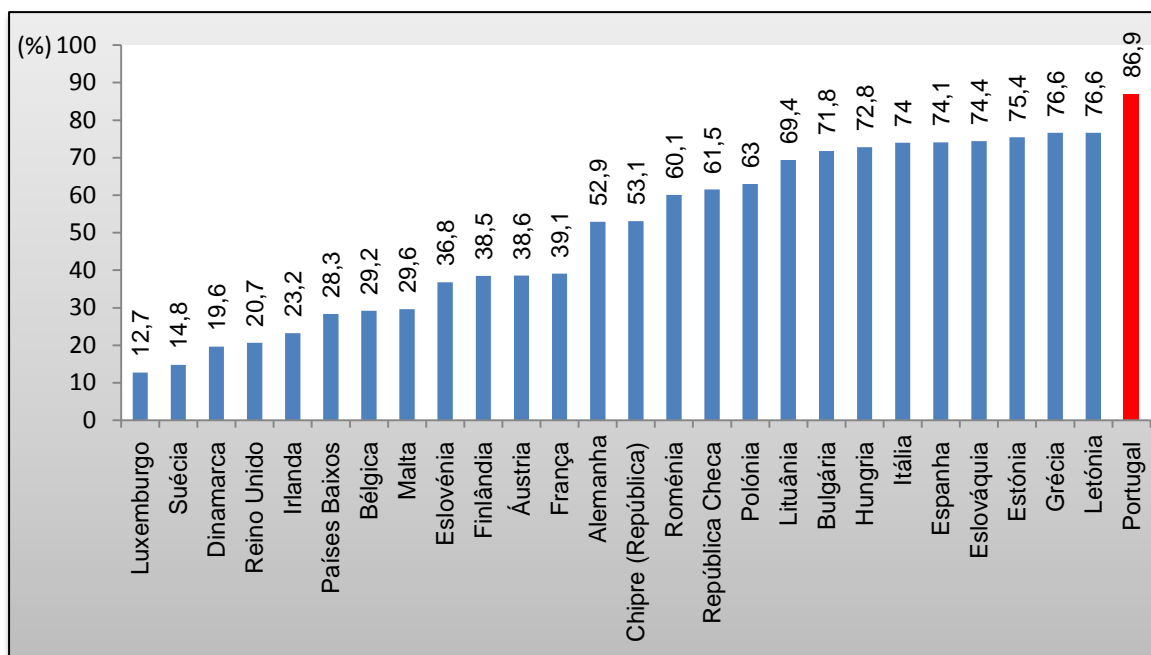
país e filhos europeus (Attias-Donfut et al., 2005; Daatland & Lowenstein, 2005; Fokkema et al., 2008; Hank, 2007; Komter, Knijn & Dykstra, 2006; Lowenstein & Daatland, 2006).

Após uma época em que muito se discorreu sobre uma suposta quebra das trocas e os laços que unem os membros da família, hoje, parecem ter sido redescobertos, como já se comprovou no capítulo anterior. Contudo, uma sociedade onde a solidariedade familiar é uma realidade, sentida particularmente na esfera familiar, materializada em parte sob a forma de transferências de carácter instrumental, não dispensa um conjunto de coerente e integrado de medidas políticas e práticas que apoiem e fortaleçam os comportamentos das famílias a este nível.

De acordo com os dados apresentados na figura 9 e 10, respectivamente, o grau de satisfação em relação aos serviços públicos de apoio às crianças e a cuidadores de idosos dependentes revelam uma tendência não muito díspar. Nos países a Norte da Europa nomeadamente a Suécia (14,8%) e a Dinamarca (19,6%), assim como a Centro como é o caso do Luxemburgo (12,7%) apresentam níveis de insatisfação muito baixos para os primeiros serviços. Para os serviços públicos de apoio a cuidadores de idosos dependentes, esta tendência é mais ténue, excepção para o Luxemburgo (25,6%) que mais uma vez aparece como o país menos insatisfeito com estes serviços. Estes resultados espelham, sem grande surpresa, a realidade vivida nos Estados de Bem-Estar prósperos característicos do Norte e Centro da Europa.

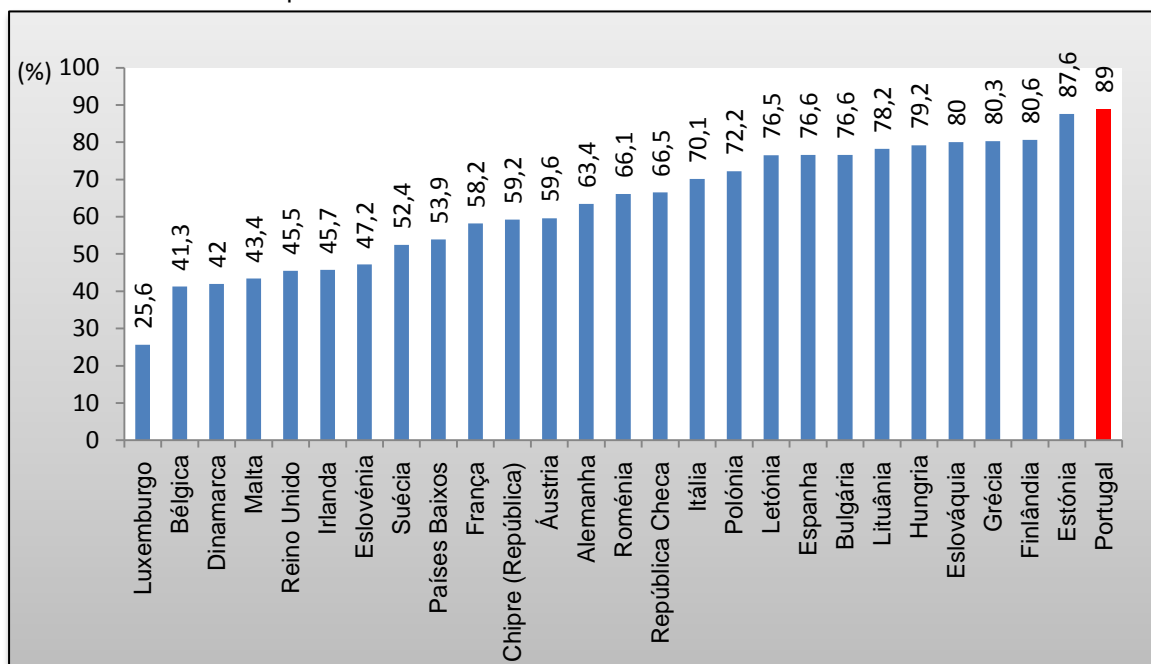
Já Portugal aparece na linha da frente como o mais insatisfeito para ambos os serviços (86,9% para os serviços de apoio às crianças e 89% para os serviços de apoio a cuidadores de idosos dependentes, respectivamente) acompanhado de perto pelos países do Leste e Sul Europeu.

**Figura 9.** % de inquiridos que declaram estar insatisfeitos com os serviços públicos de apoio às crianças



Fonte: EB 247, (2008)

**Figura 10.** % de inquiridos que declaram estar insatisfeitos com os serviços públicos de apoio a cuidadores de idosos dependentes



Fonte: EB 247, (2008)

Esta evidência também não é muito surpreendente e vem confirmar sobretudo uma filosofia de pró-estatização do Bem-Estar Social que tem caracterizado o nosso país, onde as expectativas em relação ao que o Estado deve fazer e garantir são elevadas,

embora concretizadas em níveis insatisfatórios. A deficiência, a inacessibilidade e parcialidade dos serviços de apoio social existentes e disponíveis para duas gerações, os mais novos e os mais velhos, apesar do crescente investimento nestas respostas sociais por parte das entidades públicas e privadas lucrativas ou não lucrativas, explica essa insatisfação. Vigora a ideia generalizada, em algumas situações, de que a solidariedade formal, pública, sustentáculo dos mecanismos de protecção social ainda não dá uma resposta capaz às necessidades da família. É precisamente nesta dificuldade em responder ao aumento e multiplicidade dos problemas, particularmente daqueles que resultam da velhice, que aproxima as solidariedades familiares e as políticas sociais. Será de facto, esta, uma das questões chave ao nível do objecto de estudo desta investigação e que poderá estar relacionada com o defraudar de expectativas dos cidadãos e a consequente insatisfação relativamente à provisão pública de serviços de apoio.

De modo a perceber qual o impacto de um conjunto de variáveis na probabilidade de alguém estar satisfeito com os serviços públicos de apoio a crianças e a cuidadores de idosos dependentes, foi realizada uma análise multivariada apresentando-se de seguida os modelos de regressão logística binária encontrados (tabela 53 e 54).

A análise multivariada mostra que o contexto político, institucional e cultural, as questões de género, idade e situação financeira explicam a probabilidade dos inquiridos declararem estar satisfeitos com os serviços de apoio formal públicos a crianças e a cuidadores de idosos dependentes.

Além disso, o número de filhos e a sua idade explicam a probabilidade de um indivíduo declarar estar satisfeito com os serviços de apoio públicos a crianças, da mesma maneira, o tipo de comunidade onde se vive e o estatuto profissional também explicam a probabilidade de um indivíduo declarar estar satisfeito com os serviços de apoio públicos a cuidadores de idosos dependentes.



**Tabela 53.** Modelo de regressão logística binária para estimar a probabilidade de um indivíduo declarar estar satisfeito com os serviços de apoio formal públicos a crianças

	B	Teste Wald	e <sup>B</sup>
País (base=Portugal)			
França	2,373**	272,642	10,734
Bélgica	2,788**	344,160	16,244
Países Baixos	2,566**	263,964	13,012
Alemanha	1,733**	146,448	5,659
Itália	,742**	22,669	2,100
Luxemburgo	3,641**	477,311	38,141
Dinamarca	2,934**	339,290	18,794
Irlanda	2,947**	377,200	19,054
Reino Unido	3,239**	418,907	25,507
Grécia	,775**	27,275	2,171
Espanha	,917**	36,081	2,502
Finlândia	2,220**	234,582	9,208
Suécia	3,587**	458,026	36,118
Áustria	2,144**	221,767	8,530
Chipre (República)	1,718**	134,674	5,572
República Checa	1,263**	74,343	3,535
Estónia	,783**	26,680	2,188
Hungria	1,099**	54,513	3,002
Letónia	,812**	29,785	2,252
Lituânia	1,033**	45,259	2,808
Malta	2,834**	350,922	17,013
Polónia	1,518**	107,448	4,565
Eslováquia	,821**	27,836	2,272
Eslovénia	2,391**	283,774	10,922
Bulgária	1,157**	61,299	3,180
Roménia	1,451**	99,738	4,266
Sexo (Base=homens)			
Mulheres	-,099**	6,994	,906
Idade (base=15 a 24 anos)			
25-39 anos	-,301**	12,198	,740
40-54 anos	-,343**	14,691	,710
55 ou mais anos	-,283**	7,568	,754
Tipo de comunidade (base=rural)			
Grande cidade	-,104*	4,732	,901
Centros urbanos/outras cidades	-,028	,455	,972
Escolaridade			

(base=sem escolaridade)			
Escolaridade baixa	-,027	,027	,974
Escolaridade média	-,046	,086	,955
Escolaridade elevada	-,077	,239	,926
Estudante	-,033	,030	,968
Estatuto profissional (base=profissões de alto estatuto)			
Profissões de estatuto médio	-,070	1,289	,932
Profissões de baixo estatuto	,050	,364	1,051
Aposentados	,146*	3,185	1,157
Domésticos	,102	1,432	1,108
Estudantes	,106	,542	1,112
Desempregados	-,231*	3,742	,794
Tipo de agregado (base= solteiros)			
Matrimónio ou casal a viver em união de facto, sem filhos ou sem filhos a viver em casa			
Pai/mãe solteiro(a), um ou mais filhos a viver em casa	-,188*	5,114	,829
Matrimónio ou casal a viver em união de facto, com um ou mais filhos a viver em casa			
	,014	,056	1,014
Crianças com menos de 6 anos (base=não)			
1 filho	,013	,038	1,013
2 filhos	,065	,420	1,067
3 ou mais filhos	-,148	,407	,862
Crianças com 6 a 15 anos (base=não)			
1 filho	-,161**	7,839	,851
2 filhos	-,126*	2,892	,882
3 ou mais filhos	-,349**	6,552	,705
Crianças com mais de 15 anos (base=não)			
1 filho	,026	,209	1,026
2 filhos	-,099*	3,096*	,906
3 ou mais filhos	-,081	1,374	,922
Situação financeira			

(base=muito difícil)			
Muito confortável	1,653**	180,810	5,222
Confortável	1,112**	132,316	3,040
Temos de ter cuidado, mas conseguimos aguentar-nos	,645**	46,576	1,906
Temos dificuldade em chegar ao fim do mês com dinheiro	,314**	8,813	1,369
<hr/> Constante = -2,27    Teste de Hosmer e Lemeshow = 6,534 p = 0,588 -2 Log_likelihood = 19371,578 * Significante a 10%      * Significante a 5% ** Significante a 1%			
<hr/> Fonte: EB 247, (2008)			

**Tabela 54.** Modelo de regressão logística binária para estimar a probabilidade de um indivíduo declarar estar satisfeito com os serviços de apoio a cuidadores de idosos dependentes

	B	Teste Wald	e <sup>B</sup>
<b>País (base=Portugal)</b>			
França	1,817**	128,951	6,152
Bélgica	2,551**	252,701	12,817
Países Baixos	1,813**	122,683	6,126
Alemanha	1,582**	100,496	4,865
Itália	1,265**	58,048	3,542
Luxemburgo	3,129**	365,199	22,856
Dinamarca	2,335**	207,708	10,325
Irlanda	2,258**	204,971	9,560
Reino Unido	2,459**	241,798	11,696
Grécia	,838**	25,004	2,312
Espanha	1,041**	37,590	2,832
Finlândia	,636**	14,206	1,888
Suécia	2,007**	162,110	7,444
Áustria	1,631**	105,946	5,107
Chipre (República)	1,843**	118,737	6,316
República Checa	1,407**	75,680	4,084
Estónia	,221	1,435	1,247
Hungria	,889**	26,545	2,433
Letónia	1,110**	46,365	3,036
Lituânia	,834**	22,781	2,303
Malta	2,534**	249,435	12,598
Polónia	1,260**	58,879	3,525
Eslováquia	,811**	21,458	2,249
Eslovénia	2,245**	209,696	9,440
Bulgária	1,092**	43,865	2,981
Roménia	1,385**	73,314	3,997
<b>Sexo (Base=homens)</b>			
Mulheres	-,153**	16,528	,858
<b>Idade (base=15 a 24 anos)</b>			
25-39 anos	-,447**	27,957	,640
40-54 anos	-,558**	40,790	,572
55 ou mais anos	-,511**	26,142	,600
<b>Território (base=rural)</b>			
Grande cidade	-,242**	24,419	,785
Centros urbanos/outras cidades	-,089*	4,525	,915
<b>Escolaridade (base=sem escolaridade)</b>			
Escolaridade baixa	-,199	1,758	,820
Escolaridade média	-,165	1,282	,848
<b>Escolaridade elevada</b>			
Estudante	-,207	1,279	,813
<b>Estatuto profissional (base=profissões alto estatuto)</b>			
Profissões de estatuto médio	,149*	5,232	1,160
Profissões de baixo estatuto	,520**	36,147	1,683
Aposentados	,432**	27,802	1,540
Domésticos	,367**	16,953	1,443
Estudantes	,451**	9,592	1,569
Desempregados	,334**	7,725	1,397
<b>Tipo de agregado (base= solteiros)</b>			
Matrimónio ou casal a viver em união de facto, sem filhos ou sem filhos a viver em casa	-,188**	12,800	,829
Pai/mãe solteiro(a), um ou mais filhos a viver em casa.	-,074	,785	,928
Matrimónio ou casal a viver em união de facto, com um ou mais filhos a viver em casa	-,227**	14,613	,797
<b>Crianças com menos de 6 anos (base=não)</b>			
1 filho	,094	1,795	1,099
2 filhos	,140	1,645	1,150
3 ou mais filhos	-,736**	6,827	,479
<b>Crianças com 6 a 15 anos (base=não)</b>			
1 filho	-,090	2,057	,914
2 filhos	-,007	,008	,993
3 ou mais filhos	,115	,595	1,122
<b>Crianças com mais de 15 anos (base=não)</b>			
1 filho	,010	,031	1,010
2 filhos	-,077	1,903	,926
3 ou mais filhos	,003	,001	1,003
<b>Situação financeira (base=muito difícil)</b>			
Muito confortável	1,024**	73,941	2,785
Confortável	,760**	55,884	2,138
Temos de ter cuidado, mas conseguimos	,435**	19,033	1,545
Temos dificuldade em	,336**	9,276	1,399

---

chegar ao fim do mês  
com dinheiro

---

Constante = -2,043    Teste de Hosmer e Lemeshow =

6,028    p = 0,644

-2 Log\_likelihood = 18749,489

\* Significante a 10%    \* Significante a 5%

\*\* Significante a 1%

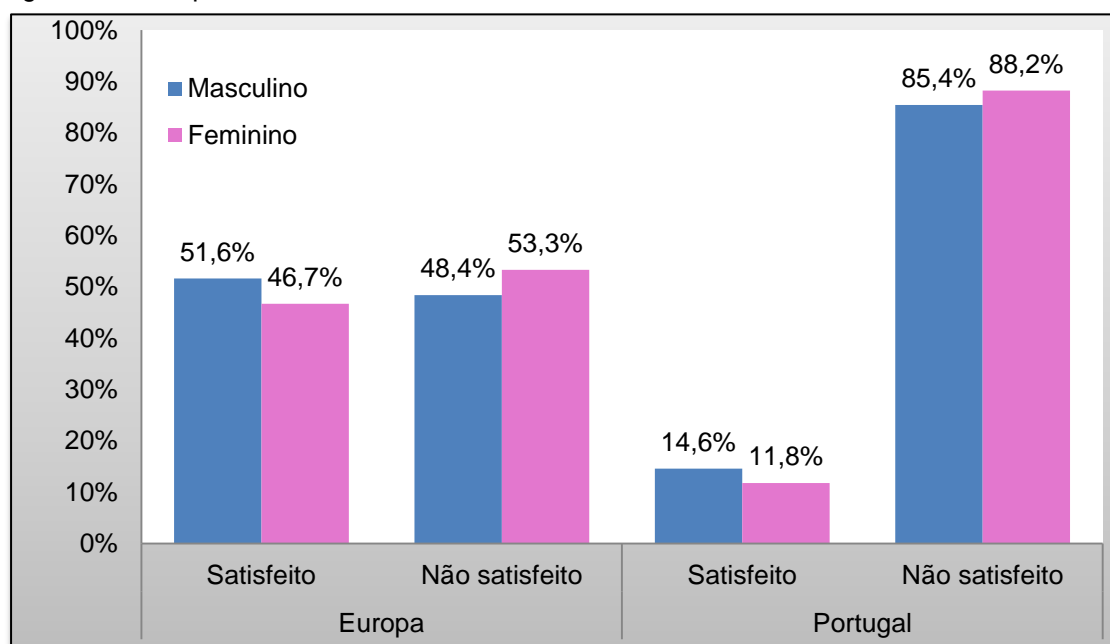
---

Fonte: EB 247, (2008)

Verifica-se um padrão geral, com significâncias claras e fortes, com todos os países europeus a declararem estar mais satisfeitos com estes serviços do que Portugal. A excepção é a Estónia para o grau de satisfação com os serviços de apoio a cuidadores de idosos dependentes. Como anteriormente referimos, tal resultado traduz bem a importância e a influência das determinantes estruturais, institucionais e culturais que caracterizam o regime de Bem-Estar do nosso país. Os portugueses continuam a persistir num modelo com fortíssimos índices de centralização no Estado para a provisão de serviços e apoios sociais, mas este não tem tido uma resposta efectiva que culmina numa vaga de insatisfação por parte dos indivíduos, tanto mais em tempos de crise económica.

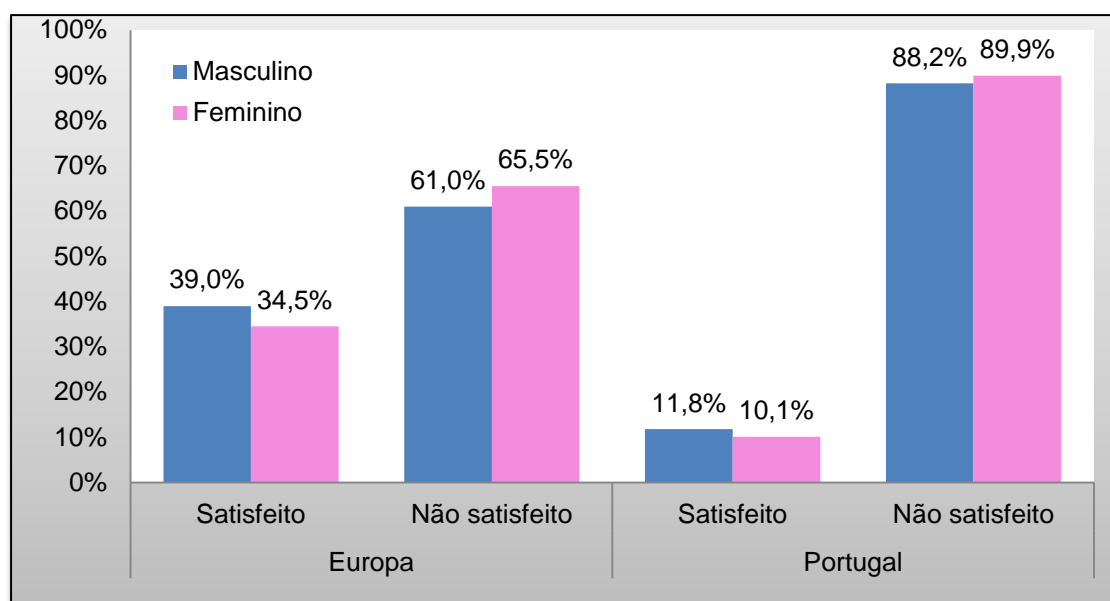
As mulheres europeias inquiridas manifestaram estar mais insatisfeitas que os homens com estes serviços de apoio, o que de facto se pode comprovar na figura 11 e 12.

**Figura 11.** Satisfação com os serviços de apoio público às crianças na Europa e Portugal segundo o género dos inquiridos



Fonte: EB 247, (2008)

**Figura 12.** Satisfação com os serviços de apoio público a cuidadores de idosos dependentes na Europa e Portugal segundo o género dos inquiridos

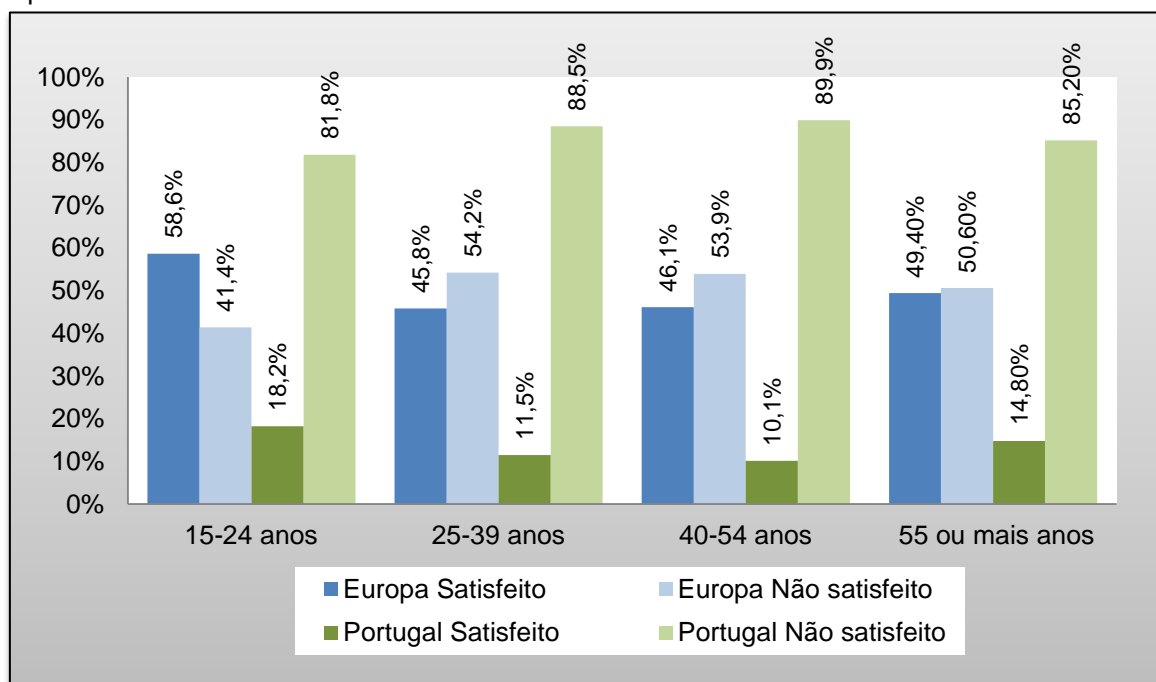


Fonte: EB 247, (2008)

Este dado também não será de estranhar, pois se a mulher, um pouco por toda a Europa, tem ampliado o seu papel no mercado de trabalho, ela necessita obrigatoriamente de apoio e respostas sociais nos cuidados à família, quer para filhos, quer para os mais idosos de modo a concretizar a conciliação entre vida profissional e familiar, mas será uma questão que mais à frente iremos recuperar e explorar.

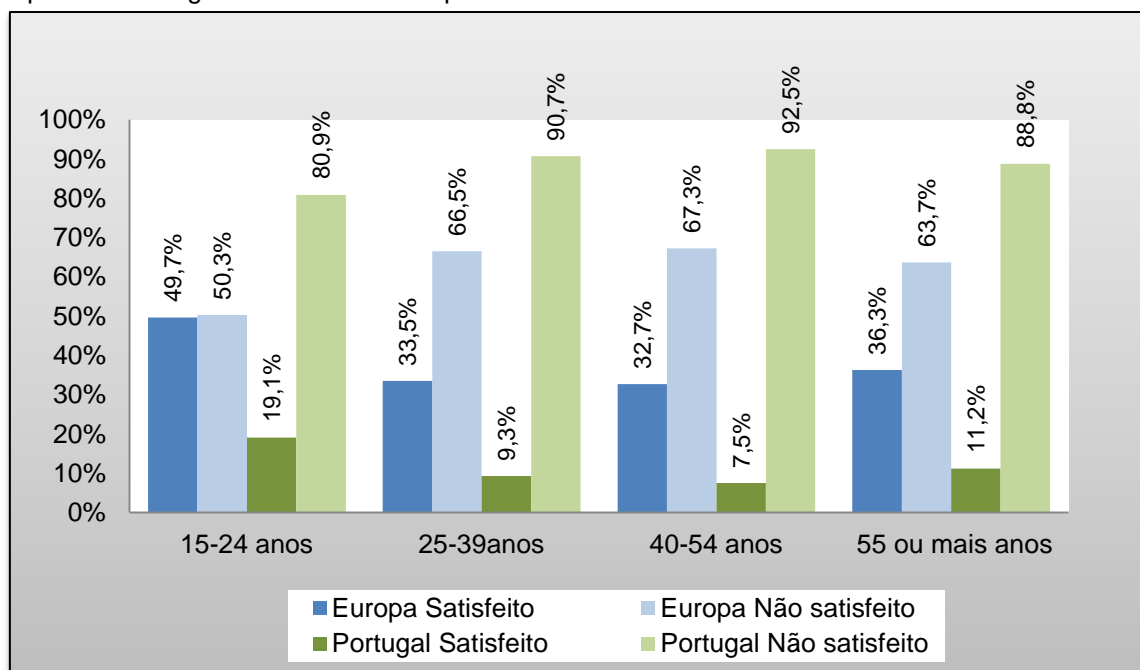
Além disso e como consta da figura 13 e 14, todos os grupos etários considerados referiram estar menos satisfeitos com estes serviços que o grupo etário mais jovem (15-24 anos), o que também é esperado uma vez que ainda não sentem a necessidade desses serviços, são jovens e objecto de cuidados dos seus pais.

**Figura 13.** Satisfação com os serviços de apoio público às crianças segundo a idade dos inquiridos



Fonte: EB 247, (2008)

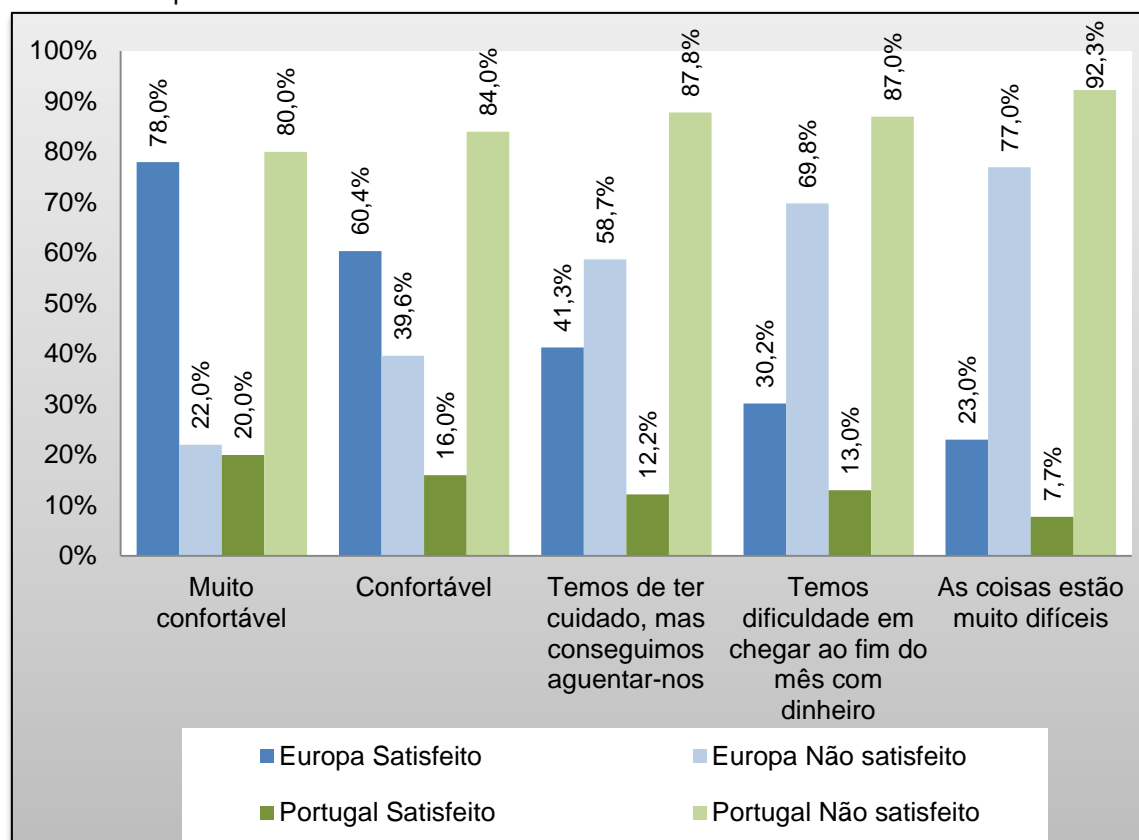
**Figura 14.** Satisfação com os serviços de apoio público a cuidadores de idosos dependentes segundo a idade dos inquiridos



Fonte: EB 247, (2008)

A situação financeira tem grande impacto, aqueles que possuem maiores dificuldades a nível dos rendimentos mostram-se menos satisfeitos do que aqueles com posições financeiras mais confortáveis (figura 15 e 16). É expectável que assim seja, a concorrência entre o cuidado à família e a necessidade de deter rendimento capaz de responder às necessidades mais prementes pode ser mesmo dramática. Obviamente que se existir conforto financeiro os problemas relacionados com o cuidar podem ser ultrapassados com alguma facilidade pela “compra” de serviços privados e mais caros. Naqueles com maior precariedade as soluções são poucas e passam muitas vezes pelo apoio da solidariedade informal, pela “boa vontade” dos amigos, vizinhos e outros familiares. No limite assistimos mesmo a casos de abandono de idosos e crianças em casa, dias inteiros, sem qualquer tipo de apoio.

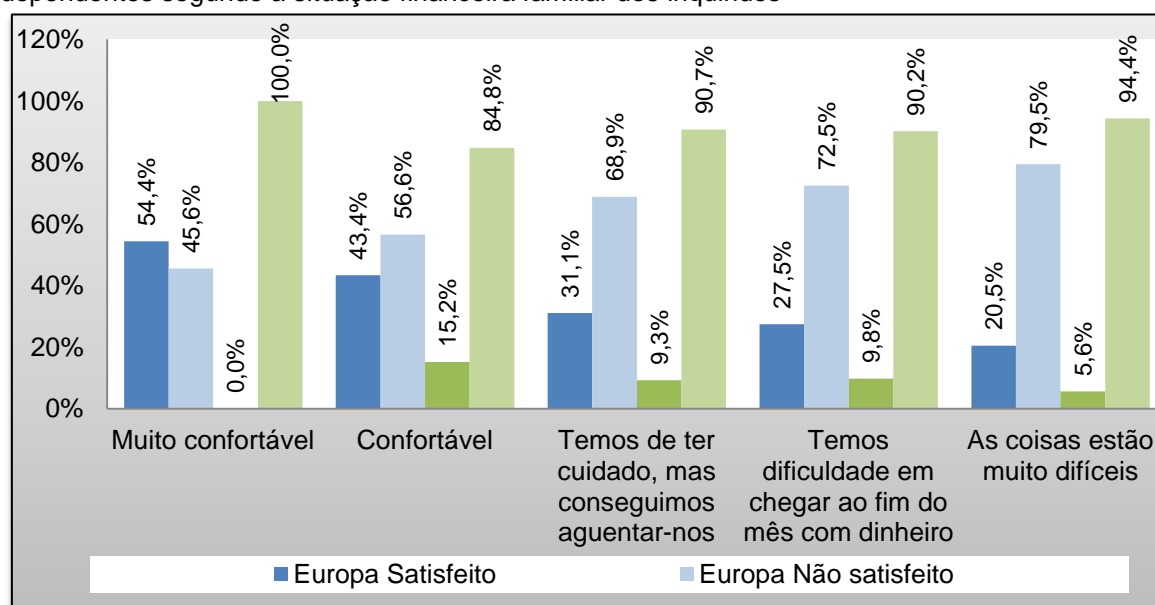
**Figura 15.** Satisfação com os serviços de apoio público às crianças segundo a situação financeira familiar dos inquiridos



Fonte: EB 247, (2008)



**Figura 16.** Satisfação com os serviços de apoio público a cuidadores de idosos dependentes segundo a situação financeira familiar dos inquiridos

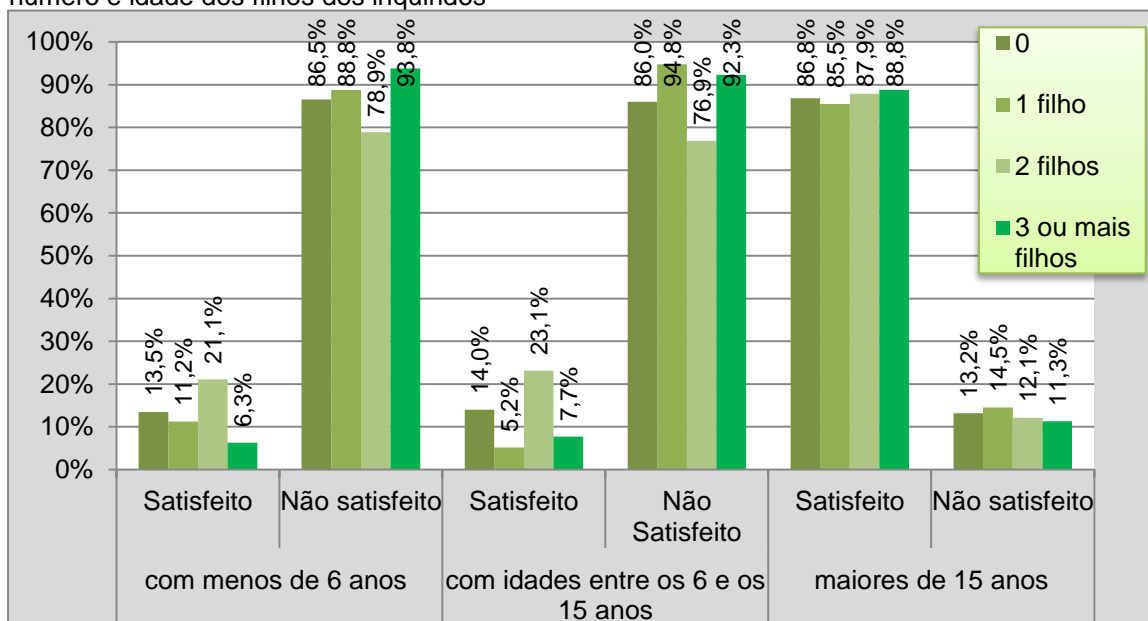


Fonte: EB 247, (2008)

Para os serviços de apoio a crianças a variável referente à existência de crianças, aquelas famílias com filhos com idades dos 6-15 anos, isto é, em idade escolar, mostram-se menos satisfeitas do que aqueles que não têm filhos nestas idades (figura 17).

Este dado pode ser entendido num contexto de horário de trabalho alargado dos pais, onde a necessidade de encontrar respostas sociais de apoio aos filhos após o terminus das aulas são escassas.

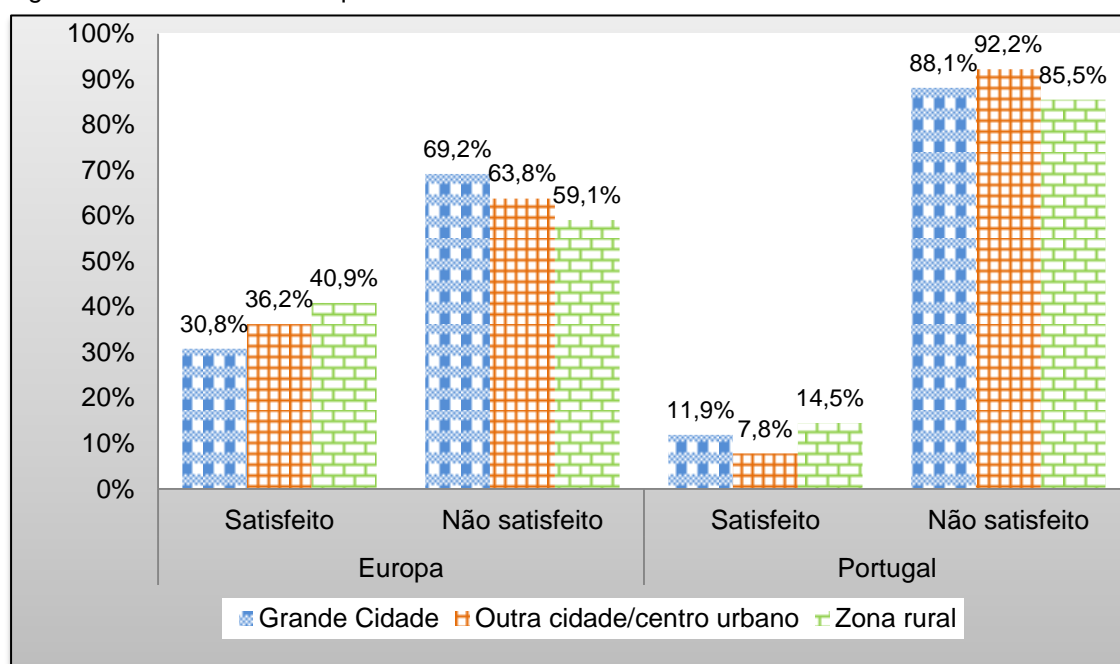
**Figura 17.** Satisfação com os serviços de apoio público às crianças em Portugal segundo o número e idade dos filhos dos inquiridos



Fonte: EB 247, (2008)

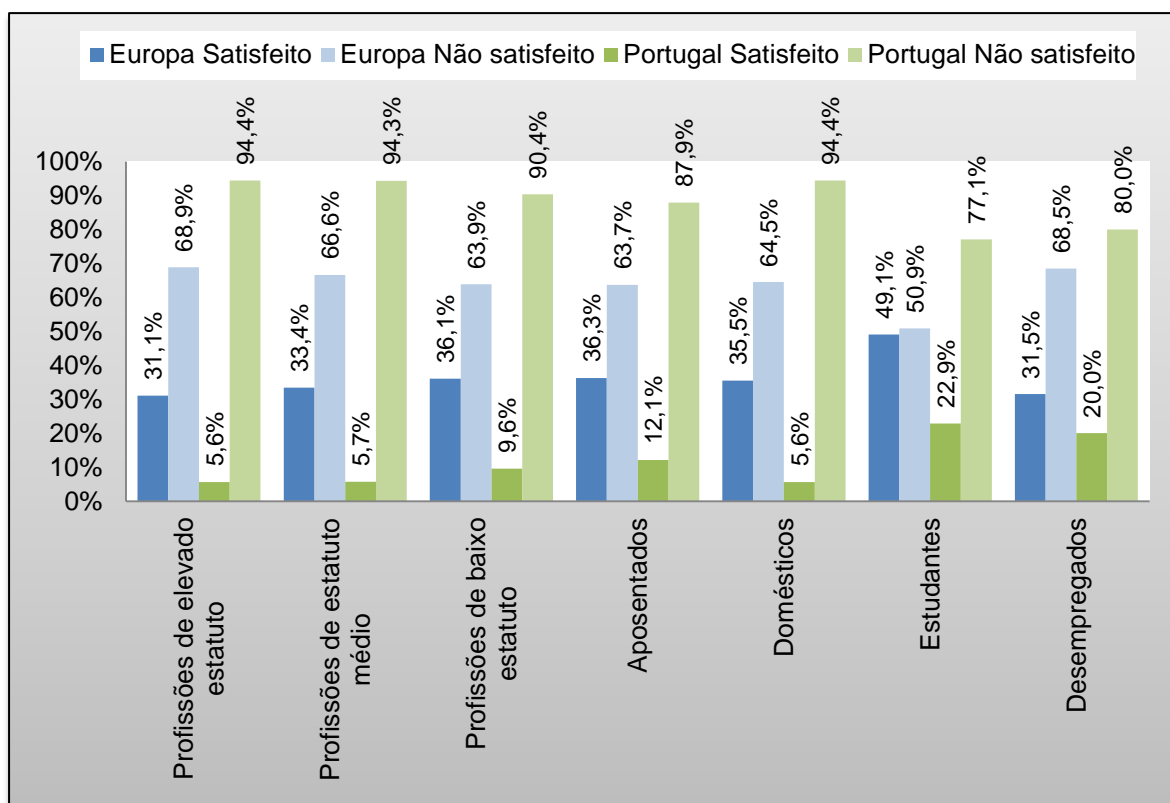
Para os serviços de apoio públicos a cuidadores de idosos dependentes verifica-se que aqueles inquiridos que vivem nas grandes cidades e centros urbanos mostraram-se menos satisfeitos do que aqueles que habitam nas zonas rurais, o mesmo acontece com as profissões de estatuto mais elevado (figura 18 e 19). Este resultado pode estar relacionado com a expectativa de mais soluções para este tipo de cuidado nos grandes centros urbanos, e onde residem os grupos profissionais de estatuto mais elevado, que em contexto rural pode ser colmatado com a solidariedade informal e daí um sentimento de menor necessidade e maior satisfação.

**Figura 18.** Satisfação com os serviços de apoio público a cuidadores de idosos dependentes segundo a residência dos inquiridos



Fonte: EB 247, (2008)

**Figura 19.** Satisfação com os serviços de apoio público a cuidadores de idosos dependentes segundo a estatuto socioprofissional dos inquiridos

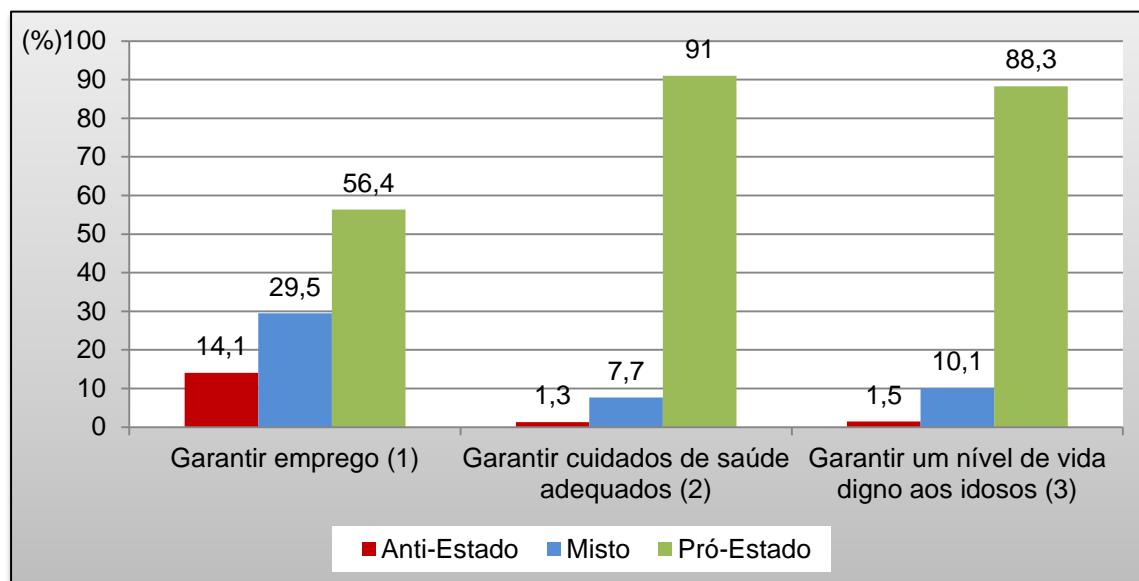


Fonte: EB 247, (2008)

### ***2.2.2. A responsabilidade do Estado versus o indivíduo na prestação de Bem-Estar Social: o estigma da pró-estatização do Bem-Estar Social e a “quimera” das expectativas e preferências sociais***

Quando se questiona acerca das responsabilidades que o Estado deve assumir em três áreas distintas, designadamente a criação de emprego, o garante dos cuidados de saúde e o nível de vida dos idosos apuramos três atitudes distintas: Pró-Estado, Misto e Anti-Estado. Verifica-se claramente, como atitude dominante, a responsabilização Pró-Estado ao nível do emprego (56,4%), saúde (91%) e velhice (88,3%) (figura 20).

**Figura 20.** Percepção geral acerca das Responsabilidades do Estado na Europa

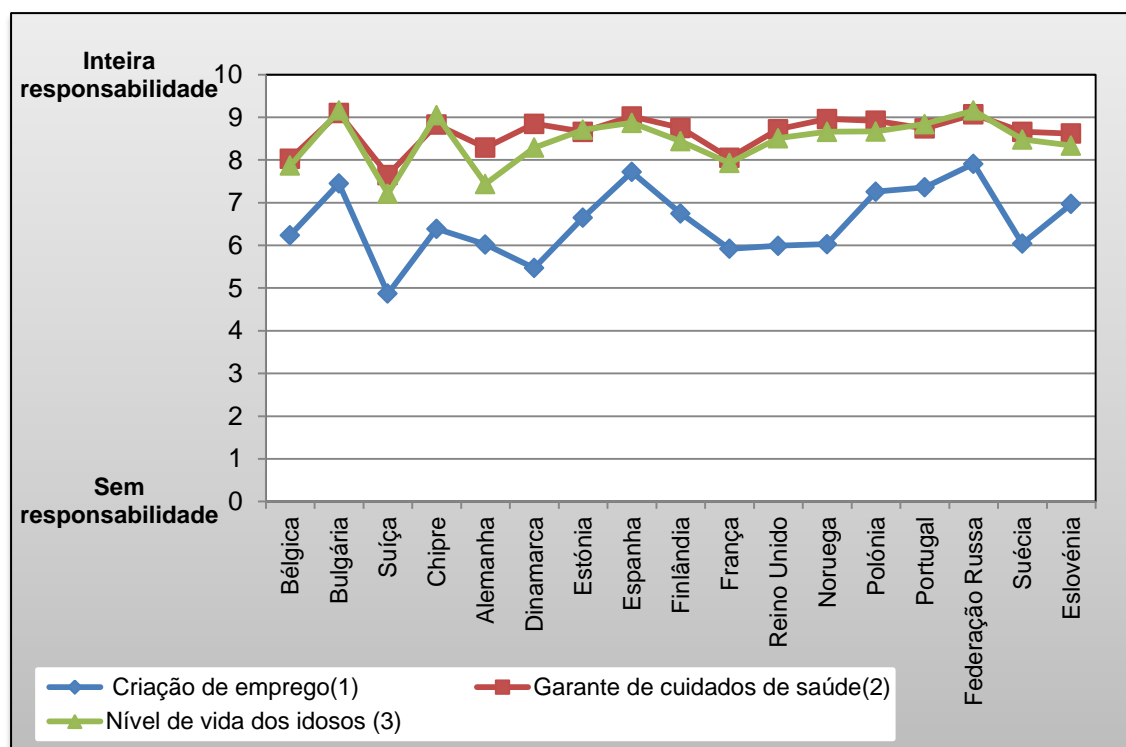


n total igual a 33405 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 390 casos; <sup>(2)</sup> 144 casos; <sup>(3)</sup> 157 casos.

Fonte: ESS 4, (2008)

Quando analisamos os países individualmente, verificamos na figura 21 que são os países do Leste Europeu como a Federação Russa, a Bulgária e a Polónia e do Sul como Espanha e Portugal, que mais se aproximam e defendem a inteira responsabilidade do Estado nestas três áreas de serviços aos cidadãos. Observamos ainda que, na globalidade, o garante dos cuidados de saúde e o nível de vida dos idosos enquanto responsabilidade do Estado adquire mais relevância que a criação de emprego.

**Figura 21.** Valor médio das Responsabilidades do Estado segundo país, numa escala de 0 (sem responsabilidade do Estado) a 10 (inteira responsabilidade do Estado)



n total igual a 33405 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 390 casos; <sup>(2)</sup> 144 casos; <sup>(3)</sup> 157 casos

Fonte: ESS4, (2008)

Com efeito, cada país da Europa desenvolveu um modelo de sistema de saúde fundamentado em características políticas, sociais, económicas e culturais específicas. Na Europa identificam-se dois modelos distintos de sistemas de saúde: o modelo *bismarckiano* e o modelo *beveridgeano*.

Confirma-se, sem margem para dúvida, que os inquiridos portugueses, no que aos serviços de saúde diz respeito e apesar das reformas levadas a cabo, defendem a matriz ideológica do serviço nacional de saúde inglês de *Beveridge*, que tem marcado no nosso país: público, universalista e integralmente estatizado, à semelhança dos países nórdicos e de outros do Sul da Europa. Inevitavelmente, este é também um modelo quase inteiramente financiado pelos impostos dos contribuintes, onde se gasta uma grande fatia do capital público, mas que não tem sido necessariamente equivalente a maior satisfação dos utentes. Muito se tem discutido sobre esta questão, e o caminho defendido pelos peritos parece ser o da partilha de responsabilidade entre os utentes do serviço, os prestadores privados de saúde e o estado. No entanto, percebemos destas evidências que os cidadãos não estão sensibilizados para estas questões de pormenor e vêem o Estado no topo da cadeia hierárquica de responsabilidades.

Na verdade, os cidadãos esperam que o vínculo de cidadania lhes confira serviços públicos de saúde eficientes e de qualidade, proporcionados pela figura do Estado. Porém, e, tal como os trabalhos de Sílvia Portugal (2014) concluíram, em virtude da robustez das relações informais e da fragilidade da relação formal entre Estado e indivíduos, as pessoas recorrem frequentemente aos “*laços sociais*”, fortes ou fracos, para conseguirem acesso aos cuidados de saúde, sejam públicos ou privados. É exactamente nesta dinâmica, que se implanta o papel das transferências intergeracionais enquanto produtor e facilitador no acesso aos cuidados de saúde.

Como elemento produtor pode circunscrever-se ao nível dos cuidados informais de saúde prestados na esfera familiar, a doentes, a idosos ou a crianças, mas também ao nível das práticas de medicina popular que vão sendo transferidas de geração em geração. Enquanto facilitador de acesso aos cuidados de saúde, pela via dos laços de parentesco que são accionados, sobretudo nesta área (e.g. médico, enfermeiro, psicólogo), para aceder a estes cuidados, e que alguma forma assegura aos seus familiares um nível de cuidados com mais qualidade.

O sistema de apoio e respostas sociais para pessoas com risco acrescido de vulnerabilidade, como os mais velhos, são essenciais para o seu bem-estar e passam essencialmente pela família e pelos equipamentos sociais (lares, centros de dia/noite, serviços de apoio domiciliário, centros de convívio) de origem privada ou pública.

Os inquiridos esperam do Estado um papel importante na protecção social, que apesar de um aumento significativo (49%) das respostas sociais orientadas para as pessoas mais velhas no período 2000-2014 e um crescimento da taxa de cobertura das respostas para esta população talvez ainda não solucione as necessidades existentes. Além disso, são observadas assimetrias, particularmente entre o interior e o litoral do país, onde os concelhos do interior do país exibem maior cobertura que os concelhos do litoral (GEP, 2014). Convém sublinhar que, e de acordo com o mesmo relatório, nos últimos anos tem sido evidente uma diminuição na utilização das diferentes respostas para a população idosa, observando-se taxas de utilização abaixo dos 80%. Provavelmente as dificuldades financeiras das famílias explicam essa tendência.

Não obstante e, de acordo com Portugal (2014) a intervenção da rede familiar nos cuidados aos idosos, por laços de sangue, predomina numa sociedade como a nossa, quer pela resistência das famílias à institucionalização dos idosos e pelo sentimento de obrigação do cuidar, quer pelo papel polarizador das mulheres nesta área.

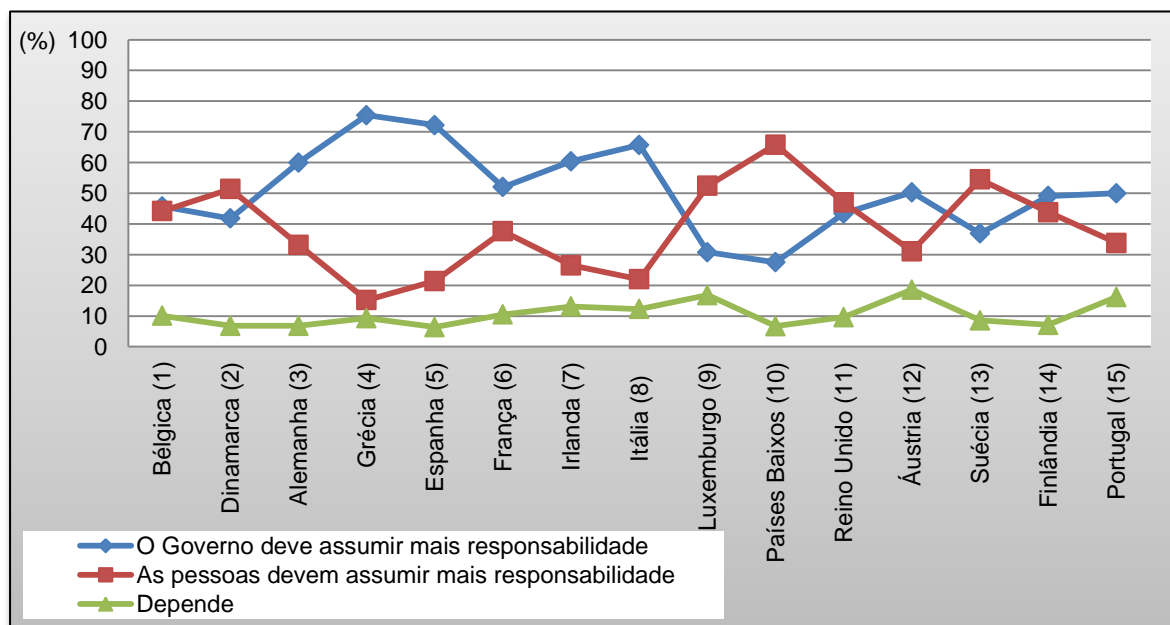
Podemos também destacar a posição da Suíça que se evidencia pelas médias mais baixas de pro-estatização para os três itens considerados. Percebe-se esta realidade considerando o seu sistema de financiamento/pagamento dos cuidados de

saúde (um sistema de seguro privado, que protege indivíduos/grupos, ficando as bonificações estabelecidas em função das características do risco), diferente dos seus congéneres europeus, muito semelhante aos Estados Unidos, e que alguns estudiosos entendem com um dos melhores sistemas de saúde da Europa, as respostas sociais disponíveis para os mais velhos e as baixas taxas de desemprego, além das renumerações altas praticadas.

Apesar da criação de emprego não aparecer tão destacado como a saúde e os cuidados aos idosos, enquanto responsabilidade do Estado, este resultado não desvirtua a centralidade do emprego na vida familiar e nas trajetórias individuais. Todavia, sabe-se que a inserção no mercado de trabalho é ainda influenciada principalmente pelo capital escolar. Segundo Portugal (2014), a definição das oportunidades e dos modos de ingresso no mercado de trabalho estão relacionadas fundamentalmente com a trajetória educativa e com o capital relacional. Assim, estes resultados parecem coerentes com as expectativas dos inquiridos que não encaram a responsabilização pelo emprego como área prioritária para o Estado.

Se compararmos com resultados mais recentes, e a nível global, a tendência geral vai exactamente no mesmo sentido: o da responsabilização do Estado de Bem-Estar na prestação de Bem-Estar Social, com os países a Leste e Sul de Europa (onde se inclui Portugal) a serem os grandes precursores desta filosofia (figura 22).

**Figura 22.** Responsabilidade do Estado de Bem-Estar na prestação de Bem- Estar Social



n total igual a 15417 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 5 casos; <sup>(2)</sup> 6 casos; <sup>(3)</sup> 10 casos; <sup>(4)</sup> 2 casos; <sup>(5)</sup> 31 casos; <sup>(6)</sup> 29 casos; <sup>(7)</sup> 15 casos; <sup>(8)</sup> 39 casos; <sup>(9)</sup> 7 casos; <sup>(10)</sup> 13 casos; <sup>(11)</sup> 17 cas.os; <sup>(12)</sup> 7 casos; <sup>(13)</sup> 17 casos; <sup>(14)</sup> 3 casos; <sup>(15)</sup> 33 casos.

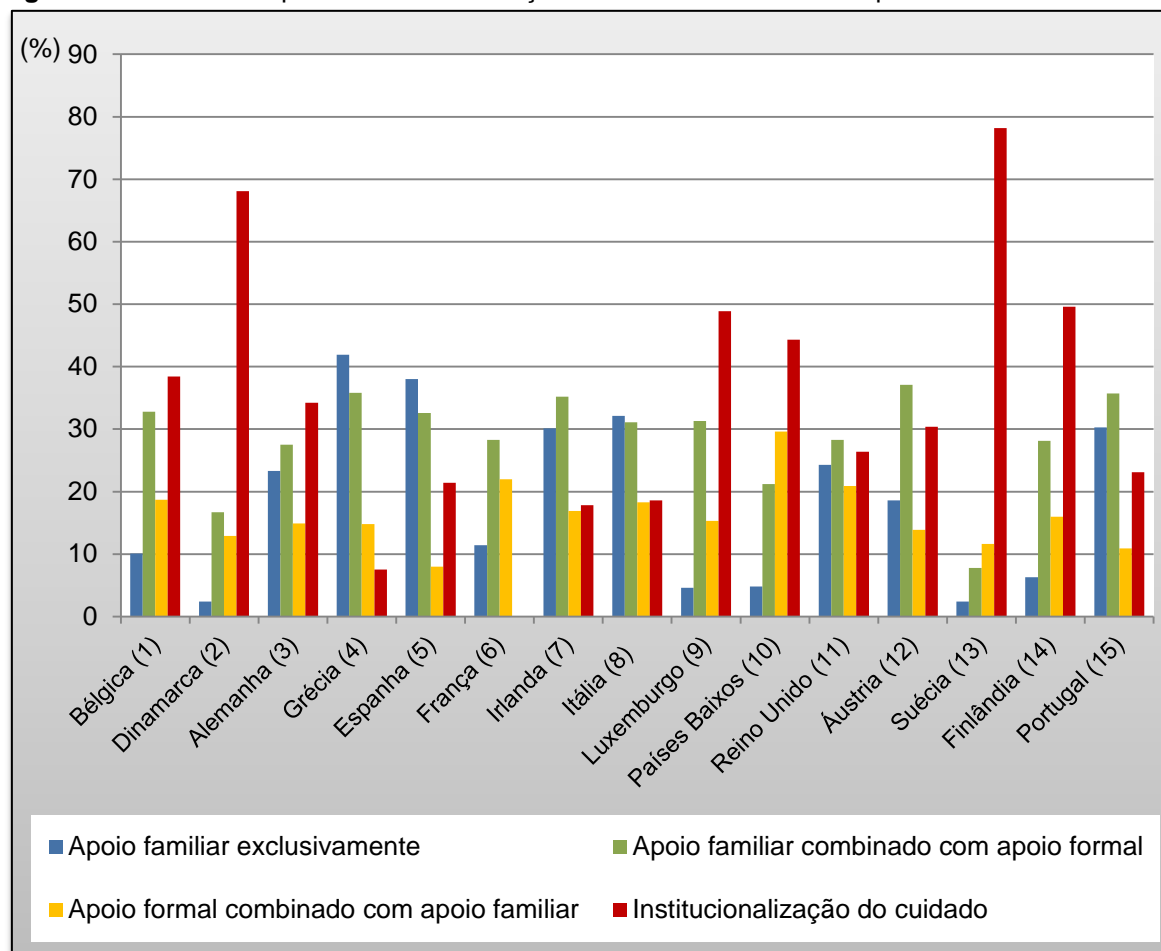
Fonte: EB 74.1, (2010)

Ainda no EB 74.1 foi questionado acerca dos cuidados a idosos dependentes: *“Imagine que um pai ou uma mãe idoso(a) mora sozinho(a) e não pode mais viver sem uma ajuda regular, devido ao seu estado de saúde física ou mental. Na sua opinião, qual seria a melhor opção para uma pessoa nesta situação? Em primeiro lugar? E em segundo lugar?”*. Foram dadas quatro opções de resposta que em termos metodológicos sintetizámos como preferências ou orientações normativas no campo do cuidado aos idosos dependentes: 1) a institucionalização do cuidado, que engloba a resposta *“Deveriam ir viver para uma instituição de saúde/clínica”*; 2) Apoio familiar exclusivamente, com a resposta *“Deveriam viver com um dos seus filhos”*; 3) Apoio familiar combinado com apoio formal, isto é, onde quem assume o papel principal de cuidador é a família complementado pelos apoios formais, para a resposta *“Um dos seus filhos deveria regularmente fazer-lhes uma visita para fornecer os cuidados necessários”*; 4) Apoio formal combinado com apoio familiar, onde contrariamente ao item anterior, o papel de cuidadores primários é assumido por entidades externas à família complementadas pela mesma, para a opção *“Serviços de ajuda públicos ou privados deveriam ir a suas casas para fornecer-lhes a ajuda e os cuidados adequados”*.

Deste modo, verificou-se que as preferências dos inquiridos europeus sobre quem deve ser o responsável pela prestação de cuidados a idosos dependentes recaem tendencialmente sobre a institucionalização das pessoas idosas e um regime misto de combinação entre o apoio familiar e formal, onde a família assume o papel de cuidador principal. O nosso país alinha parcialmente nesta tendência geral, se bem que com uma inclinação mais marcada na direcção familiar (figura 23).



**Figura 23.** Síntese das preferências em relação aos cuidados a idosos dependentes



n total igual a 15417 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 77 casos; <sup>(2)</sup> 42 casos; <sup>(3)</sup> 147 casos; <sup>(4)</sup> 101 casos; <sup>(5)</sup> 90 casos; <sup>(6)</sup> 123 casos; <sup>(7)</sup> 160 casos; <sup>(8)</sup> 139 casos; <sup>(9)</sup> 18 casos; <sup>(10)</sup> 97 casos; <sup>(11)</sup> 181 casos; <sup>(12)</sup> 167 casos; <sup>(13)</sup> 64 casos; <sup>(14)</sup> 53 casos; <sup>(15)</sup> 62 casos.

Fonte: EB 74.1, (2010)

A institucionalização dos mais velhos em Portugal é ainda uma opção pouco expressiva comparativamente aos países do Norte da Europa. A acontecer provavelmente está muito associada às perdas funcionais, psíquicas ou intelectuais, fruto das doenças crónico-degenerativas, que culmina necessariamente com a perda de autonomia dos mais velhos e com as dificuldades de conciliação das obrigações familiares e o mercado de trabalho. De acordo com Portugal (2014) existem duas argumentações que funcionam como entrave à institucionalização dos idosos no nosso país. Por um lado, a percepção negativista acerca destas estruturas de acolhimento, e por outro, o sentimento de que a família tem obrigação de cuidar das pessoas idosas. Estes níveis de solidariedade normativa, materializada no sentimento de responsabilidade filial ao nível da prestação de cuidados aos idosos favorecem a centralização do cuidar na família e as transferências de tempo no sentido ascendente.

Para perceber o impacto de um conjunto de variáveis (satisfação com a vida, país, sexo, idade, situação financeira, apreciação da qualidade e custos dos serviços a idosos, estado civil, tipo de comunidade, dimensão do agregado familiar) na probabilidade de diferentes tipos de orientação normativa em relação ao cuidado a idosos (expresso enquanto arranjo preferencial para prestar cuidados aos próprios pais) foi realizada uma análise multivariada apresentando-se de seguida os modelos de regressão logística binária encontrados (tabela 55).

A síntese dos modelos para os diferentes tipos de orientação normativa em relação ao cuidado a idosos mostram, na coluna mais à esquerda que o contexto político, institucional e cultural, a situação financeira, o tipo de comunidade e a idade são determinantes da orientação para a familização destes cuidados. Por outro lado, na coluna central, observa-se que o principal determinante da orientação para a familização apoiada por serviços formais é explicada essencialmente pela idade. Na coluna mais à direita, e no que diz respeito aos determinantes da orientação para a institucionalização dos cuidados, verifica-se que a satisfação com a vida, a situação financeira e o contexto político, institucional e cultural são variáveis explicativas.

**Tabela 55.** Modelos de regressão logística binária para estimar a probabilidade de diferentes tipos de orientação normativa em relação ao cuidado a idosos (expresso enquanto arranjo preferencial para prestar cuidados aos próprios pais)

	Determinantes da orientação para a familiarização			Determinantes da orientação para a familiarização apoiada por serviços formais			Determinantes da orientação para a institucionalização dos cuidados		
	B	Teste Wald	e <sup>B</sup>	B	Teste Wald	e <sup>B</sup>	B	Teste Wald	e <sup>B</sup>
Satisfação com a vida (base=insatisfeito)		5,641			2,907			4,795	
Neutro	-,210	3,240	,811	,156	2,848	1,169	-,144	1,960	,866
Satisfeito	-,029	,081	,972	,119	2,122	1,126	-,195*	4,655	,823
Percepção da situação financeira (base=muita dificuldade)		8,761			7,357			19,202	
Dificuldade	-,227	2,401	,797	,138	1,183	1,148	,099	,403	1,104
Alguma dificuldade	-,303*	5,531	,738	,204	3,283	1,226	,079	,327	1,082
Alguma facilidade	-,313*	5,735	,732	,240*	4,521	1,271	,098	,510	1,103
Facilidade	-,379**	7,738	,685	,160	1,931	1,174	,261	3,531	1,299
Muita facilidade	-,400**	6,638	,670	,124	,989	1,131	,344**	5,516	1,411
Apreciação da qualidade dos serviços a idosos (base=muito bom)		3,554			3,166			,341	
Algo bom	-,087	,497	,916	-,010	,014	,990	,039	,189	1,040
Algo mau	-,020	,023	,980	-,064	,486	,938	,027	,074	1,027
Muito mau	,099	,406	1,104	-,150	1,711	,860	-,002	,000	,998
Apreciação dos custos dos serviços a idosos (base=muito acessíveis)		8,445			3,403			3,145	
Acessíveis	,158	,926	1,171	,078	,544	1,081	-,081	,538	,922
Caros	,068	,167	1,070	,001	,000	1,001	,006	,003	1,006
Muito caros	-,097	,309	,907	,072	,378	1,075	,014	,012	1,014
Estado civil (base=viúvo)		15,965			9,428			3,347	
Casado	-,285**	7,052	,752	-,035	,179	,966	,135	2,186	1,144
Solteiro mas a viver com parceiro	-,161	1,322	,851	-,105	1,023	,900	,193	2,938	1,212
Solteiro	-,149	1,441	,862	-,140	2,214	,869	,116	1,252	1,122
Separado ou divorciado	-,507**	12,453	,603	,125	1,504	1,133	,073	,419	1,076
Sexo (base=feminino)	,002	,002	1,002	,028	,469	1,028	,020	,192	1,020

Idade (base=15 a 24 anos)	10,633			27,571			24,917		
25 a 34 anos	,195	2,602	1,215	-,208*	5,273	,812	-,030	,085	,970
35 a 44 anos	,135	1,229	1,144	-,174*	3,731	,841	-,011	,012	,989
45 a 54 anos	,325**	6,723	1,384	-,093	1,011	,912	-,248*	5,692	,780
55 a 64 anos	,324*	5,901	1,382	-,282**	8,282	,754	-,026	,056	,974
65 ou mais anos	,201	2,192	1,223	-,408**	16,834	,665	,113	1,053	1,120
Tipo de comunidade (base=rural)	6,141			1,738			,669		
Cidade pequena ou média	-,144*	4,736	,866	,030	,397	1,031	,013	,059	1,013
Grande cidade	-,139*	4,054	,870	,069	1,737	1,071	-,034	,339	,966
Dimensão do agregado familiar	,084	11,531	1,088	,002	,008	1,002	-,042	3,571	,959
País (base=Portugal)	662,789			238,464			1020,060		
Bélgica	-1,517**	98,256	,219	,193	3,543	1,213	,677**	34,983	1,968
Dinamarca	-2,584**	102,635	,075	-,698**	35,464	,498	1,837**	223,721	6,275
Alemanha	-,319**	8,645	,727	-,076	,654	,927	,323**	9,142	1,381
Grécia	,502**	19,532	1,652	,071	,458	1,074	-1,285**	61,630	,277
Espanha	,233	3,589	1,262	-,196	2,863	,822	-,117	,721	,889
França	-1,319**	74,197	,267	,034	,102	1,035	,680**	33,375	1,974
Irlanda	-,217	2,968	,805	,108	,984	1,115	-,361**	6,870	,697
Itália	-,100	,720	,904	,145	1,924	1,156	-,270*	4,368	,764
Luxemburgo	-2,690**	33,834	,068	-,101	,357	,904	1,142**	43,459	3,134
Países Baixos	-2,301**	128,955	,100	,198	3,646	1,219	,764**	44,572	2,147
Reino Unido	-,359**	8,946	,698	-,032	,095	,969	-,005	,002	,995
Áustria	-,733**	33,324	,480	-,023	,052	,977	,142	1,464	1,152
Suécia	-2,842**	105,949	,058	-1,369**	111,354	,254	2,335**	332,812	10,331
Finlândia	-1,883**	113,383	,152	-,007	,004	,993	1,049**	86,370	2,854
Constante = -,696 Hosmer e Lemeshow = 2,446			Constante = -,347 Hosmer e Lemeshow = 6,386			Constante = -1,173 Hosmer e Lemeshow = 6,245			
* Significante a 5%      ** Significante a 1%									

Fonte: EB 74.1, (2010)

Desta maneira, e sem muita surpresa os países nórdicos e do centro estão menos orientados para a familização dos cuidados aos idosos que o nosso país. Apenas a Grécia, parceiro a Sul da Europa, elege mais esta forma de cuidar do que Portugal. Estas evidências comprovam a existência de uma disparidade Norte/Sul na Europa, já encontrada em investigações nesta área, onde se retrata uma dotação exemplar de estruturas formais a este nível e uma fraca existência de normatividade e obrigação moral de os filhos cuidarem dos seus pais nos países mais a Norte comparativamente aos países do Sul (Daatland & Herlofson, 2003; Fokkema et al., 2008; Herlofson et al., 2011).

A gestão destes cuidados, confiada maioritariamente ao domínio familiar, espelha a heterogeneidade de políticas no campo dos cuidados formais no contexto europeu e a informalidade ou familismo destes cuidados nos países mediterrâneos, onde a Grécia se destaca. O que está em causa são sobretudo as orientações culturais e políticas dos sistemas de protecção social para os mais velhos, polarizadas em dois eixos: na priorização dos serviços formais de apoio (países nórdicos *versus* países sulistas) e nas elevadas transferências sociais (países mais centrais).

No mesmo sentido, o modelo de orientação para a institucionalização mostra que os países escandinavos e alguns centrais preferem claramente esta forma de cuidado relativamente a Portugal. Somente os países caracterizados com familistas (Grécia, Itália) e a Irlanda optam menos por esta medida que Portugal, o que comprova não só o distanciamento do nosso país face ao típico modelo familista, como também a particularidade do sistema social na Irlanda.

Já quando se foca a orientação para o cuidado da família apoiado pelo Estado, apenas a Dinamarca e a Suécia aparecem como únicos países com significâncias fortes no sentido de decidirem menos por este modo de cuidar dos mais velhos que Portugal, muito provavelmente consequência da forte estrutura formal de apoio, como aliás já aqui referimos.

Estes resultados trazem para a discussão as correntes sobre a forma de articulação existente entre a solidariedade intergeracional pública, formal e a solidariedade intergeracional privada ou informal. As transferências intergeracionais materializadas em tempo de cuidados aos idosos podem ser enfraquecidas pelo efeito “*crowding out*”, em que Estado substitui a família e a afasta dos cuidados aos idosos, ou contrariamente saem revigoradas pelo efeito “*crowding in*”, que alguns teóricos também designam por “*especialização*”, em que a intervenção pública reforça as transferências intergeracionais na esfera familiar numa lógica de partilha e complementaridade dos cuidados (Brandt, 2013; Brandt et al., 2009; Igel et al., 2009).

Um padrão misto de cuidados aos idosos tem sido o mais defendido na literatura e será naturalmente o caminho que mais beneficiará a pessoa idosa. Quando o Estado fornece apoio à família e partilha com ela a responsabilidade do cuidar, por um lado, alivia a sobrecarga e o desgaste físico e emocional desta tarefa e por outro, permite à família reorganizar-se em torno de cuidados mais instrumentais e afectivos.

Verifica-se também que os indivíduos que possuem mais conforto financeiro decidem menos pela familiarização dos cuidados aos idosos e mais pela institucionalização, o que se pode explicar nas famílias mais carenciadas pela impossibilidade de poder financiar outro tipo de apoio e pelos índices de pobreza que ainda são bastante elevados

na população. Nas famílias mais abastadas, obviamente a justificação está directamente relacionada com a maior almofada financeira disponível para este investimento e, simultaneamente pela pouca disponibilidade em tempo em virtude dos seus compromissos profissionais.

Outro aspecto que ressalta nesta tabela é o facto dos indivíduos casados, separados ou divorciados preferirem menos a familização dos cuidados aos idosos que os viúvos, o que pode constituir uma forma de evitar o isolamento social e ficar junto dos seus quando se perde o seu cônjuge e se fica só. Esta transição reveste-se de algum dramatismo na trajectória de vida das pessoas e quando já não há lugar à reconstituição da família nuclear e os descendentes estão afastados, resta a linha ascendente e o sentimento de responsabilidade filial que se traduz no cuidado aos pais mais velhos.

Nota-se também que os indivíduos com idades entre os 45 e 64 anos alinham mais nesta forma de cuidados que os mais novos, fruto provavelmente das ideologias mais tradicionalistas do papel da família e da probabilidade de nestas idades terem pais idosos para cuidar. Convém ainda sublinhar que os mais velhos são menos adeptos da familização apoiada por serviços formais do que os mais novos, mesmo em idades mais avançadas, superiores a 65 anos, presumivelmente pelas dificuldades de acesso e pela disponibilidade existente, situação que dificilmente os mais novos, ainda com pais muito jovens, se confrontam.

A comunidade citadina perfila menos a familização dos cuidados aos mais velhos que as comunidades rurais. Este resultado pode indiciar duas situações: a enorme quantidade de idosos que estão a viver no esquecimento e no anonimato dos grandes prédios das cidades, muitas vezes com graves dificuldades de mobilidade e sem apoio familiar, assim como a validação da importância e da vitalidade da rede de entreajuda familiar nas zonas mais rurais. Poder-se-á também aqui chamar para a discussão o papel fundamental do contexto de residência no envelhecimento, também já debatido em alguma literatura. A investigação tem demonstrado que as pessoas mais velhas do meio rural apresentam uma maior rede de familiares e amigos com influência na sua qualidade de vida e no seu bem-estar psicológico (Paúl, Fonseca, Martín & Amado, 2003; Paúl, 2005). Envelhecer numa comunidade rural, ainda muito associada à actividade agrícola, aparece como meio privilegiado de envelhecimento em família, na medida em que o ambiente rural favorece a conservação dos laços afectivos, níveis de contacto elevados e uma rede de vizinhança alargada, o que determina um maior apoio instrumental, emocional e psicológico (Sequeira & Silva, 2003).

Por último, no que diz respeito aos determinantes da orientação para a institucionalização dos cuidados, verifica-se que indivíduos mais satisfeitos com a vida

preferem menos esta forma de cuidar que os insatisfeitos, o que poderá estar relacionado com um percurso de experiências de vida menos positivas ou de maiores dificuldades ao nível familiar, como é o caso das famílias pouco funcionais, desmembradas e com pouca coesão.

De uma lista de seis opções para a prestação de cuidados a crianças em idade pré-escolar, a tabela 56 mostra que cerca de 64,8% dos inquiridos europeus elegeram como a melhor maneira de organizar este cuidado as creches públicas ou privadas/centros de dia (apoio aos tempos livres) /jardim-de-infância, seguidos dos cuidados pela mãe (51,8%) e dos avós/outros familiares (34,8%).

**Tabela 56.** Opinião acerca da melhor forma de organizar a forma de cuidar de crianças em idade pré-escolar

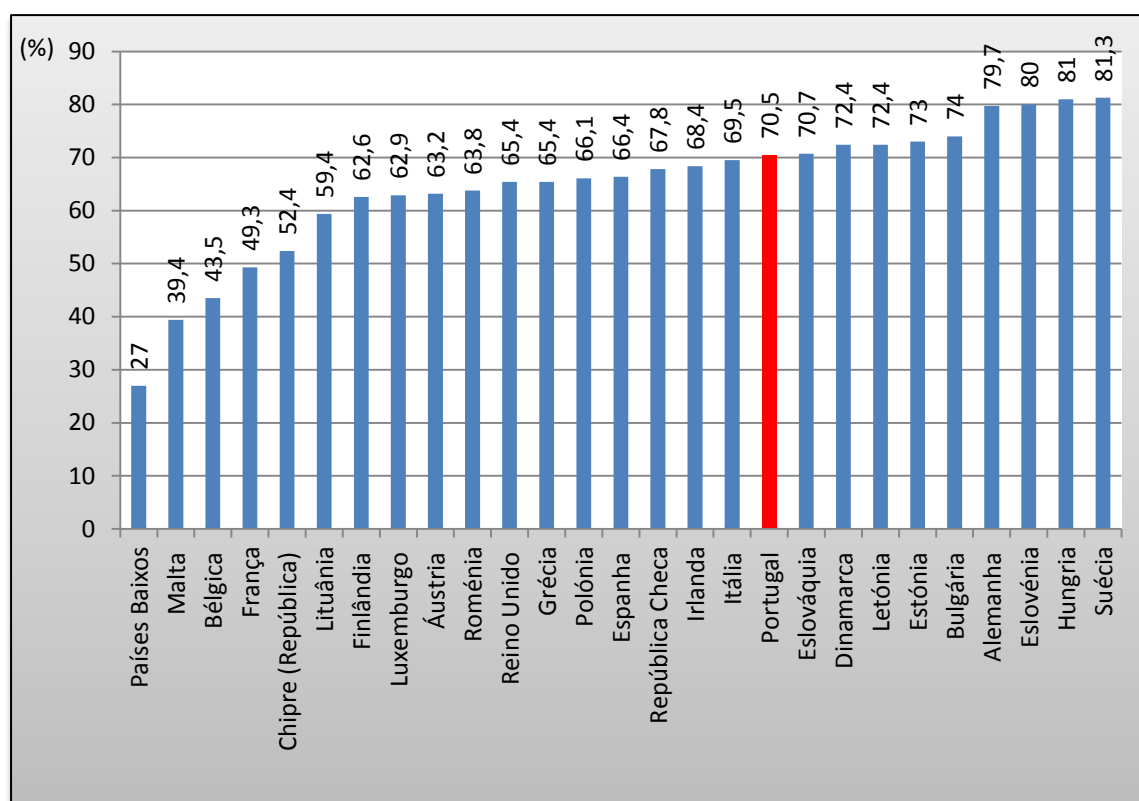
	% de casos
Creche pública ou privada / centros de dia (apoio aos tempos livres) / jardim-de-infância	64,8
Amas ou <i>baby sitters</i>	12,7
Cuidados fornecidos à criança numa casa particular por uma pessoa que está certificada para o efeito	13,5
A mãe toma conta dos filhos	51,8
O pai toma conta dos filhos	27,4
Avós ou familiares tomam conta dos filhos	34,8
Outra	1
Total <sup>(1)</sup>	100

n total=27081, com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 833 casos

Fonte: EB 247, (2008)

Neste âmbito, no contexto europeu e, como observamos na figura 24, Portugal segue esta tendência, aproximando-se dos países com maior inclinação para esta predilecção, isto é, dos escandinavos (e.g. Dinamarca e Suécia) e do Leste (e.g. Eslováquia, Letónia, Estónia, Bulgária, Eslovénia e Hungria).

**Figura 24.** % de inquiridos que declaram como melhor forma de cuidar dos filhos a "creche pública ou privada/centros de dia (apoio aos tempos livres)/jardim de infância"

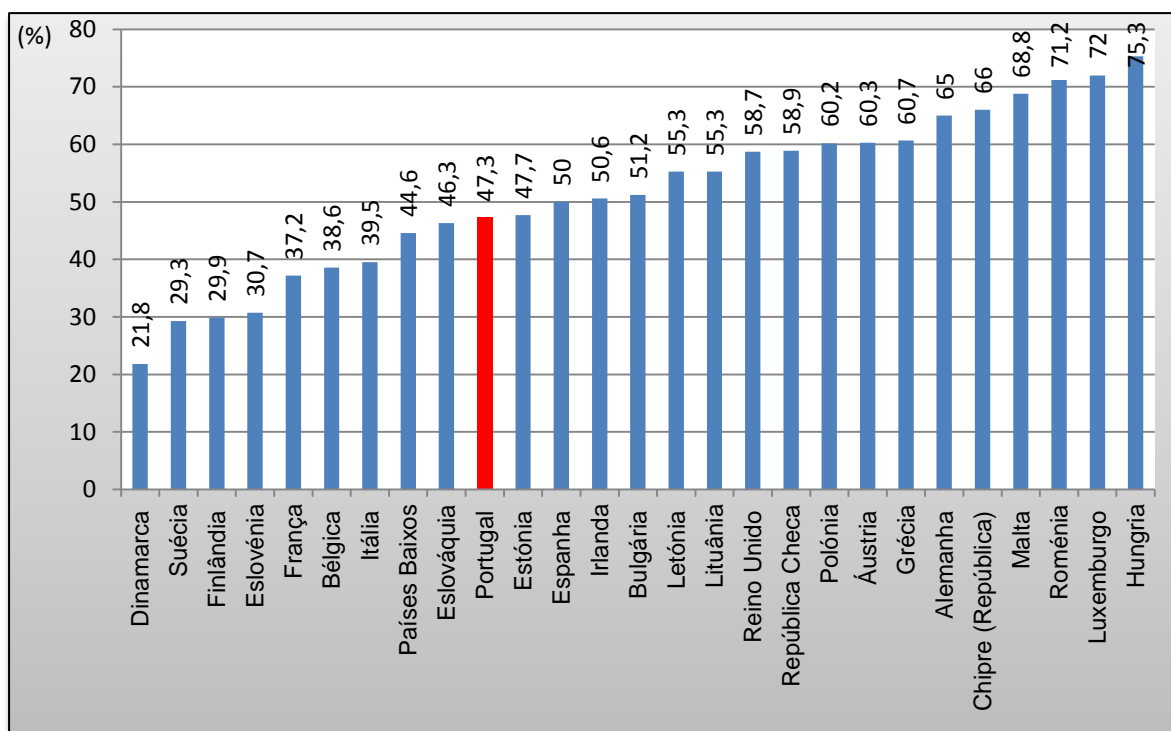


Fonte: EB 247, (2008)

De realçar ainda dois aspectos interessantes: a pouca expressividade da figura da mãe na guarda de crianças em idade pré-escolar e um resultado bastante significativo na expectativa de participação dos avós nos cuidados a estas crianças, com mais 50,1% dos inquiridos portugueses a preferirem esta opção (figura 25 e 26).

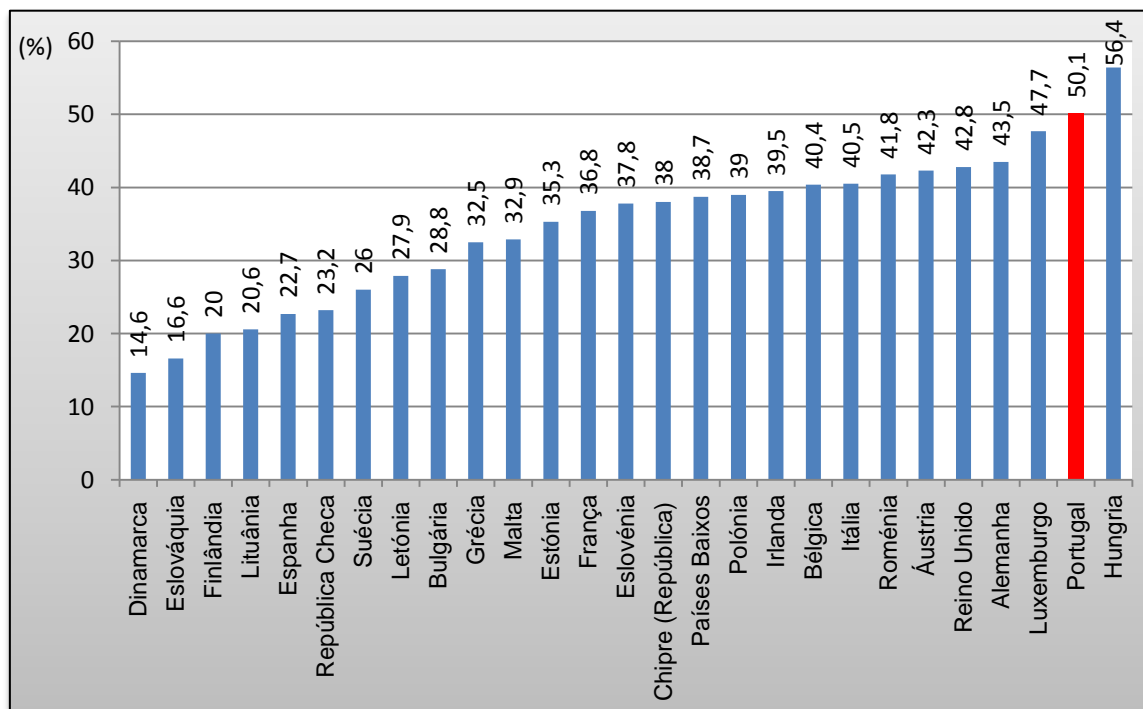


**Figura 25.** % de inquiridos que declaram como melhor forma de cuidar dos filhos "a mãe toma conta dos filhos"



Fonte: EB 247, (2008)

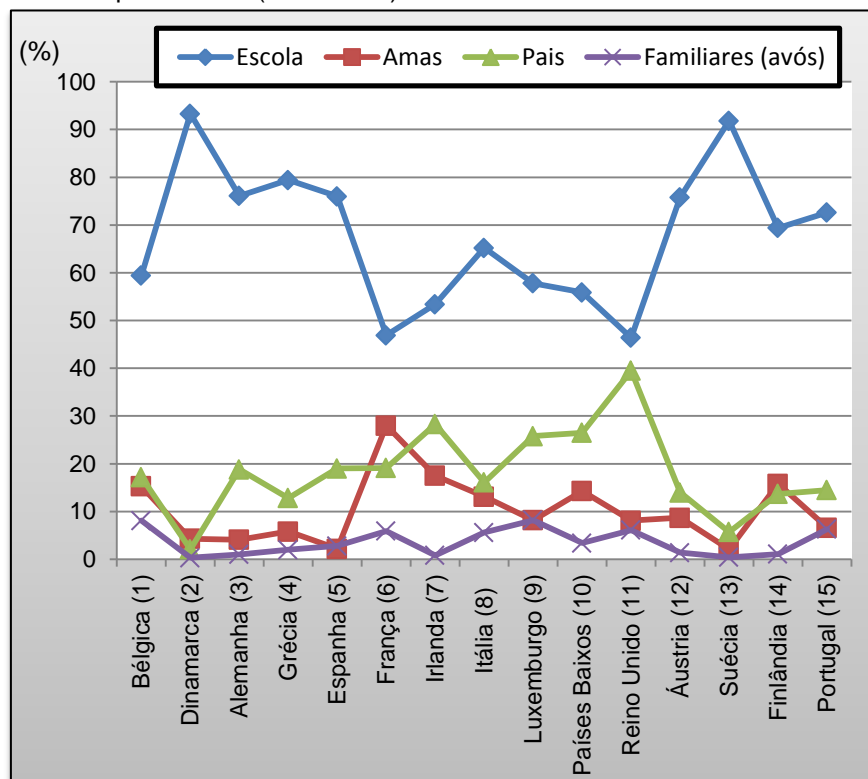
**Figura 26.** % de inquiridos que declaram como melhor forma de cuidar dos filhos "os avós ou familiares"



Fonte: EB 247, (2008)

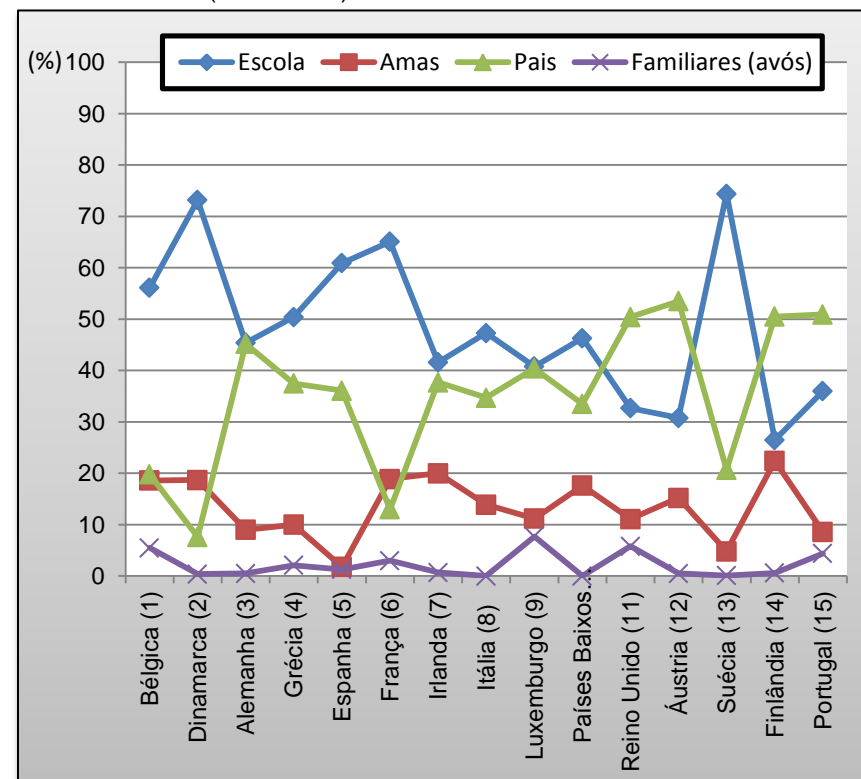
Numa análise sobre a educação pré-escolar, num contexto mais recente confirma-se a tendência inequívoca, europeia e portuguesa, para a preferência dos inquiridos pelas estruturas de apoio formal, as escolas. Contudo, quando se considera cuidados às crianças em idade infantil esta tendência enfraquece e aproxima-se da prelação pelos pais cuidadores (figura 27 e 28).

**Figura 27.** Síntese das preferências em relação aos cuidados a crianças em idade pré-escolar (3 a 5 anos)



n total igual a 15417 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 46 casos; <sup>(2)</sup> 39 casos; <sup>(3)</sup> 48 casos; <sup>(4)</sup> 12 casos; <sup>(5)</sup> 47 casos; <sup>(6)</sup> 166 casos; <sup>(7)</sup> 112 casos; <sup>(8)</sup> 70 casos; <sup>(9)</sup> 24 casos; <sup>(10)</sup> 59 casos; <sup>(11)</sup> 216 casos; <sup>(12)</sup> 29 casos; <sup>(13)</sup> 40 casos; <sup>(14)</sup> 10 casos; <sup>(15)</sup> 26 casos  
Fonte: EB 74.1, (2010)

**Figura 28.** Síntese das preferências em relação aos cuidados a crianças em idade infantil (0 a 3 anos)



n total igual a 15417 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 27 casos; <sup>(2)</sup> 42 casos; <sup>(3)</sup> 47 casos; <sup>(4)</sup> 12 casos; <sup>(5)</sup> 47 casos; <sup>(6)</sup> 90 casos; <sup>(7)</sup> 109 casos; <sup>(8)</sup> 71 casos; <sup>(9)</sup> 20 casos; <sup>(10)</sup> 66 casos; <sup>(11)</sup> 209 casos; <sup>(12)</sup> 25 casos; <sup>(13)</sup> 37 casos; <sup>(14)</sup> 11 casos; <sup>(15)</sup> 24 casos  
Fonte: EB 74.1, (2010)

Com efeito, a primeira infância é a etapa em que a educação constitui um marco importante no desenvolvimento das crianças e, como tal, os cidadãos esperam do Estado um conjunto de estruturas formais de acolhimento acessíveis e de qualidade. Na Europa existe uma grande variedade de serviços pré-escolares e, estes resultados reflectem não só a questão da disponibilidade de estruturas de educação pré-escolar e cuidados para a infância para as crianças, mas também o enquadramento legal destes serviços. Tal como consta no relatório da Rede Eurydice “*Números-Chave sobre a educação pré-escolar e cuidados para a infância na Europa*” existe um conjunto de países europeus que estabelece o direito legal a estes serviços, onde Portugal se inclui, e em alguns casos obriga à sua frequência, pelo menos no último ano da educação pré-escolar. O mesmo relatório conclui também, que a participação na educação pré-escolar e cuidados para a infância é pouco substancial entre as crianças com menos de três anos, mas precipita-se durante o ano ou os dois anos que precedem a entrada no primeiro ciclo (Comissão Europeia, 2014).

Neste sentido, podemos aferir um paradoxo no nosso país, por um lado a preferência e aceitação pelo acolhimento das crianças em idade pré-escolar nas estruturas formais de apoio, mas por outro, a expectativa de que os melhores cuidados são aqueles que são proporcionados pelos avós. Até aos três anos a centralidade dos cuidados é de base informal e familiar, preferencialmente fornecidos pelos pais, que provavelmente se vêem confrontados quer com a carência destas estruturas formais e consequentemente com a conciliação profissional, quer com os custos elevados destes serviços. É neste cenário que as transferências intergeracionais, por parte dos mais velhos, adquirem significado no domínio da prestação dos cuidados aos netos, materializado em tempo e dinheiro. Os avós aparecem com um recurso familiar de excelência que é accionado perante as necessidades dos seus descendentes.

Quando se procura perceber quais as variáveis que explicam a probabilidade de um indivíduo declarar ser expectável os avós cuidarem de crianças em idade pré-escolar o modelo encontrado através da regressão logística binária indica que é sobretudo a especificidade cultural e política de Portugal e o género que explicam este panorama (tabela 57).

Os portugueses inquiridos relativamente aos outros países europeus (excepção da Hungria) são aqueles que mais expectativas possuem em relação à participação dos avós no cuidado aos netos em idade pré-escolar, como já atrás se tinha constatado.

**Tabela 57.** Modelo de regressão logística binária para estimar a probabilidade de um indivíduo declarar ser expectável os avós cuidarem de crianças em idade pré-escolar

	B	Teste Wald	e <sup>B</sup>
<b>País (base=Portugal)</b>			
França	-,688**	42,414	,502
Bélgica	-,610**	31,900	,543
Países Baixos	-,744**	43,632	,475
Alemanha	-,401**	15,146	,669
Itália	-,642**	34,329	,526
Luxemburgo	-,304**	8,316	,738
Dinamarca	-1,896**	194,472	,150
Irlanda	-,685**	39,688	,504
Reino Unido	-,428**	16,140	,652
Grécia	-,924**	75,082	,397
Espanha	-1,410**	156,474	,244
Finlândia	-1,486**	162,259	,226
Suécia	-1,232**	118,932	,292
Áustria	-,539**	26,719	,583
Chipre (República)	-,574**	26,807	,563
República Checa	-1,431**	150,384	,239
Estónia	-,782**	53,081	,457
Hungria	,154	2,140	1,167
Letónia	-1,122**	101,397	,326
Lituânia	-1,434**	139,440	,238
Malta	-,969**	75,405	,379
Polónia	-,661**	38,435	,517
Eslováquia	-1,848**	207,057	,158
Eslovénia	-,698**	44,507	,498
Bulgária	-,985**	82,155	,374
Roménia	-,423**	15,978	,655
<b>Sexo (Base=homens)</b>			
Mulheres	,126**	15,262	1,134
<b>Idade (base=15 a 24 anos)</b>			
25-39 anos	,020	,072	1,020
40-54 anos	-,258**	11,254	,773
55 ou mais anos	-,007	,007	,993
<b>Território (base=rural)</b>			
Grande cidade	-,053	1,592	,949
Centros urbanos/outras cidades	,024	,458	1,024
<b>Escolaridade (base=sem escolaridade)</b>			
Escolaridade baixa	-,094	,488	,910
Escolaridade média	-,155	1,361	,856
Escolaridade elevada	-,306*	5,182	,737

Estudante	-,098	,366	,906
<b>Estatuto profissional (base=profissões alto estatuto)</b>			
Profissões de estatuto médio	,027	,238	1,027
Profissões de baixo estatuto	,086	1,379	1,090
Aposentados	,052	,545	1,053
Domésticos	,183*	5,994	1,201
Estudantes	,020	,025	1,020
Desempregados	,131	1,766	1,140
<b>Tipo de agregado (base= solteiros)</b>			
Matrimónio ou casal a viver em união de facto, sem filhos ou sem filhos a viver em casa	,063	1,910	1,065
Pai/mãe solteiro(a), um ou mais filhos a viver em casa	,213**	9,065	1,237
Matrimónio ou casal a viver em união de facto, com um ou mais filhos a viver em casa	,096*	3,596	1,101
<b>Crianças com menos de 6 anos (base=não)</b>			
1 filho	,032	,298	1,032
2 filhos	-,179*	3,628	,836
3 ou mais filhos	-,161	,629	,851
<b>Crianças com 6 a 15 anos (base=não)</b>			
1 filho	,025	,238	1,026
2 filhos	,082	1,481	1,085
3 ou mais filhos	-,299*	5,118	,741
<b>Crianças com mais de 15 anos (base=não)</b>			
1 filho	,024	,229	1,024
2 filhos	,071	2,190	1,073
3 ou mais filhos	-,039	,451	,961
<b>Situação financeira (base=muito difícil)</b>			
Muito confortável	,071	,540	1,074
Confortável	,058	,552	1,059
Temos de ter cuidado, mas conseguimos aguentar-nos	,054	,522	1,056
Temos dificuldade em chegar ao fim do mês	,019	,049	1,019

---

com dinheiro	
Constante = 0,154	Teste de Hosmer e
Lemeshow = 4,035	p = 0,854
-2 Log_likelihood = 25431,819	
* Significante a 10%	* Significante a 5%
** Significante a 1%	

---

Fonte: EB 247, (2008)

Trata-se sem dúvida de uma questão de género, onde as mulheres declararam mais essa expectativa que os homens. A tendência das mulheres esperarem que os avós participem no cuidado às crianças é cerca de 13% superior aos homens para todos os países europeus considerados no estudo. De facto, a desigualdade sexual nas tarefas e responsabilidades relacionadas com a guarda de crianças continua a ser algo intrincado na vida familiar. Apesar de ser uma realidade mais esbatida na sociedade como já verificámos no capítulo anterior não se pode negar a sua existência.

### ***2.2.3. Nível de vida dos pensionistas/reformados e a apreciação da qualidade e acessibilidade de alguns serviços públicos e sociais: a crença do embelezamento e o “atelier” de assimetrias***

Numa conjuntura de constrangimento orçamental e crescentes expectativas e exigências por parte da sociedade, um dos principais desafios que se coloca ao Estado relaciona-se com a criação de valor para os seus cidadãos, garantindo serviços sociais com qualidade e cada vez mais adaptados às necessidades da sociedade actual. Neste panorama, a melhoria da qualidade, da acessibilidade dos serviços públicos e das respostas sociais sobrevém como uma prioridade nos países mais desenvolvidos, onde Portugal se inclui.

A idade da atribuição de pensões de reforma tem aumentado e muito se tem discutido sobre os seus custos para as economias europeias e mundiais. Algumas medidas já foram implementadas na UE e envolvem acréscimos de impostos ou de contribuições para a segurança social o que afectará a qualidade de vida e o bem-estar destes indivíduos podendo em algumas situações forçar os pensionistas a precisar de trabalhar. Actualmente já se assiste a uma geração de pessoas mais velhas com um novo perfil, mais saudáveis com níveis de educação mais altos do que as das gerações anteriores e que frequentemente apreciam a sua vida profissional para a suspenderem por completo.

Os serviços de educação e cuidados na infância, e particularmente o pré-escolar em instituição foram sendo criados por toda a Europa no séc. XIX, resultado de um conjunto de factores, nomeadamente: o desenvolvimento da classe média e da noção da importância da socialização das crianças; as alterações nas estruturas familiares; a urbanização e industrialização bem como, o aumento do papel da mulher no mercado de trabalho (Bairrão & Tietze, 1995).

A relevância e a necessidade de uma educação e acolhimento na primeira infância de qualidade têm vindo a ser um dos corolários da UE, atribuindo-lhe uma série

de benefícios a curto e a longo prazo para os indivíduos e para a sociedade em geral. Actualmente reconhece-se que o investimento numa educação pré-escolar e cuidados para a infância de boa qualidade legitima a redução de “.... custos para a sociedade em termos de perda de talentos e ajuda a reduzir, a longo prazo, as despesas públicas com os sistemas social, de saúde e até de justiça” (Comissão Europeia, 2014, p.22).

Em Portugal, esta necessidade das famílias e da sociedade sentiu-se mais tardiamente, em virtude dos condicionalismos históricos, o que ocasionou um atraso no seu desenvolvimento, sendo ainda um dos países com taxas de cobertura muito baixas, quer na rede pública, quer na rede privada.

A tendência geral europeia acerca do nível de vida dos pensionistas/reformados e a prestação de serviços de cuidados infantis a preços acessíveis para os pais trabalhadores localiza-se num ponto intermédio de qualidade, conforme tabela 58.

**Tabela 58.** Tendência Europeia geral do nível de vida dos pensionistas e reformados e a prestação de serviços de cuidados infantis a preços acessíveis para os pais trabalhadores, numa escala de 0 (muitíssimo mau) a 10 (muitíssimo bom)

	Nível de vida dos pensionistas europeus <sup>(1)</sup>	Prestação de serviços de cuidados infantis a preços acessíveis para os pais trabalhadores <sup>(2)</sup>
n	33020	29820
$\bar{x}$	4,34	4,93
Mediana	4,00	5,00
$\sigma$	2,365	2,340
Mínimo	0	0
Máximo	10	10

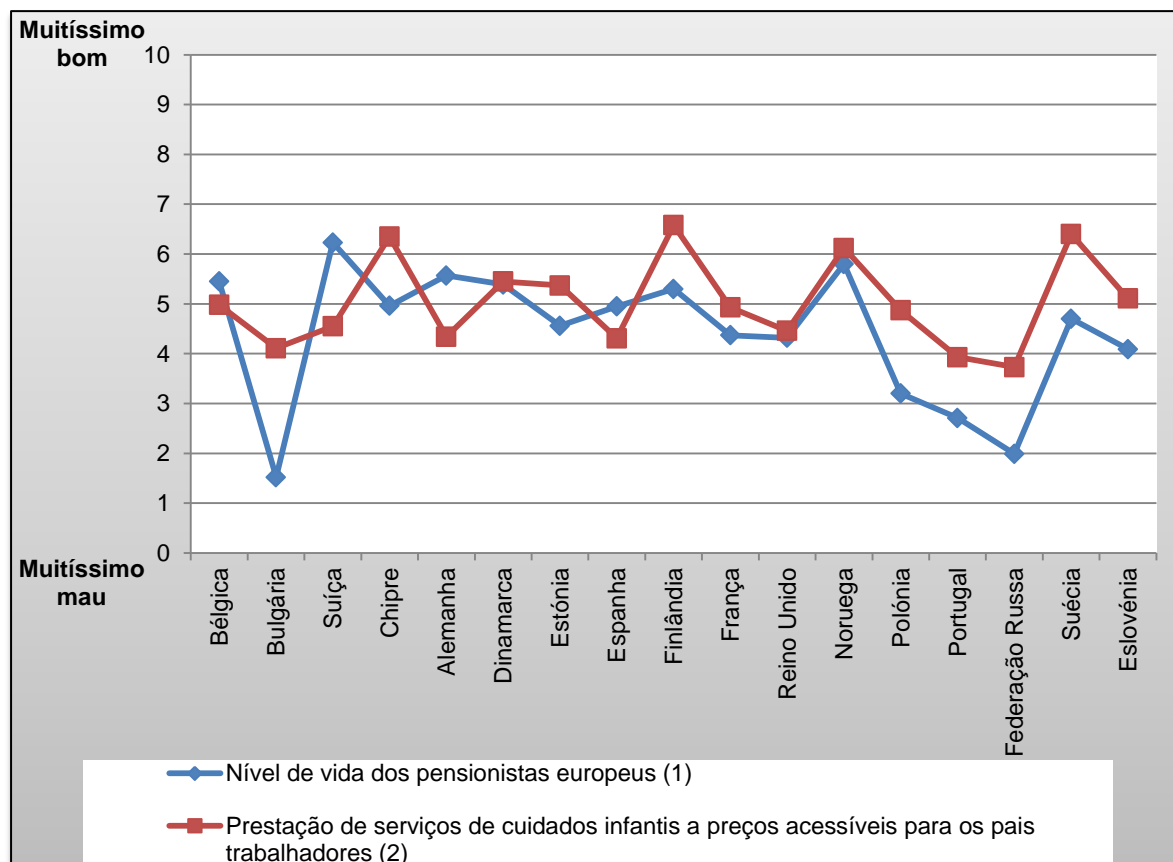
n total igual a 33405 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 385 casos; <sup>(2)</sup> 3585 casos

Fonte: ESS 4, (2008)

O nível de vida dos pensionistas e reformados são piores (aproximado do extremamente mau) nos países de Leste Europeu como a Bulgária e a Federação Russa e melhores (aproximado do extremamente bom) para os países do Norte e Centro da Europa como a Suíça, a Noruega, a Alemanha, a Bélgica, a Dinamarca e a Finlândia. Portugal encontra-se mais perto de um nível de vida mau dos pensionistas e reformados. No que se refere à existência de oferta de serviços de cuidados às crianças (a preços acessíveis) para pais trabalhadores na Europa verifica-se que são os países do Norte nomeadamente a Finlândia, a Noruega, e Suécia que melhor oferta disponibiliza aos seus pais trabalhadores. Curiosamente o Chipre destaca-se apresentando a terceira melhor média a nível destes serviços. Neste âmbito, Portugal fica na cauda da Europa obtendo a segunda pior média, logo atrás da Federação Russa, conforme figura 29.



**Figura 29.** Valor médio do nível de vida dos pensionistas e reformados e a prestação de serviços de cuidados infantis a preços acessíveis para os pais trabalhadores segundo o país, numa escala de 0 (muitíssimo mau) a 10 (muitíssimo bom)



n total igual a 33405 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 385 casos; <sup>(2)</sup> 3585 casos  
 Fonte: ESS 4, (2008)

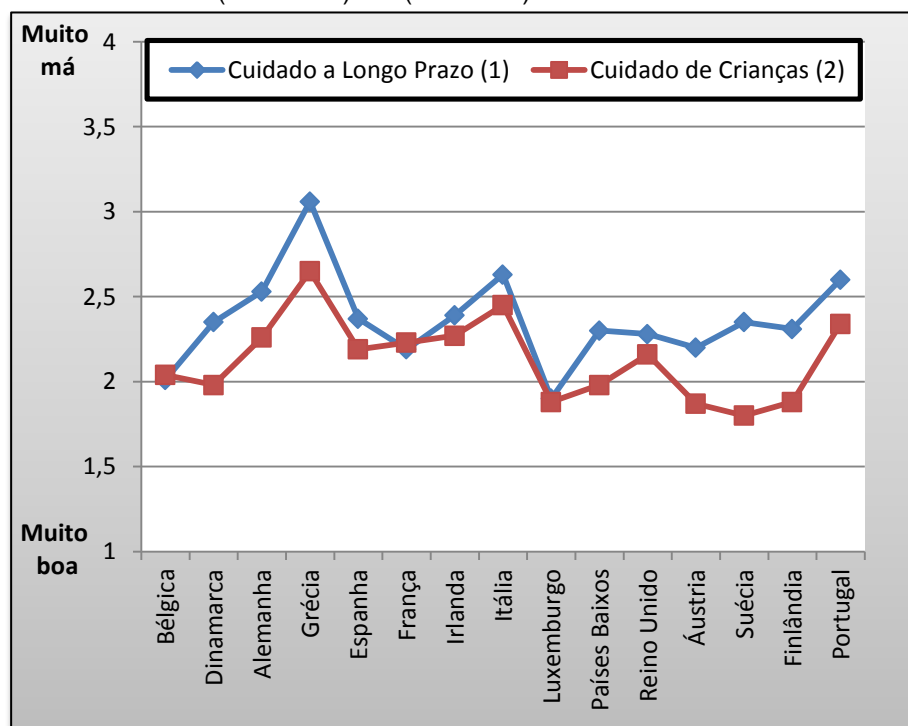
Na opinião dos inquiridos, acessibilidade de cuidados infantis ainda é manifestamente débil em Portugal, apesar do alargamento da rede e do aumento do número de crianças a frequentar o pré-escolar. Na realidade, a acessibilidade é uma condição decisiva para assegurar o acesso de todas as crianças à educação pré-escolar e aos cuidados infantis, particularmente no caso das crianças mais carenciadas, oriundas de famílias com rendimentos mais precários. Contudo, na maior parte dos países europeus, os pais têm de pagar os serviços de educação pré-escolar e acolhimento para as crianças até aos três anos (Comissão Europeia, 2014).

O mesmo se passa com o nível de vida dos pensionistas, o que em certa medida se compreende pelo cenário de crise que se tem vivido com o aumento do custo de vida e a desvalorização das pensões de reforma, o que de alguma forma empobreceu este grupo de pessoas e defraudou as expectativas de uma reforma condigna com a vida de trabalho que viveram.

Se relacionarmos estas questões com as solidariedades intergeracionais podemos deduzir que um nível de maiores dificuldades nos mais velhos se traduzirá em mais dificuldades nas trocas entre gerações, não só pelo capital, agora diminuído, como também pelo tempo, que pode competir com a necessidade de continuar a trabalhar no activo para se sustentar. Este cenário, no limite, pode comprometer a vida profissional dos filhos adultos, em especial dos pais trabalhadores, nas famílias mais desfavorecidas, que não podendo fazer face às despesas com os filhos e não possuindo qualquer apoio familiar ou da rede social são obrigados a deixar o emprego a tempo inteiro, agravando necessariamente as suas condições de vida e acentuando as desigualdades sociais e económicas.

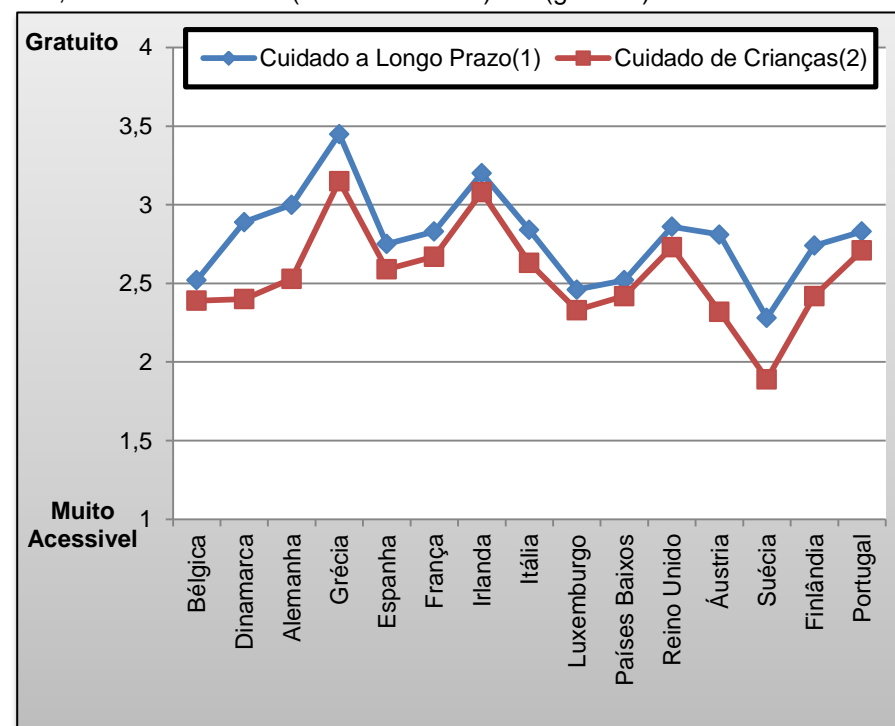
Numa análise a um período mais recente, de uma forma geral o valor médio de qualidade e acessibilidade nas respostas sociais nos serviços públicos, nos cuidados a longo prazo e nos cuidados a crianças na Europa assume numa posição intermédia, entre muito bom e muito mau com tendência para esta última, principalmente no que respeita à acessibilidade aos serviços, conforme figura 30 e 31 respectivamente.

**Figura 30.** Valor médio Qualidade dos Serviços Sociais segundo o País, numa escala de 1 (muito boa) a 4 (muito má)



n total igual a 15417 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 2634 casos; <sup>(2)</sup> 2947 casos  
 Fonte: EB 74.1, (2010)

**Figura 31.** Valor médio da Acessibilidade dos Serviços Sociais segundo o País, numa escala de 1 (muito acessível) a 5 (gratuito)



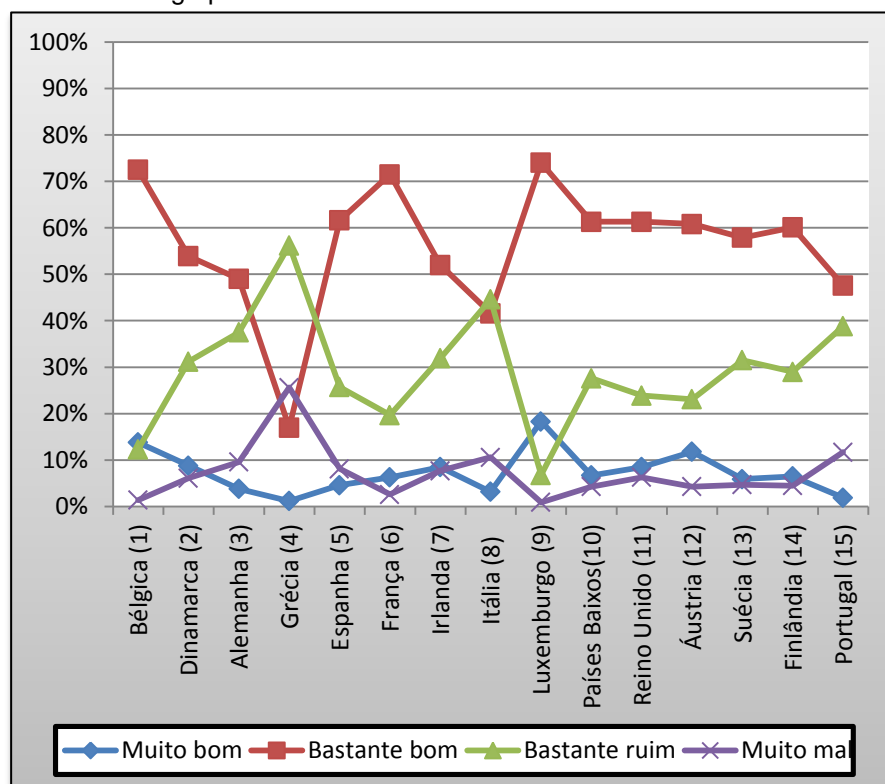
n total igual a 15417 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 2798 casos; <sup>(2)</sup> 2977 casos  
 Fonte: EB 74.1, ( 2010)

Na realidade e fazendo uma análise mais pormenorizada nas figuras 32, 33, 34 e 35 verificamos que contrariamente aos descontentamentos que possam subsistir, a maior parte dos europeus inquiridos considera a um nível bastante bom de qualidade alguns dos seus serviços públicos nos cuidados a longo prazo e os serviços de cuidados a crianças, muito embora no caso particular dos primeiros não sejam muito acessíveis.

Portugal não demonstra de forma tão óbvia esta tendência, uma vez que as opiniões dividem-se de forma muito equilibrada entre o bastante bom e mau no que respeita à qualidade dos serviços e uma diferença bastante ténue entre o bastante acessível e o não muito acessível. Ou seja, parece manifestar-se uma discrepância de opiniões, uns pela positiva, outros pela negativa, o que pode comprovar as fortes assimetrias existentes no acesso e na prática da qualidade dos serviços de cuidados a longo prazo e a crianças.

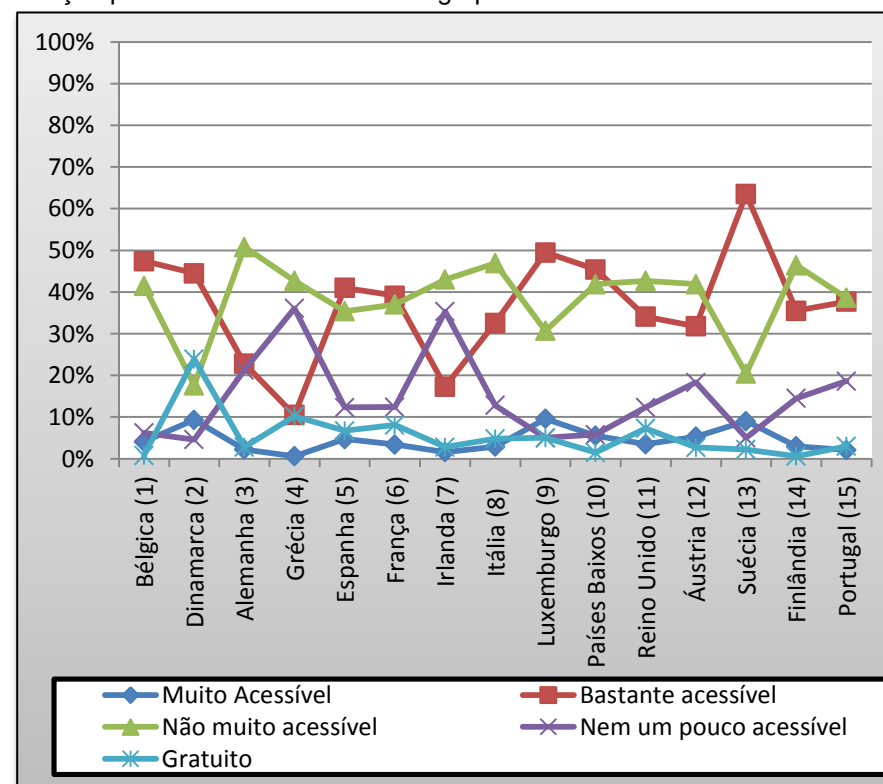
Do serviço público enquanto serviço social que propicia o “bem comum”, espera-se que as suas respostas públicas se encontrem disponíveis e acessíveis a todos os que dela carecem e com capacidade para resolver os problemas com qualidade, o que não parece não acontecer e desencanta as expectativas dos portugueses relativamente ao Estado. Esta situação repercute-se ao nível das transferências intergeracionais, acentuando as disparidades sociais e económicas ao nível das famílias.

**Figura 32.** Apreciação da qualidade de alguns serviços públicos nos cuidados a longo prazo



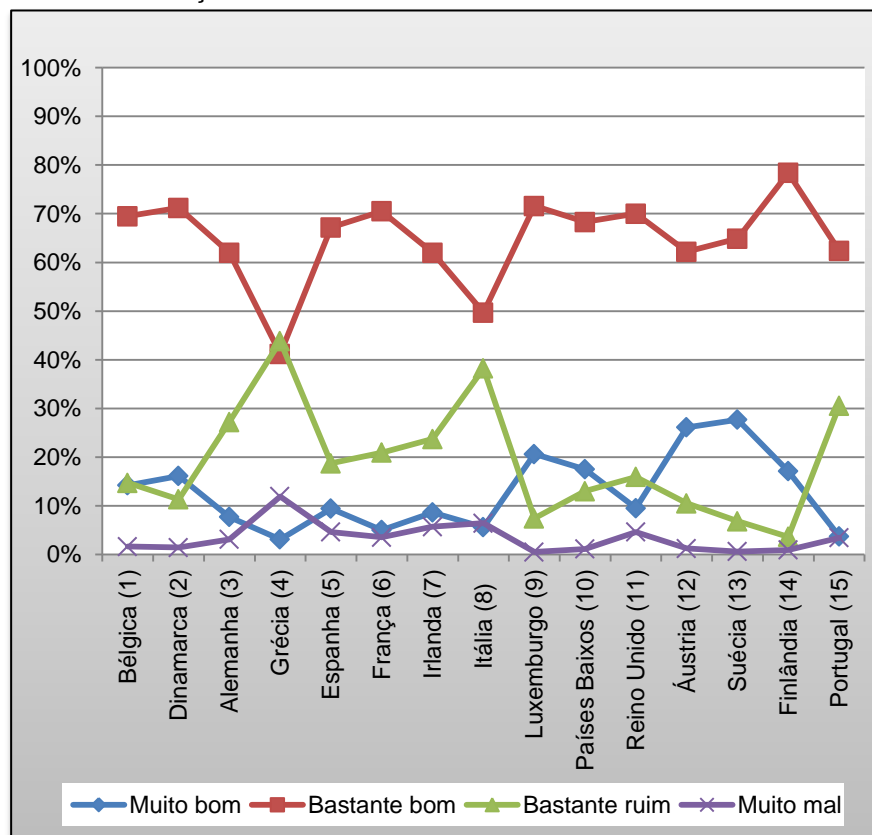
n total igual a 15417 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 86 casos; <sup>(2)</sup> 58 casos; <sup>(3)</sup> 301 casos; <sup>(4)</sup> 80 casos; <sup>(5)</sup> 360 casos; <sup>(6)</sup> 243 casos; <sup>(7)</sup> 250 casos; <sup>(8)</sup> 261 casos; <sup>(9)</sup> 61 casos; <sup>(10)</sup> 88 casos; <sup>(11)</sup> 321 casos; <sup>(12)</sup> 100 casos; <sup>(13)</sup> 148 casos; <sup>(14)</sup> 106 casos; <sup>(15)</sup> 171 casos; <sup>(16)</sup> 2634 casos  
Fonte: EB 74.1, (2010)

**Figura 33.** Apreciação da acessibilidade aos serviços sociais de alguns serviços públicos nos cuidados a longo prazo



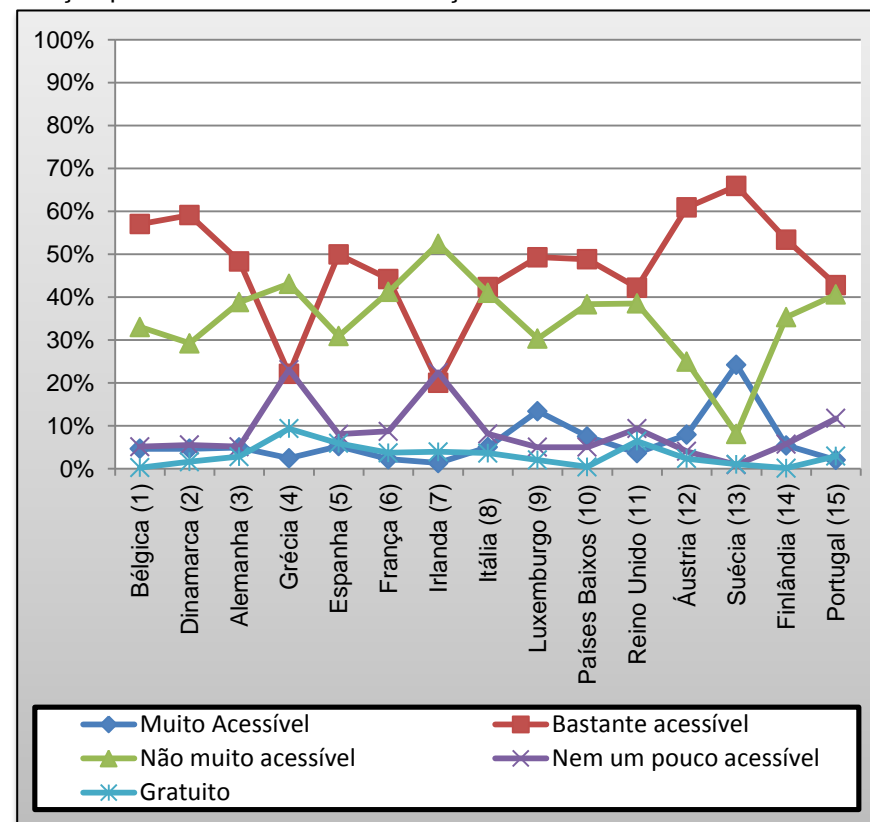
n total igual a 15417 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 87 casos; <sup>(2)</sup> 151 casos; <sup>(3)</sup> 212 casos; <sup>(4)</sup> 86 casos; <sup>(5)</sup> 311 casos; <sup>(6)</sup> 277 casos; <sup>(7)</sup> 230 casos; <sup>(8)</sup> 241 casos; <sup>(9)</sup> 62 casos; <sup>(10)</sup> 118 casos; <sup>(11)</sup> 330 casos; <sup>(12)</sup> 88 casos; <sup>(13)</sup> 259 casos; <sup>(14)</sup> 159 casos; <sup>(15)</sup> 187 casos  
Fonte: EB 74.1, (2010)

**Figura 34.** Apreciação da qualidade de alguns serviços públicos no cuidado de crianças



n total igual a 15417com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 90 casos; <sup>(2)</sup> 87 casos; <sup>(3)</sup> 196 casos; <sup>(4)</sup> 98 casos; <sup>(5)</sup> 320 casos; <sup>(6)</sup> 327 casos; <sup>(7)</sup> 315 casos; <sup>(8)</sup> 206 casos; <sup>(9)</sup> 76 casos; <sup>(10)</sup> 196 casos; <sup>(11)</sup> 468 casos; <sup>(12)</sup> 79 casos; <sup>(13)</sup> 115 casos; <sup>(14)</sup> 104 casos; <sup>(15)</sup> 270 casos  
Fonte: EB 74.1, (2010)

**Figura 35.** Apreciação da acessibilidade aos serviços sociais de alguns serviços públicos no cuidado de crianças



n total igual a 15417com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 111 casos; <sup>(2)</sup> 125 casos; <sup>(3)</sup> 187 casos; <sup>(4)</sup> 94 casos; <sup>(5)</sup> 276 casos; <sup>(6)</sup> 363 casos; <sup>(7)</sup> 267 casos; <sup>(8)</sup> 170 casos; <sup>(9)</sup> 79 casos; <sup>(10)</sup> 188 casos; <sup>(11)</sup> 418 casos; <sup>(12)</sup> 98 casos; <sup>(13)</sup> 176 casos; <sup>(14)</sup> 168 casos; <sup>(15)</sup> 257 casos  
Fonte: EB 74.1, (2010)

#### 2.2.4. Entre as obrigações familiares e o desencanto da vida profissional

Numa conjectura marcada pelo envelhecimento populacional, as políticas sociais direccionadas para a velhice, de modo a estruturar as relações entre a velhice e a sociedade, assumem uma importância vital. Sabe-se que as que existem, pelo menos em Portugal, são insuficientes e padecem de fortes assimetrias regionais. Os seus efeitos fazem-se sentir impreterivelmente na sociedade, família e ao nível dos indivíduos. Perante uma solidariedade pública pouco desenvolvida o enfoque vai para a solidariedade de natureza familiar, baseada em sentimentos de obrigação e de afectividade.

O modelo da solidariedade familiar entre gerações integra a solidariedade normativa, relacionada com a força das obrigações sentidas entre os membros da família no desempenho dos papéis familiares, seguindo padrões diferentes nos vários países da Europa muito por causa das estruturas culturais e contextuais. Globalmente a literatura indica que é mais forte nos países familistas e de Leste do que nos países com Estados de Bem-Estar generosos, como os nórdicos (Daatland & Herlofson, 2003; Fokkema et al., 2008; Herlofson et al., 2011).

Os resultados da tabela 58 indicam-nos que os inquiridos entendem que as políticas sociais têm de facto um impacto positivo ao nível da conciliação entre trabalho e família (56,7%) facilitando-o, da solidariedade social (40,7%) e familiar (46,1%). Porém, essa positividade é mais marcada ao nível da conciliação entre trabalho e família e menos clara ao nível de ambas as solidariedades.

**Tabela 59.** Percepção geral dos efeitos dos serviços e apoios sociais em diferentes áreas da vida na Europa

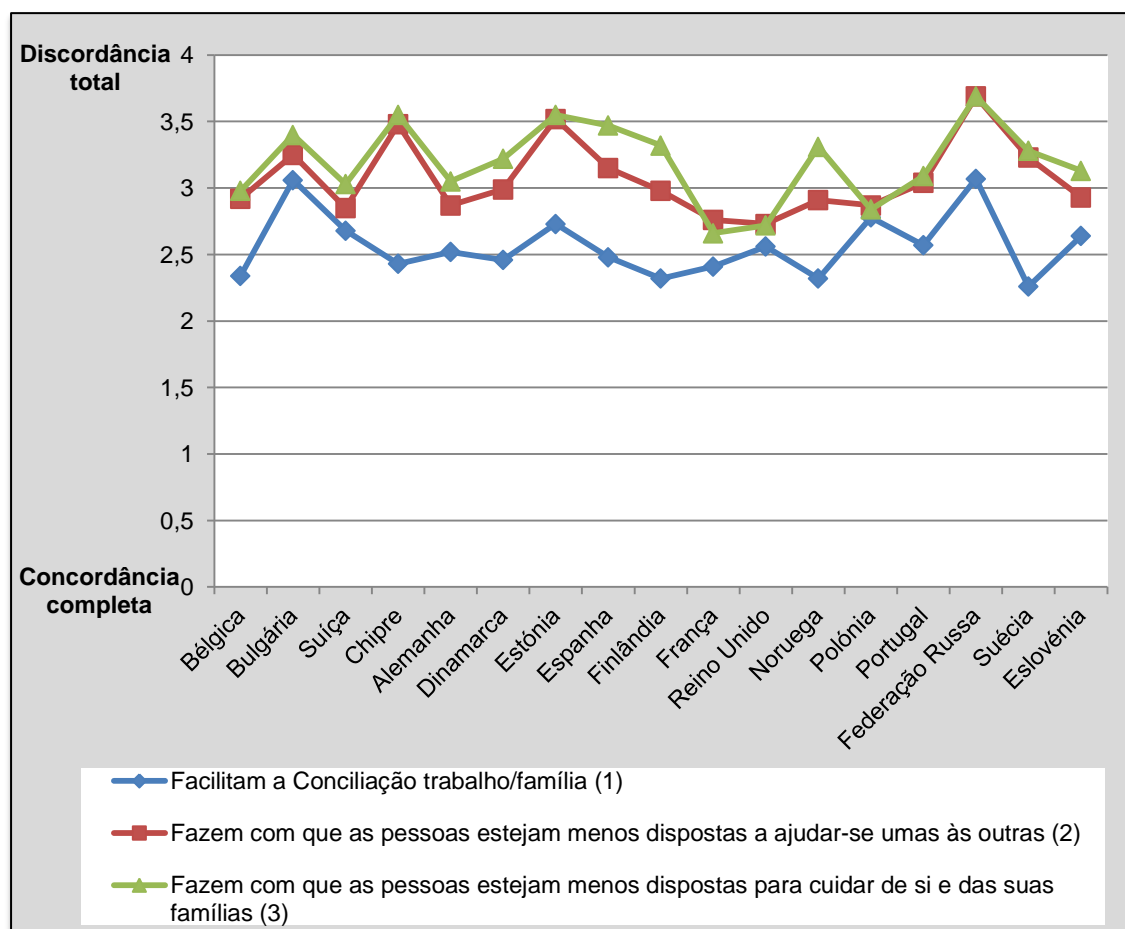
	Conciliação trabalho/família <sup>(1)</sup>		Impacto na solidariedade social <sup>(2)</sup>		Impacto na solidariedade familiar <sup>(3)</sup>	
	n	%	n	%	n	%
Impacto positivo	17860	56,7	13166	40,7	14922	46,1
Posição neutra	8378	26,6	7534	23,3	7469	23,1
Impacto negativo	5265	16,7	11653	36,0	9990	30,9

n total igual a 33405 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1902casos; <sup>(2)</sup> 1051casos; <sup>(3)</sup> 1024 casos

Fonte: ESS 4, (2008)

Quando se faz uma análise individual por país observa-se na figura 36 que os resultados são semelhantes, embora com diferenças residuais ao nível dos países de Leste, que apresentam uma tendência para discordarem que as políticas sociais facilitam a conciliação entre trabalho e família e fazem com que as pessoas se mostrem menos dispostas à solidariedade familiar e social. Portugal encontra-se numa posição intermédia.

**Figura 36.** Valor médio dos impactos dos serviços e apoios sociais segundo o país, de um mínimo (concordância completa) a um máximo (discordância total)



n total igual a 33405 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1902casos; <sup>(2)</sup> 1051casos; <sup>(3)</sup> 1024 casos

Fonte:ESS 4, (2008)

Na opinião geral em qualquer dos países considerados nota-se o reconhecimento pela importância e a expectativa elevada da intervenção do Estado enquanto elemento facilitador/regulador do Bem-Estar e da solidariedade social e familiar, bem como na conciliação entre trabalho e família.



Quando questionados sobre as principais dificuldades na vida familiar, e de acordo com os resultados da tabela 60, os inquiridos relatam que são essencialmente relacionadas com os custos, nomeadamente os custos elevados com a habitação (44,5%) e associados à criação dos filhos (33,8%). O que menos preocupa as famílias neste contexto das dificuldades quotidianas é partilha desigual das tarefas domésticas entre companheiros/parceiros (6,3%).

**Tabela 60.** Dificuldades diárias mais relevantes na vida familiar da amostra

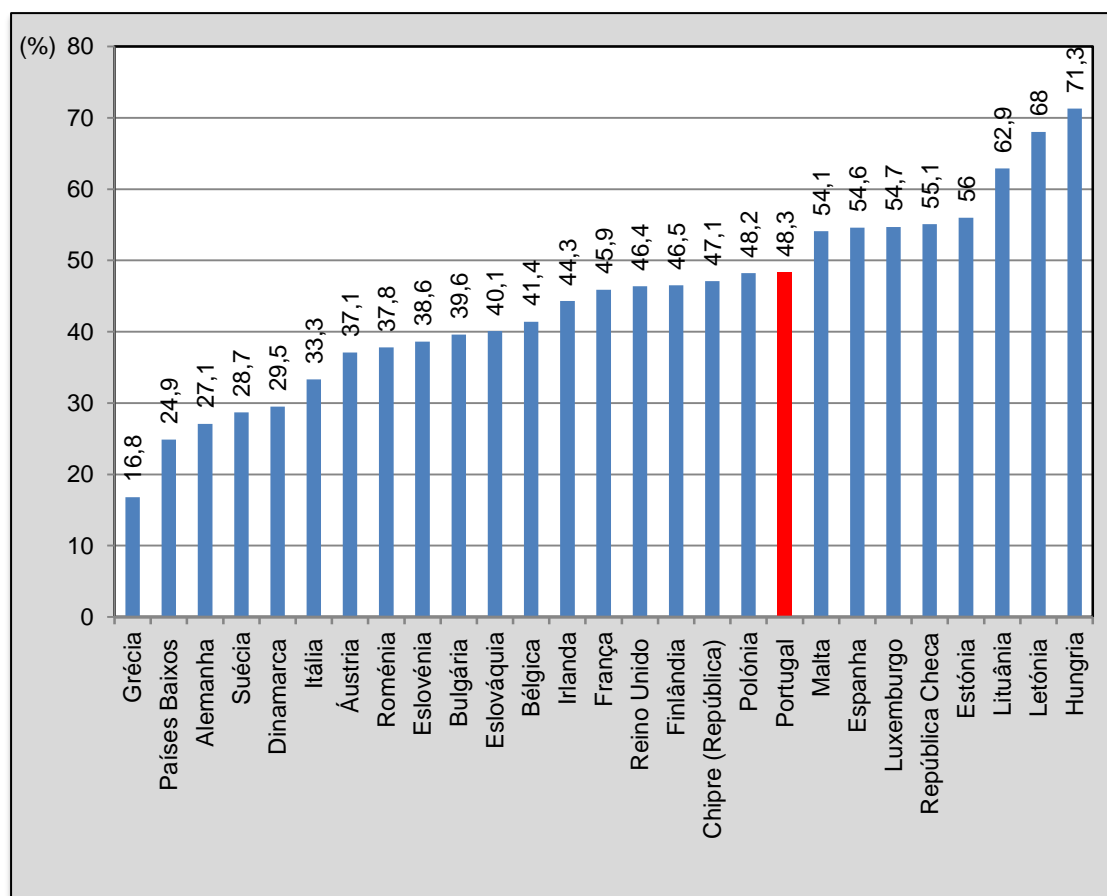
	% de casos
O custo elevado de criar filhos	33,8
Os custos elevados da habitação	44,5
A dificuldade em gerir a vida profissional com a vida familiar	23,0
Muito pouco apoio por parte dos patrões	10,6
<b>A partilha desigual das tarefas domésticas entre companheiros/parceiros</b>	<b>6,3</b>
Conseguir boas ajudas para tomar conta dos filhos	12,4
A carga que representa tratar pais ou familiares mais velhos	19,5
A qualidade do ensino escolar	16
O nível de apoio financeiro estatal para as famílias	17,1
Nenhuma	2,4
Total <sup>(1)</sup>	100

n total=27081, com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1214 casos

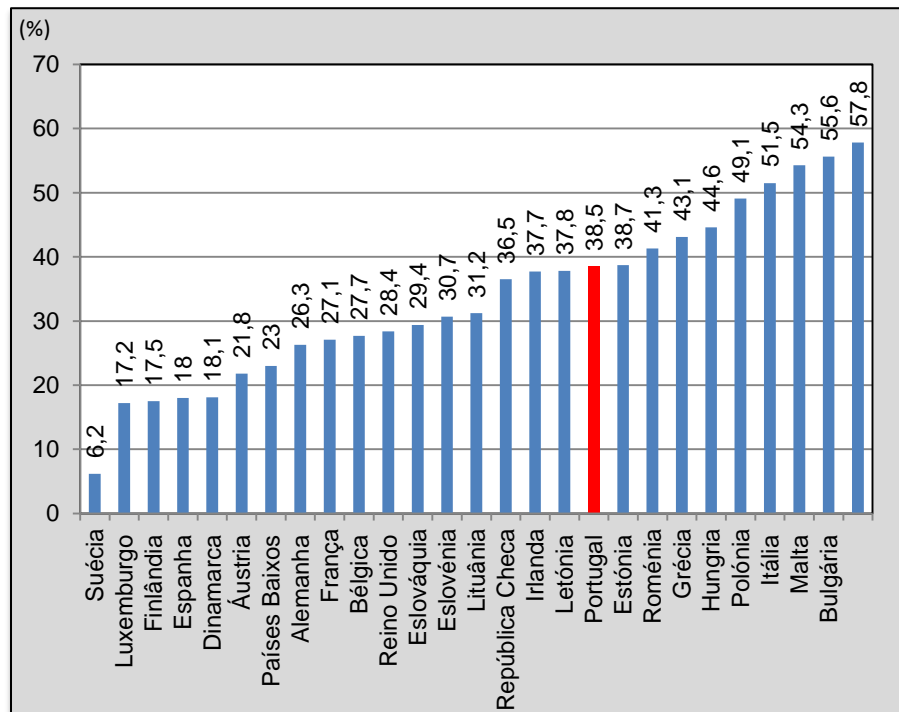
Fonte: EB 247, (2008)

Neste cenário, e de acordo com os gráficos 37, 38 e 39, quando comparado com os seus congéneres europeus, Portugal partilha da mesma tendência, com os altos custos com a habitação a atingir a maior percentagem (48,3%), assim como com a criação dos filhos (38,5%). No entanto, deve-se realçar o nível de apoio financeiro do Estado para as famílias (34,8%) enquanto terceira dificuldade mais sentida pelos inquiridos portugueses, o que mais uma vez vai de encontro com a perspectiva dos portugueses desejarem um Estado de Bem-Estar mais interventivo e protector.

**Figura 37.** % de inquiridos que declaram como dificuldade mais relevante "os custos elevados da habitação"

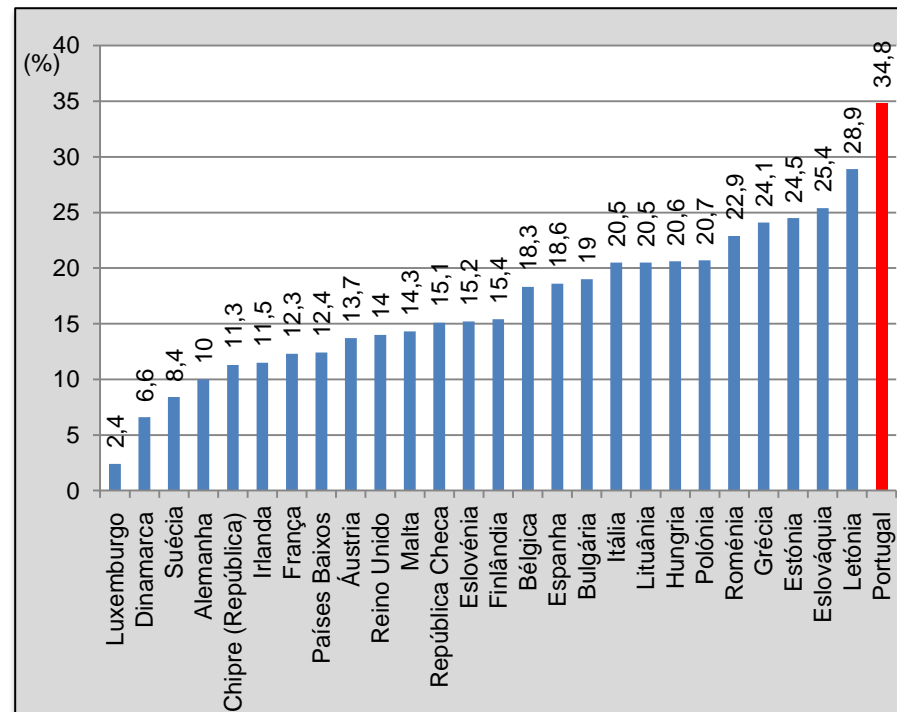


**Figura 38.** % de inquiridos que declaram como dificuldade mais relevante "o custo elevado de criar filhos"



Fonte: EB 247, (2008)

**Figura 39.** % de inquiridos que declaram como dificuldade mais relevante "O nível de apoio financeiro estatal para as famílias"



Fonte: EB 247, (2008)

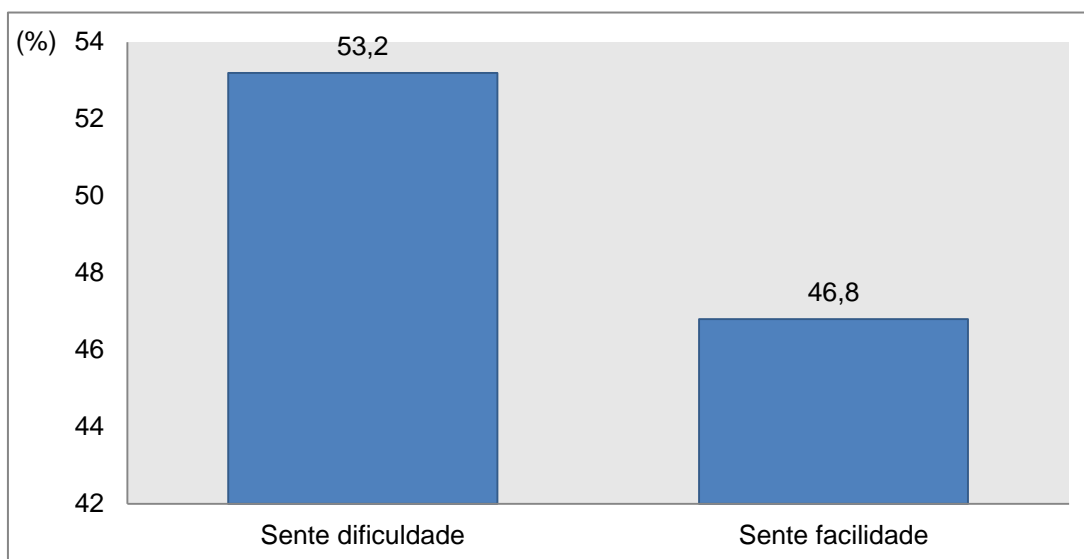
Os custos ao nível da criação de um filho e com a habitação incluem operações profundas na vida familiar, nomeadamente nos planos de carreira e na segurança financeira, o que em cenários de menor provisão estatal se torna mais complicado de gerir. É muitas vezes nesta dificuldade que surge uma oportunidade para a concretização das transferências intergeracionais, materializadas sobretudo em tempo e co-residência.

Nesta conjuntura das transformações económicas, demográficas e sociais que sucederam nos últimos anos, a questão da conciliação da vida profissional com a vida familiar tem assumido uma relevância crescente nas sociedades mais industrializadas. Existe um conjunto de factores que concorrem neste quadro e que estão relacionadas com o aumento exponencial da taxa de actividade feminina no mercado de trabalho, com os níveis mais elevados de competitividade e produtividade nas organizações, o envelhecimento populacional, as mudanças da estrutura familiar tradicional e o aumento expressivo da escolaridade das mulheres (Lima & Neves, 2010; Guerreiro, Lourenço & Pereira, 2006).

Estes aspectos têm obrigado a uma redefinição dos papéis tradicionalmente atribuídos aos homens e às mulheres e a uma nova consciencialização quanto às expectativas da vida profissional feminina.

Os resultados indiciam na figura 40 que efectivamente uma dificuldade acrescida para encontrar o equilíbrio entre a vida profissional e familiar, representando mais de metade (53,2%) dos inquiridos europeus.

**Figura 40.** Facilidade/dificuldade na conciliação da vida familiar com a vida profissional

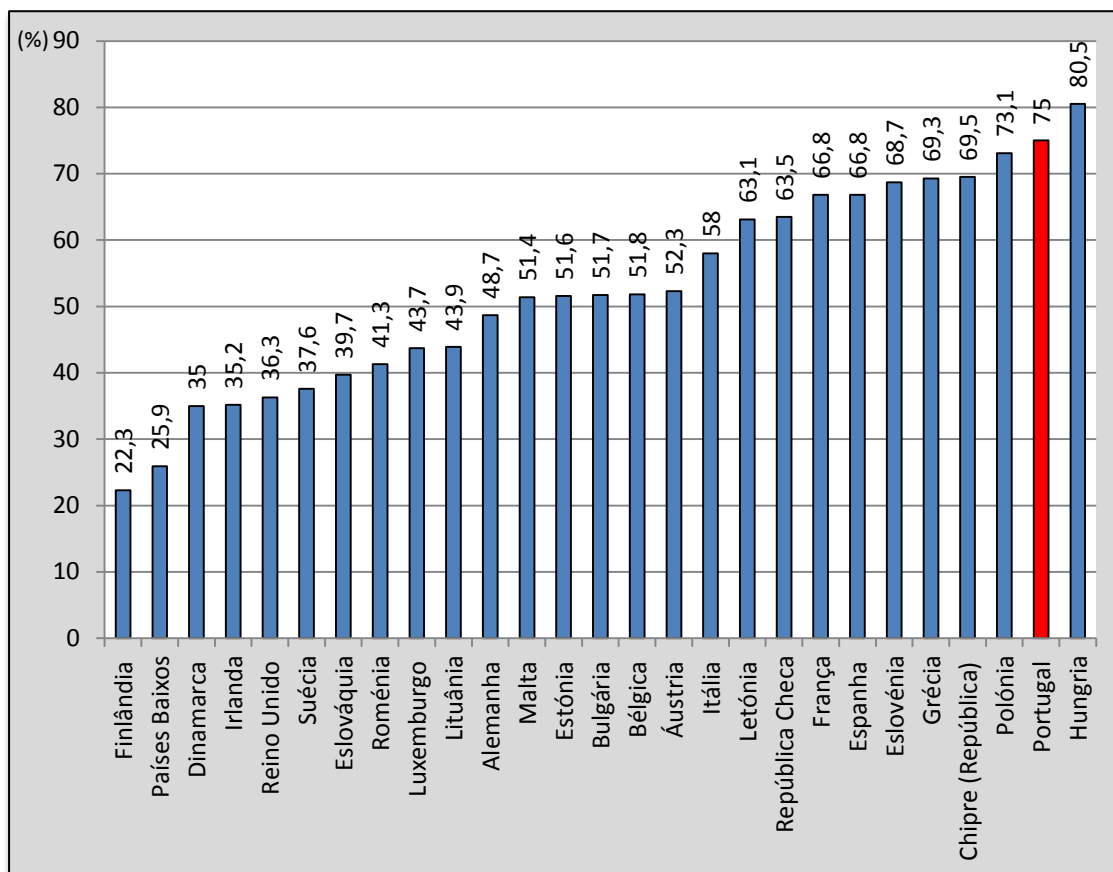


n total=27081, com casos em falta: 2537 casos

Fonte: EB 247, (2008)

Os países do Leste e Sul Europeu, nomeadamente a Hungria (80,5%), Portugal (75%) e a Polónia (73,1%) aparecem em destaque ao nível da dificuldade de conciliação entre vida profissional e familiar, já os países Nórdicos como a Finlândia (22,4%) ou a Dinamarca (35%) e os Países Baixos (25,9%) aparecem como aqueles em que é mais fácil encontrar este equilíbrio, conforme figura 41.

**Figura 41.** % de inquiridos que declaram sentir dificuldades na conciliação da vida familiar com a vida profissional



Fonte: EB 247, (2008)

Esta será mais uma evidência da debilidade das políticas de apoio social que permitem a conciliação entre trabalho e vida familiar, neste caso em específico para o mercado de trabalho e para o papel da mulher trabalhadora. Neste quadro, a destacar o papel da mulher portuguesa, uma mulher com forte participação laboral, mas confrontada com inúmeras fragilidades estatais no apoio à articulação entre vida profissional e familiar, que mais à frente retomaremos.

A verdade é que as famílias são cada vez mais pequenas em termos de unidade, as redes de consanguinidade e de entreajuda familiar são mais estranguladas e os idosos dependentes são cada vez mais em número. O equilíbrio

entre as responsabilidades familiares, parentais e a prática de uma actividade profissional é algo complexo, sobretudo para a mulher, pois ainda se verifica que sobre ela recai, na maioria dos casos, a prestação de cuidados aos filhos, familiares idosos ou doentes (Portugal, 2014b; Guerreiro et al., 2006).

Se nos centrarmos nos dados estatísticos, percebemos que as ocupações em tempo parcial, particularmente das mulheres, não são das mais significativas a nível europeu, já a tempo inteiro são das mais elevadas<sup>41</sup>.

É neste convívio entre as obrigações familiares e as necessidades profissionais e, no desencontro entre as expectativas individuais e o papel efectivo do Estado que sobressai o papel dos mais velhos como elementos propiciatórios da conciliação entre a vida laboral e familiar, principalmente para as mulheres da família. A naturalização das transferências intergeracionais, nomeadamente em tempo, inscrevem-se como um recurso fundamental para as famílias, assegurando aquilo que o Estado não consegue fazer.

O modelo de regressão logística binária para a probabilidade de um indivíduo declarar dificuldade na conciliação da vida familiar com a vida profissional indica-nos que as variáveis país, género, o número de filhos e a situação financeira explicam esta probabilidade (tabela 61).

---

<sup>41</sup> Consultar Anexo XXXIX.

**Tabela 61.** Modelo de regressão logística binária para estimar a probabilidade de um indivíduo declarar dificuldade na conciliação da vida familiar com a vida profissional

	B	Teste Wald	e <sup>B</sup>
<b>País (base=Portugal)</b>			
França	-,437**	13,692	,646
Bélgica	-,951**	63,971	,386
Países Baixos	-2,067**	225,647	,127
Alemanha	-1,073**	86,004	,342
Itália	-,915**	55,487	,400
Luxemburgo	-1,126**	91,584	,324
Dinamarca	-1,544**	151,796	,214
Irlanda	-1,754**	200,318	,173
Reino Unido	-1,632**	175,146	,196
Grécia	-,338**	7,956	,713
Espanha	-,571**	23,532	,565
Finlândia	-2,304**	322,659	,100
Suécia	-1,460**	149,996	,232
Áustria	-,759**	42,208	,468
Chipre (República)	-,270*	4,465	,763
República Checa	-,532**	19,901	,587
Estónia	-1,015**	74,092	,362
Hungria	,169	1,700	1,184
Letónia	-,683**	32,738	,505
Lituânia	-1,303**	110,038	,272
Malta	-1,137**	76,562	,321
Polónia	-,191	2,384	,826
Eslováquia	-1,562**	164,117	,210
Eslovénia	-,140	1,402	,869
Bulgária	-1,167**	91,422	,311
Roménia	-1,550**	166,938	,212
<b>Sexo (Base=homens)</b>			
Mulheres	,335**	103,784	1,398
<b>Idade (base=15 a 24 anos)</b>			
25-39 anos	,123	2,544	1,130
40-54 anos	,169*	4,471	1,184
55 ou mais anos	,052	,326	1,054
<b>Território (base=rural)</b>			
Grande cidade	,052	1,488	1,053
Centros urbanos/outras cidades	,015	,163	1,015
<b>Escolaridade (base=sem escolaridade)</b>			

Escolaridade baixa	-,004	,001	,996
Escolaridade média	-,137	,974	,872
Escolaridade elevada	-,027	,038	,973
Estudante	-,245	2,005	,783
<b>Estatuto profissional (base=profissões alto estatuto)</b>			
Profissões de estatuto médio	-,146**	7,371	,864
Profissões de baixo estatuto	-,111	2,359	,895
Aposentados	-,045	,395	,956
Domésticos	,190*	5,757	1,209
Estudantes	,153	1,356	1,165
Desempregados	-,015	,022	,985
<b>Tipo de agregado (base= solteiros)</b>			
Matrimónio ou casal a viver em união de facto, sem filhos ou sem filhos a viver em casa	-,151**	10,266	,860
Pai/mãe solteiro(a), um ou mais filhos a viver em casa	-,034	,212	,967
Matrimónio ou casal a viver em união de facto, com um ou mais filhos a viver em casa	-,087*	2,789	,916
<b>Crianças com menos de 6 anos (base=não)</b>			
1 filho	,335**	31,516	1,398
2 filhos	,705**	54,556	2,025
3 ou mais filhos	,675**	9,078	1,964
<b>Crianças com 6 a 15 anos (base=não)</b>			
1 filho	,215**	16,374	1,240
2 filhos	,189**	7,665	1,208
3 ou mais filhos	,350**	6,749	1,419
<b>Crianças com mais de 15 anos (base=não)</b>			
1 filho	-,051	1,011	,950
2 filhos	-,187**	14,239	,830
3 ou mais filhos	-,072	1,391	,931
<b>Situação financeira (base=muito difícil)</b>			

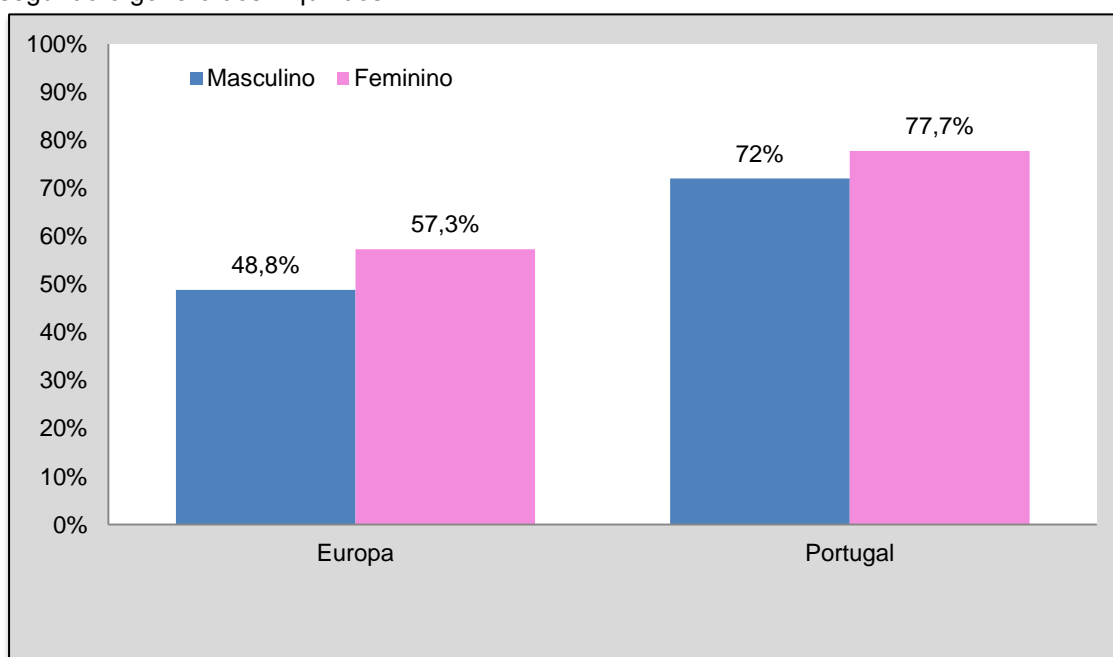
Muito confortável	-1,220**	131,148	,295
Confortável	-1,005**	127,796	,366
Temos de ter cuidado, mas consequimos aguentar-nos	-,629**	52,140	,533
Temos dificuldade em chegar ao fim do mês com dinheiro	-,248	6,470	,780
<hr/>			
Constante =1,705	Teste de Hosmer e		
Lemeshow = 25,325	p = 0,001		
-2 Log_likelihood =23893,151			
* Significante a 10%	* Significante a 5%	**	
Significante a 1%			

Fonte: EB 247, (2008)



Assim, quase a totalidade dos países europeus declararam menos dificuldades na conciliação entre a vida profissional e a vida familiar que Portugal, exceção para alguns países de Leste (Polónia, Eslovénia e Hungria). Observamos também que as mulheres inquiridas declararam mais dificuldades que os homens o que se pode confirmar na figura 42. O risco das mulheres declararem mais dificuldades em conciliar a vida familiar com a profissional é cerca de 39% superior aos homens para todos os países europeus considerados no estudo.

**Figura 42.** Dificuldade na conciliação da vida familiar com a vida profissional na Europa e Portugal segundo o género dos inquiridos

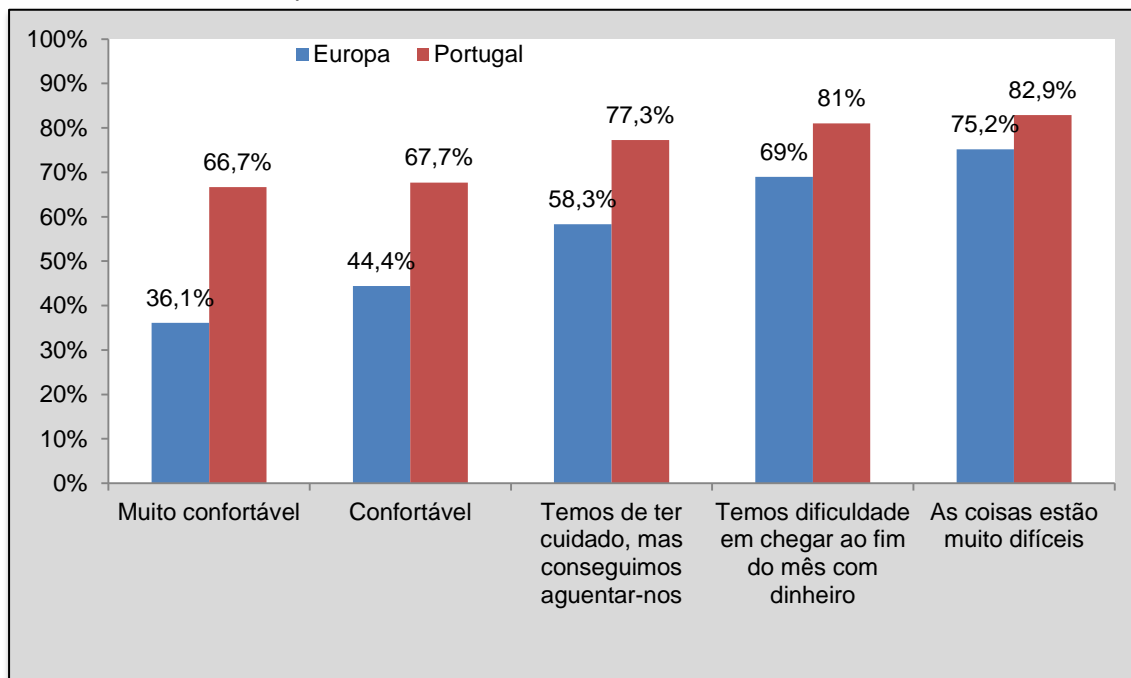


Fonte: EB 247, (2008)

Historicamente a conciliação da vida familiar com a vida profissional baseava-se no modelo tradicional do “*ganha-pão masculino*”, em que apenas o homem trabalhava fora de casa e assegurava os ganhos do casal, enquanto a mulher era sobretudo responsável pela casa e pela família. Contudo, com a rápida transformação da vida familiar e, em particular das estruturas familiares, o modelo de “*casal de duplo emprego*” afirmou-se, assumindo a mulher grande protagonismo neste âmbito, mas dominado por diversos constrangimentos (Aboim, 2010). Um Estado que não assume um papel facilitador desta conciliação, como atestaram estes resultados, torna-a problemática em termos de igualdade de género, mas também em termos económicos. Neste sentido, observa-se ao nível de rendimento familiar, que aqueles que vivem uma situação mais confortável têm mais facilidade em conciliar a vida profissional e familiar do que aqueles

que vivem uma situação financeira mais precária, o que de facto comprova a importância do rendimento como variável determinante na vida das pessoas (figura 43).

**Figura 43.** Dificuldade na conciliação da vida familiar com a vida profissional segundo a situação financeira familiar dos inquiridos

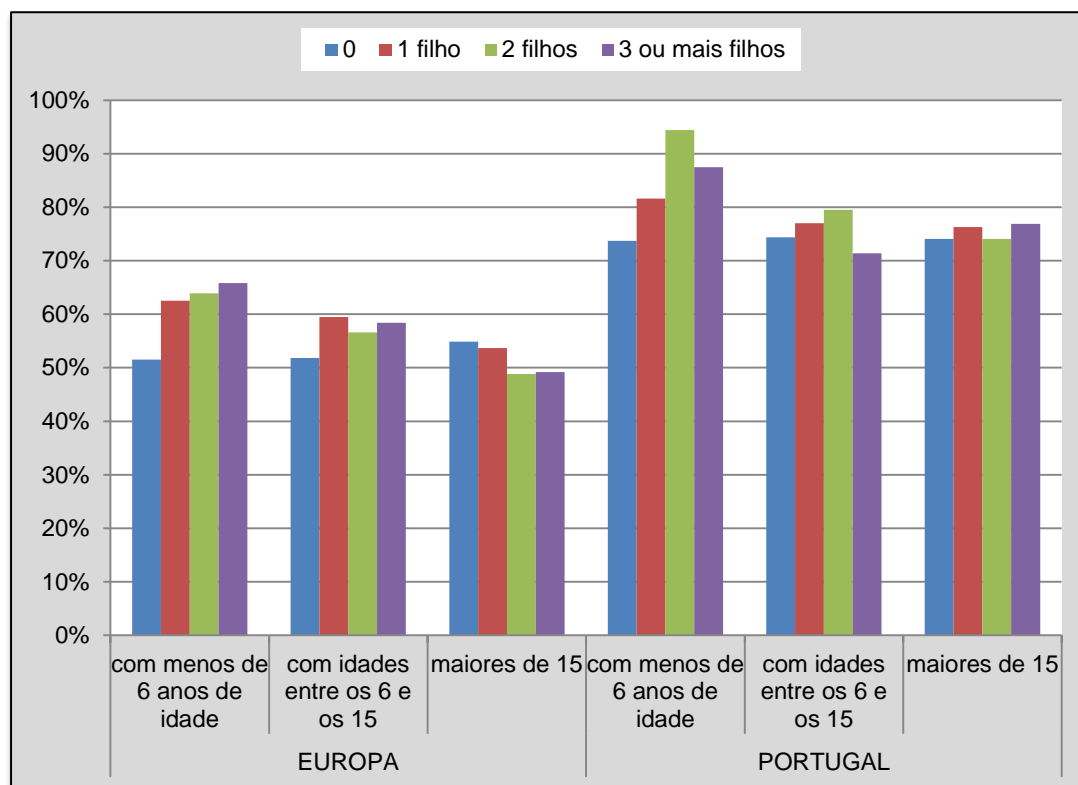


Fonte: EB 247, (2008)

Uma política de conciliação, para harmonizar as necessidades dos trabalhadores e entidades patronais, pode atenuar os efeitos da segregação de outrora, e promover a igualdade entre homens e mulheres. Por outro lado, seria útil enquanto reveladora das potencialidades dos trabalhadores e facilitadora da flexibilidade laboral.

Por outro lado, também se observa que a existência de crianças tem forte impacto sobre esta situação, sendo que aqueles que têm crianças até aos 15 anos independentemente do número de filhos manifestaram mais dificuldades que aqueles que não possuem filhos nestas idades, o que se explica pelo facto das estruturas de apoio formal serem essenciais nas crianças mais pequenas (figura 44).

**Figura 44.** Dificuldade na conciliação da vida familiar com a vida profissional segundo o número e idade dos filhos dos inquiridos



Fonte: EB 247, (2008)

Efectivamente poderá também notar-se a desejabilidade, particularmente por parte das mulheres com crianças pequenas, para o aumento do trabalho a tempo parcial em virtude da escassez generalizada dos serviços de guarda de crianças, o que já acontece em países mais a norte da Europa. As famílias podem desempenhar um importante papel de suporte a este nível, mas também têm a sua acção restringida às suas próprias possibilidades e recursos e, quando confrontadas com dificuldades tendem a estar impedidas do cumprimento das funções de apoio social.

Em guisa de conclusão, verificam-se expectativas elevadas em relação à intervenção do Estado quer como promotor da solidariedade, quer como conciliador da vida familiar com a vida profissional, sendo que a implementação de medidas formais de apoio terá necessariamente impactos ao nível das vidas pessoas, das famílias e consequentemente nas transferências intergeracionais. As transferências desenvolvidas pelas pessoas mais velhas funcionam essencialmente como recurso e investimento familiar quando o Estado não é capaz de responder eficazmente.

### **2.2.5. Lugar da mulher no mercado de trabalho... uma batalha por enquanto perdida**

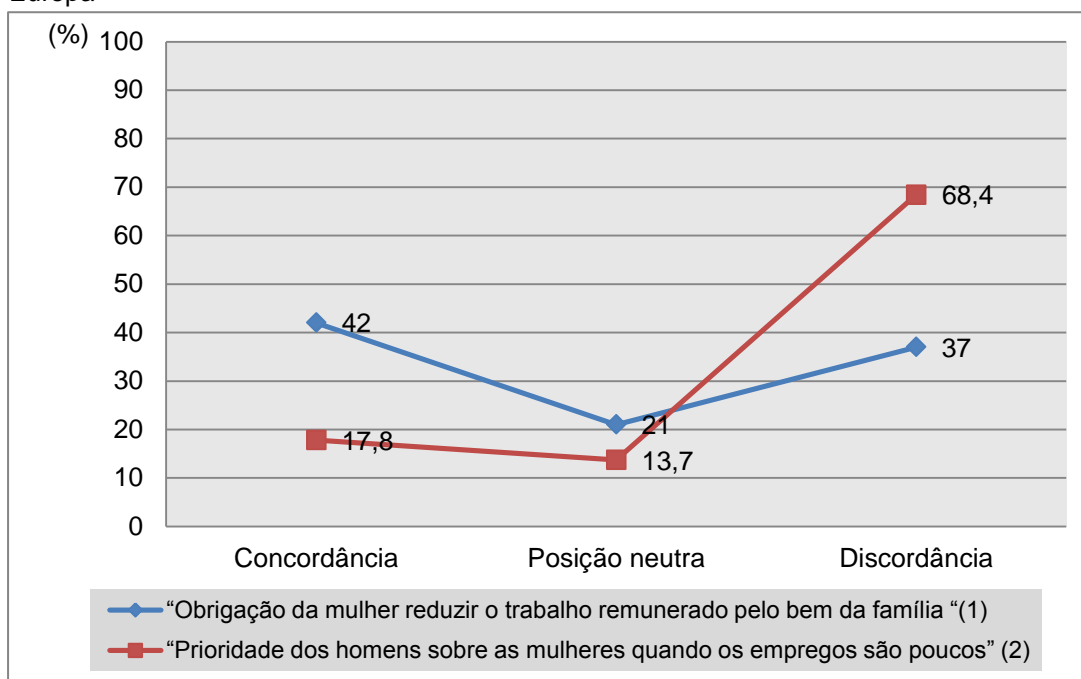
O lugar das mulheres no mercado de trabalho foi sendo marcado pelas diferentes circunstâncias históricas de cada sociedade. Actualmente, e a nível global, existem sinais de que as mulheres estão a conquistar o mercado de trabalho, auferem rendimentos cada vez maiores, ocupam cada vez mais lugares de topo ou posições de chefia e muitas com uma carreira de sucesso. A verdade é que se sente que o predomínio do homem no campo profissional é cada vez mais silenciado face à mulher, apesar das situações de desigualdade que ainda se encontram nos diferentes contextos europeus, e em particular no nosso país. Mas também se sabe que gerir/conciliar um trajecto profissional e uma vida familiar é complicado e exigente e constitui um dos maiores desafios para a mulher moderna, com aliás já foi referido.

Nas últimas décadas, Portugal tem-se caracterizado por uma violenta entrada das mulheres no mercado de trabalho subsequentes a uma quase extinção das disparidades de investimento em capital humano, com o aumento da presença da mulher em todos os graus do ensino e na formação profissional, bem como do crescimento da vida activa das mulheres com menos descontinuidades por razões familiares e da anormal diminuição da fecundidade (Ferreira, 1998).

Neste quadro, alguns países europeus têm-se preocupado com o desenvolvimento de políticas de família “*work-life balance*”, como objectivo de melhorar as condições de trabalho e da gestão do tempo.

Quando analisamos os dados de países europeus relativos aos papéis sociais da Mulher e do Homem, os resultados indicam-nos, conforme consta da figura 45, que de um modo geral na Europa os níveis de acordo e desacordo relativamente à obrigatoriedade da mulher reduzir o trabalho remunerado em prol do bem da família são semelhantes e abaixo dos 50%. No que se refere à prioridade dos homens em relação às mulheres, quando existe escassez de emprego, a maior percentagem (68,4%) dos inquiridos discorda da prioridade dos homens sobre as mulheres.

**Figura 45.** Tendências gerais sobre a orientação do papel social da Mulher e do Homem na Europa



n total igual a 33405 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 374 casos; <sup>(2)</sup> 405 casos

Fonte: ESS 4, (2008)

Percebe-se em certa medida destes resultados uma aceitação e o incremento da mulher no mercado laboral a nível dos países europeus, embora não seja de uma forma inequívoca, uma vez que a distribuição de opiniões é equilibrada e com ligeira tendência para a obrigatoriedade pela primazia da vida familiar/doméstica. De facto não se pode ignorar as expectativas de género ainda dominantes relativamente ao papel da mulher na maternidade, na doença e nos cuidados aos filhos e/ou aos mais velhos e que contribui para uma perspectiva pouco igualitária no que se refere às responsabilidades das mulheres na família. Não obstante, parece existir uma aproximação em termos de envolvimento do homem nas responsabilidades familiares expressa na discordância pela obrigação da redução do trabalho pago da mulher pelo bem da família e, que também se coaduna com uma tendência para igualdade de género no acesso ao trabalho remunerado.

Apesar da tendência para a crescente participação feminina no mercado de trabalho em conjunturas de globalização e crise económica, não podemos negar que existem situações problemáticas de segurança e protecção social destas mulheres trabalhadoras e, que a Europa ainda terá um caminho longo a percorrer de modo a possibilitar/facilitar a articulação entre trabalho e família, sob o risco de prejudicar a qualidade de vida e até a própria sobrevivência das mulheres e suas famílias.

Tal como concluem Eunice Macedo e Sofia Santos (2009), nos seus trabalhos sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho em quatro países europeus, é inquestionável o trabalho desenvolvido pela União Europeia na promoção da igualdade entre mulheres e homens, numa óptica de equidade social, sobretudo através de legislação, contudo

“(..) o enquadramento social das mulheres através de políticas sociais, especificamente a elas dirigidas ou vocacionadas para as famílias, e a criação de instituições de apoio às famílias, parecem carecer de uma real escuta das vozes das mulheres, centrando-se ainda em ideias de homogeneidade do ser feminino que ocultam a sua diversidade e limitam o seu potencial como cidadãs, com direito de escolha de estilos de vida e de ocupações, com direito ao lazer e com disponibilidade para querer participar na tomada de decisão política, a todos os níveis” (Macedo & Santos, 2009, pg.151).

Além disso, estas autoras identificam neste campo um “*fenómeno de segregação sexual*”, decorrente de dois factores: da não-aceitação masculina da mulher em sistemas fortemente burocratizados, idealizados e criados à medida dos homens a que designam “*exclusão no interior*”; e da exclusão da representação do trabalho feminino no emprego. Assim, são predominantemente os homens a ocupar os cargos mais prestigiados e bem renumerados, com posições de maior visibilidade ficando as mulheres em sectores mais desvirtuados e precários, geralmente em departamentos associados à sua função ancestral do cuidar como a saúde, educação e a acção social (ibidem).

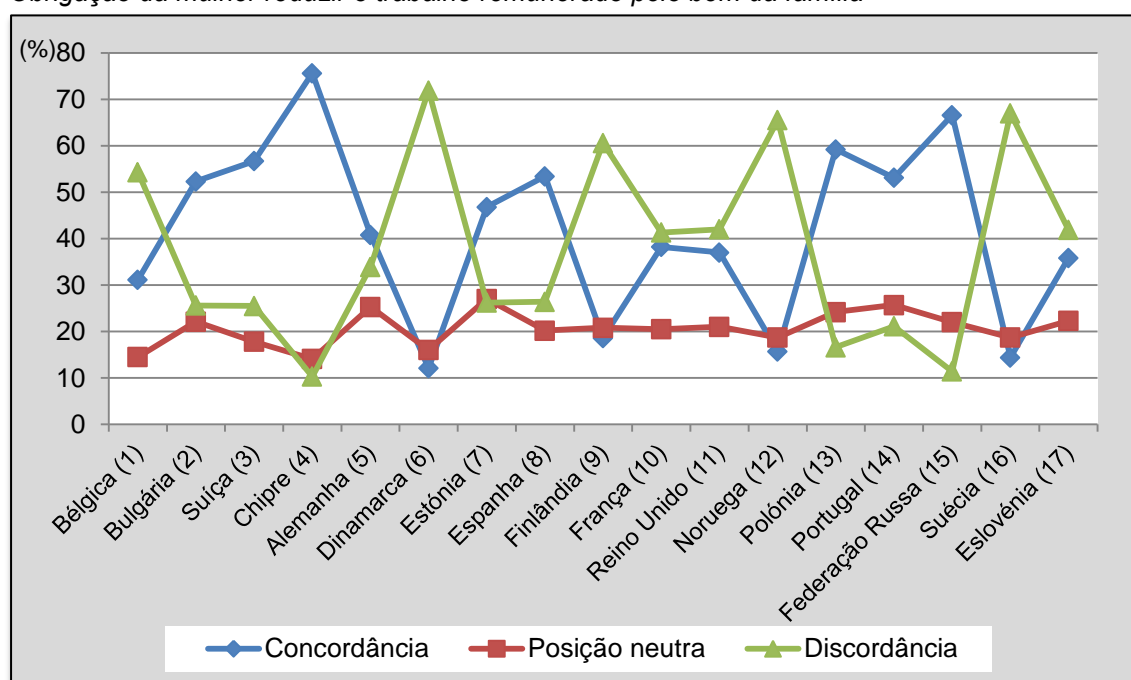
Não obstante deste fenómeno e os constrangimentos existentes, a opinião dos europeus parece seguir rumo à igualdade entre homens e mulheres, não admitindo a supremacia total do homem no emprego, sentindo-se algum efeito das medidas implementadas e campanhas desenvolvidas em prol desta causa, nomeadamente no que diz respeito ao acesso ao emprego pago.

Por outro lado, quando se acrescenta a família no papel da mulher, as opiniões não assumem um sentido tão claro. Esta será mais uma demonstração de que o papel das mulheres na sociedade e no mercado de trabalho ainda está bastante associado ao trabalho doméstico na esfera familiar, e que talvez não seja assim tal imperceptível como às vezes se discursa. Este resultado pode mesmo significar o reconhecimento social pelo trabalho desenvolvido pelas mulheres neste contexto.

Ao tentar perceber como varia esta tendência em função dos diferentes países europeus observamos algumas diferenças assinaláveis, como se observa na figura 46.

Assim, temos os países mais a Norte de Europa com uma tendência a discordar fortemente da obrigação da mulher reduzir o trabalho remunerado em função do bem familiar, nomeadamente países como a Dinamarca (71,9%), a Suécia (67%) e a Noruega (65,5%). De outra forma, e sobretudo os países a Leste, designadamente o Chipre (75,6%) e a Federação Russa (66,6%) são aqueles que mais concordam com esta obrigatoriedade das mulheres. De realçar também que a Sul da Europa, e nomeadamente Portugal (53,1%) e no centro europeu a Suíça (56,7%) também se destacam pela concordância com este papel social da mulher.

**Figura 46.** Tendências Europeias sobre a Orientação do Papel Social da Mulher segundo o País: “Obrigação da mulher reduzir o trabalho remunerado pelo bem da família”

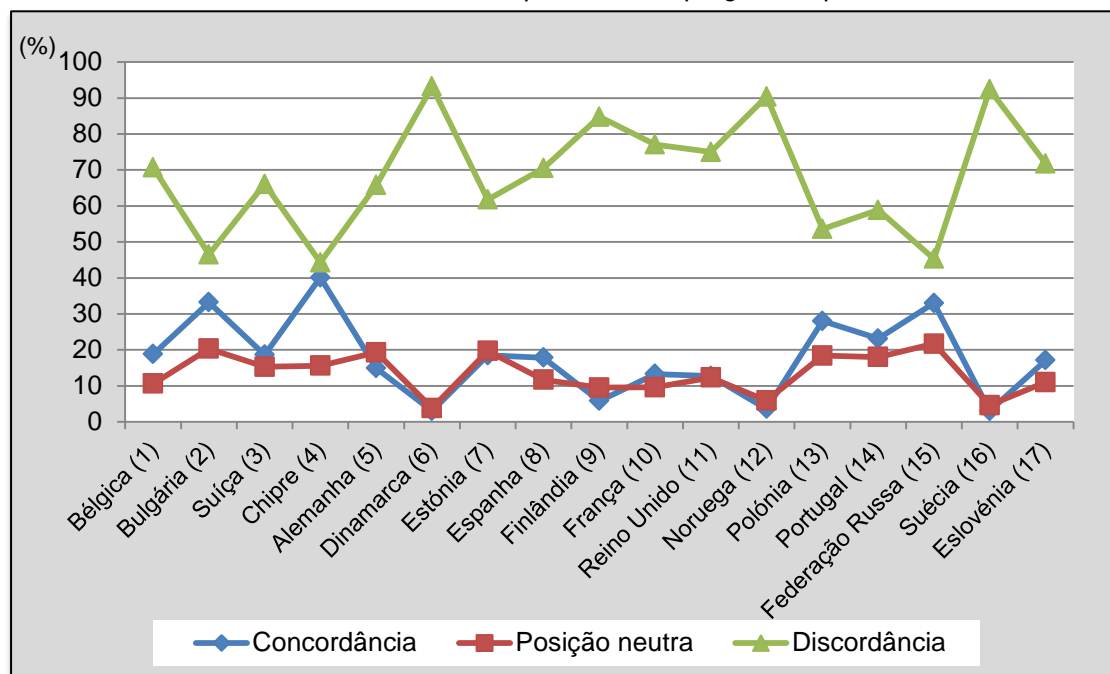


n total igual a 33405 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 2 casos; <sup>(2)</sup> 44 casos; <sup>(3)</sup> 4 casos; <sup>(4)</sup> 6 casos; <sup>(5)</sup> 19 casos; <sup>(6)</sup> 13 casos; <sup>(7)</sup> 30 casos; <sup>(8)</sup> 38 casos; <sup>(9)</sup> 8 casos; <sup>(10)</sup> 5 casos; <sup>(11)</sup> 9 casos; <sup>(12)</sup> 5 casos; <sup>(13)</sup> 26 casos; <sup>(14)</sup> 61 casos; <sup>(15)</sup> 62 casos; <sup>(16)</sup> 20 casos; <sup>(17)</sup> 22 casos  
 Fonte: ESS 4, (2008)

No que se refere à prioridade dos homens sobre as mulheres no mercado de trabalho quando existem poucos empregos, como podemos verificar na figura 47, globalmente os países europeus inquiridos discordam da primazia dos homens sobre as mulheres no mercado de trabalho. Mais uma vez são os países do Norte Europeu, nomeadamente a Dinamarca (93,2%), a Suécia (92,4%) e a Noruega (90,4%) a liderar esta tendência e são os de Leste, como Chipre (40,1%), a Bulgária (33,2%) e a Federação Russa (33%) que manifestam uma posição mais equilibrada entre os níveis de discordância e concordância sobre o papel social do Homem. Portugal apresenta-se

como o país a Sul da Europa com maior nível de concordância (23,1%) ainda que o nível de discordância seja mais significativo (58,9%).

**Figura 47.** Tendências Europeias sobre a Orientação do Papel Social do Homem segundo o País: *“Prioridade dos homens sobre as mulheres quando os empregos são poucos”*



n total igual a 33405 com casos em falta na variável assinalada: <sup>(1)</sup> 1 casos; <sup>(2)</sup> 74 casos; <sup>(3)</sup> 4 casos; <sup>(4)</sup> 8 casos; <sup>(5)</sup> 22 casos; <sup>(6)</sup> 5 casos; <sup>(7)</sup> 31 casos; <sup>(8)</sup> 14 casos; <sup>(9)</sup> 7 casos; <sup>(10)</sup> 3 casos; <sup>(11)</sup> 9 casos; <sup>(12)</sup> 2 casos; <sup>(13)</sup> 32 casos; <sup>(14)</sup> 53 casos; <sup>(15)</sup> 123 casos; <sup>(16)</sup> 8casos; <sup>(17)</sup> 8 casos  
 Fonte: ESS 4, (2008)

Os resultados indicam efectivamente a existência de países menos favoráveis, os nórdicos, a que a mulher prescinda e tenha menos prioridade no emprego e do que outros, o que será com certeza um reflexo das diferentes culturas nacionais e do papel da mulher na família nas diferentes sociedades. Neste cenário a posição portuguesa face aos seus parceiros europeus é marcada por importantes diferenças económicas, políticas, culturais e desigualdades na divisão do trabalho entre homens e mulheres. Este resultado parece não demarcar Portugal dos traços familistas que ainda definem em parte o modelo de produção de Bem-Estar português.

Historicamente, Portugal é um dos países europeus onde as mulheres ingressaram mais cedo no mercado de trabalho, na década de 60, em virtude da saída de milhares de homens para a guerra colonial. Mas a feminização do mercado de trabalho e as alterações legislativas para as mulheres remontam ao Pós 25 de Abril 1974, ou seja, é ainda um passado recente, e talvez por isso se compreenda que Portugal ainda se situe



entre os países mais vinculados à responsabilização das mulheres pelo lar e família. Por outro lado, há a ter em conta o momento da integração de Portugal no enquadramento europeu que aconteceu mais tardiamente relativamente aos países nórdicos, o que necessariamente produziu impacto nas políticas sociais, nomeadamente no que se refere às políticas de igualdade de género.

Estes países mais a Norte, apesar de também serem atingidos pela crise económica, são países com um potencial de resistência elevado, promotores da autonomia individual, especialmente relevante para as mulheres que pretendem participar do mercado de trabalho sem abdicar da possibilidade de se tornarem mães, são bem dotados de benefícios sociais para a mulher trabalhadora, com maior flexibilidade na gestão dos compromissos de trabalho e família e ocupam os lugares cimeiros no ranking do Índice Global das Diferenças de Género, do Fórum Económico Mundial.

No geral, podemos considerar que a evolução da sociedade portuguesa mostra alterações que devem ser observadas como francamente positivas para as mulheres, é de salientar que, de acordo com o *The Global Gender Gap Report 2014*, do Fórum Económico Mundial, Portugal melhorou a sua posição e ocupa a 39ª posição num total de 142 países avaliados.

Em termos de variáveis sócio demográficas o género não parece não ter impacto sobre a opinião relativamente à orientação do papel social do homem e da mulher na Europa e em Portugal, como mostra a tabela 62. Os níveis de concordância e discordância relativamente à obrigação da mulher reduzir o trabalho remunerado pelo bem da família e, na primazia do homem sobre a mulher no mercado de trabalho são semelhantes entre os homens e mulheres, apesar de se denotar que são as mulheres que mais discordam da supremacia do homem no mercado de trabalho e da obrigação da mulher aos cuidados do lar.

Este resultado retrata possivelmente as mudanças culturais e de mentalidades, em particular dos homens, ao nível das representações sociais de género. Estas opiniões enquadram-se na senda da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na vida familiar e profissional, na desvalorização hierárquica dos papéis sociais atribuídos a homens e a mulheres, ou seja, no sentido da construção de uma sociedade baseada no princípio da igualdade.

**Tabela 62.** Orientação para o Papel Social da Mulher e do Homem na Europa e Portugal segundo o género dos inquiridos

		<i>“Obrigação da mulher reduzir o trabalho remunerado pelo bem da família”</i>							<i>“Os homens devem ter prioridade sobre as mulheres quando os empregos são poucos”</i>						
		Concordância		Posição neutra		Discordância		Total	Concordância		Posição neutra		Discordância		
		n	(%)	n	(%)	n	(%)	n Total	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n Total
Género															
Europa	H	6432	41,2	3585	23	5577	35,8	33021 <sup>(1)</sup>	2955	18,9	2580	16,5	10073	64,5	32992 <sup>(2)</sup>
	M	7440	42,7	3343	19,2	6644	38,1		2919	16,8	1954	11,2	12511	72	
Portugal	H	509	54,3	281	30	147	15,7	2306 <sup>(3)</sup>	242	25,6	210	22,2	494	52,2	2315 <sup>(4)</sup>
	M	716	52,3	313	22,9	340	24,8		293	21,4	207	15,1	869	63,5	

n total igual a 33405 com casos em falta: <sup>(1)</sup> 384 casos; <sup>(2)</sup> 413 casos

n total igual a 2367 com casos em falta: <sup>(3)</sup> 61 casos; <sup>(4)</sup> 52 casos

Fonte: ESS 4, (2008)

Se considerarmos a idade dos inquiridos, verificamos na tabela 63, a partir dos 55 anos, uma tendência geral para um distanciamento no sentido da concordância de opiniões relativamente ao papel social da mulher, ou seja, os mais velhos estão de acordo com um papel da mulher mais confinado à família. A mesma tendência acontece quando falamos na prioridade dos homens sobre as mulheres no mercado de trabalho, embora os níveis de discordância apareçam mais elevados que os de concordância em todas as faixas etárias, são os mais velhos que mais concordam com esse domínio.

Esta evidência é coerente com algumas ideologias das gerações mais velhas que ainda subsistem alienadas a estereótipos ao nível dos papéis sociais de género e das tarefas que tradicionalmente lhes são associadas.

**Tabela 63.** Orientação para o Papel Social da Mulher e do Homem na Europa e Portugal segundo a idade dos inquiridos

		<i>“Obrigação da mulher reduzir o trabalho remunerado pelo bem da família”</i>						<i>“Os homens devem ter prioridade sobre as mulheres quando os empregos são poucos”</i>					
		Concordância		Posição neutra		Discordância		Concordância		Posição neutra		Discordância	
		n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)
Idade													
Europa	15-24 anos	1654	35,2	1112	23,7	1933	41,1	649	13,7	605	12,8	3469	73,4
	25-39anos	2755	35,9	1703	22,2	3221	41,9	992	12,9	880	11,5	5797	75,6
	40-54 anos	3386	38	1812	20,4	3703	41,6	1303	14,7	1073	12,1	6516	73,3
	Mais de 55 anos	6042	51,8	2281	19,5	3351	28,7	2920	25,1	1959	16,8	6764	58,1
		32953 <sup>(1)</sup>						32927 <sup>(2)</sup>					
Portugal	15-24 anos	132	41	90	28	100	31,1	54	16,4	51	15,5	225	68,2
	25-39anos	192	42,7	123	27,3	135	30	83	18,4	57	12,6	311	69
	40-54 anos	260	49,8	142	27,2	120	23	103	19,7	88	16,9	331	63,4
	Mais de 55 anos	638	63,2	239	23,7	132	13,1	294	29,2	219	21,7	494	49,1
		2303 <sup>(3)</sup>						2310 <sup>(4)</sup>					

n total igual a 33405 com casos em falta: <sup>(1)</sup> 452 casos; <sup>(2)</sup> 478 casos

n total igual a 2367 com casos em falta: <sup>(3)</sup> 64 casos; <sup>(4)</sup> 57 casos

Fonte: ESS 4, (2008)

A escolaridade parece ser uma variável com impacto ao nível das opiniões de concordância e discordância do papel social da mulher e do homem. Conforme observamos na tabela 64, tendencialmente são os inquiridos sem ou com menos escolaridade que mais concordam com o sacrifício da mulher em prol da família e os mais escolarizados que discordam da primazia do homem sobre a mulher no mercado de trabalho.

**Tabela 64.** Orientação para o Papel Social da Mulher e do Homem na Europa e Portugal segundo a escolaridade dos inquiridos

		“Obrigação da mulher reduzir o trabalho remunerado pelo bem da família”							“Os homens devem ter prioridade sobre as mulheres quando os empregos são poucos”						
		Concordância		Posição neutra		Discordância		Total	Concordância		Posição neutra		Discordância		
		n	(%)	n	(%)	n	(%)	n Total	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n Total
Escolaridade															
Europa	Nenhuma	623	69	156	17,3	124	13,7	32622 <sup>(1)</sup>	275	41,7	178	19,8	346	38,5	32592 <sup>(2)</sup>
	Escolaridade primária	2295	60,2	757	19,9	760	19,9		1259	33	661	17,3	1890	49,6	
	Escolaridade básica	2950	46	1384	21,6	2080	32,4		1393	21,7	989	15,4	4051	63	
	Escolaridade secundária	4561	40,6	2348	20,9	4323	38,5		1788	15,9	1529	13,6	7915	70,5	
	Formação profissional	997	43	532	22,9	791	34,1		393	17,1	348	15,1	1561	67,8	
	Licenciatura	2328	29,3	1668	21	3945	49,7		631	8	799	10,1	6486	81,9	
Portugal	Nenhuma	132	68	42	21,6	20	10,3	2300 <sup>(3)</sup>	77	39,3	52	26,5	67	34,2	2311 <sup>(4)</sup>
	Escolaridade primária	660	61,8	249	23,3	159	14,9		292	27,4	205	19,2	570	53,4	
	Escolaridade básica	188	42	148	33	112	25		85	18,8	81	17,9	286	63,3	
	Escolaridade secundária	157	45,8	84	24,5	102	29,7		53	15,2	50	14,3	246	70,5	
	Formação profissional	6	42,9	1	7,1	7	50		1	7,1	2	14,3	11	78,6	
	Licenciatura	78	33,5	69	29,6	86	36,9		26	11,2	26	11,2	181	77,7	

n total igual a 33405 com casos em falta: <sup>(1)</sup> 783 casos; <sup>(2)</sup> 813 casos

n total igual a 2367 com casos em falta: <sup>(3)</sup> 67 casos; <sup>(4)</sup> 56 casos

Fonte: ESS 4, (2008)

De acordo com o que verificamos na tabela 65 o nível de rendimento menos confortável dos inquiridos parece tender para o aumento do nível de concordância com a obrigação da mulher reduzir o trabalho remunerado pelo bem da família, e os inquiridos com

rendimentos mais generosos apresentam níveis superiores de discordância relativamente à prioridade dos homens sobre as mulheres mercado de trabalho.

**Tabela 65.** Orientação para o Papel Social da Mulher e do Homem na Europa e Portugal segundo o rendimento dos inquiridos

		<i>“Obrigação da mulher reduzir o trabalho remunerado pelo bem da família”</i>							<i>“Os homens devem ter prioridade sobre as mulheres quando os empregos são poucos”</i>						
		Concordância		Posição neutra		Discordância		Total	Concordância		Posição neutra		Discordância		
		n	(%)	n	(%)	n	(%)	n Total	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n Total
<b>Rendimento</b>															
Europa	O rendimento actual permite viver confortavelmente	2987	30,6	1971	20,2	4811	49,2		911	9,3	867	8,8	8019	81,9	
	O rendimento actual dá para viver	6281	42,6	3214	21,8	5240	35,6		2586	17,5	2220	15,1	9933	67,4	
	É difícil viver com o rendimento actual	3234	53,3	1252	20,6	1580	26		1634	27,1	1030	17,1	3363	55,8	
	É muito difícil viver com o rendimento actual	1251	57,6	421	19,4	499	23	32741 <sup>(1)</sup>	691	32,1	374	17,4	1088	50,5	32716 <sup>(2)</sup>
Portugal	O rendimento actual permite viver confortavelmente	67	45,9	35	24	44	30,1		20	13,6	19	12,9	108	73,5	
	O rendimento actual dá para viver	570	51,4	293	26,4	245	22,1		238	21,4	200	18	674	60,6	
	É difícil viver com o rendimento actual	423	56,6	191	25,5	134	17,9		191	25,4	153	20,3	409	54,3	
	É muito difícil viver com o rendimento actual	145	52,2	72	25,9	61	21,9	2280 <sup>(3)</sup>	81	29,2	39	14,1	157	56,7	2289 <sup>(4)</sup>

n total igual a 33405 com casos em falta: <sup>(1)</sup> 664 casos; <sup>(2)</sup> 689 casos

n total igual a 2367 com casos em falta: <sup>(3)</sup> 87 casos; <sup>(4)</sup> 78 casos

Fonte: ESS 4, (2008)

A relação entre a escolaridade bem como, o nível de rendimentos com a orientação do papel social da mulher e do homem apresenta-se relevante e sem estranheza, na medida em que a escolaridade permite alcançar competências para o mercado de trabalho e constitui uma forma não só de desenvolvimento pessoal como de acumulação de capital humano. A verdade é que temos uma população feminina fortemente escolarizada, mas que não é congruente com mais oportunidades de emprego e salários mais elevados.

Geralmente espera-se que os indivíduos com nível escolaridade mais elevado sejam aqueles que mais acessibilidade e participação têm no mercado de trabalho, sendo que neste quadro também concorrem múltiplos factores, sejam eles de natureza individual, familiar ou profissional. Estes resultados podem confirmar a fragilidade do papel social da mulher, que até pode ser mais qualificada, mas aquando da instalação de dificuldades, particularmente num rendimento salarial mais precário, se exige à mulher que trabalhe menos horas no emprego remunerado em prol da realização das tarefas domésticas não remuneradas e da prestação de cuidados. Sobressai a expectativa da exclusividade dos homens enquanto principal fonte de rendimento da família, o que continua a restringir as oportunidades no mercado de trabalho e os incentivos para as mulheres. Mais uma vez se comprova a polarização das responsabilidades familiares sobre a figura feminina e a pouca disponibilidade no acesso aos equipamentos sociais (lares, serviços de apoio domiciliário e centros de dia), bem como a importância fornecida ao modo de conciliação da actividade profissional com o tempo em família.

O facto de existirem crianças a viver ou não em casa, pelo que se evidencia na tabela 66 e 67, parece não mudar a tendência na opinião que se tem vindo a manifestar pelos inquiridos.

**Tabela 66.** Orientação para o Papel Social da Mulher e do Homem na Europa e Portugal segundo a situação de ter crianças a viver em casa

		<b>“Obrigação da mulher reduzir o trabalho remunerado pelo bem da família”</b>							<b>“Os homens devem ter prioridade sobre as mulheres quando os empregos são poucos”</b>						
		Concordância		Posição neutra		Discordância		Total	Concordância		Posição neutra		Discordância		
		n	(%)	n	(%)	n	(%)	n Total	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n Total
<b>Crianças a viver em casa</b>															
Europa	Sim	5643	42,7	2655	20,1	4916	37,2	32957 <sup>(1)</sup>	2245	17	1697	12,9	9231	70,1	32928 <sup>(2)</sup>
	Não	8198	41,5	4264	21,6	7281	36,9		3613	18,3	2831	14,3	13311	67,4	
Portugal	Sim	524	53,5	248	25,3	207	21,1	2301 <sup>(3)</sup>	210	21,4	169	17,2	601	61,3	2309 <sup>(4)</sup>
	Não	698	52,8	346	26,2	278	21		325	24,5	247	18,6	757	57	

n total igual a 33405 com casos em falta: <sup>(1)</sup> 384 casos; <sup>(2)</sup> 413 casos

n total igual a 2367 com casos em falta: <sup>(3)</sup> 66 casos; <sup>(4)</sup> 61 casos

Fonte: ESS 4, (2008)

**Tabela 67.** Orientação para o Papel Social da Mulher e do Homem na Europa e Portugal segundo a situação de nunca ter tido filhos a viver no agregado familiar

		<b>“Obrigação da mulher reduzir o trabalho remunerado pelo bem da família”</b>							<b>“Os homens devem ter prioridade sobre as mulheres quando os empregos são poucos”</b>						
		Concordância		Posição neutra		Discordância		Total	Concordância		Posição neutra		Discordância		
		n	(%)	n	(%)	n	(%)	n Total	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n Total
<b>Nunca teve filhos a viver no agregado familiar</b>															
Europa	Sim	4553	48.3	1812	19.2	3059	32.5	19034 <sup>(1)</sup>	2110	22.4	1481	15.8	5810	61.8	19032 <sup>(2)</sup>
	Não	3493	36.3	2285	23.8	3832	39.9		1430	14.8	1275	13.2	6926	71.9	
Portugal	Sim	338	59.9	141	25	85	15.1	1308 <sup>(3)</sup>	169	29.9	123	21.8	273	48.3	1316 <sup>(4)</sup>
	Não	357	48	200	26.9	187	25.1		152	20.2	122	16.2	477	63.5	

n total igual a 33405 com casos em falta: <sup>(1)</sup> 384 casos; <sup>(2)</sup> 413 casos

n total igual a 2367 com casos em falta: <sup>(3)</sup> 1059 casos; <sup>(4)</sup> 1051 casos

Fonte: ESS 4, (2008)

De modo a perceber qual o impacto de um conjunto de variáveis na genderização do cuidado na família e da participação no mercado de trabalho foi realizada uma análise multivariada (tabelas 68 e 69 respectivamente).

Os modelos encontrados mostram que principalmente o contexto político, institucional e cultural do país, bem como a escolaridade explicam a probabilidade dos inquiridos expectarem uma genderização do cuidado na família e da participação no mercado de trabalho o que é congruente com as análises anteriores já efectuadas.

Os países a Leste e a Sul da Europa são mais vinculados a esta genderização que o nosso país o que está necessariamente relacionado quer com a baixa integração da mulher no mercado de trabalho, quer com as elevadas taxas de desemprego feminino na Europa e nestes países em particular. Além disso, também se constata que a Norte e Centro países como a Suíça, França, Reino Unido, Alemanha e Bélgica evidenciam uma maior genderização do cuidado na família e da participação no mercado de trabalho do que Portugal. Não deixa de ser curioso que apesar destes países demonstrarem valores elevados da participação feminina no mercado de trabalho muito ditada pelas políticas facilitadoras da conciliação entre o trabalho pago e vida familiar, ainda assim os seus discursos não evidenciam nem simetria entre homens e mulheres no trabalho renumerado, nem afastamento ao papel feminino de cuidadora na família.

Por outro lado, os inquiridos com níveis escolaridade mais elevados declaram menos esta genderização que os menos escolarizados, o que se explica pelo forte grau de instrução das mulheres na Europa. A assimetria educacional entre homens e mulheres tem-se esbatido, a mulher moderna assume um papel preponderante no mercado de trabalho.



**Tabela 68.** Modelo de regressão logística binária para estimar a probabilidade de genderização do cuidado na família

	B	Teste Wald	e <sup>B</sup>
<b>País (base=Portugal)</b>			
Bulgária	1,586**	35,159	4,883
Suíça	1,932**	50,295	6,904
Chipre	2,933**	104,788	18,785
Alemanha	1,348**	26,391	3,851
Dinamarca	-,508 <sup>+</sup>	2,892	,602
Estónia	1,357**	21,703	3,885
Espanha	1,324**	18,074	3,757
Finlândia	,061	,027	1,063
França	1,200**	23,106	3,321
Reino Unido	1,159**	17,561	3,186
Noruega	,189	,435	1,208
Polónia	1,946**	50,175	7,001
Bélgica	,561 <sup>+</sup>	3,637	1,752
Federação Russa	2,833**	98,725	16,994
Suécia	-,516	1,383	,597
Eslovénia	,688 <sup>+</sup>	6,729	1,989
<b>Idade (base=15 a 24 anos)</b>			
25-39 anos	,118	1,046	1,125
40-54 anos	,091	,621	1,095
Mais de 55 anos	,609**	22,835	1,839
<b>Dimensão do agregado familiar</b>			
Sexo (Base=homens)	,015	,066	1,015
<b>Território (base=Uma cidade grande)</b>			
Os subúrbios ou arredores de uma cidade grande	,009	,007	1,009
Uma vila ou uma cidade pequena	,150 <sup>+</sup>	3,284	1,161
Uma aldeia	,073	,774	1,075
Uma quinta ou uma casa no campo	,113	,654	1,119
<b>Escolaridade (base=sem escolaridade)</b>			
Escolaridade primária	-,237	1,370	,789
Escolaridade básica	-,625**	10,195	,535
Escolaridade secundária	-,949**	24,658	,387
Formação profissional	-1,334**	36,821	,263
Licenciatura	-1,545**	62,140	,213
Pós-graduação	-1,794**	25,311	,166
<b>Estatuto profissional (base= Empregado)</b>			
Estudante	-,284 <sup>+</sup>	4,470	,753
Desempregado	,143	,808	1,154
Desempregado, mas não à procura de emprego	,278	,971	1,320
Doença ou incapacidade/invalidez permanente	,404 <sup>+</sup>	5,268	1,498
Reforma	,265 <sup>+</sup>	7,502	1,304
Serviço cívico ou militar	,236	,148	1,266
Trabalho doméstico, cuidar de crianças ou de outras pessoas	,553**	39,007	1,739
Outro	,326	1,238	1,385
Constante = -1,377    Hosmer e Lemeshow = 10,702 (gl=8)    e    p=(0,219) - 2 Log likelihood = 7852,960 <sup>a</sup>			
<sup>+</sup> Significante a 10%    * Significante a 5%    ** Significante a 1%			

Fonte: ESS 4, (2008)

**Tabela 69.** Modelo de regressão logística binária para estimar a probabilidade de genderização da participação no mercado de trabalho

	B	Teste Wald	e <sup>B</sup>
<b>País (base=Portugal)</b>			
Bulgária	2,276**	38,824	9,735
Suíça	1,711**	20,401	5,537
Chipre	2,688**	51,569	14,698
Alemanha	1,317**	12,461	3,734
Dinamarca	-,139	,096	,870
Estónia	2,153**	29,955	8,614
Espanha	1,364**	10,266	3,913
Finlândia	-,341	,243	,711
França	1,134**	10,540	3,110
Reino Unido	1,022 <sup>+</sup>	6,451	2,779
Noruega	,390	,800	1,478
Polónia	1,618**	18,305	5,044
Bélgica	1,687**	18,258	5,403
Federação Russa	2,815**	55,018	16,697
Suécia	,198	,098	1,218
Eslovénia	1,13*	9,491	3,119
<b>Idade (base=15 a 24 anos)</b>			
25-39 anos	-,071	,160	,932
40-54 anos	,250	2,157	1,284
Mais de 55 anos	,528*	8,595	1,696
<b>Dimensão do agregado familiar</b>			
Sexo (Base=homens)	,018	,402	1,018
<b>Território (base=uma cidade grande)</b>			
Os subúrbios ou arredores de uma cidade grande	-,180	1,313	,835
Uma vila ou uma cidade pequena	-,091	,649	,913
Uma aldeia	-,016	,022	,984
Uma quinta ou uma casa no campo	-,287	2,029	,750
<b>Escolaridade (base=sem escolaridade)</b>			
Escolaridade primária	-,264	1,815	,768
Escolaridade básica	-,941**	22,522	,390
Escolaridade secundária	-1,403**	52,621	,246
Formação profissional	-1,879**	58,902	,153
Licenciatura	-2,466**	128,856	,085
Pós-graduação	-3,212**	20,282	,040
<b>Estatuto profissional (base= empregado)</b>			
Estudante	-,719*	9,358	,487
Desempregado	,192	,688	1,212
Desempregado, mas não à procura de emprego	,577 <sup>+</sup>	3,281	1,780
Doença ou incapacidade/invalidez permanente	,379 <sup>+</sup>	3,191	1,461
Reforma	,552**	21,052	1,738
Serviço cívico ou militar	1,022	2,337	2,778
Trabalho doméstico, cuidar de crianças ou de outras pessoas	,291 <sup>+</sup>	5,924	1,337
Outro	,264	,413	1,302

Constant = -2,317

Hosmer e Lemeshow = 14,106 (gl=8) e p=(0,079)

- 2 Log likelihood = 4736,073<sup>a</sup>

<sup>+</sup> Significante a 10%

\* Significante a 5%

\*\* Significante a 1%

Fonte: ESS 4, (2008)



## CONCLUSÃO

A consciencialização da problemática do envelhecimento populacional trouxe para a agenda académica, política, social e económica uma forte discussão e preocupação acerca deste fenómeno social. As suas implicações têm um efeito nos mais variados campos, nomeadamente ao nível dos que são os pilares estruturais das sociedades contemporâneas, representando por isso um importante desafio para as instituições, para as comunidades e para os próprios indivíduos. A solidariedade intergeracional, e particularmente as transferências intergeracionais entre pais mais velhos e filhos adultos, têm sido encaradas como algo determinante nas trajectórias de vidas individuais, familiares e sociais, embora nuns países de forma mais naturalizada do que noutros. A variabilidade do padrão das transferências intergeracionais entre países reflecte não só o próprio regime de Estado-Providência, as políticas sociais e os contextos culturais, mas também as normas familiares e os padrões individuais de comportamento que definem cada comunidade. Esta investigação procurou, principalmente, explorar e analisar de uma forma sistemática as dinâmicas familiares a este nível, colocando ênfase nos perfis/padrões de transferências intergeracionais privadas dominantes no contexto português entre as pessoas mais velhas e os seus filhos adultos, quer numa matriz material (volumes/presença, direcção e agentes envolvidos) como também numa matriz normativa (expectativas, valores, preferências e obrigações).

Em função dos objectivos e questões orientadores desta investigação, a metodologia adoptada para a exploração do objecto de estudo foi a abordagem extensiva de tipo quantitativo, com base em análise secundária de dados provenientes de projectos internacionais de inquirição, mais concretamente do SHARE, do ESS e do EB.

De um modo geral, os resultados apresentados nesta investigação corroboram grande parte da discussão teórica feita em torno da solidariedade intergeracional disponível na literatura de referência já publicada. Em primeiro lugar, a caracterização dos indivíduos com 55 ou mais anos permitiu chegar a um conjunto de conclusões importantes acerca de quem são estas pessoas: mais mulheres que homens, maioritariamente com idades acima dos 65 anos, casadas, escolarizadas, reformadas, integradas em famílias clássicas em agregados de duas pessoas, com experiência de parentalidade e com netos. Além disso, são maioritariamente pessoas que não vivem em risco de pobreza e com algumas limitações a nível das AVD. Apesar de um desfasamento da recolha de dados do SHARE, de cerca de dois anos, este retrato espelha em larga medida os resultados estatísticos encontrados nos Censos 2011, com

excepção para o risco de pobreza que se evidencia entre os mais velhos, maior neste caso.

Em segundo lugar, a análise efectuada aos dados do SHARE permitiu descrever os perfis, as dinâmicas e os significados das transferências intergeracionais privadas entre pais mais velhos e filhos adultos na população portuguesa com 55 ou mais anos, numa matriz mais material. De um modo geral, verificou-se que os pais mais velhos, nomeadamente aqueles que também são avós, representam um papel capital em transferências informais para os seus descendentes. Efectivamente, existe um apoio expressivo e intenso nos cuidados aos netos, apesar da tendência para uma maior aceitação de que as crianças devem frequentar a educação pré-escolar, do crescente recurso a soluções socioeducativas externas à família e de uma maior disponibilidade de estruturas formais de acolhimento à primeira infância. A expressividade do valor de co-residência e das doações de géneros financeiros encontrado entre pais mais velhos e filhos adultos foi modesto, contudo não deixam de ser relevantes no contexto de crise que se vivia à altura da recolha dos dados e das alterações demográficas da esfera familiar. Tendo em consideração o objectivo de traçar um perfil de transferências intergeracionais entre pais mais velhos e filhos adultos, identificaram-se quatro perfis dinamizadores, tendo por base um conjunto de variáveis sociodemográficas e os modelos de regressão logística ajustados, designadamente:

- Avós cuidadoras: são mulheres, mais jovens, vivem em conjugalidade, com bom estado de saúde e rendimentos elevados;
- Pais mais velhos co-residentes com os filhos adultos: os mais novos, viúvos, com baixos rendimentos e baixo nível de escolaridade.
- Filhos adultos co-residentes com os pais mais velhos: os menos escolarizados, a viver fora da conjugalidade e inactivos no mercado de trabalho;
- Pais mais velhos doadores de géneros financeiros: os mais escolarizados e com níveis de rendimento elevados.

Os significados que sustentam as transferências intergeracionais entre pais mais velhos e filhos adultos são diversos, vão oscilando ao longo do ciclo vital e alteram-se de acordo com o tipo de transferências intergeracionais. Se, por um lado, as motivações para transferir parecem estar associadas a uma lógica de recurso e de solidariedade para responder às necessidades mais prementes, como é caso dos pais mais velhos, menos escolarizados e com mais dificuldades financeiras, ou no surgimento de um acontecimento de vida imprevisto (*e.g.* divórcio, desemprego, doença, viuvez), por outro, mostram-se ancoradas numa lógica mais racional e económica, de investimento nos

filhos e reprodução do estatuto social da família como acontece no cuidado aos netos e nas doações de dinheiro. Assim, uma das conclusões mais importantes desta investigação reside na evidência de as transferências intergeracionais não só responderem a necessidades, materializando o aparato institucional do familismo e a pulsão normativa para as solidariedade familiares, mas também uma intencionalidade de tipo racional económica que procura maximizar as oportunidades de sucesso dos membros da família.

Em terceiro lugar, a análise dos dados transnacionais do EB 247 (2008), EB 74.1 (2010) e do ESS 4, (2008) permitiu uma análise comparativa aos sistemas de valores europeus no domínio das solidariedades familiares. Uma das conclusões mais importantes relaciona-se com a aproximação existente entre a orientação pró-estatização e a orientação familista, em Portugal, comparativamente a outros países europeus com sistemas de protecção social muito mais sólidos. Na realidade, a centralidade e valorização da família na vida das pessoas parece ser algo transversal e imperturbável. Já a intervenção do Estado fica aquém do desejável, particularmente em Portugal e no que diz respeito aos serviços de apoio social aos grupos vulneráveis, como sejam as crianças ou pessoas idosas. As respostas formais existentes são caracterizadas com níveis de qualidade e acessibilidade não muito generosos. Pode indicar-se a existência de um panorama misto, em sentido figurativo, *“duas faces da mesma moeda”*. Por um lado, as respostas individuais com expectativas e preferências elevadas em relação à participação e responsabilização do Estado enquanto prestador de Bem-Estar (pró-estatização) e, por outro as que assumem, e.g. sobre a prestação de cuidados a idosos dependentes e a crianças, sobretudo as mais pequenas, o envolvimento incontornável da família, emergindo os fortes traços familistas do nosso país.

Não menos importante é o impacto das estruturas formais de apoio na vida das pessoas ao nível da conciliação da vida profissional/familiar, em especial no caso da mulher trabalhadora, e da solidariedade intergeracional, materializada nos cuidados a crianças e a idosos. Aliás, os modelos de regressão encontrados sublinham a forte capacidade explicativa da variável contexto político, institucional e cultural do país não só na satisfação com os serviços sociais de apoio (idosos e crianças), mas também na conciliação da vida profissional/familiar, na orientação normativa do cuidados aos idosos e a crianças, na genderização do cuidado na família, assim como na genderização da participação no mercado de trabalho.

Outras variáveis com grande poder explicativo são a situação financeira e o género. Ter um nível de vida confortável em termos monetários e ser mulher é determinante nas opções relativas aos cuidados a idosos, na satisfação com os serviços

sociais de apoio (crianças e idosos) e na conciliação entre vida familiar e profissional. A significância da idade nota-se sobretudo na satisfação com os serviços sociais de apoio (crianças e idosos) e na orientação normativa em relação aos cuidados com idosos. A variável escolaridade adquire especial significância na genderização do cuidado na família, assim como na genderização da participação no mercado de trabalho.

Por último, de realçar o impacto da variável número de filhos, em particular os mais pequenos, na conciliação entre vida familiar e profissional, o que confirma a nuclearização do cuidado aos filhos na figura feminina.

Os limites deste estudo estão, naturalmente, directamente relacionadas com a metodologia utilizada. Na presente investigação optou-se exclusivamente por uma metodologia quantitativa, seguindo uma lógica extensiva que teve por base dados secundários, ou seja, informação já existente em bases de dados geradas fora da investigação. Não obstante a preocupação que existiu com o rigor metodológico na orientação desta investigação, sabemos que as investigações apoiadas numa metodologia puramente quantitativa, utilizando dados secundários, requerem cuidados acrescidos, nomeadamente ao nível da validade externa. O seu uso, apesar de os dados se apresentarem “*prontos*”, não dispensa o investigador da formulação criteriosa e cuidadosa de um modelo de análise que oriente as escolhas metodológicas, nomeadamente no que diz respeito aos países a integrar no estudo, às variáveis e ao tipo de cruzamentos e técnicas a mobilizar. As grandes vantagens prendem-se, sobretudo, com a robustez dos próprios dados em volume e em representação amostral, o que nos permitiu concretizar a análise comparativa transnacional que, se não fosse através deste tipo de inquéritos, não nos teria permitido compreender diferentes atitudes, normas e práticas europeias.

Esta investigação representa, acreditamos, um importante avanço para a compreensão das dinâmicas das transferências intergeracionais entre pais mais velhos e filhos adultos, em Portugal. Num primeiro momento, a análise e discussão promovida ao longo desta redacção permitiram traçar os perfis de transferências intergeracionais privadas no contexto português, caracterizando os seus intervenientes e os fluxos mais comuns para os vários tipos de transferências. Igualmente, foram identificadas as variáveis explicativas para o envolvimento das pessoas com 55 ou mais anos em transferências intergeracionais, materializadas na prestação de cuidados aos netos, na co-residência com os filhos e nas transferências financeiras em que o idoso é o dador. Num segundo momento e, numa análise transnacional, foram identificadas e discutidas as principais tendências que pautam a sociedade portuguesa, enquadrando as

expectativas e preferências manifestadas pelos portugueses no contexto europeu em relação às solidariedades familiares.

Se colocarmos a discussão no plano das políticas públicas e nos desafios que a estas se colocam para desenvolvimento de mecanismos de protecção social mais eficientes e capazes de responder às múltiplas necessidades de uma população envelhecida, os resultados da nossa investigação reforçam a ideia de que a quimera de uma solução única e definitiva dos problemas do *“inverno”* populacional é inverosímil. Contudo, uma acção consertada entre família e o Estado será provavelmente um caminho para que as próximas gerações consigam enfrentar esta problemática.

A nível pessoal, a investigação realizada transportou a autora para áreas do conhecimento que não dominava, e.g. política social, o que sem dúvida contribuiu para desenvolver saberes nestes domínios, mas também permitiu alargar os horizontes da sociologia da família, área tão cara à gerontologia e à área profissionalizante original da autora, a enfermagem. As pessoas mais velhas são, de facto, o alvo principal da atenção dos cuidados prestados a nível da saúde, em especial pelos enfermeiros, sobretudo nos aspectos relacionados com a doença, mas também na promoção da saúde. Contudo, na visão holística da pessoa idosa, as questões de ordem social e familiar são determinantes no cuidar, tanto mais quando se procura reintegrar estas pessoas na família ou capacitar/orientar os seus cuidadores no cuidado à pessoa idosa, após qualquer constrangimento com a sua saúde ou mesmo quando se pretende actuar a nível da prevenção. Trata-se de um encontro de diferentes saberes e práticas que obrigam frequentemente a uma abordagem focada não só na pessoa idosa como também na sua família. É exactamente neste quadro que o conhecimento na área da Gerontologia Social, relacionado com a solidariedade intergeracional, emerge como fundamental para o cuidador formal, particularmente para o profissional de enfermagem, na medida em que as necessidades das pessoas mais velhas e dos seus cuidadores informais são melhor compreendidas dentro do contexto familiar, é esse o local de encontro e entreajuda. A centralidade deste objecto de estudo relaciona-se com o interesse de conhecermos as bases da solidariedade familiar intergeracional, estabelecidas entre pais e filhos, na vida adulta, o que permitiu num sentido mais restrito compreender a variabilidade das necessidades ao longo do processo de cuidar dos mais velhos e a dinâmica das famílias na velhice. Além disso, numa perspectiva macro social, facilitou o entendimento acerca das expectativas e preferências dos portugueses, na conjuntura europeia, no que se refere a alguns aspectos da vida familiar e social, bem como as repercussões que podem existir para os mais velhos. Leva consigo um erário gerontológico fascinante, que certamente será dinamizador na sua vida profissional e familiar.



Obviamente que a discussão em torno das transferências intergeracionais privadas não se esgota neste estudo, não só pela sua contemporaneidade, mas também pelos desafios e oportunidades que representam nas sociedades modernas. Com efeito, seria pertinente desenvolver um outro contexto de investigação, nomeadamente uma abordagem de tipo qualitativo (*e.g.* estudos de caso), que permita perceber os sentidos e formas de experienciar as transferências intergeracionais privadas na primeira pessoa. Trabalho a continuar num momento posterior de aprofundamentos destas temáticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboim, S. (2003). Evolução das estruturas domésticas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (43), 13-30.
- Aboim, S. (2010). Género, família e mudança em Portugal. In K. Wall, S. Aboim & V. Cunha, (Eds.), *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades* (pp.39-66). Lisboa: CITE.
- Aboim, S. (2013). Família e atitudes sociais: Portugal no contexto europeu. In Ramos, A....et al., *20 Anos de opinião pública em Portugal e na Europa* (pp. 12-17). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Alarcão, M. (2002). *(Des) Equilíbrios familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Albert, I., Ferring, D., & Michels, T. (2013). Intergenerational family relations in Luxembourg: Family values and intergenerational solidarity in Portuguese immigrant and Luxembourgish families. *European Psychologist*, 18(1), 59-69. doi:10.1027/1016-9040/a000125
- Albertini, M., & Kohli, M. (2012). The generational contract in the family: An analysis of transfer regimes in Europe. *European Sociological Review*, 1-13. doi: 10.1093/esr/jcs061.
- Albertini, M., & Radl, J. (2012). Intergenerational transfers and social class: Inter-vivos transfers as means of status reproduction?\*. *Acta Sociologica*, 55 (2), 107-123. doi: 10.1177/0001699311431596.
- Albertini, M., Kohli, M. & Vogel, C. (2007). Intergenerational transfers of time and money in European families: Common patterns — different regimes? *Journal of European Social Policy*, 17 (4), 319-334. doi: 10.1177/0958928707081068.
- Albuquerque, C. (2014). Um novo contrato de solidariedade intergeracional. Debates e questões críticas. In H. R. A. Luz & I. C. Miguel (Coord.), *Gerontologia Social: Perspectivas de Análise e Intervenção* (pp. 7-19). Coimbra: CIS/ISBB.
- Albuquerque, P. (2008). *Grandparents in multigenerational households* [Working Paper Nº 46/2008]. ISEG-School of Economics and Management, Department of Economics, University of Lisbon. Disponível em <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2479/1/wp462008.pdf>

- Albuquerque, P. (2009). The elderly and the extended household in Portugal: an age-period-cohort analysis. *Population research and policy review*, 28(3), 271-289.
- Albuquerque, P. (2011a). *Transferências intergeracionais privadas, Lição de Síntese*. Lisboa: ISEG/UTL.
- Albuquerque, P. (2011b). Grandparents in multigenerational households: The case of Portugal. *European Journal of Ageing*, 8(3), 189-198. doi:10.1007/s10433-011-0196-2
- Almeida, L., & Freire, T. (2008). *Metodologia da investigação em psicologia e educação* (5ª ed.). Braga: Psiquilibrios.
- Andreotti, A., Garcia, S. M., Gomez, A., Hespanha, P., Kazepo, Y., & Mingione, E. (2001). Does a southern European model exist?. *Journal of European Area Studies*, 9 (1), 43-62. doi: 10.1080/14608460120061948.
- Andrew, M., & Ruel, E. (2010). Intergenerational health selection in wealth: A first look at parents' health events and inter vivos financial transfers. *Social Science Research*, 39(6), 1126-1136. doi:10.1016/j.ssresearch.2010.06.004
- Arcanjo, M. (2006) *Ideal (and real) types of Welfare State* [Working Paper N° 06/2006]. ISEG-School of Economics and Management, Department of Economics, University of Lisbon. Disponível em <http://pascal.iseg.utl.pt/~depeco/wp/wp062006.pdf>
- Arrondel, L., & Masson, A. (2006). Altruism, exchange or indirect reciprocity: what do the data on family transfers show? *Handbook of the economics of giving, altruism and reciprocity*, 2, 971-1053.
- Attias-Donfut, C. (2008). Les grand-parents en Europe: de nouveaux soutiens de famille. *Informations sociales*, (5), 54-67.
- Attias-Donfut, C., & Ogg, J. (2010). Évolution des transferts intergénérationnels: Vers un modèle européen? *Retraite et société*, (2), 11-29. Disponível em [http://www.cairn.info/resume.php?ID\\_ARTICLE=RS\\_058\\_0011](http://www.cairn.info/resume.php?ID_ARTICLE=RS_058_0011).
- Attias-Donfut, C., Ogg, J., & Wolff, F. C. (2005). European patterns of intergenerational financial and time transfers. *European Journal of Ageing*, 2(3), 161-173. doi: 10.1007/s10433-005-0008-7
- Bairrão, J., & Tietze, W. (1995). *A educação pré-escolar na União Europeia*. Lisboa: Instituto de inovação educacional.

- Barbosa, F., & Matos, A. D. (2014). Informal support in Portugal by individuals aged 50+. *European Journal of Ageing*, 11(4), 293-300. doi:10.1007/s10433-014-0321-0
- Bawin-Legros, B., & Stassen, J. F. (2002). Intergenerational solidarity: between the family and the state. *Current Sociology*, 50(2), 243-262. doi: 10.1177/0011392102050002620
- Bengtson, V. L. (2001). Beyond the nuclear family: The increasing importance of multigenerational bonds. *Journal of Marriage and Family*, 63 (1), 1-16.
- Bengtson, V. L., & Oyama, P. S. (2007). Intergenerational solidarity: Strengthening economic and social ties. *New York: United Nations Headquarters*. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.476.6909&rep=rep1&type=pdf>
- Bengtson, V. L., & Roberts, R. E. (1991). Intergenerational solidarity in aging families: An example of formal theory construction. *Journal of Marriage and the Family*, 856-870. doi: 10.2307/352993
- Bengtson, V. L., Giarrusso, R., Mabry, J. B., & Silverstein, M. (2002). Solidarity, conflict, and ambivalence: Complementary or competing perspectives on intergenerational relationships?. *Journal of Marriage and Family*, 64(3), 568-576. doi: 10.1111/j.1741-3737.2002.00568.x
- Bengtson, V.L., Giarrusso, R., Silverstein, M. & Wang, H. (2000). Families and intergenerational relationships in aging societies. *Hallam International Journal of Aging*, 2, 1, 3–10.
- Berry, B. (2008). Financial transfers from living parents to adult children: Who is helped and why?. *American Journal of Economics and Sociology*, 67(2), 207-239. doi: 10.1111/j.1536-7150.2008.00568.x
- Bianchi, S. M., Hotz, V. J., McGarry, K. M. & Seltzer, J. A. (2006). Intergenerational Ties: Alternative Theories, Empirical Findings and Trends, and Remaining Challenges. UCLA: California Center for Population Research, Los Angeles. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/1g93v4k>
- Bonoli, G. (1997). Classifying welfare states: A two-dimension approach. *Journal of social policy*, 26(3), 351-372. doi: 10.1017/S0047279497005059
- Bonsang, E. (2007). How do middle-aged children allocate time and money transfers to their older parents in Europe?. *Empirica*, 34(2), 171-188. doi:10.1007/s10663-007-9034-3

- Bordone, V., Arpino, B., & Aassve, A. (2012). *Policy perspectives of grandparenting in Europe* [Working Paper N° 051/2012]. Centre for Research on Social Dynamics (DONDENA), Università Commerciale Luigi Bocconi. Disponível em [ftp://ftp.dondena.unibocconi.it/WorkingPapers/Dondena\\_WP051.pdf](ftp://ftp.dondena.unibocconi.it/WorkingPapers/Dondena_WP051.pdf)
- Börsch-Supan, A., Brandt, M., Hunkler, C., Kneip, T., Korbmacher, J., Malter, F., ... & Zuber, S. (2013). Data Resource Profile: The Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe (SHARE). *International Journal of Epidemiology*, 42 (4), 992-1001. doi: 10.1093/ije/dyt088
- Bowers, B. F., & Myers, B. J. (1999). Grandmothers providing care for grandchildren: Consequences of various levels of caregiving. *Family Relations*, 303-311. doi: 10.2307/585641
- Brandt, M. (2013). Intergenerational help and public assistance in Europe: A case of specialization?. *European Societies*, 15 (1), 26-56. doi: 10.1080/14616696.2012.726733.
- Brandt, M., Haberkern, K., & Szydlik, M. (2009). Intergenerational help and care in Europe. *European Sociological Review*, 25 (5), 585-601. doi:10.1093/esr/jcn076.
- Caeiro, J. M. C. (2011). *Política social e Estado Providência*. Universidade Lusíada Editora.
- Caïs, J., & Folguera, L. (2013). Redefining the dynamics of intergenerational family solidarity in Spain. *European Societies*, 15(4), 557-576. doi: 10.1080/14616696.2013.836404
- Cardia, E., & Ng, S. (2000). *How Important Are Intergenerational Transfers of Time? a Macroeconomic Analysis*. Universite de Montreal, Departement de Sciences Economiques. Disponível em <http://hdl.handle.net/1866/329>
- Cardia, E., & Ng, S. (2003). Intergenerational time transfers and childcare. *Review of Economic Dynamics*, 6(2), 431-454. doi: 10.1016/S1094-2025(03)00009-7
- Chen, F., & Liu, G. (2012). The health implications of grandparents caring for grandchildren in China. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 67(1), 99-112. doi: 10.1093/geronb/gbr132
- Comissão Europeia (2014). *Números-Chave sobre a Educação Pré-Escolar e Cuidados para a Infância na Europa*. Relatório da Rede Eurydice e Eurostat. Luxemburgo:

Serviço de Publicações da União Europeia. Disponível em <http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice>

- Compton, J., & Pollak, R. (2013). *Proximity and Coresidence of Adult Children and their Parents in the United States: Description and Correlates* [Discussion Paper Nº 7431]. Institute for the Study of Labor (IZA). Disponível em <http://repec.iza.org/dp7431.pdf>
- Cox, D., & Rank, M. R. (1992). Inter-vivos transfers and intergenerational exchange. *The review of economics and statistics*, 305-314. doi:10.2307/2109662
- Cox, D., Eser, Z., & Jimenez, E. (1998). Motives for private transfers over the life cycle: An analytical framework and evidence for Peru. *Journal of Development Economics*, 55 (1), 57-80. doi: 10.1016/S0304-3878(97)00056-4
- Cunha, V. (2005). As funções dos filhos na família. In K. Wall (Org.), *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais* (pp. 465-497). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Daatland, S. O., & Herlofson, K. (2003). 'Lost solidarity' or 'changed solidarity': a comparative European view of normative family solidarity. *Ageing and Society*, 23(05), 537-560. doi: 10.1017/S0144686X03001272
- Daatland, S. O., & Lowenstein, A. (2005). Intergenerational solidarity and the family–Welfare state balance. *European Journal of Ageing*, 2(3), 174-182. doi:10.1007/s10433-005-0001-1
- Daatland, S. O., Veenstra, M., & Herlofson, K. (2012). Age and intergenerational attitudes in the family and the welfare state. *Advances in life course research*, 17(3), 133-144. doi:10.1016/j.alcr.2012.01.005
- Daly, M., & Lewis, J. (2000). The concept of social care and the analysis of contemporary welfare states. *The British journal of sociology*, 51 (2), 281-298. doi:10.1111/j.1468-4446.2000.00281.x
- de Jong Gierveld, J. (2009). Living arrangements, family bonds and the regional context affecting social integration of older adults in Europe. In *How Generations and Gender Shape Demographic Change, Towards Policies Based on Better Knowledge* (pp.107-126). GENEBRA: Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa.
- de Jong Gierveld, J., De Valk, H., & Blommesteijn, M. (2001). Living arrangements of older persons and family support in more developed countries [Boletim de

- População das Nações Unidas]. Disponível em <http://www.un.org/esa/population/pubsarchive/untech/pdf/untech5b.pdf>
- de Jong Gierveld, J., Dykstra, P. A., & Schenk, N. (2012). Living arrangements, intergenerational support types and older adult loneliness in Eastern and Western Europe. *Demographic Research*, 27, 167. doi: 10.4054/DemRes.2012.27.7
- Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Diário da República: I série, No 70 (2009). Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_main.php](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_main.php)
- Dellgran, P., Espvall, M., das Dores Guerreiro, M., & Mauritti, R. (2012). Crowding out, crowding in or just a matter of transformation? Informal financial support in Portugal and Sweden. *European Journal of Social Work*, 15 (3), 393-411. doi: 10.1080/13691457.2011.554803.
- DGEEC. (2014). Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Disponível em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/17/>
- Di Gessa, G., Glaser, K., & Tinker, A. (2015). The health impact of intensive and nonintensive grandchild care in Europe: New evidence from SHARE. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*. doi: 10.1093/geronb/gbv055
- Di Gessa, G., Glaser, K., Price, D., Ribe, E., & Tinker, A. (2015). What Drives National Differences in Intensive Grandparental Childcare in Europe?. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences* doi: 10.1093/geronb/gbv007
- Dias, I. (2009). Relatório da unidade curricular: sociologia da família e do género. Porto: [Edição do Autor]. Relatório para a realização de Provas de Agregação, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Dimova, R., & Wolff, F. C. (2011). Do downward private transfers enhance maternal labor supply? Evidence from around Europe. *Journal of Population Economics*, 24(3), 911-933. doi:10.1007/s00148-010-0305-0
- Do, Y. K., & Malhotra, C. (2012). The effect of coresidence with an adult child on depressive symptoms among older widowed women in South Korea: an instrumental variables estimation. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 67(3), 384-391. doi: 10.1093/geronb/gbs033

- Durães, M. (2000). Heranças: solidariedades e conflitos na casa camponesa minhota (sécs. XVIII-XIX). *Biblos (Coimbra)*, 76, 155.
- Dykstra, P. (1997). The effects of divorce on intergenerational exchanges in families. *The Netherlands Journal of Social Sciences*, 33(2), 77-93.
- Dykstra, P. A., & Fokkema, T. (2011). Relationships between parents and their adult children: A West European typology of late-life families. *Ageing and Society*, 31(04), 545-569. doi: 10.1017/S0144686X10001108
- Dykstra, P. A., Kalmijn, M., Knijn, T. C. M., Komter, A. E., Liefbroer, A. C., & Mulder, C. H. (2006). *Family solidarity in the Netherlands*. Amesterdão: Dutch University Press.
- EB. (2008).Flash Eurobarómetro 247. Disponível em [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/flash\\_arch\\_254\\_240\\_en.htm](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/flash_arch_254_240_en.htm)
- EB. (2010). Special Eurobarómetro 74.1. Disponível em [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/eb\\_special\\_359\\_340\\_en.htm](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb_special_359_340_en.htm)
- Emery, T. (2013). Intergenerational transfers and European families: Does the number of siblings matter?. *Demographic Research*, 29, 247-274. doi: 10.4054/DemRes.2013.29.10
- Engels, F. (2009). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Clube de Autores.
- Esping-Andersen, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton, Princeton University press.
- ESS . (2008). *European Social Survey* . Disponível em <http://www.europeansocialsurvey.org/data/download.html?r=4>
- Eurostat (2015). *Being young in Europe today*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union. Disponível em [http://www.igfse.pt/upload/docs/2015/Eurostat\\_BeingYoung.pdf](http://www.igfse.pt/upload/docs/2015/Eurostat_BeingYoung.pdf)
- Fernandes, A. A. (2001). Velhice, solidariedades familiares e política social: Itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (36), 39-52.
- Ferreira, C., & Monteiro, N. (Eds.). (2008). *Estudo de Avaliação das necessidades dos seniores em Portugal*. Portugal: Fundação AGA KHAN.



- Ferreira, S. (2013). Terceiro Sector e Estado-Providência em Portugal. In F. Silva (Org.), *Os Portugueses e o Estado-Providência* (pp.161-196). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ferreira, V. (1998). As mulheres em Portugal: situação e paradoxos. *Oficina do CES*, 119.
- Ferrera, M. (1996). The 'Southern model' of welfare in social Europe. *Journal of European social policy*, 6 (1), 17-37. doi: 10.1177/095892879600600102
- Ferrera, M. (2008). The European welfare state: Golden achievements, silver prospects. *West European Politics*, 31(1-2), 82-107. doi: 10.1080/01402380701833731
- Fingerman, K.L., Pitzer, L.M., Chan, W., Birditt, K., Franks, M.M., & Zarit, S. (2010). Who gets what and why? Help middle-aged adults provide to parents and grown children. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, 66B(1), 87–98. doi:10.1093/geronb/gbq009
- Fokkema, T., Ter Bekke, S., & Dykstra, P. A. (2008). *Solidarity between parents and their adult children in Europe*. Netherlands interdisciplinary demographic institute (NIDI), Amsterdam University Press.
- Fortin, M. F.(2006). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Fórum Económico Mundial. (2014). *The Global Gender Gap Report 2014*. Suíça: Genebra.
- Furstenberg, F. F., Hoffman, S. D., & Shrestha, L. (1995). The effect of divorce on intergenerational transfers: new evidence. *Demography*, 32 (3), 319-333. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2061683>
- GEP. (2014). *Carta social – rede de serviços e equipamentos 2014*. Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) /Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS).
- Gerstel, N., & Sarkisian, N. (2007). Intergenerational care and the greediness of adult children's marriages. *Advances in Life Course Research*, 12, 153-188. doi: 10.1016/S1040-2608(07)12006-2
- Glaser, K., & di Gessa, G. (2012). Grandparenting in Europe: *Main study preliminary findings briefing*. Lisbon: Calouste Gulbenkian Foundation.

- Glaser, K., Price, D., Di Gessa, G., Montserrat, E., & Tinker, A. (2013). *Grandparenting in Europe: Family policy and grandparents' role in providing child care*. London, England: Grandparent Plus. doi: 10.13039/501100000348
- Goodsell, T. L., James, S. L., Yorgason, J. B., & Call, V. R. (2013). Intergenerational Assistance to Adult Children Gender and Number of Sisters and Brothers. *Journal of Family Issues*. doi:10.1177/0192513X13497348
- Guerreiro, M., Lourenço, V. & I. Pereira. 2006. *Boas práticas de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar – Manual para as empresas*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Disponível em [http://igualdade.cm-abrantes.pt/docs/Boas\\_Praticas\\_de\\_Conciliac.pdf](http://igualdade.cm-abrantes.pt/docs/Boas_Praticas_de_Conciliac.pdf)
- Ha, J. H., & Ingersoll-Dayton, B. (2008). The effect of widowhood on intergenerational ambivalence. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 63(1), S49-S58. doi: 10.1093/geronb/63.1.S49
- Ha, J. H., Carr, D., Utz, R. L., & Nesse, R. (2006). Older Adults' Perceptions of Intergenerational Support After Widowhood How Do Men and Women Differ?. *Journal of Family Issues*, 27(1), 3-30. doi: 10.1177/0192513X05277810
- Haberkern, K., & Szydlik, M. (2010). State care provision, societal opinion and children's care of older parents in 11 European countries. *Ageing and Society*, 30(02), 299-323. doi:10.1017/S0144686X09990316
- Hagestad, G. O. (2006). Transfers between grandparents and grandchildren: The importance of taking a three-generation perspective. *Zeitschrift für Familienforschung-Journal of Family Research*, 18(3).
- Hagestad, G. O., & Herlofson, K. (2007, August). Micro and macro perspectives on intergenerational relations and transfers in Europe. In *United Nations expert group meeting on social and economic implications of changing population age structures* (pp. 3393-3457). Disponível em [http://www.un.org/esa/population/meetings/EGMPopAge/EGMPopAge\\_17\\_GHagestad.pdf](http://www.un.org/esa/population/meetings/EGMPopAge/EGMPopAge_17_GHagestad.pdf)
- Hank, K. (2007). Proximity and contacts between older parents and their children: A European comparison. *Journal of Marriage and Family*, 69(1), 157-173. doi:10.1111/j.1741-3737.2006.00351.x

- Hank, K., & Buber, I. (2009). Grandparents caring for their grandchildren findings from the 2004 Survey of Health, Ageing, and Retirement in Europe. *Journal of Family Issues*, 30 (1), 53-73. doi:10.1177/0192513X08322627
- Harper, S. (2006). Papéis dos avós nas famílias multigeracionais dos nossos dias. *Povos e culturas. Os avós como educadores*, 10, 25-38.
- Herlofson, K., Hagestad, G., Slagsvold, B., & Sørensen, A. M. (2011). *Intergenerational family responsibility and solidarity in Europe*. Noruega: Norwegian Social Research. Disponível em [www.multilinks-project.eu](http://www.multilinks-project.eu)
- Heylen, L., Mortelmans, D., Hermans, M., & Boudiny, K. (2012). The intermediate effect of geographic proximity on intergenerational support: A comparison of France and Bulgaria. *Demographic Research*, 27, 455-486. doi: 10.4054/DemRes.2012.27.17
- Hjältn, A. (2012). "Because we know our limits": Elderly parents' views on intergenerational proximity and intimacy. *Journal of Aging Studies*, 26(3), 296-308. doi:10.1016/j.jaging.2012.01.005
- Hoff, A. (2007). Patterns of intergenerational support in grandparent-grandchild and parent-child relationships in Germany. *Ageing and society*, 27(05), 643-665. doi: 10.1017/S0144686X07006095
- Hughes, M. E., Waite, L. J., LaPierre, T. A., & Luo, Y. (2007). All in the family: The impact of caring for grandchildren on grandparents' health. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 62(2), S108-S119.
- Iacovou, M. (2000). *The living arrangements of elderly Europeans*. Institute for Social and Economic Research, University of Essex.
- Igel, C., & Szydlik, M. (2011). Grandchild care and welfare state arrangements in Europe. *Journal of European Social Policy*, 21(3), 210-224. doi: 10.1177/0958928711401766
- Igel, C., Brandt, M., Haberkern, K., & Szydlik, M. (2009). Specialization between family and state intergenerational time transfers in Western Europe. *Journal of Comparative Family Studies*, 203-226.
- INE. (2012). *Censos 2011 resultados definitivos-Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2013a). *O Perfil do Pai que vive com os filhos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

- INE. (2013b). *O retrato da Mãe que vive com os filhos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2014). *Inquérito Nacional de Saúde*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em <http://www.insa.pt/sites/INSA/Portugues/ComInf/Noticias/Documents/2015/Novembro/11INS2014.pdf>
- INE.(2001). *Inquérito à Ocupação do Tempo: 1999*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Isengard, B., & Szydlik, M. (2012). Living apart (or) together? Coresidence of elderly parents and their adult children in Europe. *Research on Aging*, 34(4), 449-474. doi: 10.1177/0164027511428455
- Jappens, M., & Van Bavel, J. (2012). Regional family norms and childcare by grandparents in Europe. *Demographic Research*, 27(4), 85-120. doi: 10.4054/DemRes.2012.27.4
- Johar, M., & Maruyama, S. (2014). Does Coresidence Improve An Elderly Parent'S Health?. *Journal of Applied Econometrics*, 29(6), 965-983. doi: 10.1002/jae.2339
- Kalmijn, M. (2007). Gender differences in the effects of divorce, widowhood and remarriage on intergenerational support: Does marriage protect fathers?. *Social forces*, 85(3), 1079-1104. doi: 10.1353/sof.2007.0043
- Karamessini, M. (2008). Continuity and change in the southern European social model. *International Labour Review*, 147 (1), 43-70. doi: 10.1111/j.1564-913X.2008.00023.x
- Katz, R., Lowenstein, A., Prilutzky, D., & Mehlhausen-Hassoen, D. (2003). Intergenerational family solidarity. In A. Lowenstein & J. Ogg (Eds), *Old Age and Autonomy: The Role of Service Systems and Intergenerational Family Solidarity* (pp. 165-192).Haifa, Israel: Center for Research and Study of Aging.
- Kim, J., Choi, S., Chatterjee, S., & Kim, H. (2012). The Motivation for Intergenerational Time and Financial Transfers. *Family and Consumer Sciences Research Journal*, 40 (4), 373-397. doi:10.1111/j.1552-3934.2012.02119.x
- Kingston, P., Phillips, J., & Ray, M.(2001). Conflict and ambivalence within intergenerational relationships. In S. Daatland & K. Herlofson (Eds), *Aging, intergenerational relations, care systems and quality of life* (pp.31-40). Oslo: NOVA/Norwegian Social Research.

- Koh, S. K., & MacDonald, M. (2006). Financial reciprocity and elder care: Interdependent resource transfers. *Journal of Family and Economic Issues*, 27(3), 420-436. doi:10.1007/s10834-006-9028-5
- Kohli, M. (1999). Private and public transfers between generations: Linking the family and the state. *European societies*, 1 (1), 81-104. doi:10.1080/14616696.1999.10749926.
- Kohli, M. (2004). Intergenerational transfers and inheritance: A comparative view. In M. Silverstein (Ed.), *Intergenerational relations across time and place, Annual Review of Gerontology and Geriatrics*, (pp.266-289). Nova Iorque: Springer.
- Kohli, M., & Künemund, H. (2003). Intergenerational transfers in the family: What motivates giving. *Global aging and challenges to families*, 123-142.
- Kohli, M., Künemund, H., & Lüdicke, J. (2005). Family structure, proximity and contact. In A. Börsch-Supan et al.(Eds.) *Health, Ageing and Retirement in Europe - First Results from the Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe* (pp.164-70). Mannheim: Mannheim Research Institute for the Economics of Ageing.
- Komter, A. E., Knijn, T. C., & Dykstra, P. A. (2006). Family solidarity in the Netherlands: a varied picture. In P. A. Dykstra, M. Kalmijn, T. C. M. Knijn, A. E. Komter, A. C. Liefbroer, & C. H. Mulder (Org) *Family solidarity in the Netherlands* (pp.147-155). Amsterdão: Dutch University Press.
- Ku, L.J.E., Stearns, S.C., Van Houtven, C.H., Lee, S.Y.D., Dilworth-Anderson, P., & Konrad, T.R. (2013). Impact of caring for grandchildren on the health of grandparents in Taiwan. *Journals of Gerontology, Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 68(6), 1009–1021. doi:10.1093/geronb/gbt090
- LaFerrère, A., & Wolff, F. C. (2006). Microeconomic models of family transfers. *Handbook of the economics of giving, altruism and reciprocity*, 2, 889-969. doi: 10.1016/S1574-0714(06)02013-6
- Leandro, M. E. (2001). *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*. Universidade Aberta: Lisboa, 259-295.
- Leandro, M. E. (2006). Transformações da família na história do Ocidente. *Theologica*, 41, 51-74.
- Lee, H. J., Lyu, J., Lee, C. M., & Burr, J. A. (2014). Intergenerational financial exchange and the psychological well-being of older adults in the Republic of Korea. *Aging & mental health*, 18(1), 30-39. doi:10.1080/13607863.2013.784955

- Lee, R. (2013). Intergenerational transfers, the biological life cycle, and human society. *Population and development review*, 38(s1), 23-35. doi: 10.1111/j.1728-4457.2013.00549.x
- Lennartsson, C. (2011). Need and support: Determinants of intra-familial financial transfers in Sweden. *International Journal of Social Welfare*, 20(1), 66-74. doi: 10.1111/j.1468-2397.2009.00715.x
- Leopold, T. (2012). The legacy of leaving home: Long-term effects of coresidence on parent–child relationships. *Journal of Marriage and Family*, 74(3), 399-412. doi: 10.1111/j.1741-3737.2012.00964.x
- Leopold, T., & Raab, M. (2011). Short-Term Reciprocity in Late Parent-Child Relationships. *Journal of Marriage and Family*, 73(1), 105-119. doi: 10.1111/j.1741-3737.2010.00792.x
- Leopold, T., & Raab, M. (2013). The temporal structure of intergenerational exchange: A within-family analysis of parent–child reciprocity. *Journal of Aging Studies*, 27(3), 252-263. doi: 10.1016/j.jaging.2013.05.001
- Leopold, T., & Schneider, T. (2011). Family events and the timing of intergenerational transfers. *Social Forces*, 90 (2), 595-616. doi: 10.1093/sf/sor030
- Lewis, J. (1992). Gender and the development of welfare regimes. *Journal of European social policy*, 2(3), 159-173. doi: 10.1177/095892879200200301
- Lewis, J. (1997). Gender and welfare regimes: Further thoughts. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 4(2), 160-177. doi: 10.1093/sp/4.2.160
- Lewis, J. (2002). Gender and welfare state change. *European societies*, 4(4), 331-357. doi: 10.1080/1461669022000022324
- Li, L. W., Zhang, J., & Liang, J. (2009). Health among the oldest-old in China: which living arrangements make a difference?. *Social science & medicine*, 68(2), 220-227 doi:10.1016/j.socscimed.2008.10.013.
- Lima, F., & Neves, A. (2011). Conciliação da vida profissional com a vida familiar—módulo ad hoc do Inquérito ao Emprego de 2010. *Estatísticas do emprego*, 34-50. Disponível em [http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/2011\\_lima\\_ine\\_publicacao\\_3t2011.pdf](http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/2011_lima_ine_publicacao_3t2011.pdf)

- Litwin, H., Vogel, C., Künemund, H., & Kohli, M. (2008). The balance of intergenerational exchange: Correlates of net transfers in Germany and Israel. *European journal of ageing*, 5 (2), 91-102. doi: 10.1007/s10433-008-0079-3
- López-Anuarbe, M. (2013). Intergenerational transfers in long term care. *Review of Economics of the Household*, 11(2), 235-258. doi:10.1007/s11150-012-9156-7
- Lowenstein, A., & Daatland, S. O. (2006). Filial norms and family support in a comparative cross-national context: Evidence from the OASIS study. *Ageing and Society*, 26(02), 203-223. doi: 10.1017/S0144686X05004502
- Lowenstein, A., Katz, R., Prilutzky, D., & Mehlhausen-Hassoen, D. (2001). The intergenerational solidarity paradigm. In S. Daatland & K. Herlofson (Eds), *Aging, intergenerational relations, care systems and quality of life* (pp.11-30). Oslo: NOVA/Norwegian Social Research.
- Luo, Y., LaPierre, T. A., Hughes, M. E., & Waite, L. J. (2012). Grandparents providing care to grandchildren a population-based study of continuity and change. *Journal of Family Issues*, 33(9), 1143-1167. doi:10.1177/0192513X12438685
- Lüscher, K. (2000). Ambivalence: A key concept for the study of intergenerational relations. In S. Trnka (Ed), *Family issues between gender and generation* (pp. 11-25). Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities.  
Disponível em [http://www.oif.ac.at/fileadmin/OEIF/andere\\_Publikationen/seminarbericht\\_1999.pdf](http://www.oif.ac.at/fileadmin/OEIF/andere_Publikationen/seminarbericht_1999.pdf)  
#page=12
- Lüscher, K., & Pillemer, K. (1998). Intergenerational ambivalence: A new approach to the study of parent-child relations in later life. *Journal of Marriage and the Family*, 413-425. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/353858>
- Macedo, E., & Santos, S. (2009). Apenas mulheres? Situação das mulheres no mercado de trabalho em quatro países europeus. *Ex aequo*, (19), 129-155.
- Mahne, K., & Motel-Klingebiel, A. (2012). The importance of the grandparent role—A class specific phenomenon? Evidence from Germany. *Advances in life course research*, 17(3), 145-155. doi: 10.1016/j.alcr.2012.06.001
- Malter, F., Börsch-Supan, A. (Eds.) (2013). SHARE Wave 4: Innovations & Methodology. Munich: MEA, Max Planck Institute for Social Law and Social Policy.

- Manacorda, M., & Moretti, E. (2006). Why do most Italian youths live with their parents? Intergenerational transfers and household structure. *Journal of the European Economic Association*, 4(4), 800-829. doi: 10.1162/JEEA.2006.4.4.800
- Mann, R., & Leeson, G. (2010). Grandfathers in contemporary families in Britain: Evidence from qualitative research. *Journal of Intergenerational Relationships*, 8(3), 234-248. doi:10.1080/15350770.2010.498774
- Marinho, S. & Atalaia, S. (2013). Famílias e mudança social: breve retrato das últimas décadas. In K. Wall (Coord.), *Observatório das Famílias e das Políticas de Família* (pp.3-16). Disponível em [www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/](http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/)
- Maruyama, S. (2012). Inter vivos health transfers: Final days of Japanese elderly parents. *UNSW Australian School of Business Research Paper*, (2012ECON20). <http://ssrn.com/abstract=2028711>
- Mason, A., Lee, R., Tung, A. C., Lai, M. S., & Miller, T. (2008). Population aging and intergenerational transfers: Introducing age into national accounts. *Developments in the Economics of Aging*. Disponível em [http://192.5.14.43/content/dam/rand/www/external/labor/aging/rsi/rsi\\_papers/2006\\_lee2.pdf](http://192.5.14.43/content/dam/rand/www/external/labor/aging/rsi/rsi_papers/2006_lee2.pdf)
- McDaniel, S. A. (1997). Intergenerational transfers, social solidarity, and social policy: Unanswered questions and policy challenges. *Canadian Public Policy/Analyse de Politiques*, 1-21.
- McGarry, K. (1999). Inter vivos transfers and intended bequests. *Journal of Public Economics*, 73(3), 321-351.
- Mendes, F. R. (1995). Por onde vai a segurança social portuguesa?. *Análise Social*, 405-429.
- Mora, J., & Moro-Egido, A. I. (2012). Analyzing motives for money-transfers within families: the role of transfers for education. *Empirical Economics*, 43(1), 357-378. doi:10.1007/s00181-011-0473-0
- Mozzicafreddo, J. (1992). O Estado-Providência em Portugal: Estratégias contraditórias. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 12 (57-89).
- Mozzicafreddo, J. (1994). O Estado-Providência em transição. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 16 (11-44).



- Mulder, C. H., & Smits, A. (2013). Inter-generational ties, financial transfers and home-ownership support. *Journal of Housing and the Built Environment*, 28(1), 95-112. doi: 10.1007/s10901-012-9302-9
- Muller, Z., & Litwin, H. (2011). Grandparenting and psychological well-being: how important is grandparent role centrality?. *European journal of ageing*, 8(2), 109-118. doi:10.1007/s10433-011-0185-5
- Musil, C. M., Gordon, N. L., Warner, C. B., Zauszniewski, J. A., Standing, T., & Wykle, M. (2011). Grandmothers and Caregiving to Grandchildren: Continuity, Change, and Outcomes Over 24 Months. *The Gerontologist*, 51(1), 86-100. doi: 10.1093/geront/gnq061
- Nico, M. (2012). *Género e Saída de Casa dos Pais: Percursos de autonomia habitacional por diferentes camadas analíticas* [e-Working Paper N.8/2012]. Lisboa: ISCSP/CAPP.
- Nordblom, K., & Ohlsson, H. (2011). Bequests, gifts, and education: links between intergenerational transfers. *Empirical Economics*, 40(2), 343-358. doi: 10.1007/s00181-010-0344-0
- Nunes, J. A. (1995). "Com Mal ou com Bem, Aos Teus te Até": as solidariedades primárias e os limites da Sociedade-Providência. *Revista crítica de ciências sociais*, (42) 5-25.
- O'Dwyer, L., Buckley, J., Feist, H., & Parker, K. (2012). *It's not just about money: Intergenerational transfers of time and money to and from mature age Australians*. Australia: NSPAC. Disponível em [www.productiveageing.com.au](http://www.productiveageing.com.au).
- Ogg, J., & Renaut, S. (2006). The support of parents in old age by those born during 1945–1954: A European perspective. *Ageing and Society*, 26(05), 723-743. Doi:10.1017/S0144686X06004922
- Ortuño-Ortín, I., & Romeu, A. (2013). Altruism and Exchange in Intergenerational Transfers: The Demand for Children Emergency Room. *Modern Economy*, 4(01), 1. doi: 10.4236/me.2013.41001
- Parrott, T. M., & Bengtson, V. L. (1999). The effects of earlier intergenerational affection, normative expectations, and family conflict on contemporary exchanges of help and support. *Research on Aging*, 21(1), 73-105. doi: 10.1177/0164027599211004
- Paúl, C. (2005). Envelhecimento activo e redes de suporte social. *Sociologia*, 15, 275-287.

- Paúl, C. (2012). Tendências atuais e desenvolvimentos futuros da gerontologia. In C. Paúl & O. Ribeiro, *Manual de gerontologia: Aspetos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento* (pp.1-15). Lisboa: Lidel, Edições Técnicas, Lda
- Paúl, C., Fonseca, A. M., Martín, I., & Amado, J. (2003). Psychosocial profile of rural and urban elders in Portugal. *European psychologist*, 8(3), 160. doi: 10.1027//1016-9040.8.3.160
- Pereira, M. H. (1999). As origens do Estado-Providência em Portugal: As novas fronteiras entre o público e o privado. In N. S. Teixeira & A. C. Pinto (Coord.) *A Primeira República Portuguesa – entre o Liberalismo e o Autoritarismo* (pp. 47-76). Lisboa: Edições Colibri.
- Pereirinha, J. A. & Carolo, D. F. (2006). *Construção do Estado-providência em Portugal no período do Estado-Novo (1935- 1974): Notas sobre a evolução da despesa social* (Working paper nº 30/2006). Lisboa: ISEG/DE/CISEP, disponível em <http://pascal.iseg.utl.pt/~depeco/wp/wp302006.pdf>
- Pereirinha, J. A., & Carolo, D. F. (2009). *A construção do Estado-Providência em Portugal: Evolução da despesa social de 1935 a 2003* (Working paper nº 36/2009). Lisboa: ISEG/GHES, disponível em <http://pascal.iseg.ulisboa.pt/~ghes/wp/wp362009.pdf>
- Pereirinha, J. A., Arcanjo, M., & Carolo, D. F. (2009). *Prestações sociais no corporativismo português: A política de apoio à família no período do Estado Novo* (Working paper nº 35/2009). Lisboa: ISEG/GHES, disponível em <http://pascal.iseg.ulisboa.pt/~ghes/wp/wp352009.pdf>
- Phillips, J., Ray, M., & Ogg, J. (2003). Ambivalence et conflit dans les familles vieillissantes: perspectives européennes. *Retraite et société*, (1), 77-103. Disponível em <http://www.cairn.info/revue-retraite-et-societe-2003-1-page-77.html>
- Pimentel, L. G., & Albuquerque, C. P. (2010). Solidariedades familiares e o apoio a idosos. Limites e Implicações. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 9 (2), 251-263.
- Piselli, F. (1995). A sociedade-providência na esfera económica. *Revista crítica de ciências sociais*, 42, 105-123.
- Portugal, S. (2000). Retórica e acção governativa na área das políticas de família desde 1974. *Revista crítica de ciências sociais*, (56), 81-98.

- Portugal, S. (2005). Quem tem amigos tem saúde: O papel das redes sociais no acesso aos cuidados de saúde", *Oficina do CES*, 235.
- Portugal, S. (2006). Quanto vale o capital social? O papel das redes informais na provisão de recursos. In B. Fontes e P. H. Martins (Org.), *Redes, Práticas Associativas e Gestão Pública* (pp. 51-74). Recife: Editora da UFPE.
- Portugal, S. (2007). O que faz mover as redes sociais? Uma análise das normas e dos laços. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (79), 35-56.
- Portugal, S. (2008). As mulheres e a produção de bem-estar em Portugal. *Oficina do CES*, (319).
- Portugal, S. (2014a). As mãos que embalam o berço: um estudo sobre redes informais de apoio à maternidade. *Estudos de Sociologia*, 1(10), 185-210.
- Portugal, S. (2014b). *Família e Redes Sociais: Ligações Fortes na Produção de Bem-Estar*. Coimbra: Almedina.
- Portugal, S., & Martins, P. H. (2011). *Cidadania, políticas públicas e redes sociais*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.
- PRODATA.(2015).*Inquérito ao Emprego da UE*. Disponível em <http://www.pordata.pt/Europa>
- Ramos, N. (2013). Relationships and intergenerational solidarities – social, educational and health challenges In A. L. Oliveira (Coord.) *Promoting conscious and active learning and aging How to face current and future challenges?* (pp. 129-128). Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família: Perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rodrigues, E. V. (2000). O Estado-providência e os processos da exclusão social: Considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 10,173-200.
- Roll, A., & Litwin, H. (2010). Intergenerational financial transfers and mental health: An analysis using SHARE-Israel data. *Aging & mental health*, 14(2), 203-210. doi: 10.1080/13607860903191366.
- Sampaio, D. (2008). *A razão dos avós*. Editorial Caminho.

- Santos, B. D. S. (1987). Estado, sociedade, políticas sociais: O caso da política de saúde. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23, 13-74.
- Santos, B. D. S. (1995). Sociedade-providência ou autoritarismo social? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 1-4.
- Santos, B. D. S., & Ferreira, S. (2002). A Reforma do Estado-Providência entre Globalizações Conflitantes. In P. Hespanha & G. Carapinheiro (Org.), *Risco social e incerteza: pode o Estado social recuar mais?* (pp.177-225). Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B.D. S. (1992). Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português. *Oficina do CES*, 32, 1-69.
- Sappideen, C. (2008). Families and intergenerational transfers: Changing the old order. *UNSWLJ*, 31, 738. Disponível em [http://www.unswlawjournal.unsw.edu.au/sites/default/files/39\\_sappideen\\_2008.pdf](http://www.unswlawjournal.unsw.edu.au/sites/default/files/39_sappideen_2008.pdf)
- Saraceno, C., & Keck, W. (2010). Can we identify intergenerational policy regimes in Europe?. *European Societies*, 12(5), 675-696. doi:10.1080/14616696.2010.483006
- Schwarz, M. E. (2006). Intergenerational Transfers: An Integrative Approach. *Journal of Public Economic Theory*, 8(1), 61-93. doi:10.1111/j.1467-9779.2006.00253.x
- Schenk, N., & Dykstra, P. A. (2012). Continuity and change in intergenerational family relationships: An examination of shifts in relationship type over a three-year period. *Advances in Life Course Research*, 17(3), 121-132. doi:10.1016/j.alcr.2012.01.004
- Scodellaro, C., Khat, M., & Jusot, F. (2012). Intergenerational financial transfers and health in a national sample from France. *Social Science & Medicine*, 75 (7), 1296-1302. doi: 10.1016/j.socscimed.2012.04.042
- Sequeira, A., & da Silva, M. N. (2002). O bem-estar da pessoa idosa em meio rural. *Análise Psicológica*, 20(3), 505-516.
- Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 187-192. doi: 10.1590/S1413-81232000000100016
- Shapiro, A. (2012). Rethinking marital status: Partnership history and intergenerational relationships in American families. *Advances in life course research*, 17(3), 168-176. doi: 10.1016/j.alcr.2012.05.003

- SHARE. (2010). *Survey on Health, Ageing and Retirement in Europe*. Disponível em <http://www.share-project.org>
- Sheng, X., & Killian, T. S. (2009). Over time dynamics of monetary intergenerational exchanges. *Journal of Family and Economic Issues*, 30(3), 268-281. doi: 10.1007/s10834-009-9159-6
- Silva, P. (2002). O modelo de Welfare da Europa do Sul: Reflexões sobre a utilidade do conceito. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 38, 25-59.
- Silva, S. C. (2001). *Famílias de Alfama, Dinâmicas e Solidariedades Familiares num Bairro Histórico de Lisboa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Silverstein, M., & Bengtson, V. L. (1991). Do close parent-child relations reduce the mortality risk of older parents?. *Journal of Health and Social Behavior*, 382-395. doi: 10.2307/2137105
- Silverstein, M., & Bengtson, V. L. (1997). Intergenerational solidarity and the structure of adult child-parent relationships in American families 1. *American Journal of Sociology*, 103 (2), 429-60.
- Silverstein, M., Cong, Z., & Li, S. (2006). Intergenerational transfers and living arrangements of older people in rural China: Consequences for psychological well-being. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 61(5), S256-S266. Disponível em <http://psychsocgerontology.oxfordjournals.org/content/61/5/S256.short>
- Silverstein, M., Conroy, S. J., & Gans, D. (2012). Beyond solidarity, reciprocity and altruism: moral capital as a unifying concept in intergenerational support for older people. *Ageing and Society*, 32(07), 1246-1262. doi: 10.1017/S0144686X1200058X
- Soler, C. T. (2012). Reciprocity and solidarity in intergenerational. *Papers: Revista de sociologia*, 97(4), 849-873.
- Sousa, L. (2013). Intergenerational solidarity: Bringing together social and economic development. In A. L. Oliveira (Coord.) *Promoting conscious and active learning and aging How to face current and future challenges?*(129-128). Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)
- Sousa, L., Patrão, M., & Vicente, H. (2012). Famílias e envelhecimento: O último estágio do ciclo de vida. In C. Paul & O. Ribeiro (Coord.), *Manual de Gerontologia –*

*Aspetos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento* (pp. 255-271). Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, Lda.

- Steinbach, A. (2012). Intergenerational relations across the life course. *Advances in Life Course Research*, 17(3), 93-99. doi: 10.1016/j.alcr.2012.06.002
- Sun, R., & Matthews, S. H. (2012). Lineage Depth and Family Solidarity: Is There a Link Between Them?. *Journal of Intergenerational Relationships*, 10(1), 64-79. doi: 10.1080/15350770.2012.647567
- Svensson-Dianellou, A., Smith, P. K., & Mestheneos, E. (2010). Family help by Greek grandparents. *Journal of Intergenerational Relationships*, 8(3), 249-263. doi:10.1080/15350770.2010.498737
- Swartz, T. T. (2009). Intergenerational family relations in adulthood: Patterns, variations, and implications in the contemporary United States. *Annual Review of Sociology*, 191-212. doi: 10.1146/annurev.soc.34.040507.134615
- Szydlik, M. (2008). Intergenerational solidarity and conflict *Journal of Comparative Family Studies*, 97-114. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/41604202>
- Szydlik, M. (2012). Generations: Connections across the life course. *Advances in Life Course Research*, 17(3), 100-111. doi:10.1016/j.alcr.2012.03.002
- Tavora, I. (2012). Understanding the high rates of employment among low-educated women in Portugal: A comparatively oriented case study. *Gender, Work & Organization*, 19(2), 93-118. doi:10.1111/j.1468-0432.2010.00489.x
- Tavora, I. (2012a). The southern European social model: Familialism and the high rates of female employment in Portugal. *Journal of European Social Policy*, 22 (1), 63-76. doi: 10.1177/0958928711425269.
- Thomas, P. A. (2009). Is it better to give or to receive? Social support and the well-being of older adults. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*. doi: 10.1093/geronb/gbp113
- Tobío, C. (2010). Demographic Change, Intergenerational Solidarity, and Social Policy. *Journal of Intergenerational Relationships*, 8 (4), 431-433. doi: 10.1080/15350770.2010.521098
- Tomassini, C., & Wolf, D. A. (2000). Stability and change in the living arrangements of older Italian women: 1990-1995. *Genus*, 203-219.

- Tomassini, C., Glaser, K., Wolf, D. A., Broese van Groenou, M. I., & Grundy, E. (2004b). Living arrangements among older people: an overview of trends in Europe and the USA. *Population trends*, (115), 24-34.
- Tomassini, C., Kalogirou, S., Grundy, E., Fokkema, T., Martikainen, P., Van Groenou, M. B., & Karisto, A. (2004a). Contacts between elderly parents and their children in four European countries: Current patterns and future prospects. *European Journal of Ageing*, 1(1), 54-63. doi:10.1007/s10433-004-0003-4
- Torres, A. M. C.(2010). Relatório da unidade curricular: Sociologia da Família Teorias e Debates. Lisboa: [Edição do Autor]. Relatório para a realização de Provas de Agregação, apresentado ao ISCTE/IUL/DS.
- Torres, A., Barros, H., Ramos, E., Neves, B., Carvalho, D., Maciel, D., ... Mourão., V. (2015). EPITeen24: Reproduzir ou contrariar o destino social? Estudo longitudinal de uma geração nascida nos anos 90 do século XX em Portugal, Síntese de resultados. Disponível em <http://epiteen.iscsp.ulisboa.pt/>
- Torres, A., Mendes, R., & Lapa, T. (2008). Families in Europe. *Portuguese Journal of Social Science*, 7(1), 49-84. doi: 10.1386/pjss.7.1.49\_1
- Torres, A., Serra, F., Tavares, L., Assunção, F., Brites, R., Carvalho, D., ... Ramos, E. (2014). Género, educação e trabalho: Diferenças e similitudes nas trajetórias de rapazes e raparigas entre os 13 e os 21 anos. In *40 anos de democracias: Progressos, contradições e perspectivas*, Atas do VIII Congresso Português de Sociologia. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia Disponível em [http://www.aps.pt/viii\\_congresso/VIII\\_ACTAS/VIII\\_COM0556.pdf](http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0556.pdf)
- Trifiletti, R. (1999). Southern European welfare regimes and the worsening position of women. *Journal of European social policy*, 9(1), 49-64.
- União Europeia. (2013). Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «O contributo e a participação dos idosos na sociedade». In *Jornal Oficial da União Europeia* (pp. C11/16-C11/19). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=OJ:C:2013:011:TOC>
- Vasconcelos, P. (2002). Redes de apoio familiar e desigualdade social: Estratégias de classe. *Análise Social*, 37 (163), 507-544.
- Vicente, H. & Sousa, L. (2007). Famílias multigeracionais: Estruturas típicas. *Psychologica*, 46, 143-66.

- Vicente, H. T., & Sousa, L. (2010). Funções na família multigeracional: Contributo para a caracterização funcional do sistema familiar multigeracional. *Psychologica*, (53), p-157.
- Vicente, H. T., & Sousa, L. (2012a). Redes sociais pessoais das gerações mais velhas: Famílias com quatro gerações vivas. *Kairós. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde*, 15(1).
- Vicente, H. T., & Sousa, L. (2012b). Relações intergeracionais e intrageracionais: A matriz relacional da família multigeracional. *Kairós. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde*, 15 (1).
- Wall, K. (2000, Outubro). Modos de guarda das crianças nas famílias portuguesas. In *Actas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados, Recentes, Futuros Próximos, Coimbra*. Disponível em [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462e00f42e652\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e00f42e652_1.PDF)
- Wall, K. (2005a). Modos de guarda das crianças. In K. Wall (Org.), *Famílias em Portugal: Percursos, Interações, Redes Sociais* (pp. 499-515). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, K. (2005b). Os grupos domésticos de co-residência. In K. Wall (Org.), *Famílias em Portugal: Percursos, Interações, Redes Sociais* (pp. 553-597). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, K., Aboim S., Leitão M. & Marinho S. (2012). *Observatório das Famílias e das Políticas de Família – Relatório 2011*. Lisboa: ICS-UL/CIES.
- Wang, J. (2010). Motives for Intergenerational Transfers: New Test for Exchange. *American Journal of Economics and Sociology*, 69 (2), 802-822. doi: 10.1111/j.1536-7150.2010.00725.x
- Wolff, F. C., & Attias-Donfut, C. (2007). Les comportements de transferts intergénérationnels en Europe. *Économie et statistique*, 403 (1), 117-141. Disponível em [http://www.insee.fr/fr/ffc/docs\\_ffc/ES403-404g.pdf](http://www.insee.fr/fr/ffc/docs_ffc/ES403-404g.pdf)
- Wong, E. S. (2013). Gender preference and transfers from parents to children: An inter-regional comparison. *International Review of Applied Economics*, 27(1), 61-80. doi: 10.1080/02692171.2012.700702
- Yamada, K. (2006). Intra-family transfers in Japan: Intergenerational co-residence, distance, and contact. *Applied Economics*, 38(16), 1839-1861. doi: 10.1080/00036840600825746



Yi, Z., & Wang, Z. (2003). Dynamics of family and elderly living arrangements in China: New lessons learned from the 2000 census. *China Review*, 95-119.



## **Anexo I – Questionário SHARE, WAVE 4**

[A versão em português do questionário encontra-se disponível em: <http://www.share-project.org.pt/index.php?id=82>]

## **Anexo II – Questionário ESS4**

[A versão em português do questionário encontra-se disponível em:  
[http://www.europeansocialsurvey.org/docs/round4/fieldwork/portugal/ESS4\\_questionnaires\\_PT\\_por.pdf](http://www.europeansocialsurvey.org/docs/round4/fieldwork/portugal/ESS4_questionnaires_PT_por.pdf)]

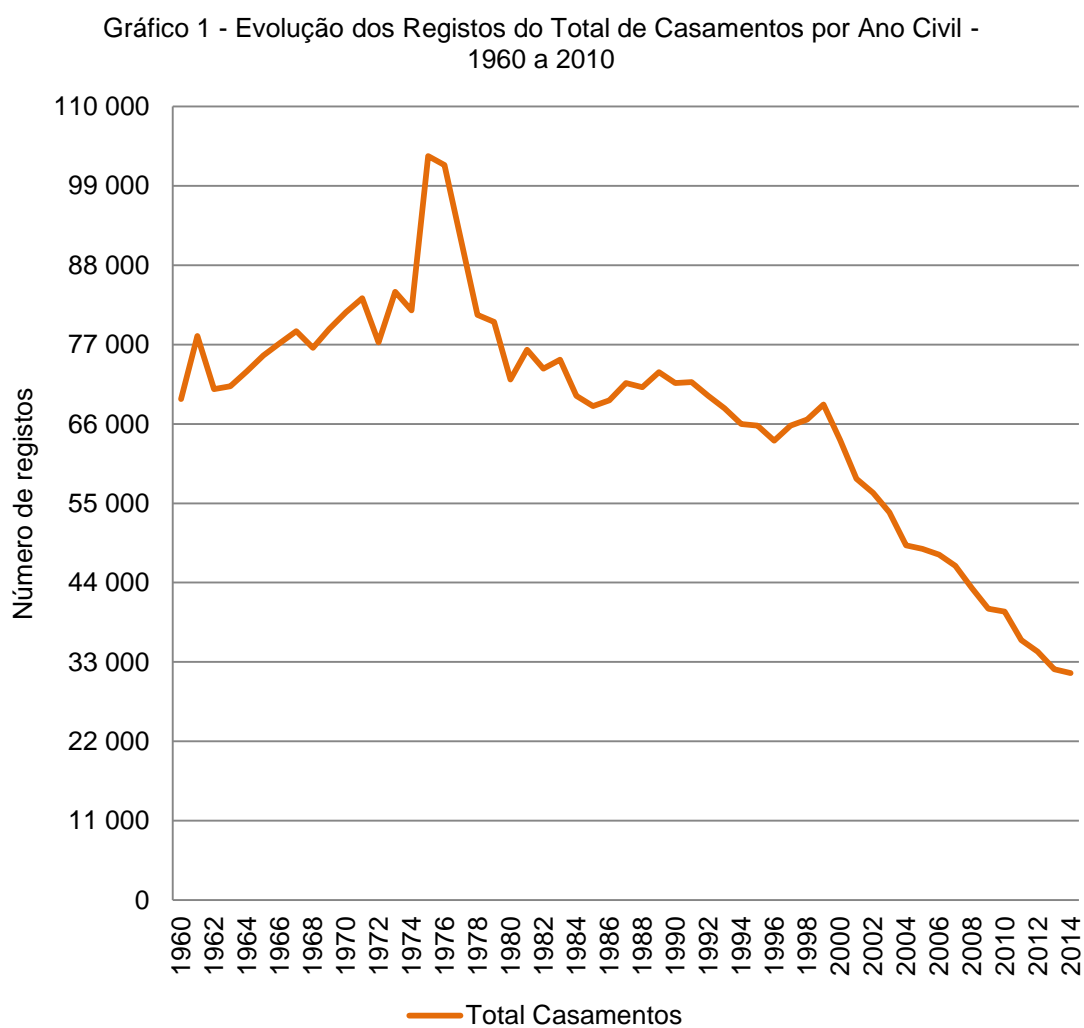
**Anexo III – Questionário Flash Eurobarometer 247, ZA4883 (Family life and the needs of an ageing population)**

[A versão em português do questionário encontra-se disponível em:  
<https://dbk.gesis.org/dbksearch/SDesc2.asp?Il=10&notabs=&af=&nf=&search=&search2=&db=E&no=4883>]

**Anexo IV – Questionário Eurobarometer 74.1, ZA5237 (Poverty and Social Exclusion, Mobile Phone Use, Economic Crisis, and International Trade).**

[A versão em português do questionário encontra-se disponível em:  
<https://dbk.gesis.org/dbksearch/SDesc2.asp?Il=10&notabs=&af=&nf=&search=&search2=&db=E&no=4883>]

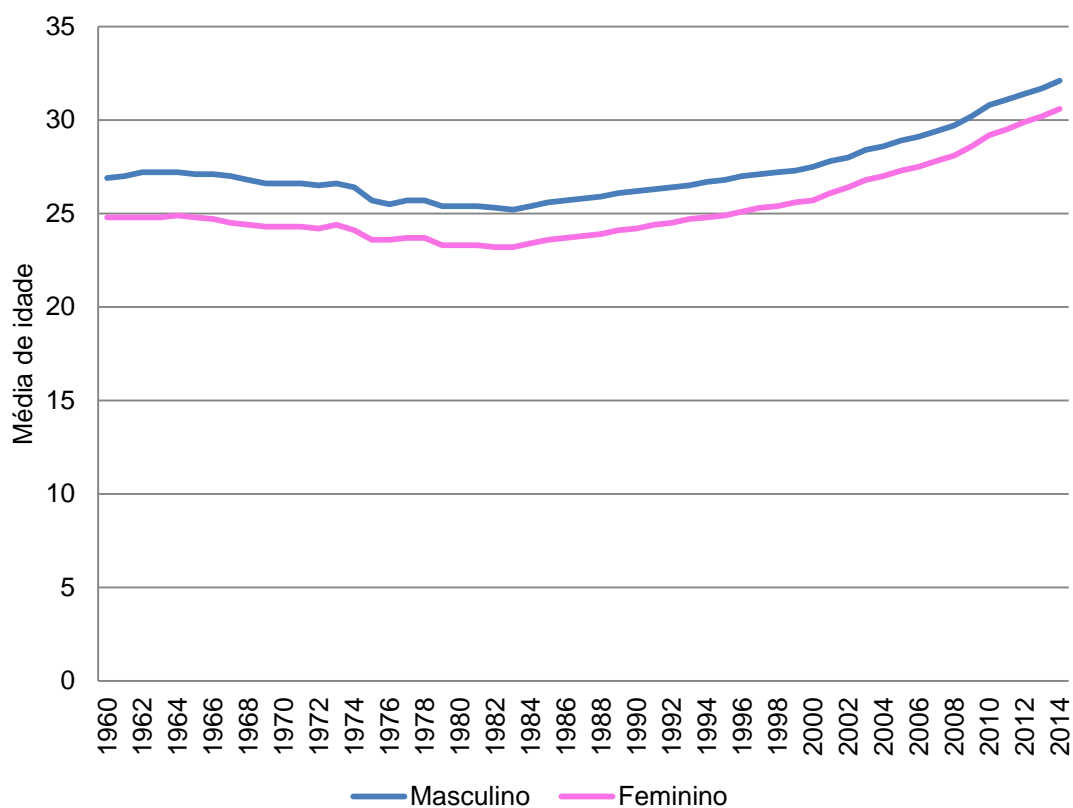
## Anexo V - Registos do Total de Casamentos - 1960 a 2010



Fontes de Dados/Entidades: INE - Estatísticas de Casamentos; PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

## Anexo VI – Idade Média ao Primeiro Casamento entre 1960 e 2014, Portugal

Gráfico 2. Evolução da idade média ao primeiro casamento, por sexo - 1960 a 2014

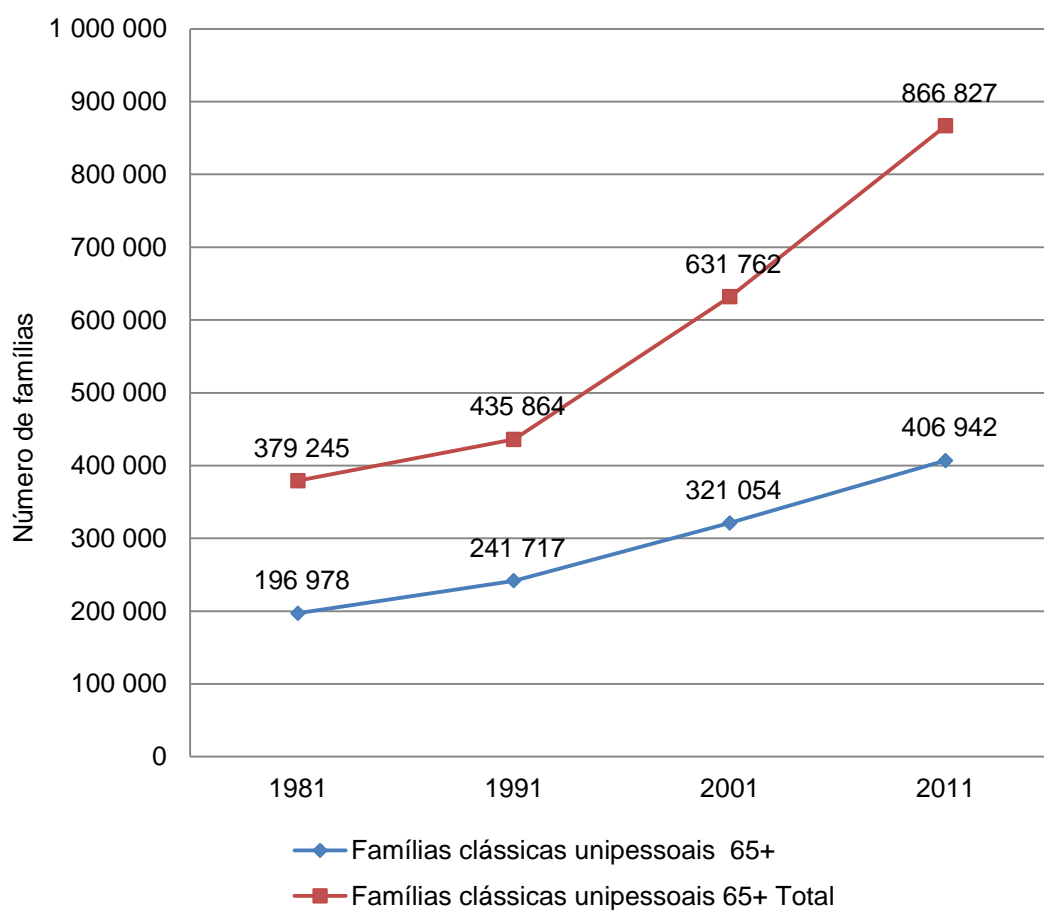


Fontes de Dados/Entidades: INE - Estatísticas de Casamentos; PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)



## Anexo VII - Famílias Clássicas Unipessoais Segundo os Censos: total e com 65 e mais anos

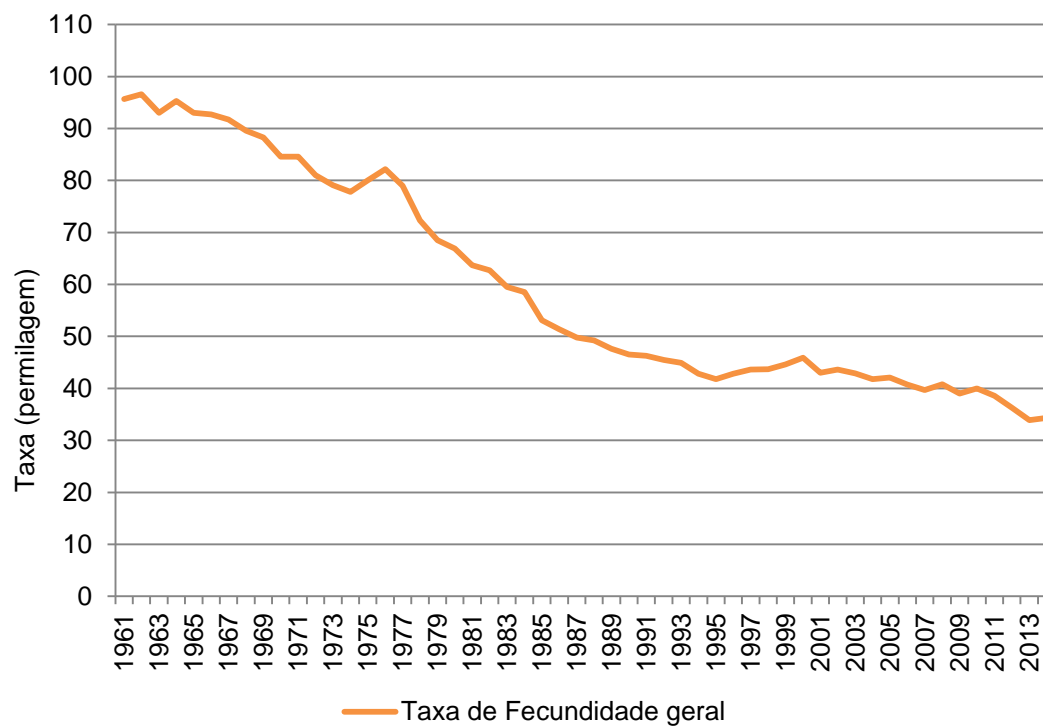
Gráfico 3. Famílias Clássicas Unipessoais Segundo os Censos: Total e com 65 e mais anos



Fontes de Dados/Entidades: INE - XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

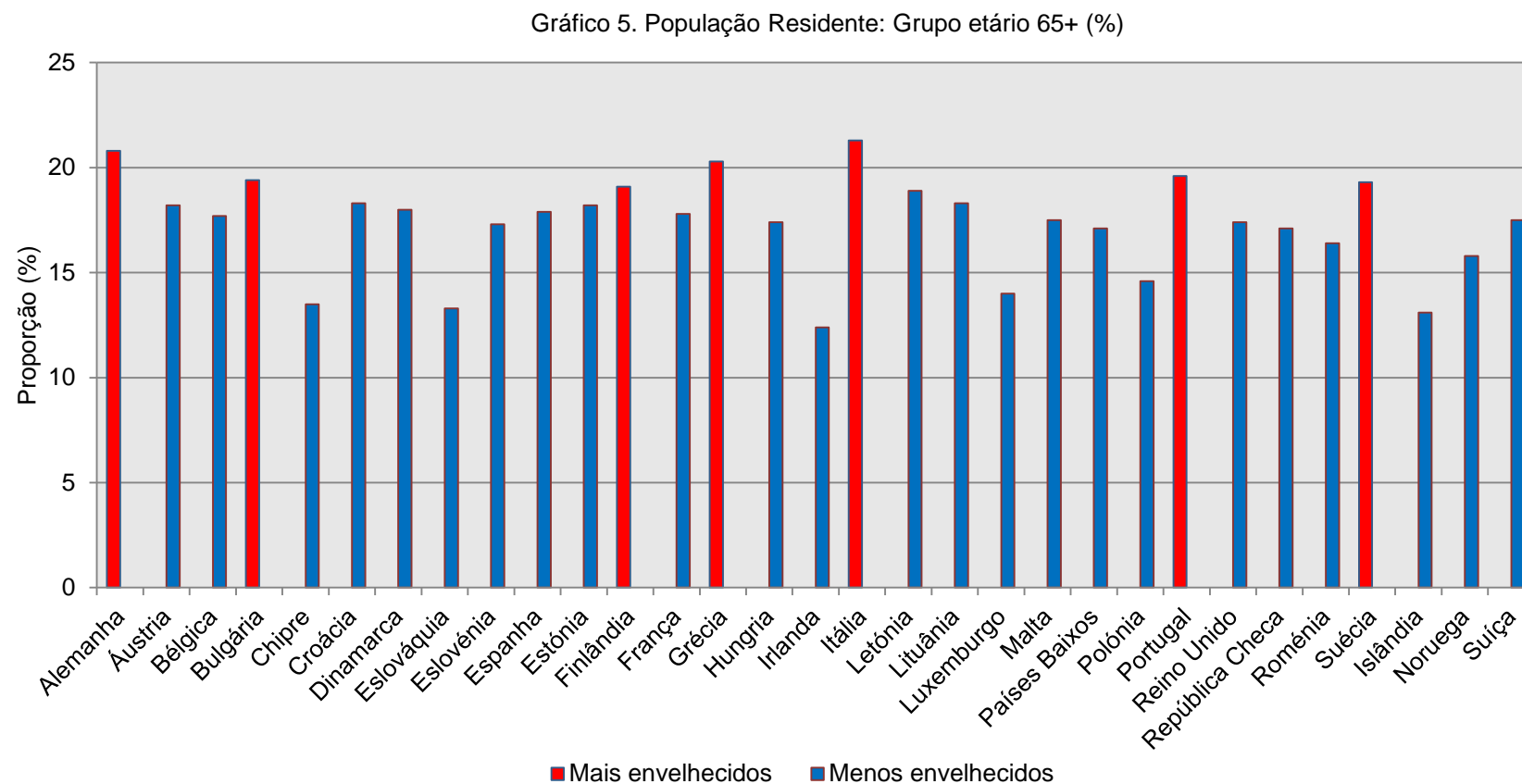
## Anexo VIII - Taxa de Fecundidade Geral de 1961 a 2014, em Portugal

Gráfico 4. Evolução da Taxa de Fecundidade Geral, de 1961 a 2014 em Portugal



Fontes de Dados/Entidades: INE, Estatísticas de Nados-Vivos; PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

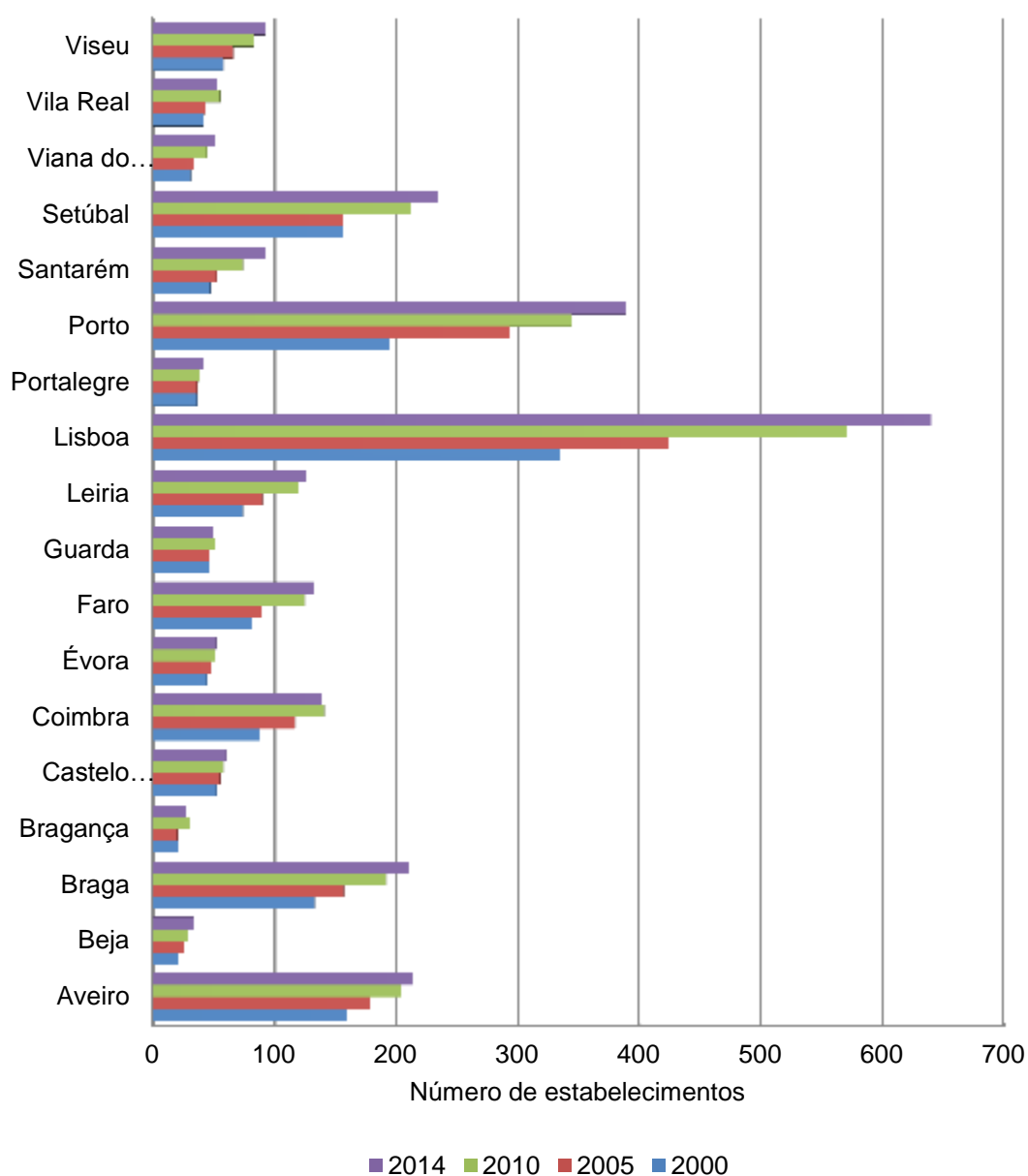
## Anexo IX- População Residente na Europa: Grupo Etário 65+



Fontes de Dados/Entidades: Eurostat | NU | Institutos Nacionais de Estatística; PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

## Anexo X - Número de Resposta Social Creche em Portugal Continental 2000 a 2014

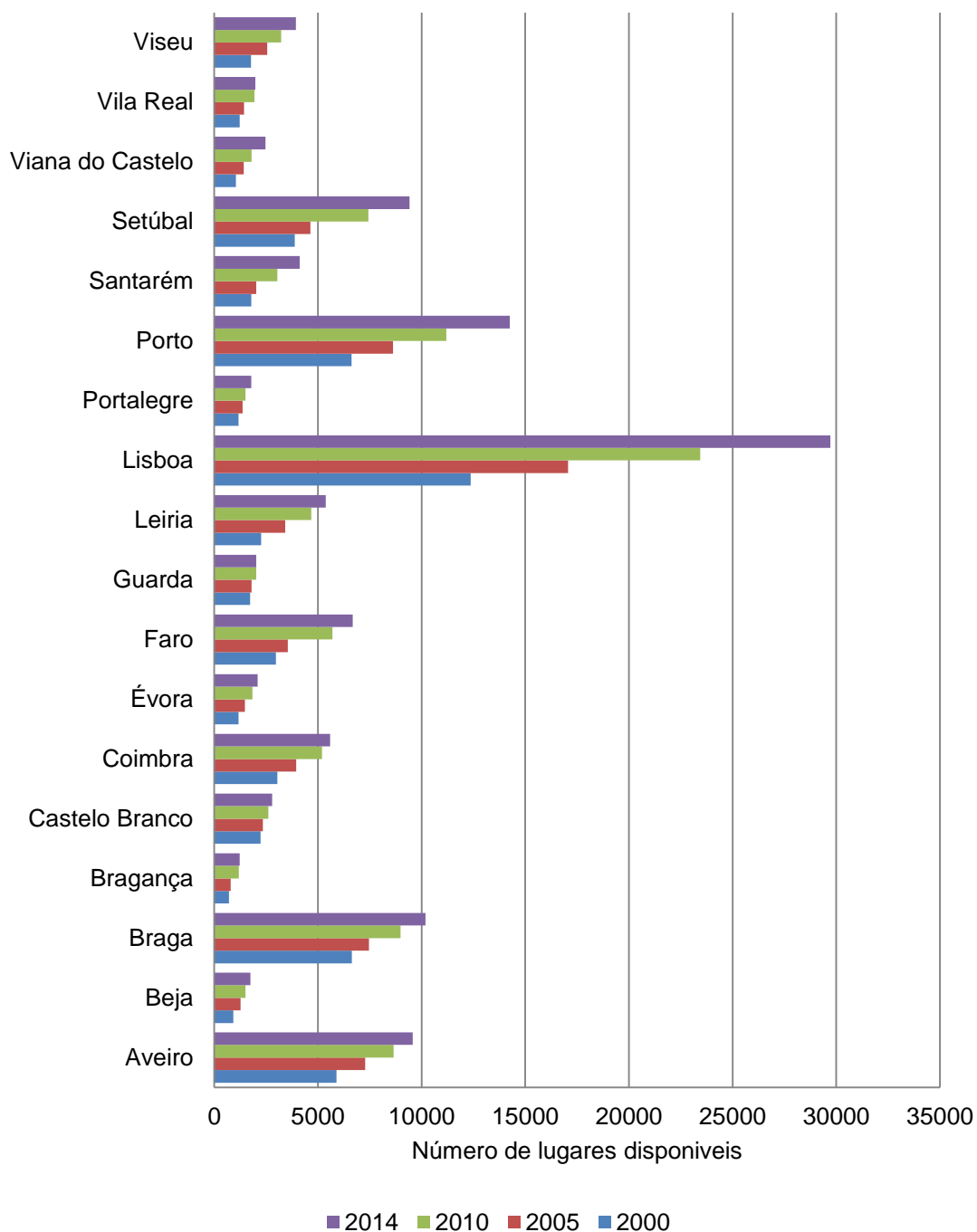
Gráfico 6. Evolução do Número de Resposta Social Creche em Portugal Continental de 2000 a 2014



Fonte de Dados: GEP, Carta Social, dados obtidos em <http://www.cartasocial.pt>

## Anexo XI - Número da Capacidade da Resposta Social Creche em Portugal Continental 2000 a 2014

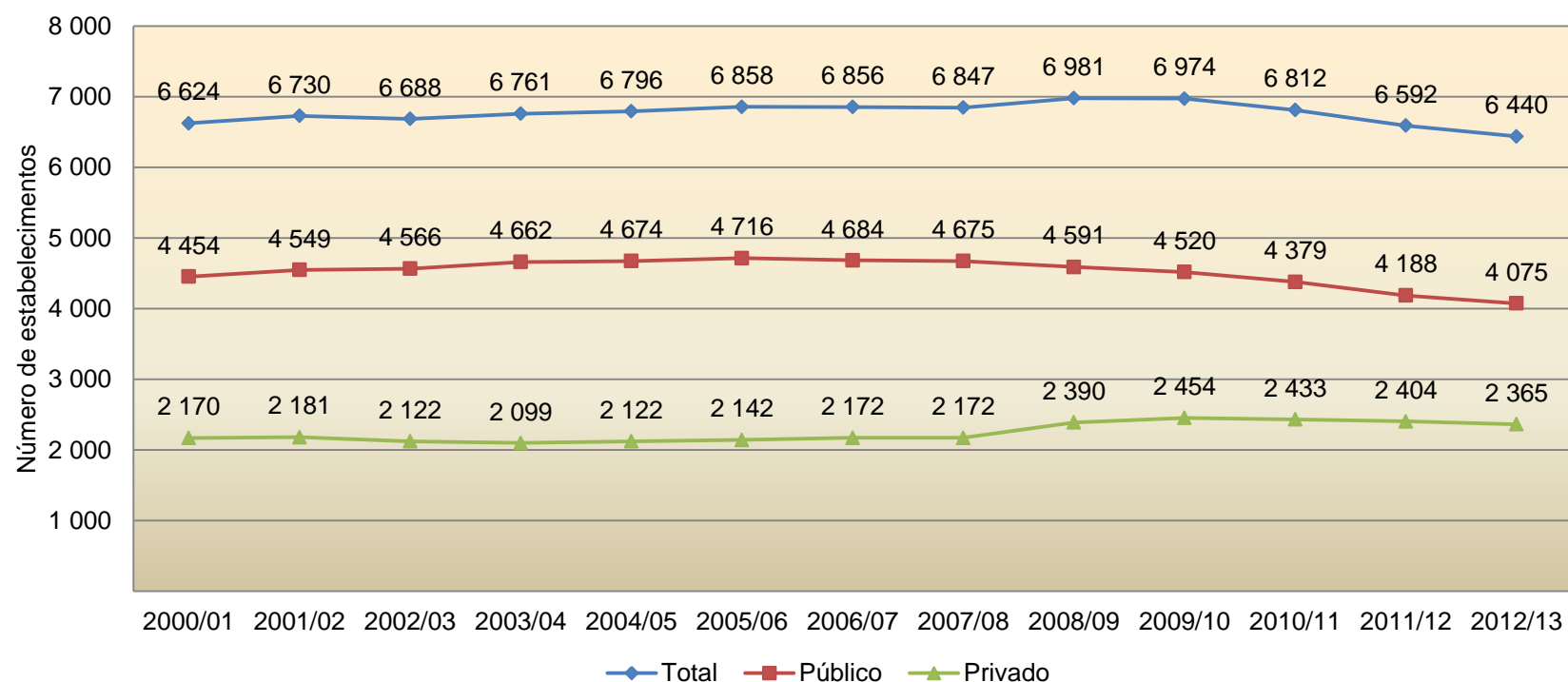
Gráfico 7. Evolução da capacidade da Resposta Social Creche - Portugal Continental, Ano de 2000 a 2014



Fonte de Dados: GEP, Carta Social, dados obtidos em <http://www.cartasocial.pt>

## Anexo XII - Estabelecimentos que Ministram a Educação Pré-escolar, por Natureza do Estabelecimento, em Portugal (2000/01 a 2012/13)

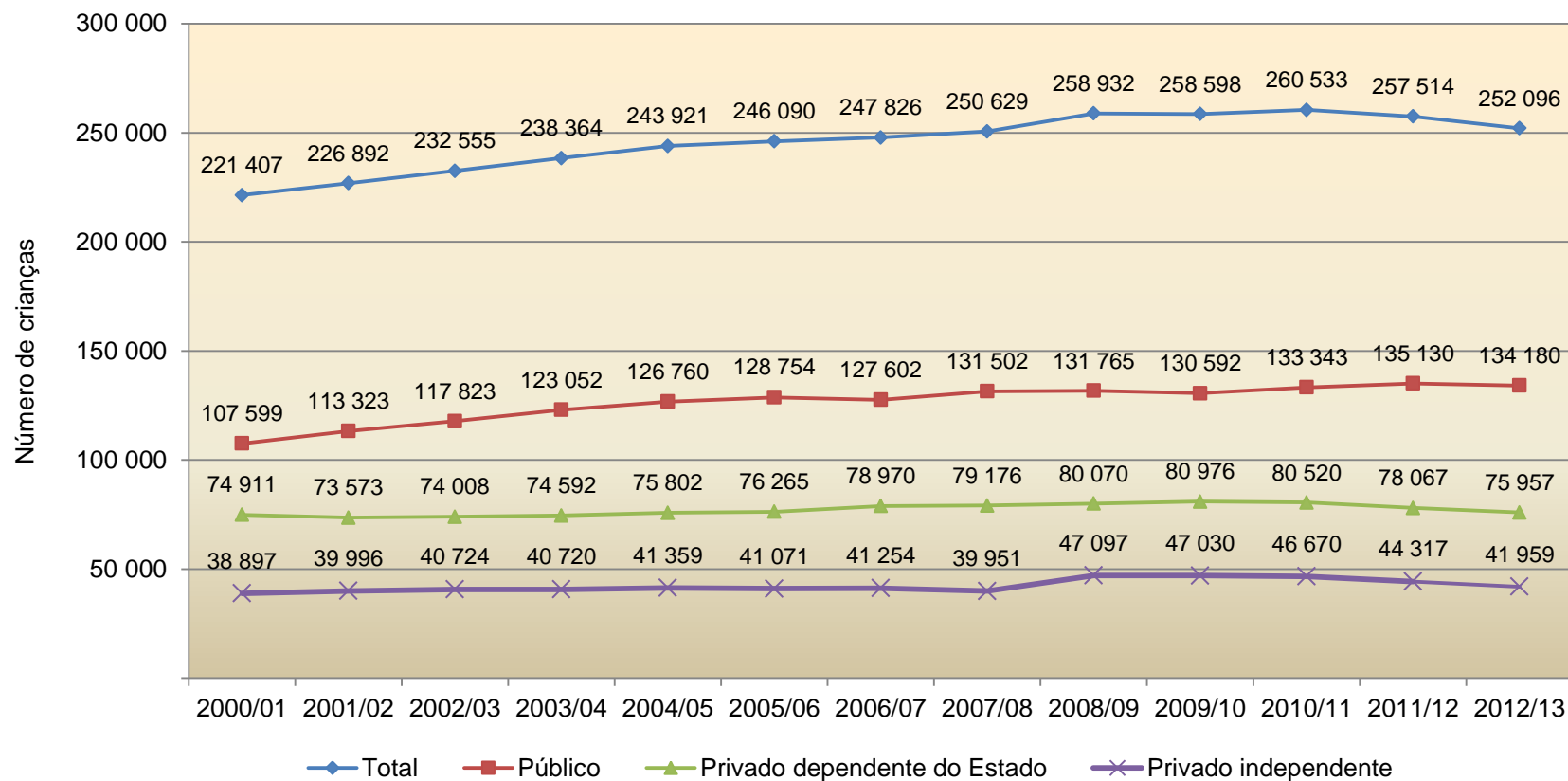
Gráfico 8. Evolução do número de estabelecimentos que ministram a educação pré-escolar, por natureza do estabelecimento, em Portugal (2000/01 a 2012/13)



Fonte de Dados: DGEEC/MEC, dados disponíveis em [http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/Indicador\\_2\\_10.asp](http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/Indicador_2_10.asp)

### Anexo XIII- Crianças Inscritas no Pré- escolar, por Natureza do Estabelecimento, no Continente (2000/01 a 2012/13)

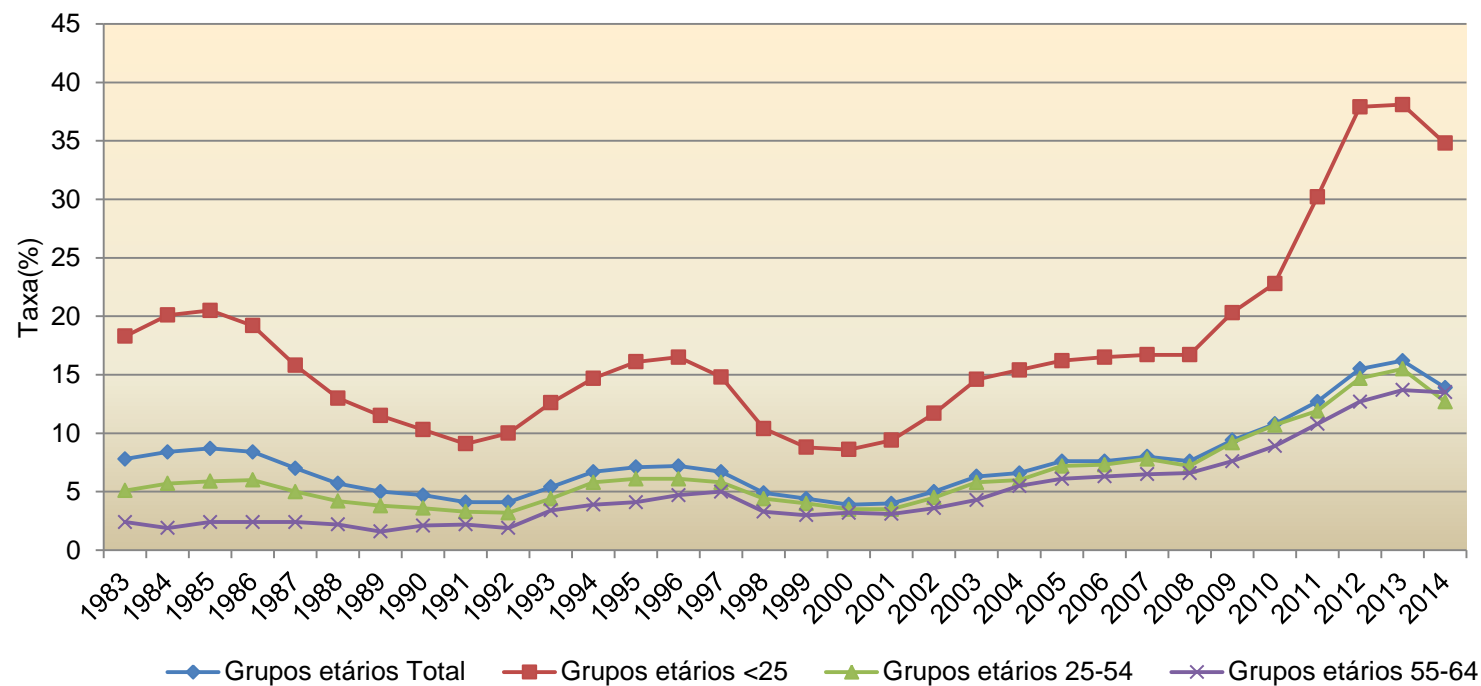
Gráfico 9. Evolução do número de crianças inscritas na educação pré-escolar, por natureza do estabelecimento, no Continente (2000/01 a 2012/13)



Fonte de Dados: DGEEC/MEC, dados disponíveis em [http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/Indicador\\_2\\_1.asp](http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/Indicador_2_1.asp)

## Anexo XIV - Taxa de Desemprego em Portugal de 1983 a 2014

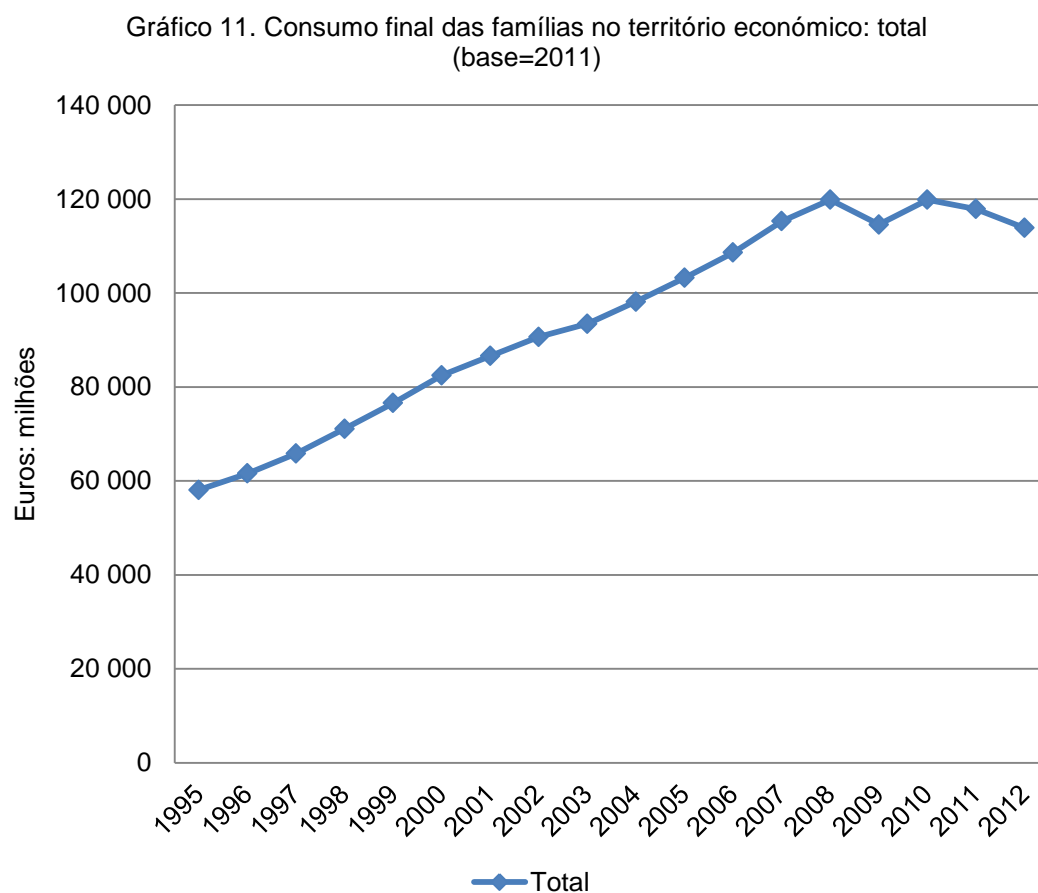
Gráfico 10. Evolução da Taxa de desemprego de 1983 a 2014: total e por grupo etário (%)



Fontes de Dados/Entidades: INE, Inquérito ao Emprego; PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)



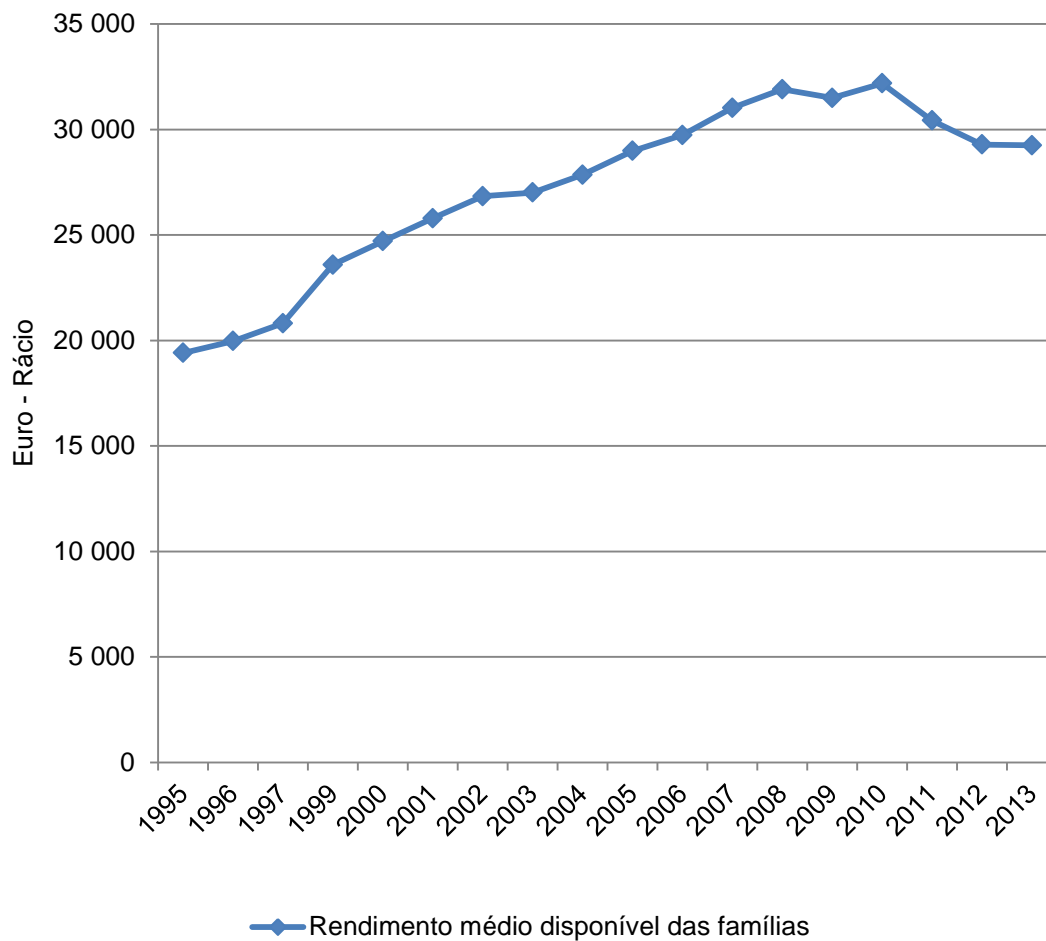
## Anexo XV- Despesas de Consumo Final no Total do Rendimento Disponível das Famílias de 1995 a 2012: Total



Fontes de Dados/Entidades: INE, Contas Nacionais Anuais (Base 2011); PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

## Anexo XVI - Rendimento Médio Disponível das Famílias de 1995 a 2013 em Euros

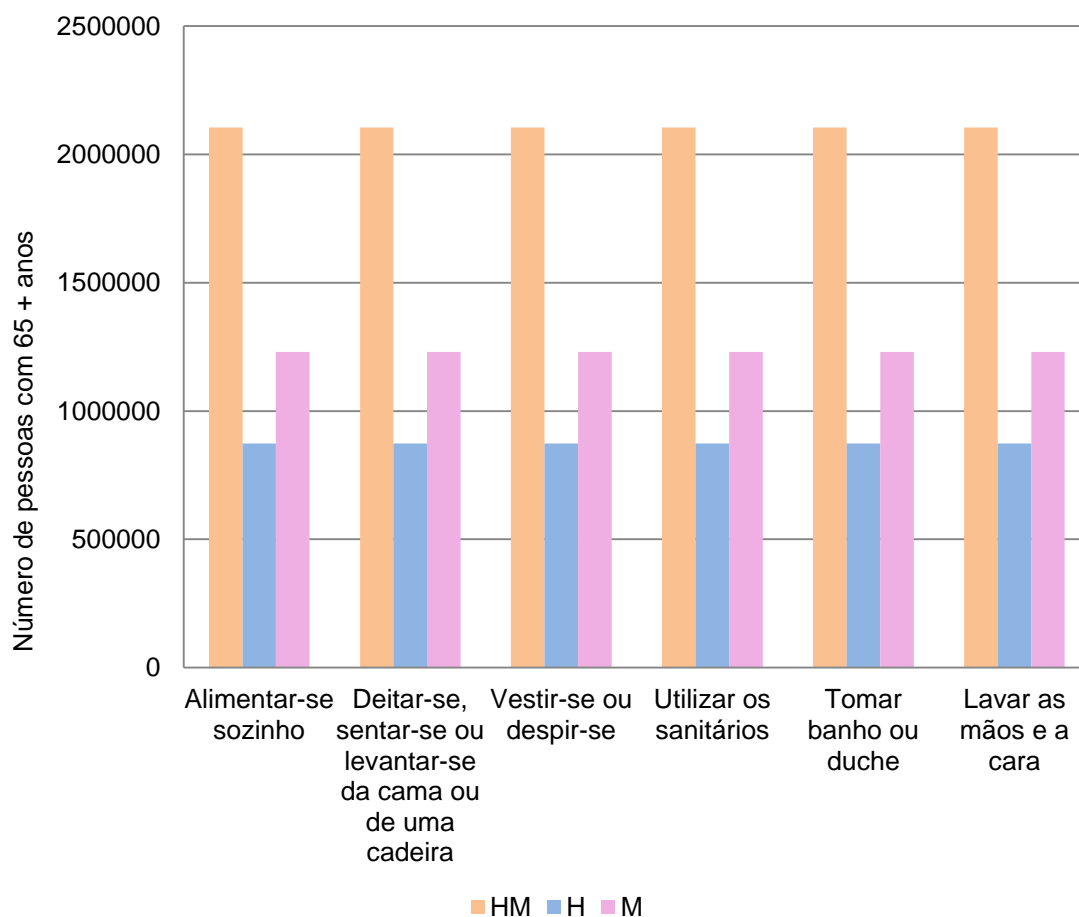
Gráfico 12. Evolução do rendimento médio disponível das famílias de 1995 a 2013 em euros



Fontes de Dados/Entidades: INE, Contas Nacionais Anuais (Base 2011); PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

## Anexo XVII- População Residente com 65 e Mais Anos de Idade por Sexo, Grupo Etário, Tipo de Cuidados Pessoais e Grau de Dificuldade

Gráfico 13. População residente com 65 e mais anos de idade (N.º) por Sexo, Grupo etário, Tipo de cuidados pessoais e Grau de dificuldade

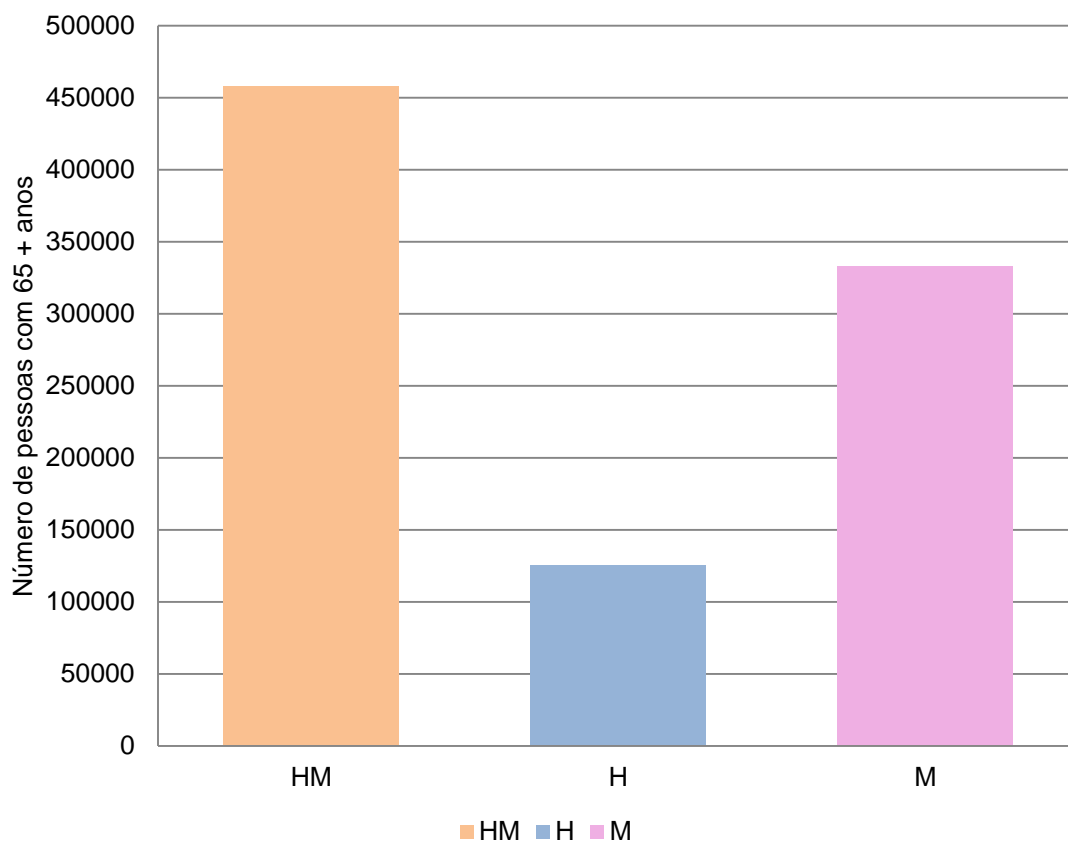


Fonte de Dados: INE, Inquérito Nacional de Saúde – 2014, dados obtidos

<http://www.ine.pt>

## Anexo XVIII - População Residente com 65 e Mais Anos de Idade que referiu pelo menos uma Dificuldade nos Cuidados Pessoais

Gráfico 14. População residente com 65 e mais anos de idade que referiu pelo menos uma dificuldade nos cuidados pessoais (N.º) por sexo, grupo etário e necessidade de ajuda nos cuidados pessoais



Fontes: INE, Inquérito Nacional de Saúde – 2014, dados obtidos <http://www.ine.pt>

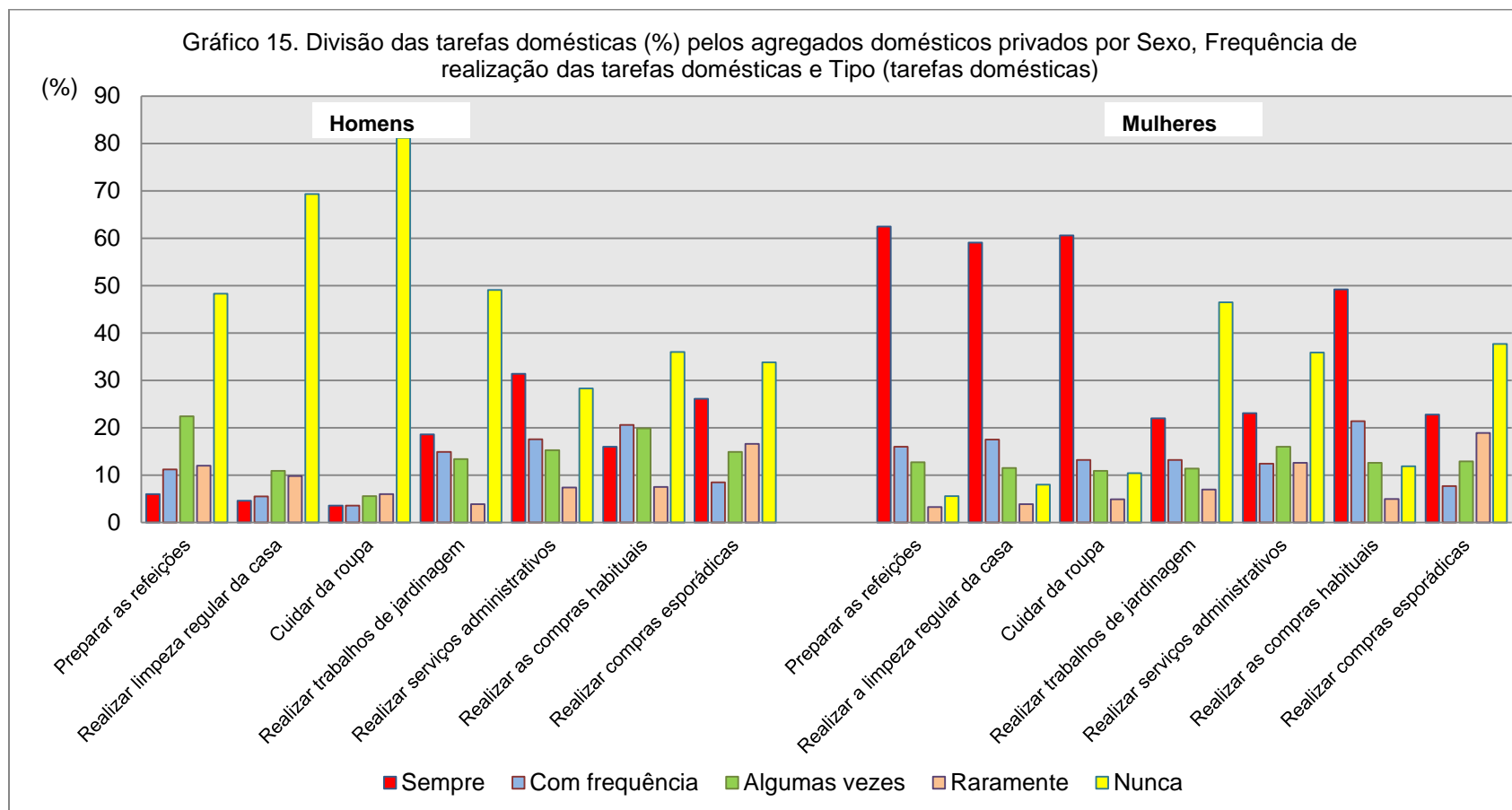
## Anexo XIX – Evolução das Despesas de Consumo Final das Famílias Total e por Tipo de Bens e Serviços de 1995 a 2012 em milhões de euros

Tabela 1. Evolução das Despesas de Consumo Final das Famílias Total e por Tipo de Bens e Serviços de 1995 a 2012 em milhões de euros

Anos	Total	Alimentação, bebidas e tabaco	Vestuário e calçado	Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da	Saúde	Transportes e comunicações	Lazer, recreação e cultura
1995	58 105,1	12 820,4	4 073,3	7 461,6	3 820,8	2 617,1	10 005,9	4 651,9
1996	61 612,6	13 430,7	4 236,6	7 936,8	4 196,8	2 709,5	10 808,4	5 000,3
1999	65 839,4	13 878,9	4 505,4	8 367,7	4 481,6	2 901,2	11 978,2	5 400,5
2000	71 120,4	15 128,1	4 991,7	8 841,5	4 825,2	2 958,4	13 252,6	5 756,8
2001	76 593,2	15 905,3	5 029,7	9 360,3	5 187,2	3 467,5	14 702,7	6 266,6
2002	82 504,9	16 535,7	5 382,2	10 012,0	5 550,0	3 651,8	16 245,9	6 855,6
2003	86 595,9	17 845,8	5 581,7	10 813,9	5 704,8	3 747,2	16 615,0	6 991,3
2004	90 662,3	18 478,6	6 122,6	11 787,3	6 114,9	4 025,7	16 872,5	7 174,1
2005	93 450,9	19 250,1	6 158,5	12 811,8	6 170,3	4 289,1	16 697,2	7 190,5
2006	98 164,7	19 823,0	6 403,0	13 685,1	6 181,6	4 502,7	17 953,7	7 385,7
2007	103 230,5	20 002,7	6 593,0	14 714,3	6 536,6	4 725,5	19 272,2	7 958,9
2008	108 631,1	21 106,8	7 042,3	15 569,4	6 745,2	4 912,9	19 751,3	8 116,7
2009	115 317,8	21 752,9	7 220,5	16 693,1	7 079,6	5 470,0	20 741,4	8 298,4
2010	119 878,7	22 853,1	7 281,7	17 835,4	7 244,8	5 837,3	21 018,0	8 461,9
2011	114 599,2	22 347,3	7 011,5	18 638,2	6 865,4	5 995,9	18 145,7	8 147,7
2012	119 862,0	22 829,9	7 309,9	19 791,0	7 002,5	6 026,2	20 186,0	8 219,3

Fontes de Dados/Entidades: INE, Contas Nacionais Anuais (Base 2011); PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

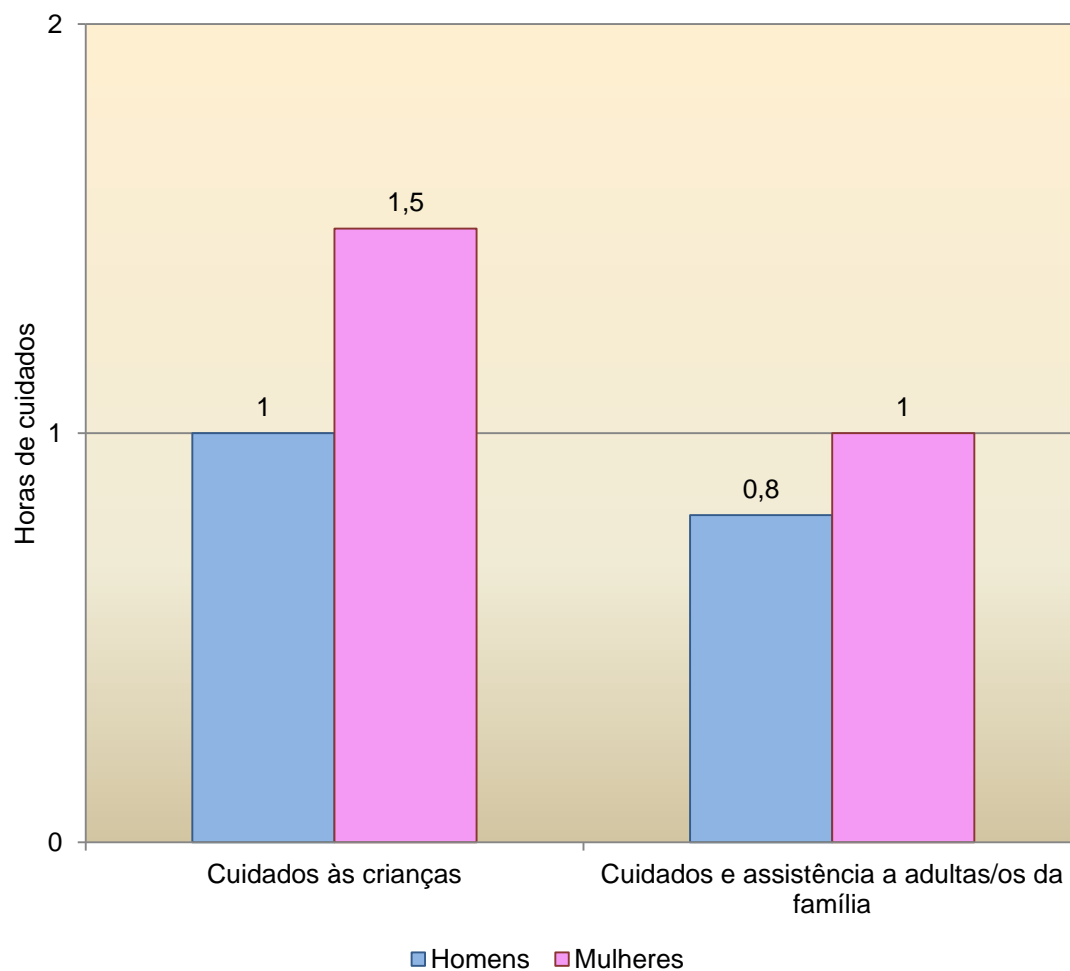
## Anexo XX - Divisão das Tarefas Domésticas pelos Agregados Domésticos



Fonte de dados: INE, Inquérito à Ocupação do Tempo, 1999, dados obtidos em <http://www.ine.pt>

## Anexo XXI - Duração Média Diária dos Cuidados Prestados às Crianças e a Adultas/os da Família

Gráfico 16. Duração média diária dos cuidados prestados às crianças e a adultas/os da família (h) por sexo e tipo (tarefas)



Fonte de dados: INE, Inquérito à Ocupação do Tempo, 1999, dados obtidos em <http://www.ine.pt>

## Anexo XXII - Indivíduos dos 15 aos 64 anos por Prestação de Cuidados a Crianças com menos de 15 anos ou a Pessoas Dependentes com 15 e mais anos

Tabela 2. Indivíduos dos 15 aos 64 anos, segundo o sexo, por prestação de cuidados a crianças com menos de 15 anos ou a pessoas dependentes com 15 e mais anos

	2º Trimestre de 2010					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Milhares de indivíduos			(%)		
Total	7 113,60	3521,8	3591,7	100	100	100
A outras crianças com menos de 15 anos (para além dos filhos ou dos filhos do cônjuge)	552,1	210,4	341,7	7,8	6	9,5
A outras pessoas dependentes com 15 ou mais anos (doentes, incapacitados, idosos) quer pertençam ou não ao agregado	366,1	123,9	242,1	5,1	3,5	6,7
Ambas as situações	88,9	24,3	64,6	1,2	0,7	1,8
Nenhuma das situações	6 100,90	3161,8	2939,1	85,8	89,8	81,8
NS/NR	§	§	§			

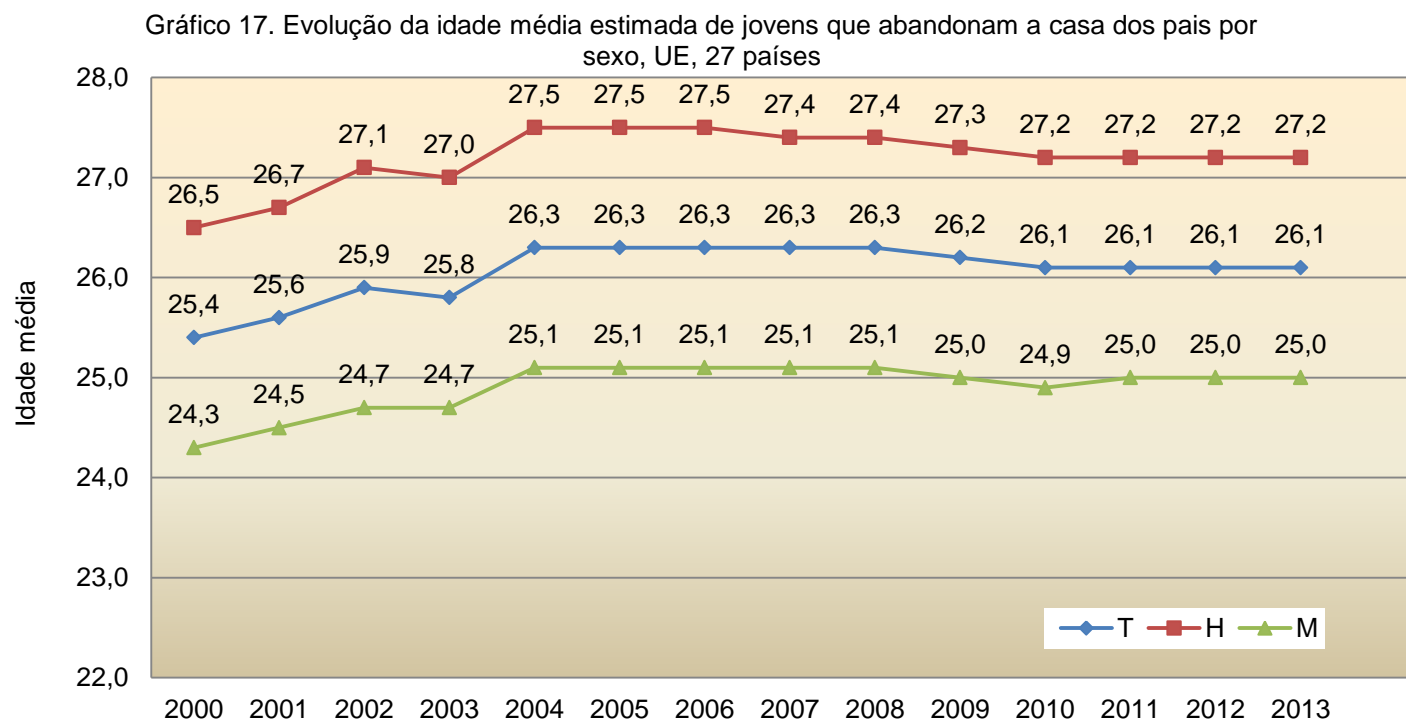
**Siglas e sinais convencionais: NS/NR: Não sabe/Não responde.**

**§: Valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado**

Fonte: Lima, F. e Neves, A. (2011). Conciliação da vida profissional com a vida familiar – módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego de 2010. Estatísticas do emprego, INE, 3º trimestre de 2011, 34-50.

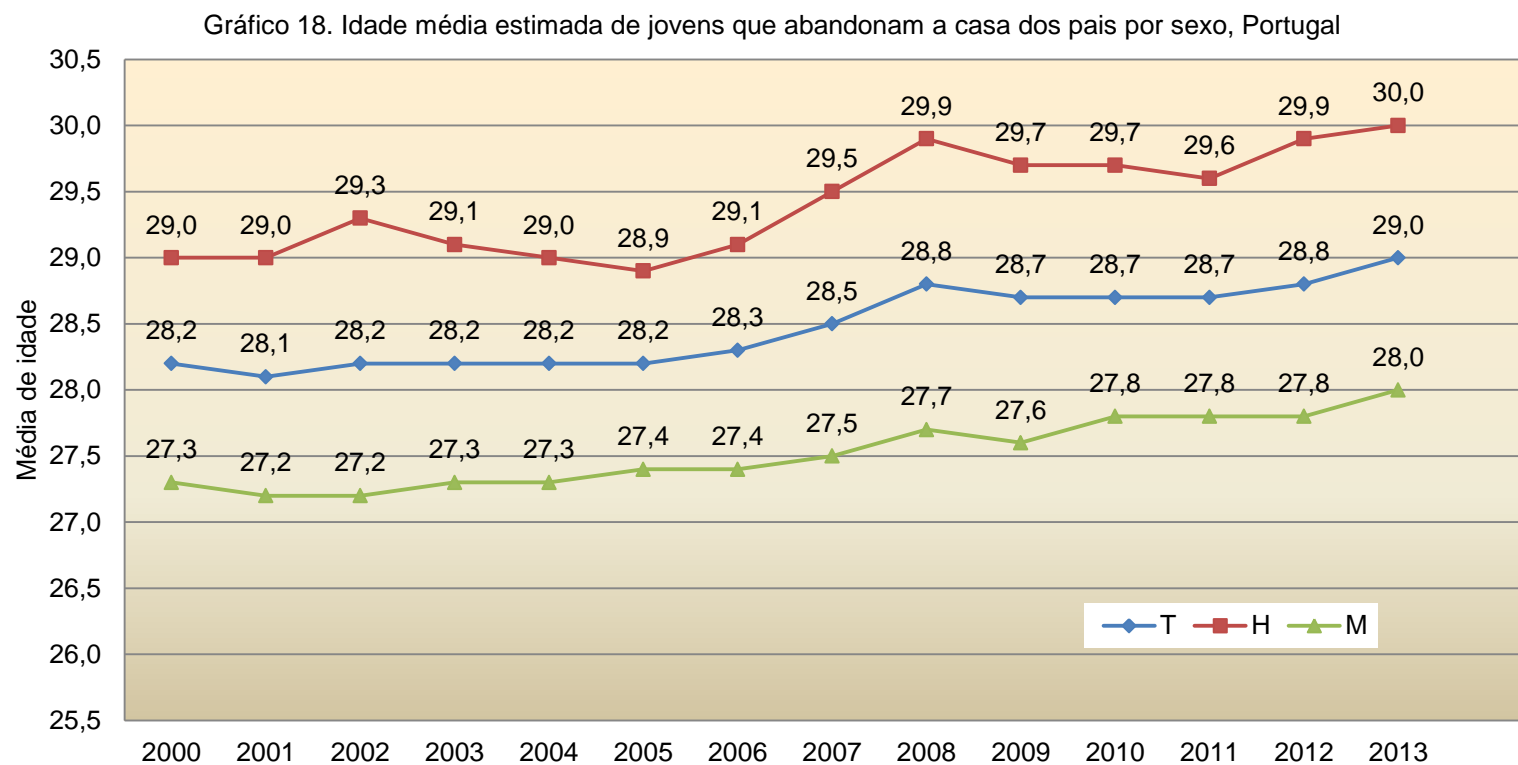


## Anexo XXIII - Idade Média Estimada de Jovens que Abandonam a Casa dos Pais, UE, 27 países



Fonte: Eurostat 2015, disponível [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search\\_database](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database)

## Anexo XXIV - Idade Média Estimada de Jovens que Abandonam a Casa dos Pais, em Portugal



Fonte: Eurostat 2015, disponível [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search\\_database](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database)

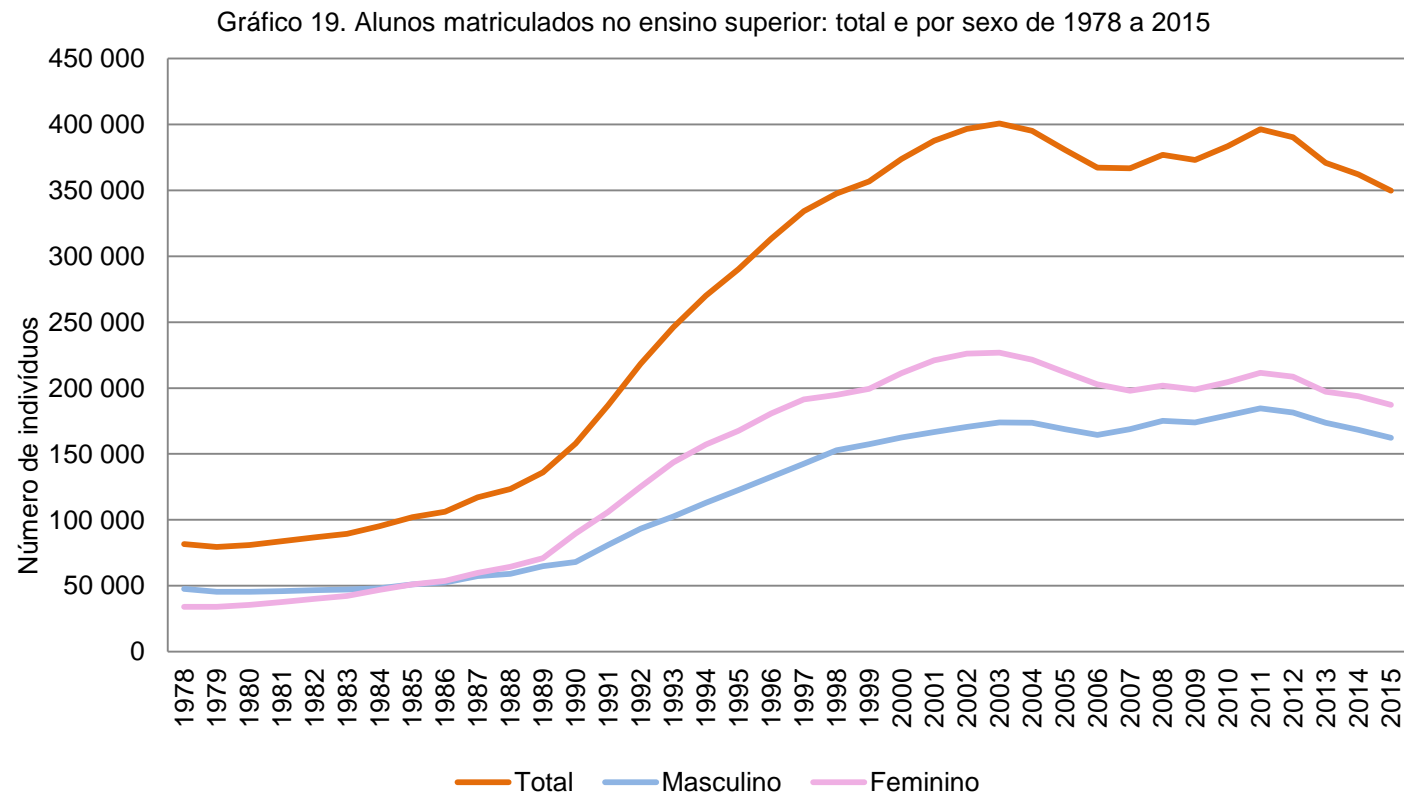
## Anexo XXV- Percentagem de jovens que vivem com seus pais por sexo e idade em Portugal

Tabela 3. Percentagem de Jovens que Vivem com seus Pais por Sexo e Idade em Portugal

	16 - 19 anos			16 - 24 anos			16 - 29 anos			20 - 24 anos			20 - 29 anos			25 - 29 anos		
	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
2006	94,5	95,7	93,3	89,3	92	86,5	75,2	79,7	70,4	86,3	89,8	82,6	69,9	75,4	64,1	55,6	62,9	47,8
2007	95,9	97	94,9	90,6	93,7	87,3	77,3	81,4	73	87,2	91,7	82,4	71,9	77	66,5	58,7	64,3	52,6
2008	96,6	97	96,2	90,8	93,2	88,2	80	83,8	76	87	90,7	83	75	79,7	70,1	64,5	69,9	59,1
2009	97,4	98,1	96,6	90,6	93,3	87,7	79,2	82,7	75,5	86,1	90	82	73,8	78	69,5	63,7	67,9	59,7
2010	95,9	95,1	96,7	91,6	93,4	89,8	79	83,6	74,4	88,9	92,2	85,5	74,2	80,1	68,1	62,1	70,1	54
2011	94,5	93	96	89,8	91	88,5	77,6	81,7	73,3	86,6	89,7	83,1	72,3	78,2	66,1	60,6	68,3	52,9
2012	94,1	93	95,4	89,1	90,6	87,5	77,9	81,8	74	85,4	88,8	82,2	72,4	77,8	67,2	60,9	68,1	54
2013	95,9	95	96,8	88,7	90,1	87,2	77,8	81,3	74,3	83,6	86,7	80,4	71,6	76,6	66,6	60,1	66,8	53,3

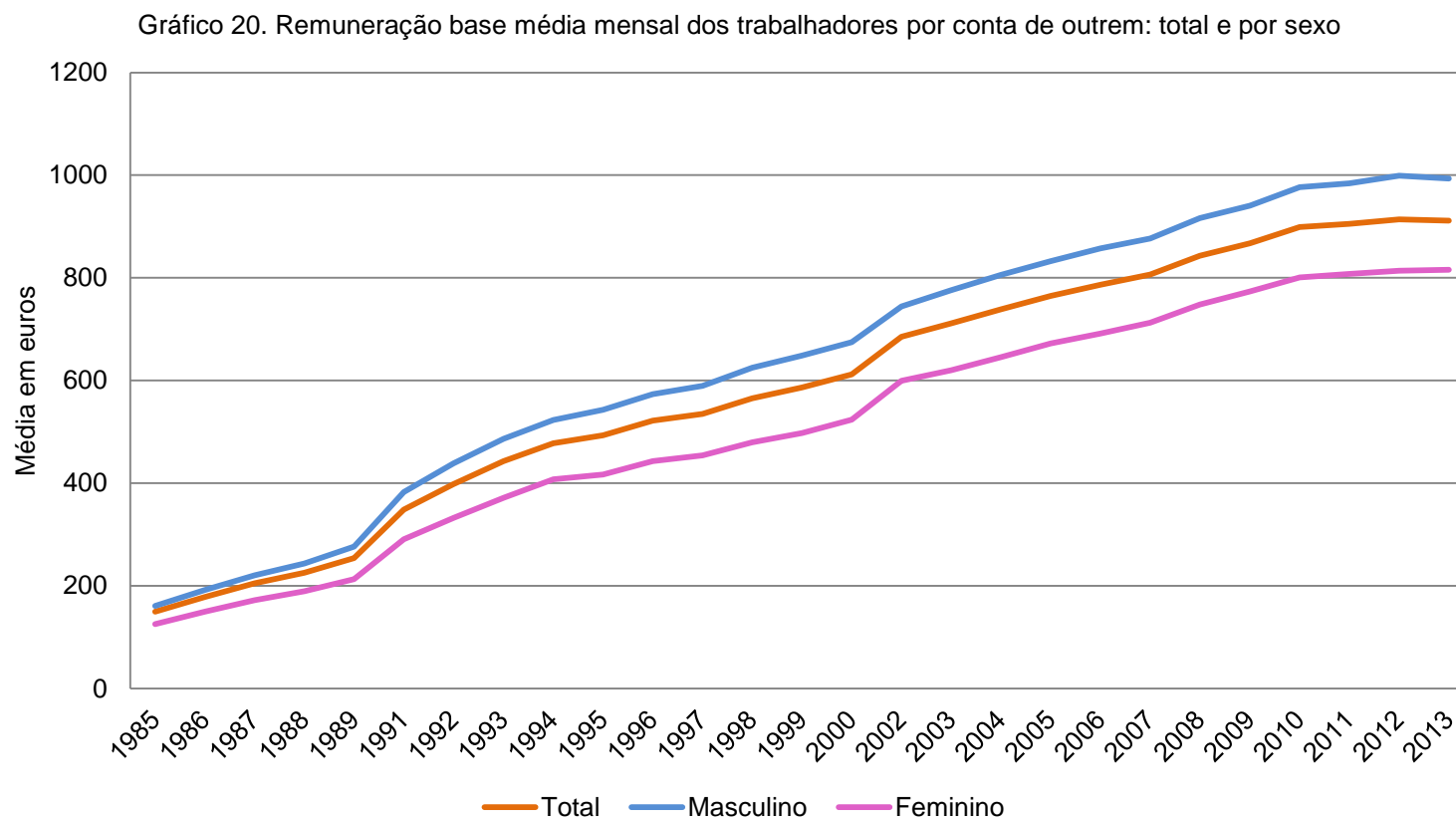
Fonte: Eurostat 2015, disponível [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search\\_database](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database)

## Anexo XXVI - Alunos Matriculados no Ensino Superior de 1978 a 2015



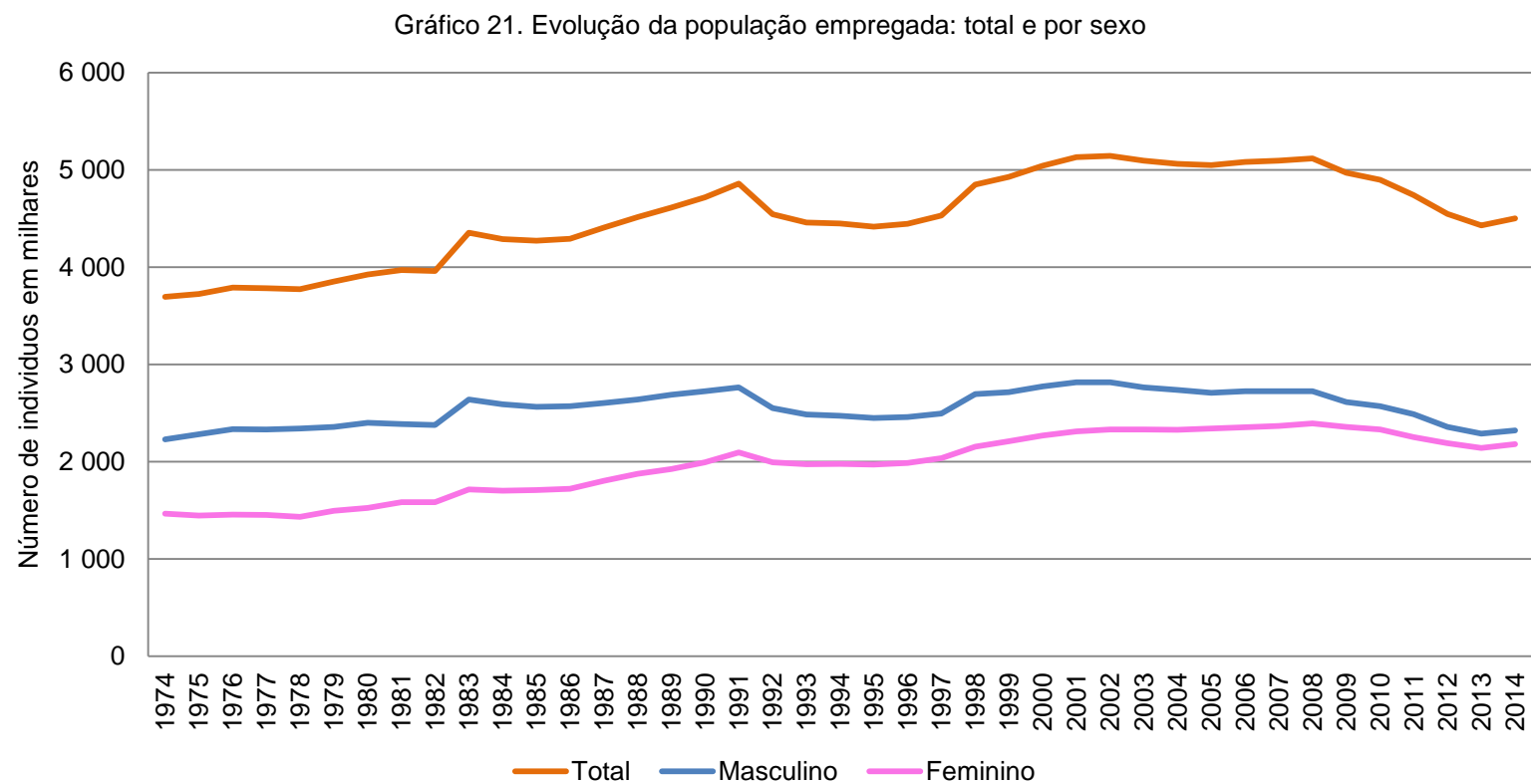
Fontes de Dados/Entidades: DGEEC/MEC - DIMAS/RAIDES; PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

## Anexo XXVII - Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem de 1985 a 2013



Fontes de Dados/Entidades: GEP/MSESS (até 2009) | GEE/ME (a partir de 2010); PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

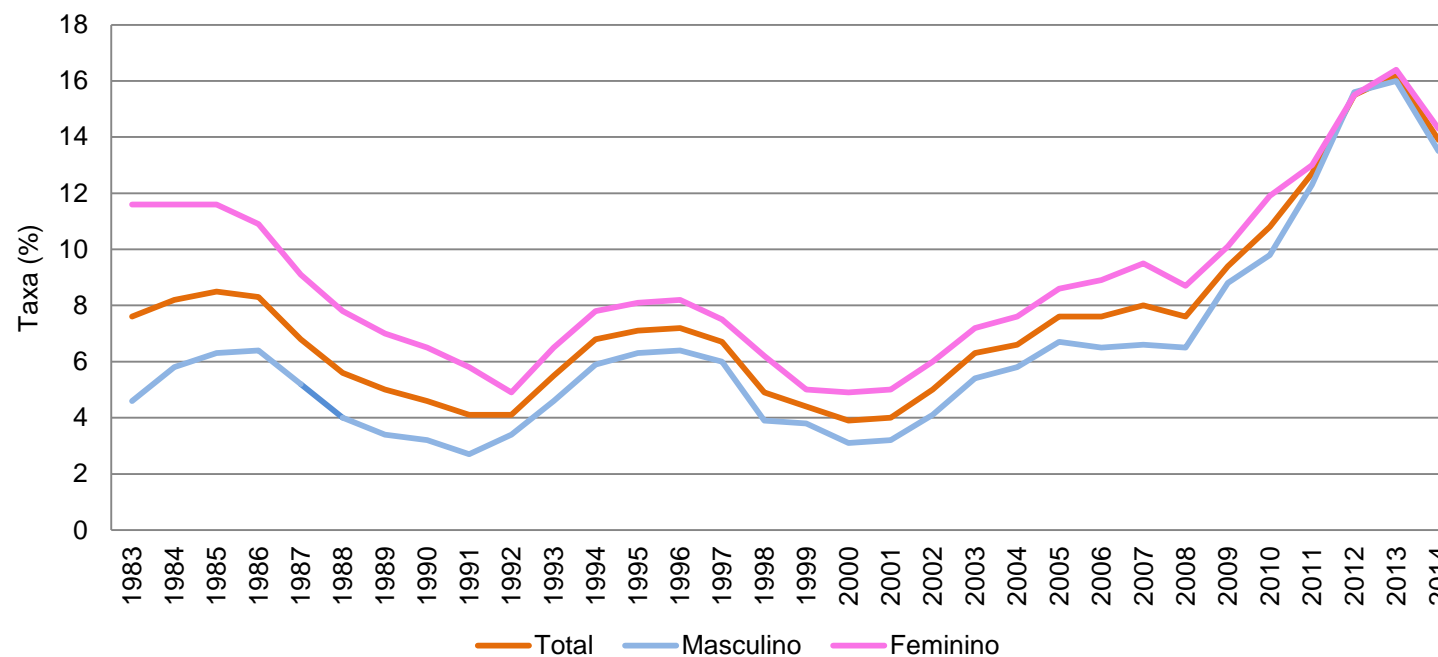
## Anexo XXVIII- População Empregada entre 1974 e 2014, Portugal



Fontes de Dados/Entidades: INE - Inquérito ao Emprego; PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

## Anexo XXIX – Taxa de desemprego entre 1983 e 2013, Portugal

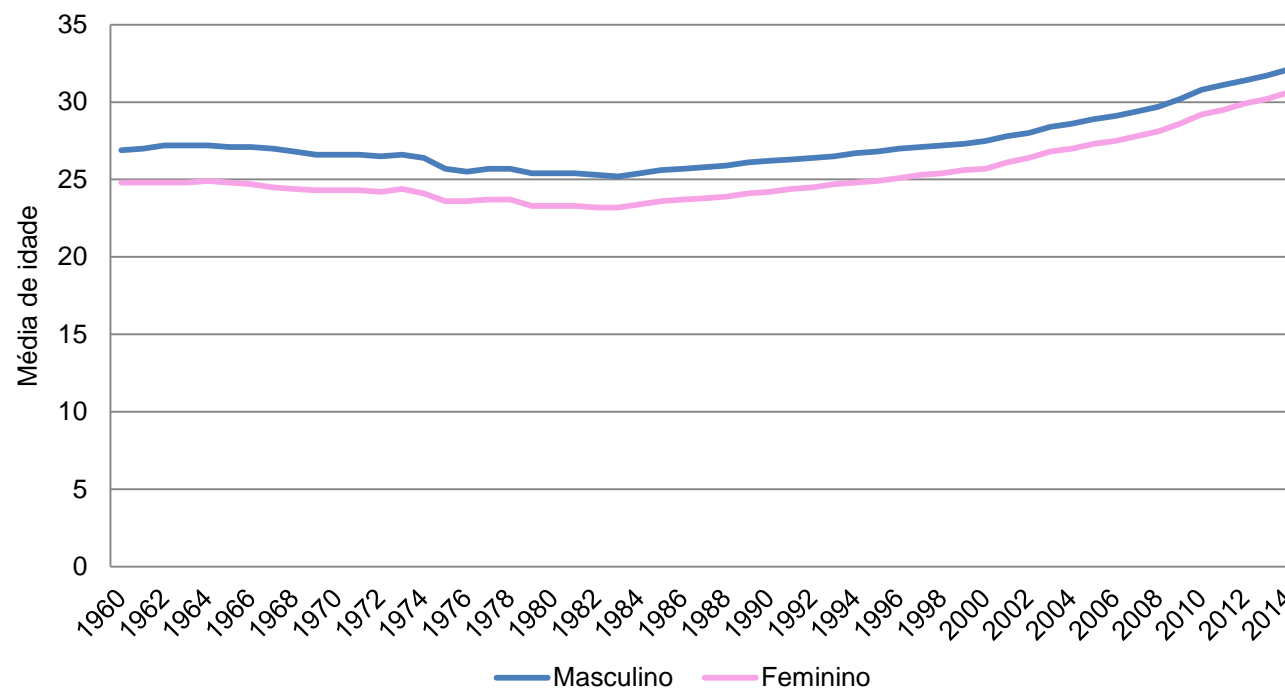
Gráfico 22. Evolução da taxa de desemprego: total e por sexo (%)



Fontes de Dados/Entidades: INE - Inquérito ao Emprego; PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

### Anexo XXX – Idade média ao primeiro casamento, por sexo entre 1960 e 2014 Portugal

Gráfico 23. Evolução da idade média ao primeiro casamento, por sexo entre 1960 a 2014

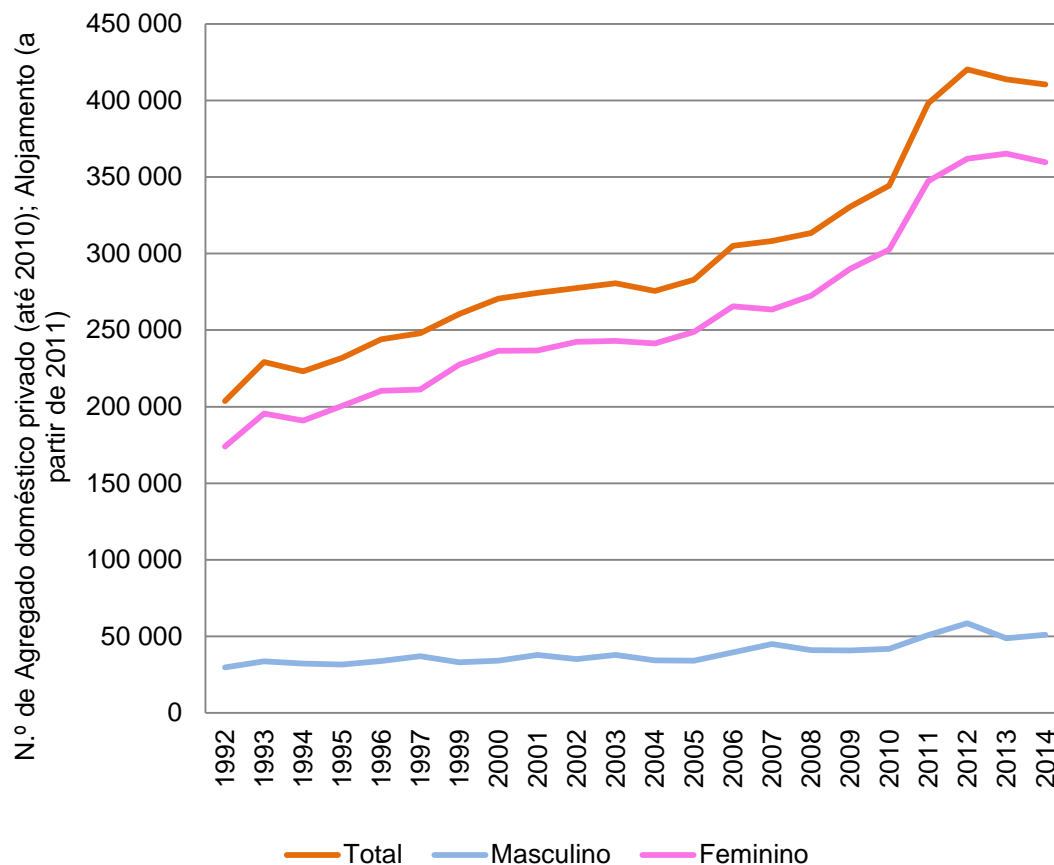


Fontes de Dados/Entidades: INE - Estatísticas de Casamentos; PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)



## Anexo XXXI – Agregados domésticos privados monoparentais entre 1992 e 2014, Portugal

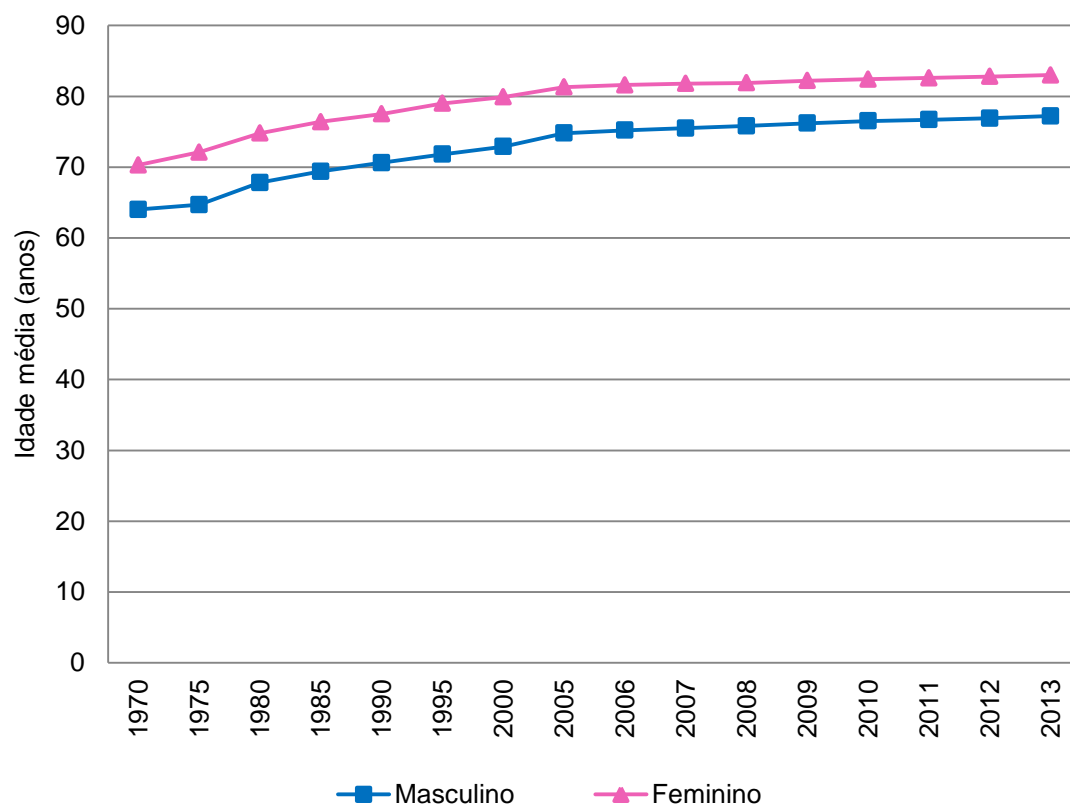
Gráfico 24. Evolução dos agregados domésticos privados monoparentais entre 1992 e 2014: total e por sexo



Fontes de Dados/Entidades: INE - Inquérito ao Emprego; PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

## Anexo XXXVI – Esperança de vida à nascença entre 1970 e 2013, Portugal

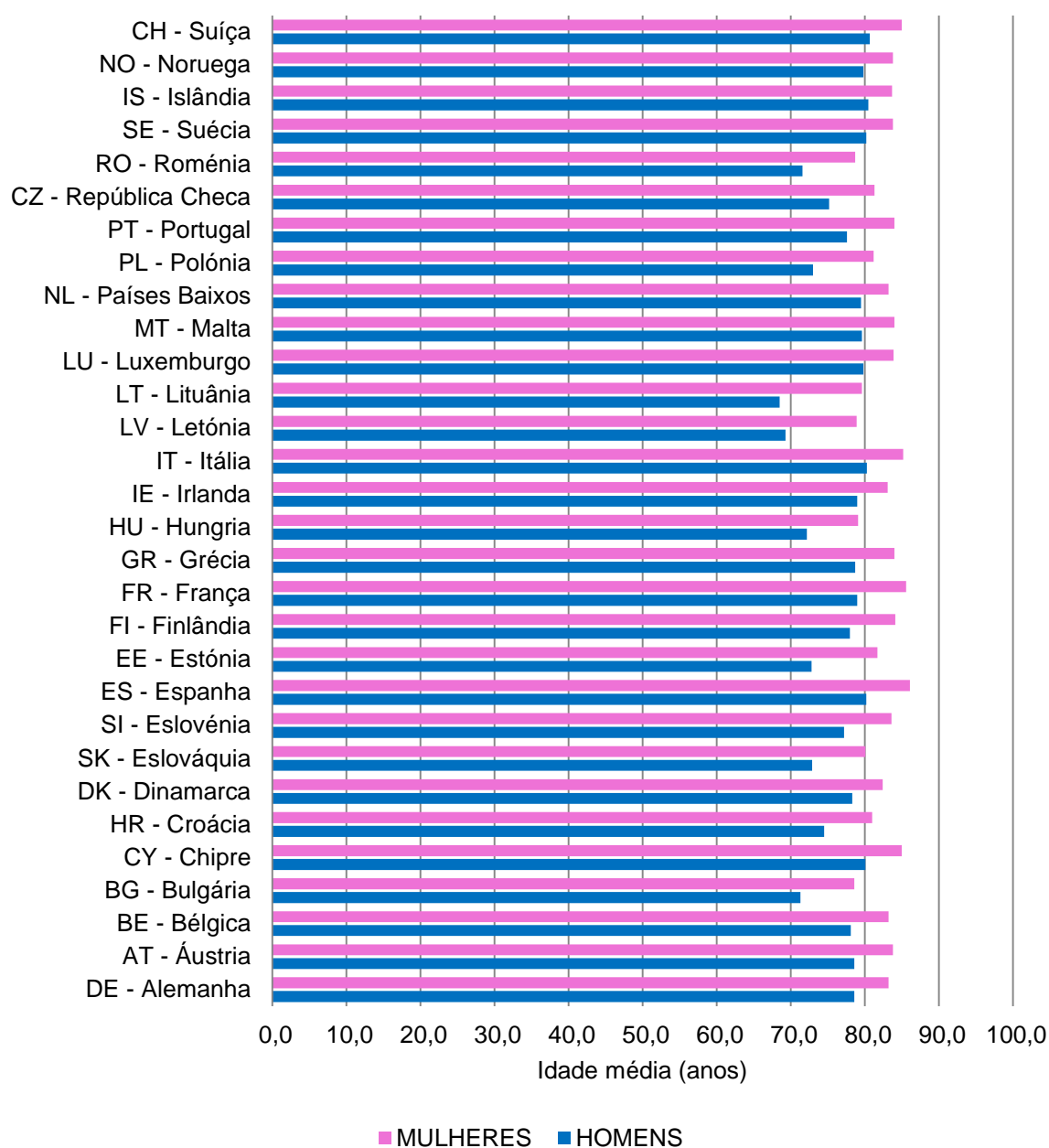
Gráfico 25. Esperança de vida à nascença por sexo (base: triénio a partir de 2001)



Fontes de Dados/Entidades: INE - Estatísticas de Óbitos; PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

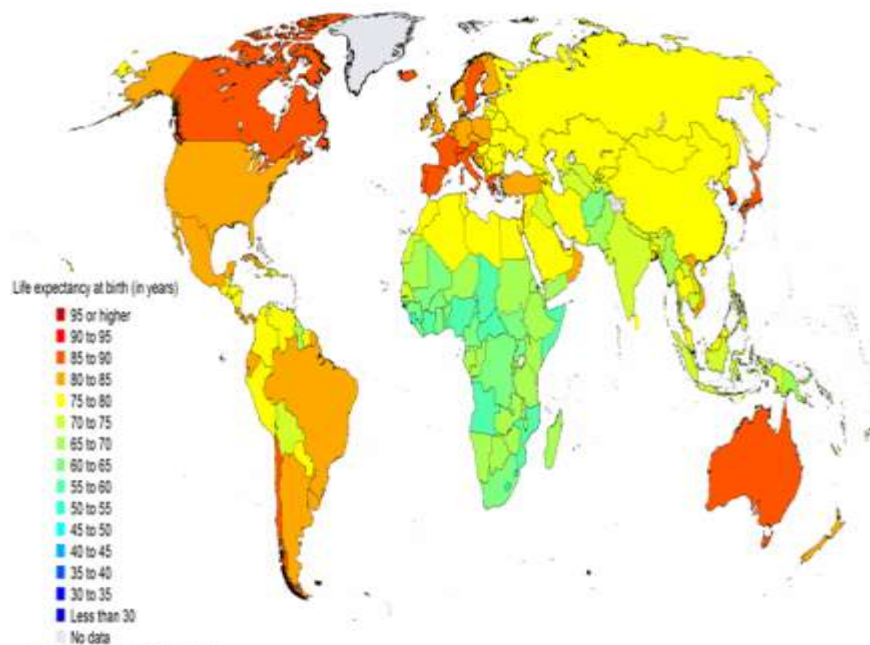
## Anexo XXXVII – Esperança de vida à nascença em 2013, UE

Gráfico 26. Esperança de vida à nascença em 2013 por sexo, UE

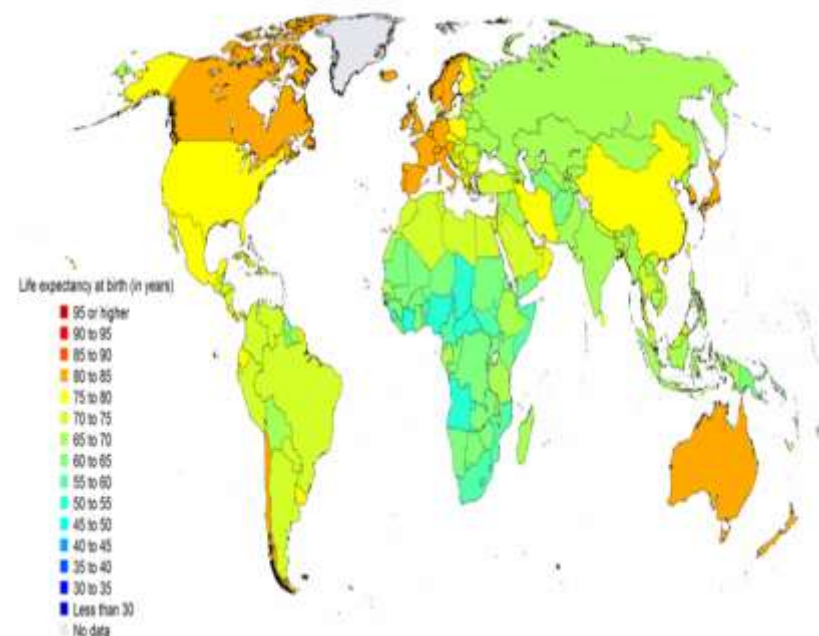


Fontes de Dados/Entidades: INE - Eurostat a partir de dados de Institutos Nacionais de Estatística - Recolha de Dados Rapid, Joint, Nowcast; PORDATA, dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

## Anexo XXXVIII – Esperança de vida à nascença por sexo, projecção mundial, 2020 – 2025



Esperança média de vida feminina, projecção mundial, 2020-2025



Esperança média de vida masculina, projecção mundial, 2020-2025

**Fontes de dados/Entidades:** ONU - 2015 *Revision of World Population Prospects*, dados obtidos em <http://esa.un.org/unpd/wpp/Maps/>

## Anexo XXXIX – População feminina empregada a tempo completo e parcial na Europa, 2015

